



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Herbert Gler Mendes dos Anjos

**Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil
(1945-1965)**

**Brasília
Abril/2014**

HERBERT GLER MENDES DOS ANJOS

Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil (1945-1965)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – área de concentração: História Social, linha de pesquisa: Sociedade, Instituições e poder – da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Lucília de Almeida Neves
Delgado

Brasília
Abril/2014

MENDES DOS ANJOS, Herbert Gler. Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil (1945-1965). 2014. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivando na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

HERBERT GLER MENDES DOS ANJOS

Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil (1945-1965)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – área de concentração: História Social, linha de pesquisa: Sociedade, Instituições e poder – da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lucília de Almeida Neves
ORIENTADORA

Prof. Dr. Ione de Fátima Oliveira – PPGHIS/UnB
EXAMINADORA INTERNA

Prof. Dr. Andrea Casa Nova Maia – UFRJ
EXAMINADORA EXTERNA

Brasília, 11 de abril de 2014

Dedico este texto aos meus pais e a Jéssica.

Os dois anos nos quais me dediquei exclusivamente ao mestrado foram marcados pelo intenso aprendizado acadêmico e desenvolvimento das minhas habilidades de pesquisa. Confesso que assimilei algumas qualidades que desenvolvi durante esse período à minha vida pessoal. Entre elas, posso citar a paciência e a capacidade de planejamento, qualidades que julgo imprescindíveis para quem deseja seguir a vida acadêmica.

Essa fase profícua da minha vida, desejada desde os tempos da minha graduação, foi facilitada por algumas pessoas que, por meio de suas críticas, avaliações, sugestões e auxílios, ou simplesmente pela presença constante ou paciência em entender a minha ausência, tornaram a pesquisa sobre o socialismo democrático e sobre a história do PSB mais prazerosa e gratificante. Acredito que esse seja o espaço para agradecer a essas pessoas que, de forma tão especial, contribuíram para o sucesso deste projeto.

Agradeço ao meu pai, Humberto Anjos, e à minha mãe, Girleide Barros que, desde a graduação – e também antes dela –, me deram todo suporte e apoio para seguir com meu projeto profissional. Sempre fui apoiado nos meus projetos e não posso deixar de externalizar a imensa gratidão e carinho que tenho por vocês.

Agradeço, em especial, à minha orientadora Lucília de Almeida Neves Delgado que, desde o final da minha graduação, vem trabalhando comigo e observando, dia a dia, o meu crescimento intelectual. Desnecessário falar do seu reconhecido gabarito intelectual e profissional. Além de todas as qualidades acadêmicas, tem grande sensibilidade e carisma pessoal que tornaram os encontros para orientação momentos muito alegres e esperados. Suas orientações, sugestões e opiniões foram essenciais e imprescindíveis para a conclusão desta dissertação de mestrado e para a minha carreira profissional. Fico extremamente feliz quando ela frequentemente me cita como “uma surpresa feliz” em sua trajetória acadêmica. Afinal, talvez meu maior orgulho nesse início de trajetória acadêmica seja o fato de ter sido orientado por essa professora, que é reconhecidamente uma das maiores especialistas em História do Brasil republicano do nosso país.

Às professoras Ione de Fátima Oliveira e Cléria Botelho da Costa, pela participação profícua em minha defesa do projeto de dissertação. As críticas, as avaliações contribuíram muito para o aprimoramento deste trabalho. O trabalho que desenvolvi com a professora Ione

de Fátima Oliveira, como monitor e estagiário docente, extrapolaram o âmbito da pesquisa e me ajudou a desenvolver minhas habilidades e capacidades enquanto docente.

À solicitude e ao carinho da professora Margarida Vieira que, desde o primeiro momento que apresentei meu projeto sobre o PSB, ficou entusiasmada e não mediu esforços para me ajudar. Devo a ela o acesso às varias teses, dissertações e depoimentos sobre a história do PSB que se mostraram muito importantes para a consecução deste trabalho.

À Fundação João Mangabeira do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em especial ao doutor Carlos Siqueira e ao professor Adriano Sandri que me deram todo o apoio possível e me chamaram para participar do projeto “Memória Viva”, que se propõe a reconstruir a história do Partido Socialista Brasileiro.

Aos amigos Daniel Dantas Prazeres Amorim e Mariana Castellani que foram, respectivamente, ao Rio de Janeiro e a São Paulo buscar documentos importantes para o meu projeto.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de registrar que este trabalho não teria sido possível sem a compreensão, o carinho e o amor de Jéssica Godinho. Esses dois anos de mestrado felizmente coincidiram com os dois anos do nosso relacionamento. Obrigado por estar sempre presente, me apoiar incondicionalmente e ter tido paciência – e compreensão – com as ausências oriundas dessa empreitada e com as minhas ansiedades. Sem a sua companhia nada disso teria sido possível.

"No partido de Getúlio, Getúlio manda e todos os outros obedecem.

No partido de Adhemar, Adhemar resolve e todos os outros cumprem.

No partido de Prestes, Stalin dita e os microfones do Partido Comunista repetem.

No partido de Dutra, Dutra manda e todos os demais apenas ouvem.

No partido de Plínio, Plínio uiva e o bando todo faz coro.

No partido de Borghi, Borghi vende e ele mesmo apura o lucro.

No Partido Socialista Brasileiro, os militantes se reúnem, resolvem, e os dirigentes apenas executam aquilo que lhes foi determinado pela base."

(Folha Socialista, 8/7/1950.)

RESUMO

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado. Os enfoques deste trabalho estão situados na análise da formação do PSB, partido político surgido no processo de redemocratização brasileira de 1945, por meio da ação de variados atores com experiências e ideias políticas que, embora estivessem todas no campo ideológico da esquerda, eram substantivamente distintas do pensamento de esquerda, mais ortodoxo, em especial o marxismo stalinista do PCB. Este trabalho também consiste em analisar os elementos peculiares que caracterizaram o projeto socialista democrático do PSB, que combinava igualdade social com liberdades civis e políticas. Enfatiza-se na análise as modificações sofridas pelo projeto e pelo discurso do PSB, que são visíveis a partir da década de 1950. Por fim, analisa-se a história do partido no período entre 1945-1965. Debruçamo-nos sobre a experiência e sobre o percurso do socialismo democrático no Brasil por meio das ações do partido em todo esse período democrático.

Palavras-chave: Partido Socialista Brasileiro. Socialismo. Democracia. Esquerda no Brasil.

ABSTRACT

The Brazilian Socialist Party (PSB) is the research object of this dissertation. The approaches that work are situated in analyzing formation of the PSB, political party, emerged in the 1945 Brazilian democratization process, through the action of actors with varying experiences and political views, even though they were all on the ideological left field, were substantively distinct from left thinking, more orthodox , especially the Stalinist Marxism of the PCB. This work also consists of analyzing the peculiar elements that characterized the democratic socialist project of the PSB, which combined social equality with civil and political liberties. We emphasize the analysis the changes undergone by the project and by the discourse of the PSB that are visible from the 1950s. Finally, we analyze the history of the party in the period 1945 to 1965. We focused on the experience and on the path of democratic socialism in Brazil through the actions of the party in all this democratic period.

Keywords: Brazilian Socialist Party, Socialism, Democracy, Left in Brazil.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABDE – Associação Brasileira dos Escritores
AMFORP – *American and Foreign Power Company*
CECC – Comissão Estadual de Combate à Carestia
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
ED – Esquerda Democrática
FIESP – Federações das Indústrias do Estado de São Paulo
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
GRAP – Grupo Radical de Ação Popular
IESB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LCI – Liga Comunista Internacionalista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MUT – Movimento Único dos Trabalhadores
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POL – Partido Operário Leninista
PR – Partido Republicano
PRP – Partido da Representação Popular
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PS – Partido Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCB – União Cultural Brasileira

UJC – União da Juventude Comunista

UDN – União Democrática Nacional

UDS – União Democrática Socialista

UF – Unidade da Federação

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – União Socialista Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo 1 – PARTIDOS POLÍTICOS E REDEMOCRATIZAÇÃO	25
1.1 O contexto internacional e o Estado Novo	25
1.2 Oposições ao Estado Novo	29
1.3 Processo de Redemocratização	34
1.4 Novo Código Eleitoral	39
1.5 Movimento Queremista	41
1.6 Formação dos novos partidos políticos	48
1.6.1 Formação do Partido Socialista Brasileiro (PSB)	55
Capítulo 2 – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO: SOCIALISMO E LIBERDADE	62
2.1 União Socialista Popular (USP).....	63
2.2 União Democrática Socialista (UDS)	66
2.3 Esquerda Democrática (ED)	76
2.4 PSB e identidade socialista-democrática.....	80
2.5 Programa do PSB.....	82
2.6 Socialização dos meios de produção	86
2.7 Um partido militante	87
2.8 Valorização do sistema político constitucional.....	89
2.9 Importância do vereador municipal	90
2.10 Um partido democrático.....	92
2.11 Um partido pluriclassista	100

2.12 A questão religiosa.....	102
2.13 O mundo do trabalho	103
Capítulo 3 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PSB (1947-1964).....	106
3.1 Da Esquerda Democrática ao PSB – anos iniciais (1947-1949).....	110
3.2 O PSB contra a cassação do PCB.....	112
3.3 O PSB e o governo Dutra.....	118
3.4 O PSB e o Projeto de Legislação Sindical	119
3.5 O PSB na campanha do petróleo	126
3.6 IV Convenção Nacional do PSB	128
3.7 Trajetória política do PSB (1949-1955).....	131
3.8 O PSB nas eleições de 1950	132
3.9 O PSB nas eleições de Pernambuco.....	139
3.10 O PSB e a ascensão do janismo	140
3.11 Fusão do PTB e do PSB.....	144
3.12 O PSB e o Movimento Sindical.....	145
3.13 Vª Convenção Nacional do PSB.....	150
3.14 O PSB e a queda de Vargas	156
3.15 A trajetória política do PSB (1955-1964)	158
3.15.1 O PSB e a sucessão presidencial.....	158
3.15.2 O PSB e a eleição de JK.....	161
3.15.3 O PSB nas eleições de 1958.....	163
3.15.4 O PSB e as eleições de 1960.....	167
3.15.5 Renúncia de Jânio.....	169
3.15.6 João Mangabeira: ministro de Jango	172
3.15.7 IX Convenção Nacional.....	173

3.15.8 A refundação do PSB em 1985 – uma outra história	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
FONTES	187
REFERÊNCIAS	192
ANEXO A – UNIÃO DEMOCRÁTICA SOCIALISTA – 1945	196
ANEXO B – ESQUERDA DEMOCRÁTICA – 1945	208
ANEXO C – PROGRAMA DO PSB – 1947	215
ANEXO D – IV CONVENÇÃO NACIONAL – 1949	226
ANEXO E – V CONVENÇÃO NACIONAL – 1953	229
ANEXO F – IX CONVENÇÃO NACIONAL – 1961.....	234
ANEXO G – DEMOCRACIA, CAPITALISMO E SOCIALISMO – 1946	240
ANEXO H – ULTIMA VERBA – 1963.....	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

"Liberdade Sem socialismo, de fato, liberdade não é. Socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser. Somente, pelo consórcio do Socialismo com a Liberdade é que o homem pode atingir ao máximo da expansão da sua personalidade no meio social em que todos sejam iguais, pela abolição dos privilégios ou preconceitos da riqueza, de raça ou da religião, mas desiguais pelos dotes naturais que distinguem e qualificam cada um. Somente assim os homens serão livres. Isso é o que o sistema capitalista não pode conceber, nem muito menos dar."¹

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado². Os enfoques deste trabalho estão situados na análise da formação do PSB, partido político, surgido no processo de redemocratização brasileira de 1945, por meio da ação de variados atores com experiências e ideias políticas que, embora estivessem todas no campo ideológico da esquerda, eram substantivamente distintas do pensamento de esquerda, mais ortodoxo, em especial o marxismo. O ideário que unificou os grupos que ousaram engendrar o

¹ LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Última Verba. In: _____. **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; MEC, 1980. p.346.

² Deve-se relembrar que o PSB, fundado em 1947, não representou a primeira experiência de partido político que reivindicava a ideologia socialista. A tentativa de formação de partidos socialistas no Brasil ocorre concomitantemente à chegada das ideias ligadas a essa ideologia e à influência do Partido Social-Democrata Alemão que, em fins do século XIX, era visto como um modelo de organização vitoriosa de trabalhadores. A fundação do Partido Socialista Brasileiro, em 1900, na cidade de São Paulo é exemplo dessa influência. Fundado por militantes de origem italiana, entre os quais Alcibiade Bertolotti, Antônio Piccarolo e Vicente Vacirca, organizados em torno do jornal **Avanti!**, o Partido Socialista Brasileiro representou, nesse momento, uma tentativa de organizar a classe trabalhadora a partir de uma perspectiva internacionalista e classista e a negação ao sentimento nacionalista que, segundo o **Avanti!**, impedia que os trabalhadores brasileiros de sentir e exercer a solidariedade de classe. Fonte: SCHMIDT, Benito. Os partidos socialistas na nascente república. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.158-159.

Outro Partido Socialista Brasileiro foi fundado em 1932. Sua origem está ligada ao I Congresso Nacional Revolucionário, reunião de grupos ligados ao movimento tenentista que propunha a unificação das diversas correntes fiéis à Revolução de 1930 em torno de um programa comum. Entre os grupos que articularam o Congresso, destacam-se a Legião Cívica 5 de Julho, a Legião Paranaense, a Ação Integralista Brasileira, o Partido Popular Progressista, o Partido Liberal Socialista e o Clube de 3 de outubro. Resultante da tendência de radicalização socialista que se acentuou no Congresso Nacional Revolucionário, a proposta de socialismo defendida pelo PSB dos anos 30, foi alcunhada de “socialismo róseo”, pois propunha a organização e harmonia entre empregados e empregadores. Em 2 de dezembro de 1937, o PSB foi extinto por decreto, junto aos demais partidos políticos, em virtude da instalação do Estado Novo. Fonte: ABREU, op. cit., p. 4410.

² ALEM, Sílvio Frank. **Contribuição à História da Esquerda Brasileira: a história do PSB (1945-1964)**. Tese (Doutorado)–USP, São Paulo, 1989, p. 45-46.

PSB era construir uma sociedade nova, na qual o socialismo³ e a igualdade se casassem com a democracia⁴ e com a liberdade.

Este trabalho também consiste em analisar os elementos peculiares que caracterizaram o projeto socialista democrático⁵ do PSB. Durante toda a trajetória do PSB, os socialistas democráticos construíram abordagens políticas muito originais em relação, por exemplo, à prática parlamentar, ao sistema constitucional brasileiro, à experiência do socialismo soviético e à centralização partidária. Essas abordagens demarcaram um ideário político-ideológico próprio, que vinculava a necessidade da socialização dos meios de produção e da ampliação dos direitos sociais com a defesa e ampliação dos espaços, dos valores e das iniciativas democráticas na sociedade brasileira. Enfatizamos na análise as modificações sofridas pelo projeto e pelo discurso do PSB que são visíveis a partir da década de 1950. Essas transformações acabaram levando o partido a aproximar seu ideário, suas vivências e práticas políticas do projeto nacional-desenvolvimentista que, nas décadas de 1950 e 1960 era hegemônico entre as esquerdas brasileiras.

Por fim, analisamos a história do partido no período entre 1945-1965. Debruçamo-nos sobre a experiência e sobre o percurso do socialismo democrático no Brasil por meio das ações do partido em todo esse período democrático. Enfatizamos as propostas das convenções nacionais do partido e as posições político-eleitorais do PSB nas eleições de 1945, 1950, 1955 e 1960.

³ Entendemos o conceito de socialismo como a transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras ou do Estado; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica e política), através da intervenção dos poderes públicos. Fonte: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UNB, 2004. P.1197.

⁴ Entendemos prioritariamente o conceito de democracia em seu viés representativo, ou seja, como a possibilidade ir além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se e associar-se para participar da política e eleger representantes ou ser eleito. Segundo Bobbio, a linha de desenvolvimento da democracia nos governos representativos pode configurar-se em duas direções: no alargamento gradual do direito de voto e na multiplicação de órgãos representativos da sociedade civil. A concepção de democracia defendida pelo PSB, apesar de ligada à ideia de representação não exclui necessariamente a dimensão da democracia direta e a ênfase na participação popular autônoma. Fonte: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UNB, 2004. P.324.

⁵ Entendemos o conceito de socialismo democrático como a doutrina elaborada pelo Partido Socialista Brasileiro durante o período de 1947-1964 que casava a crítica à propriedade privada dos meios de produção com a valorização das conquistas democrático-liberais. Essa doutrina afirmava que a socialização gradual e progressiva dos meios de produção somente poderia ser realizada através de processos políticos democráticos. Fonte: CARONE, Edgard. Programa (1947). In: **O movimento operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 17.

A escolha do objeto desta dissertação relaciona-se à preocupação do autor deste texto sobre as dificuldades históricas de construção de projetos e experiências das esquerdas socialistas na sociedade brasileira. Frequentemente, esses projetos enfatizaram problemáticas e questões relativas à igualdade social em detrimento da liberdade civil.

A questão da democracia política, ou a falta dela, ficou especialmente evidenciada com o colapso, ao final da década de 1980 e início da de 1990, do socialismo soviético, conhecido como “socialismo real”. A ausência de valores e instituições democráticas, entendidas em seu sentido clássico, foi um dos fatores responsáveis pelo fracasso dessas experiências. Desde então, a relação dos projetos socialistas e das esquerdas com a democracia clássica tem sido analisada com desvelo. No caso brasileiro, o processo de redemocratização que tomou forma a partir do final dos anos de 1970 e que foi conduzido em grande parte por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e partidos políticos de esquerda, sedimentou a valorização da democracia – de seus procedimentos, normas e instituições – nos processos de transformação política e social, concebidos e praticados por vários setores, grupos e lideranças das esquerdas brasileiras. Muitas vezes, pesou no processo de assimilação positiva dos valores e das práticas democráticas a malsucedida experiência da luta armada no Brasil e/ou a vivência da repressão e do exílio.

De forma original, o PSB constituiu-se com experiência de partido da esquerda brasileira que tentou conciliar as suas propostas de igualdade com proposições da democracia clássica que destacam valores da liberdade política e civil. De fato, o PSB tentou construir um projeto de sociedade específico – distinto dos projetos comunistas e trabalhistas – pois propunha a construção de um regime político no qual o socialismo convivesse com as liberdades oriundas da democracia clássica:

O interesse redivivo pelo Partido Socialista Brasileiro, apesar de sua debilidade eleitoral e do seu papel restrito, mas não insignificante, no movimento de massas, explica-se – penso eu – sobretudo pela função renovadora e inovadora no plano ideológico, que ele soube cumprir, num momento histórico crucial em que se ensaiou, pela primeira vez, a implantação da democracia sem aspas no Brasil.”⁶

Esse fato é peculiar no contexto histórico em que o partido foi fundado, marcado por uma cultura política autoritária – à direita e à esquerda do espectro político – no qual a democracia clássica era subvalorizada e os projetos autoritários rondavam e ameaçavam a frágil democracia política brasileira fundada após o fim do Estado Novo.

⁶ SINGER, Paul. Apresentação. In: HECKER, A. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Unesp, 1998. p. 9.

Ao analisar as tradições e culturas políticas formadoras das esquerdas brasileiras, Daniel Aarão Reis Filho sustenta que as tradições de esquerda representadas pelo comunismo e o trabalhismo, que foram majoritárias no período de 1945 a 1964, subestimavam os valores da democracia política em privilégio das questões sociais e nacionais e frequentemente se utilizavam de métodos autoritários em relação aos sindicatos e às minorias internas.⁷

É interessante notar que essa desconsideração para com a democracia política clássica, identificada por Reis, não era atributo que caracterizava apenas expressivos segmentos das esquerdas do período, sendo imputável também à direita, em especial a setores da UDN que, malgrado a defesa programática dos valores democráticos liberais, adotou posições contrárias à democracia eleitoral em 1950, 1955 e 1961, além de ter participado das articulações do golpe político de 1964.

Quanto ao PSB, é pertinente constatar que sua atuação não é condizente com as interpretações supramencionadas. Tal fato decorre da posição dos socialistas que defendiam simultaneamente o socialismo e a valorização da democracia institucional. Os socialistas do PSB, ao articular uma visão de socialismo com práticas e valores democráticos, apresentaram uma perspectiva de cultura política bastante democrática. Em comparação com os partidos que foram hegemônicos no período de 1945 a 1964, seu projeto de cidadania destacava a importância da ampliação dos direitos sociais concomitante à ampliação dos direitos civis e políticos, mediante a defesa da legalidade constitucional e da utilização de processos democráticos. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, o PSB apresentou características originais em sua atuação política:

“O que fazia a originalidade do PSB, a coerência doutrinária básica e a fraqueza política conjuntural eram a defesa positiva da democracia e das instituições democráticas e a concepção de socialismo como um aprofundamento do processo democrático.”⁸

Para alguns, o PSB foi associado, de forma equivocada, a um pequeno e efêmero movimento de intelectuais do centro-sul, sem maior relevo político e representatividade social. Para outros, o partido não foi mais do que simples agremiação de militantes egressos do partido comunista, agremiação essa que não conseguiu constituir-se em força política com identidade própria:

⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, A. (Org.). **História e Perspectivas de esquerda**. São Paulo; Chapecó: Ed. Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005, p. 179.

⁸ REIS FILHO, 2005, p. 179.

“Há quem aponte, como pecado capital do PSB, a falta de nitidez ideológica. “O PSB era um conjunto de trotskistas, stalinistas envergonhados, trotskistas dissidentes, social-democratas e nacionalistas. O Partido era apenas um fachada legal.”⁹

Segundo Margarida Vieira, apesar de não ter conseguido se tornar uma força política socialmente relevante, o PSB apresentou, naquele período histórico, um conjunto de propostas inovadoras. E, embora não tenha se tornado um grande partido, o PSB articulou um projeto e uma cultura política calcada na incorporação dos valores e preceitos democráticos que, segundo sua concepção, deveriam amalgamar-se ao projeto político socialista que, gradativamente, realizaria a socialização dos meios de produção por meio da participação popular e pela ação do parlamento. Entendendo a construção do socialismo como um processo de alargamento da democracia, os pessebistas reforçaram a importância da participação popular, da institucionalização das leis e da defesa das instituições políticas.

Como já informado, durante o processo político que redemocratizou o país e findou o regime militar, relevantes setores das esquerdas brasileiras passaram a assimilar os valores democráticos, tomando-os como imprescindíveis para realização dos projetos de transformação social do país. Dessa forma, na interpretação da autora, o PSB, no decorrer de sua história, semeou valores que, posteriormente, foram incorporados pelas esquerdas brasileiras:

[...] Este projeto gerado nas brechas da modernização conservadora, dentro de um processo de ocidentalização, na contracorrente das forças hegemônicas à esquerda e à direita, deixou sementes. Estas germinaram durante o regime militar e nos caminhos e descaminhos da consolidação democrática, carregadas com novas formulações e novos atores.¹⁰

Na presente dissertação de mestrado, procuramos utilizar o conceito de cultura política como suporte teórico para investigar representações, valores e práticas relativas à democracia presentes no projeto socialista do PSB. Aqui ele é retomado na definição proposta por Rodrigo Patto Sá Motta:

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos inspirados no futuro.¹¹

⁹ BANDEIRA, Moniz apud MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 68.

¹⁰ GUSTIN, M. B. S.; VIEIRA, M. L. M. **Semeando Democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil**. Contagem: Palesa, 1995, p. 361-362.

¹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 21.

Segundo Ângela de Castro Gomes, a retomada do conceito de cultura política foi empreendida de forma a incorporar nas análises históricas explicações e interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e sensibilidades.¹² Entendido como um conceito que abarca vasta pluralidade de práticas e representações, sua utilização pela historiografia brasileira engendrou novas possibilidades explicativas para os comportamentos políticos. Para além da escolha racional das ideias ou da ação da ideologia, entendida como falsa consciência e como chave explicativa para comportamentos políticos, o conceito de cultura política revelou outras causalidades como a força dos sentimentos, a fidelidade às tradições e a adesão a valores.¹³

Acreditamos que outro aspecto relevante desse conceito remete à consideração que uma cultura política somente pode ser observada em suas manifestações, vivências e atuações. Para ajudar a deslindar o comportamento político dos socialistas e apresentar as representações e significados integrantes do projeto socialista-democrático e da cultura política do PSB à época, acreditamos que é necessário apreender o contexto da formação da esquerda democrática e do PSB e a pluralidade de concepções, projetos e identidade que conformavam o partido.

Desde sua gênese como Esquerda Democrática, o pequeno núcleo que posteriormente formou o PSB foi criando uma identidade programática que, como já enfatizado, unia os valores da democracia com a construção do socialismo. Aos poucos, o grupo de socialistas do PSB foi construindo um projeto alternativo de sociedade e apurando sua definição ideológica concomitantemente à criação de propostas referentes às lutas políticas do cotidiano. Elemento nuclear da proposta política do PSB encontra-se na convergência entre meios e fins, isto é, na compreensão de que a construção do socialismo é um processo histórico que somente pode ocorrer por meios democráticos.

Com base nessa concepção, os socialistas apostavam no fortalecimento da democracia política por meio da manutenção e ampliação de conquistas liberal-democráticas. Nesse sentido, os socialistas muito se empenharam para fortalecer o parlamento enquanto instituição

¹² GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: SOIHET, Rachel. et al.(Org.). **Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 30.

¹³ MOTTA, 2009, p. 29.

fundamental da democracia. Valorizavam também a institucionalização das leis e o pluralismo político dentro de um projeto democrático de sociedade. No plano intrapartidário, o PSB buscou se constituir como uma “Escola de democracia”, valorizando o papel de seus núcleos de base e da participação dos militantes nas decisões políticas, bem como exigindo o comprometimento dos parlamentares com o programa e as decisões partidárias.

Em uma primeira fase, o PSB foi adversário contumaz do PCB e do PTB. Apesar de entender ser o socialismo uma etapa da construção de uma sociedade comunista, o PCB apresentou uma série de diferenças históricas de projeto e de prática política em relação ao PSB. Engendrado como consequência da influência da Revolução Russa de 1917, o PCB orientou-se pela doutrina marxista-leninista e assumiu as concepções organizativas do centralismo democrático. Durante a década de 1940, os comunistas do PCB assimilaram a influência política do stalinismo, materializada no culto à personalidade e nas práticas autoritárias que limitavam a vivência democrática nas instâncias do partido.

Apesar de disputar politicamente os vários setores pertencentes à classe trabalhadora, PTB e PSB também apresentaram grandes diferenças político- ideológicas. Enquanto o PSB se assumia socialista, o PTB reivindicava um trabalhismo próximo à terceira via entre socialismo e capitalismo liberal. Muito influenciado pela doutrina social da igreja, o projeto trabalhista se propunha a empoderar o Estado como entidade reguladora das relações entre capital e trabalho, com objetivos de garantir a justiça social e redistribuir a riqueza.¹⁴ Foi no contexto político de meados dos anos de 1940 que os socialistas desenvolveram seu projeto de cidadania, que propunha nova cultura política de vínculo das dimensões social e política democrática. Esse projeto foi mantido até o final dos anos de 1950 quando, em decorrência da radicalização política-ideológica do período, o PSB assumiu parcialmente as ideias do projeto nacionalista-reformista e das reformas de base.¹⁵ Essa constatação da transformação por que passou o PSB é consoante com a afirmação de Serge Bernstein sobre o caráter dinâmico das culturas políticas:

Além disso, é evidente que existem culturas políticas dominantes, porque suas concepções atendem diretamente às aspirações majoritárias da sociedade, porque elas parecem traduzir os anseios da maioria e porque elas oferecem respostas

¹⁴ Sobre o projeto trabalhista do PTB, *vide* DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo, LTr, 2011.

¹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, D. A. (Org.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 360.

aparentemente pertinentes para os problemas do momento. Ademais, seu poder de atração é tal que elas chegam a influenciar culturas políticas vizinhas.¹⁶

É importante frisar que as culturas políticas não são imutáveis ou fixas. Ao contrário, elas se influenciam mutuamente e sofrem processos de transformação decorrentes das modificações da sociedade e das conjunturas históricas. Nesse sentido, as culturas políticas não surgem ao acaso, elas são engendradas como respostas aos problemas que afetam a sociedade. No caso da sociedade brasileira e da República nacional-desenvolvimentista, em especial em relação às esquerdas brasileiras, a cultura política socialista democrática surgiu como uma possível resposta aos valores que conformavam o autoritarismo ativo no Brasil e ao desprezo pelas práticas e pelas instituições democráticas. Entretanto, sem alcançar significativa inserção social, o projeto socialista democrático acabou se configurando em uma resposta minoritária aos problemas relacionados à democracia. Majoritária entre as esquerdas no período de 1945-1964, a cultura política do nacional-estatismo acabou influenciando e modificando elementos da cultura socialista democrática do PSB.

Nesta dissertação, procuramos enfatizar os aspectos originais do PSB na conjuntura citada, ou seja, variáveis relativas à valorização do discurso e das práticas democráticas e da defesa que o partido fez da democracia constitucional. Então nos determos em alguns pontos específicos: a dimensão institucional, que diz respeito ao discurso e ação dos socialistas no parlamento e sua defesa da ampliação dos direitos sociais concomitante aos direitos civis e também da prática política institucional como meio democrático de passagem ao socialismo.

Também destacamos as características próprias do discurso e do ideário socialista democrático do PSB. Evidenciamos a pluralidade de concepções e perspectivas dos grupos e lideranças que formaram o partido e influenciaram diretamente na construção do projeto pessebista. Os socialistas democráticos construíram uma interpretação própria sobre as mais diversas questões políticas. As respostas produzidas pelos pessebistas acerca dos problemas de sua época estão evidenciadas no programa político do partido e nas análises que desenvolveram sobre o socialismo soviético e sobre o papel do Legislativo no processo de transição ao socialismo.

Nesta dissertação, exploramos o percurso traçado pelo PSB na conjuntura de 1945 a 1965. Os primeiros tempos de atuação dessa agremiação, caracterizaram-se pela busca de

¹⁶ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 37.

construção de uma identidade partidária própria e pela tentativa de implantar o partido nacionalmente. Essa fase foi marcada pela construção do projeto socialista democrático e pela ativa participação na campanha do Petróleo é Nosso. As posições políticas que o PSB adotou em sua atuação inicial, como a oposição à cassação dos parlamentares comunistas e a construção de um projeto de legislação sindical diferente do que predominava no Brasil, são objetos de análise do presente texto. Consideramos importante ressaltar a posição dos socialistas sobre a questão sindical, pois esta nos parece incomum ao período. Inclusive, ao contrário do PCB, por exemplo, não identificava os sindicatos como “correia de transmissão” de suas doutrinas e posicionamentos.

Em uma segunda fase, a partir da década de 1950, que perdurou até 1964, o PSB ultrapassou a passos largos a área de influência política do liberalismo udenista, que predominou nos primeiros anos de sua atuação e se deslocou em direção ao reformismo do PCB e do PTB, que era muito influenciado pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo.

A pesquisa realizada para elaboração desta dissertação, além de leituras de bibliografia sobre cultura política, conjuntura histórica de 1945 a 1964, partidos e sistema partidário do Brasil naqueles anos, ideário socialista, também enveredou na leitura da seguinte documentação: a bibliografia existente sobre o socialismo democrático no Brasil e a atuação do PSB, as biografias de antigos militantes da esquerda brasileira e do PSB, alguns jornais de grande circulação da época como o **Estado de S. Paulo** e o **Diário de Notícias**, jornais da militância pessebista, como a **Folha Socialista**, e os documentos produzidos pelos militantes socialistas.

O texto que compõe a dissertação está dividido em três capítulos. O primeiro analisa a conjuntura política na qual o partido foi formado, com destaque para o processo político de derrocada do Estado Novo e para a formação dos novos partidos políticos na década de 1940. Foram considerados aspectos importantes, como o contexto internacional marcado pela derrocada dos regimes nazifascistas, participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, surgimento das oposições ao Estado Novo, tentativa getulista de controlar o processo de transição, elaboração de um novo código eleitoral e formação dos novos partidos políticos, com destaque para as oposições de esquerdas que vieram a formar o PSB: a Esquerda Democrática (ED), a União Socialista Popular (USP) e a União Democrática Socialista (UDS). O Posicionamento dos parlamentares do Partido da Esquerda Democrática na Constituinte de 1946 também é destacado.

O segundo capítulo aborda as peculiaridades dos grupos políticos e lideranças que formaram o PSB. Desse modo, destacam-se diferentes históricos, antecedentes, vivências e concepções que marcaram a Esquerda Democrática, a União Socialista Popular e a União Democrática Socialista e suas lideranças. Além disso, o programa político do PSB é analisado considerando, em especial, suas formulações sobre o socialismo, democracia, sistema constitucional e questão religiosa.

O terceiro capítulo apresenta o histórico da atuação do PSB de 1947 a 1965, seus antecedentes, integração nos debates políticos da época e inserção na política nacional (alianças partidárias, eleições, atuação no Poder Legislativo e integração a ministérios). Além disso, a trajetória do PSB, durante suas convenções nacionais, é relatada pois as posições adotadas pelo partido em decorrência das decisões dessas convenções evidenciam mudanças do projeto político do PSB e sua relação com as distintas conjunturas do período compreendido entre 1945 e 1965.

Por fim, nas considerações finais, foram sistematizadas as conclusões dos três capítulos referentes: à formação do Partido Socialista Brasileiro, ao projeto político inicial do partido, à trajetória do PSB e às mudanças em seu projeto político, caracterizadas pela assimilação de muitos elementos do modelo nacional-desenvolvimentista.

Por fim, reafirmamos nosso entendimento de que o estudo sobre a trajetória e as dimensões do projeto socialista democrático do PSB tem importância para a História do Brasil Republicano na medida em que descortina um projeto político original – que buscava combinar socialismo com liberdade. Algumas das ideias do PSB, como a defesa da ampliação dos direitos civis, políticos e sociais e a construção da cidadania, foram retomadas no processo de redemocratização pós-ditadura e atualizadas por outros partidos políticos e movimento sociais, especialmente na reorganização do PSB, em 1985, e no Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.¹⁷

¹⁷ REIS FILHO, 2005, p. 179.

Capítulo 1 – PARTIDOS POLÍTICOS E REDEMOCRATIZAÇÃO

“Delineada já em 1943, no horizonte da guerra, a derrota do eixo, sentiu Vargas a necessidade de preparar-se para arrostar novos acontecimentos. Nesse mesmo ano, em outubro, um fato advertiu-o que os sucessos políticos ameaçavam escapar à manipulação exclusiva de sua autoridade. Foi o Manifesto dos Mineiros. Intelectuais e políticos de Minas Gerais reivindicaram a democratização e consecutórios do governo constitucional como completa liberdade de expressão.”¹⁸

1.1 O contexto internacional e o Estado Novo

Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a consequente luta contra o nazifascismo, o Estado Novo entrou em um processo de declínio e começou a perder seus sustentáculos políticos e ideológicos. Influenciado diretamente pelo ideário nazifascista, Getúlio Vargas, líder do Estado Novo, não hesitava em manifestar abertamente sua simpatia pessoal pelo Eixo e pelos governos de Hitler e Mussolini. Em vários discursos, durante o início da guerra, ele elogiou o sistema fascista. Em junho de 1940, durante um pronunciamento para uma plateia de militares a bordo do navio *Minas Gerais*, Vargas criticou o ideário liberal e, numa clara alusão à Alemanha e à Itália, afirmou a superioridade das Nações que se organizavam pelo sentimento de Pátria e por meio de Estados fortes.¹⁹ Ainda em janeiro de 1939, o general Góis Monteiro manifestava a Vargas sua hostilidade ao convite feito pelo chefe do Estado-Maior do Exército americano para visitar Washington enquanto aceitava o convite de Hitler para visitar Berlim.²⁰ A própria legislação trabalhista e sindical, frequentemente afirmada como a principal inovação do período varguista, foi abertamente inspirada na *Carta del Lavoro* da Itália fascista.

Nos anos que antecedem a Segunda Guerra, as relações comerciais entre Brasil e Alemanha registravam um aumento significativo. A participação da Alemanha no total das importações brasileiras cresceu de 11,4% para 24% entre 1930 e 1937, tornando-a o maior comprador de Algodão e o segundo mercado para o café e o cacau brasileiros.²¹ No âmbito

¹⁸ LIMA, Hermes. **Travessia**: memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 141.

¹⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 46.

²⁰ ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 2041-2042.

²¹ Idem, *ibidem*.

militar, a dependência do Brasil em relação à Alemanha, no que concerne aos armamentos e à doutrina, era praticamente total.

Partidários da Alemanha e dos Estados Unidos que integravam o governo de Vargas manobram intensamente para fortalecer, ou inverter, a correlação de forças internas e as alianças internacionais.²² Apoiando-se nas decisões da Conferência do Paraná que, em setembro de 1939, declarou que todas as nações latino-americanas se manteriam em neutralidade em face do conflito europeu, Vargas procurou manter uma espécie de equidistância pragmática em relação à luta entre as duas correntes político-ideológicas que disputavam a influência intragovernamental.²³ Durante o início da Guerra e malgrado suas posições pessoais, Getúlio se negava a emitir qualquer comunicado apoiando ou desaprovando qualquer um dos lados. Apoiado nos princípios do pan-americanismo, explicava a neutralidade do Brasil e argumentava que a guerra era um assunto europeu e não americano, além de temer a retaliação comercial e militar que viria como resposta de qualquer posição diplomática equivocada.

A diplomacia estado-novista, mesmo ciente da posição assimétrica de força em que o Brasil se situava, manobrou e procurou lograr benefícios da disputa entre os blocos representados pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Nesse momento, um dos objetivos do Estado Novo era a busca de financiamento para a construção de um parque siderúrgico no Brasil. Além de possibilitar a construção de máquinas pesadas e armamentos no interior do país, a implantação da siderurgia no Brasil estava relacionada, no campo simbólico, à autonomia diante das grandes potências e à soberania nacional.²⁴

Cientes da simpatia de vários oficiais brasileiros de alto escalão pelo Eixo, os Estados Unidos buscaram se aproximar diplomaticamente do Brasil objetivando limitar a influência germanófila e alinhar o Brasil aos seus interesses estratégicos. Em setembro de 1940, o compromisso do Export Import Bank em financiar a construção da futura usina de Volta Redonda seria firmado. Com isso, iniciou-se o lento processo de aproximação entre setores importantes da oficialidade militar brasileira e os Estados Unidos.²⁵ Nesse processo de negociações, foi estabelecido um acordo de venda de minérios em troca de fornecimento de material bélico ao Brasil. Na verdade, esse acordo teve uma finalidade muito mais simbólica

²² Idem, *ibidem*, p.2041-2042

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ D'ARAÚJO, op. cit., loc. cit.

²⁵ ABREU, op. cit.

do que efetiva, na medida em que as autoridades norte-americanas desconfiavam da oficialidade brasileira devido às suas simpatias nazifascistas, e a oficialidade brasileira temia as possíveis represálias que surgiriam como consequências de uma das mais importantes exigências norte-americanas: a construção de bases militares no nordeste brasileiro. É importante ressaltar que, na perspectiva geopolítica, a costa brasileira, em especial a região Nordeste, representava uma região-chave para a instalação de bases aeronavais que permitissem o patrulhamento do atlântico sul e o abastecimento dos Aliados. Natal e Fernando de Noronha representavam locais estratégicos nesse sentido.

Na verdade, era impossível para o Brasil esquecer seus históricos compromissos geopolíticos e econômicos com os Aliados, em especial com os Estados Unidos.²⁶ Este país, mesmo antes de entrar efetivamente na Guerra, pressionou o Brasil e outros países em sua órbita de influência para fornecer alimentos, armas e munições aos Aliados. Após os ataques japoneses à base de Pearl Harbour e a entrada dos Estados Unidos na Guerra, essas pressões aumentaram. Se antes Getúlio asseverava que uma posição diplomática brasileira em relação ao conflito não faria sentido, pois nenhum país do continente americano havia sido atacado, após os ataques a Pearl Harbour, essa argumentação perdeu completamente a validade.

Um mês após os ataques de Pearl Harbour, ocorreu, no Rio de Janeiro, a 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas. Nessa reunião, eram três os objetivos dos Estados Unidos: forçar o rompimento completo dos países americanos com o eixo, efetivar a cooperação militar e garantir o suprimento de matérias-primas estratégicas. Em face da aberta hostilidade argentina em relação às propostas americanas, a posição adotada pelo Brasil se tornou essencial para a garantia do apoio diplomático latino-americano ao projeto norte-americano. Percebendo a crescente importância de sua influência, o Brasil teve maior poder para negociar, em troca das demandas norte-americanas, além de uma série de garantias militares, a liberação efetiva dos recursos necessários para a construção de Volta Redonda e um conjunto de medidas comerciais.²⁷

Em março de 1943, a assinatura dos acordos de Washington constituiu um marco político-diplomático importante. Primeiro, deve-se lembrar que é nesse momento que anterior postura hesitante do governo brasileiro se transforma numa posição de engajamento pró-

²⁶ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Tomo III – O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964), Volume 3. São Paulo: Difel, 1983, p. 228.

²⁷ ABREU, op. cit., p. 2041-2042.

americano no conflito. Nesse momento, Vargas tenta transformar o Brasil numa espécie de “aliado privilegiado” dos Estados Unidos e expandir os efeitos dessa aliança militar no campo político e econômico.²⁸ No campo militar, a aliança se desdobrou no afastamento do general Góis Monteiro da chefia do Estado-Maior, no declínio da corrente militar nacionalista e na elaboração de uma nova “doutrina militar” de subordinação à estratégia norte-americana e na iniciativa de propor a Roosevelt o envio de um corpo expedicionário à Europa. No campo político interno, a nova postura internacional se traduziu na demissão das principais figuras do governo ligadas ao Eixo, antes mesmo da declaração oficial de guerra do Brasil à Alemanha. Por fim, no plano econômico foi proposto o envio de uma missão norte-americana, a Missão Cooke, para estabelecer as diretrizes gerais do desenvolvimento econômico brasileiro.

A mudança diplomática do Estado Novo não resultava apenas em considerações imediatas decorrentes da percepção da mudança do curso do conflito e da crescente possibilidade da Alemanha perder a guerra. Na realidade, Vargas pautou suas ações a partir de um planejamento do que seria o cenário de pós-guerra e pensando também na conveniência e nos benefícios que a aproximação diplomática com um aliado forte como os Estados Unidos poderia trazer ao Brasil. Podemos concluir que, apesar das crescentes relações entre Brasil e Alemanha e das simpatias de Vargas e da cúpula do Estado Novo pelo Eixo, a influência geopolítica norte-americana foi forte demais para ser simplesmente abandonada.

Durante o início dos anos 40, iniciou-se uma série de manifestações e mobilizações populares exigindo a declaração de guerra entre o Brasil e as potências do Eixo. Com intensa participação de trabalhadores ligados a sindicatos influenciados pelo clandestino Partido Comunista do Brasil (PCB) e de estudantes vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), uma série de manifestações antifascistas tomaram as ruas das grandes cidades brasileiras exigindo a participação do Brasil, ao lado dos Aliados, no esforço de derrotar o nazifascismo. Alguns setores militares também ansiavam pela guerra e apoiaram essas manifestações em seus discursos.²⁹

Apesar da crescente influência nas ruas e na opinião pública de diversos setores da sociedade brasileira, as manifestações antifascistas não conseguiram persuadir diretamente a cúpula do governo que, apesar das crescentes pressões, mantinha uma posição de neutralidade ante o recrudescente conflito mundial que se expandiu com a invasão da União Soviética, a

²⁸ ABREU, op. cit., p. 2041-2042.

²⁹ ALMEIDA JÚNIOR, op. cit., loc. cit.

entrada dos Estados Unidos na Guerra e a ocupação alemã no norte da África. Porém uma série de novos acontecimentos transformaram as manifestações antifascistas em campanhas de clamor nacional pela declaração de guerra e inviabilizaram a postura de neutralidade assumida pelos dirigentes do Estado Novo.

Internamente, durante o ano de 1942, a marinha alemã iniciou uma operação submarina que objetivava dificultar e impedir que navios mercantes, mesmo que de países não beligerantes, abastecessem seus inimigos. Com isso, entre março e agosto de 1942, uma série de navios mercantes brasileiros foram torpedeados e afundados, causando centenas de mortes de civis e uma grande comoção nacional. Os manifestantes chegaram ao ponto de agredir vários cidadãos de origem italiana, alemã e japonesa nas grandes cidades e de saquear estabelecimentos comerciais cujos proprietários eram italianos ou alemães ou japoneses.

A entrada do Brasil no conflito mundial ao lado dos Aliados estabeleceu uma oposição evidente no interior da vida política brasileira. O Estado Novo entrou em visível contradição ao apoiar os países que defendiam os preceitos da democracia liberal, visto que esse regime tinha nítidas afinidades ideológicas com o nazifascismo. O apoio aos países Aliados, vinculados ao ideário liberal-democrático, estimulou o movimento de questionamento do regime autoritário iniciado por intelectuais e elites opositoras. Afinal, como podia o país combater o fascismo internacional e sustentar internamente uma ditadura de moldes fascistas? A partir desse paradoxo, surgem contestações à doutrina e às práticas autoritárias que caracterizavam o regime varguista.

1.2 Oposições ao Estado Novo

Para as oposições ao Estado Novo, a luta dos pracinhas da FEB nos campos da Itália deveria ser necessariamente complementada em nível interno por uma luta contra a ditadura getulista. Havia, no plano interno, setores da opinião pública que postulavam a saída democrática para a resolução dos problemas dos povos. As palavras de ordem do período, ecoadas por amplos segmentos da população e da sociedade civil brasileira, foram representadas pelas bandeiras políticas da redemocratização, da participação popular e das reformas sociais. Contudo, devemos lembrar que as oposições não constituíam um bloco

monolítico e nem mesmo representavam os mesmos setores sociais e políticos do país³⁰. Oligarquias regionais, antigos aliados de Getúlio, setores liberais e até mesmo grupos vinculados às esquerdas representavam diferentes posições políticas dentro do espectro oposicionista.

É interessante notar que essa corrente contrária ao Estado Novo, apesar dos ventos favoráveis à redemocratização, é de extração social limitada e numericamente reduzida, basicamente formada por empresários, bacharéis, militares de alta patente – principalmente da Aeronáutica – e por segmentos intelectualizados comprometidos com os princípios liberais. Havia também reduzidos segmentos de esquerda, duramente reprimidos durante o Estado Novo, que propugnavam a volta das liberdades democráticas. Talvez o aspecto que garantiu maior semelhança aos setores oposicionistas foi o fato de terem sido duramente golpeados e desarticulados pelo Estado Novo. Com esse passado em comum, essas oposições tentaram forjar uma complexa aliança tática que obteve maior efeito simbólico do que prático³¹. Apesar da desunião, a força dessas oposições passa a crescer com as consequências da Segunda Guerra. A radicalização desse movimento de contestação se deu em 1945, com as manifestações de grupos de estudantes e de setores da imprensa a favor da redemocratização.

As divergências em relação à manutenção do Estado Novo também atingem as elites sociais e econômicas do país. Vargas sofre uma grave derrota política em São Paulo, simbolizada pelo fracasso da festa do Teatro municipal, quando centenas de empresários e personalidades paulistas não comparecem à cerimônia atestando a ruptura do pacto corporativo que unia esses setores das classes dominantes a Getúlio Vargas³².

Em 1943, a luta contra o Estado Novo já estava se desenvolvendo de forma muito mais ampla. Dentro do governo, as defecções passaram a crescer em número e importância. A demissão de Oswaldo Aranha, ministro de Relações Exteriores que se mostrava francamente favorável a uma abertura democrática, se juntava a outros nomes de militares. Também em 1943 ocorreu a criação da *Sociedade Amigos da América* pelo general Manuel Rabelo, membro do Superior Tribunal Militar. A sociedade contava também com a atuação dos generais Horta Barbosa e Cândido Rondon e a presença de Afonso Arinos de Mello Franco, Virgílio de Mello Franco e numerosos estudantes. Seu objetivo principal era lutar contra todas as doutrinas fascistas internacionais e nacionais e, por esse motivo, a sociedade se

³⁰ ALMEIDA JÚNIOR, op. cit., loc. cit.

³¹ ALMEIDA JÚNIOR, op. cit., p. 229.

³² VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.244.

desenvolveu em vários estados da Nação como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. No bojo desse mesmo processo ocorreu a refundação da Liga de Defesa Nacional, datada da Primeira Guerra, que assumiu uma postura de combate ao fascismo. Entre seus quadros constam os nomes de Gilberto Freyre, Aníbal Machado e Arthur Ramos, além de vários militantes do clandestino Partido Comunista do Brasil. Em 1943, a Sociedade Amigos da América, a Liga de Defesa Nacional e a UNE se organizaram para lançar a “Semana Antifascista” que objetivava ampliar a formação política dos círculos estudantis e operários que se dedicavam à luta contra o nazifascismo.³³

Em outubro de 1943, como parte desse processo inicial de ruptura com o Estado Novo, um setor da elite mineira composta por intelectuais e políticos de tendências liberais, descontentes com a impossibilidade de interferir de forma significativa na política nacional durante a vigência da ditadura estado-novista, redigiu e assinou um documento que ficou conhecido como “Manifesto dos Mineiros”³⁴. Entre os seus 92 signatários estavam importantes políticos e intelectuais mineiros como Pedro Aleixo, Afonso Arinos de Melo Franco, José de Magalhães Pinto, Artur Bernardes, Milton Campos, Odilon Braga, Virgílio Melo Franco e Dario Almeida Magalhães. Em relação ao conteúdo, o Manifesto dos Mineiros apresentava as marcas do liberalismo democrático, pois exigia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a restituição das liberdades democráticas ao país. O pioneirismo de sua divulgação foi importantíssimo, pois abriu espaço e serviu de influência para as posteriores manifestações de oposição ao regime, como a Carta aos Brasileiros e a Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores. Além disso, o manifesto expressou claramente o afastamento de Vargas das elites sociais e econômicas e a redução do apoio desses setores sociais ao Estado Novo.

No mês seguinte ao manifesto dos mineiros, Hélio Mota, presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pediu publicamente a destituição de Vargas. A passeata de protesto que se seguiu à prisão foi reprimida com violência pelo secretário de Segurança Pública de São Paulo e teve um saldo de 2 mortos e 25 feridos. Outras passeatas exigindo a redemocratização do país ocorreram em vários estados e foram duramente reprimidas³⁵.

³³ ALMEIDA JÚNIOR, op. cit., p. 230.

³⁴ ABREU, op. cit., p. 2041-2042.

³⁵ ALMEIDA JÚNIOR, op. cit., p. 231.

Na cúpula dirigente do Estado Novo ocorrem os primeiros dissensos sobre a urgência e condução do processo de redemocratização do Brasil. Getúlio Vargas, apesar de defender a realização das eleições após o fim da guerra, pede aos ministros que enviem suas posições sobre a redemocratização. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra à época, e um dos principais sustentáculos do Estado Novo, almejava construir um projeto político pessoal com o objetivo de chegar à Presidência da República e, por isso, atestava a necessidade de uma ruptura com a obsoleta ordem estado-novista já em 1943. Nesse mesmo período, o General Góis Monteiro, sustentáculo militar e idealizador do Estado Novo, também se afastou gradativamente de Vargas. Convencido de que o regime autoritário não sobreviveria aos novos tempos, o general acabou abandonando seu cargo de embaixador do Brasil em Montevideu e regressando ao Brasil. Empossado no Ministério da Guerra, em agosto de 1945, Góis Monteiro agiu intensamente para garantir a saída de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas pretendeu manter seu poder e influência na nova ordem institucional que se engendrava, e suas ações foram marcadas pela tentativa de manter as atenções no esforço de guerra para adiar as eleições. Até fins de 1944, as atitudes de Getúlio se direcionavam no sentido de postergar a adoção de medidas relacionadas à abertura democrática, prometendo, inclusive, de forma demasiadamente vaga, a convocação de eleições. Benedito Valladares, importante político da época, registrou em suas memórias a recusa de Getúlio em aceitar as instituições democráticas:

Presidente, estamos lutando na Europa ao lado dos Aliados pela democracia. Muitos brasileiros já foram sacrificados. Não podemos continuar no regime ditatorial em que estamos vivendo. O senhor podia convocar uma constituinte e se elegeria facilmente.

- Você acha que eu quero governar com o Parlamento, Benedito?! [...] ³⁶

É importante lembrar que na Carta Constitucional de 1937 estava previsto um plebiscito para validar o mandato de Vargas no artigo 175. Caso o plebiscito fosse favorável à constituição, o governo de Vargas acabaria em 1943, pois o artigo 80 da Carta Magna de 1937 estabelecia a duração de seis anos para o mandato presidencial. Devido à participação brasileira na guerra, o plebiscito havia sido suspenso e o quadro político de indefinição perdurou, levando as forças que lutavam pela redemocratização questionar a legitimidade de um governo que não tinha prazo estabelecido para terminar ³⁷.

³⁶ VALLADARES, Benedito. **Tempos idos e vividos**: memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 232.

³⁷ VIANNA, op. cit., p. 243.

Com o objetivo de impedir o continuísmo varguista, Dutra empenhou-se em apressar a preparação de um calendário eleitoral e de reformas no regime, que deveria ocorrer num prazo máximo de três ou quatro meses, sob o pretexto de evitar perigos à manutenção da ordem institucional e evitar agitações político-sociais³⁸.

No mês de janeiro de 1945, outra manifestação da oposição contribuiu para recrudescer a crise do regime. O I Congresso Brasileiro dos Escritores, organizado pela Associação Brasileira dos Escritores (ABDE) reuniu nomes expressivos da literatura nacional, como Sérgio Buarque de Holanda, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, Jorge Amado entre outros. O congresso representou uma importante manifestação para a redemocratização do país e um momento ímpar na história da cultura brasileira, pois reuniu escritores e intelectuais de variadas tendências e opiniões em torno da pauta política da redemocratização³⁹. Durante o evento, foi lançada uma declaração de princípios redigida por José Eduardo Prado Kelly, Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Hermes Lima que apresentava a posição política do Congresso em relação aos problemas daquela conjuntura histórica. Entre os pontos desse manifesto, se destacavam:

PRIMEIRO – a legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna;

SEGUNDO – O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal direto e secreto;

TERCEIRO – Só pleno exercício da soberania popular em todas as nações torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

Conclusão: O congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados que são aqueles pelos quais se batem as Forças Armadas do Brasil e das Nações Unidas.⁴⁰

No início do ano de 1945, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura governamental, já não podia conter a onda de protestos que se intensificava. A entrevista de José Américo de Almeida, publicada no **Correio da Manhã**, no dia 22 de fevereiro, é sintomática desse processo. Seguindo a proposição de Virgílio de Melo Franco e de Luís Camilo de Oliveira Neto, José Américo concedeu entrevista ao jornalista Carlos Lacerda na qual criticou o regime ditatorial e apontou os fracassos da administração do Estado Novo.⁴¹ Coube ao **Correio da Manhã** romper a barreira imposta pela censura e

³⁸ VIANNA, op. cit., p. 243.

³⁹ ABREU, op. cit., p. 2041-2042.

⁴⁰ LIMA, op. cit., p. 140.

⁴¹ ABREU, op. cit., p. 2041-2042.

publicar o texto, gerando enorme repercussão. No dia 24, José Américo concedeu uma segunda entrevista a Edgar da Mata Machado, publicada no dia seguinte, em **O Globo**, em que revelou que o candidato das oposições à eleição presidencial seria o brigadeiro Eduardo Gomes.⁴² Segundo o próprio Edgar da Mata Machado:

Quando chegamos à casa do José Américo, chegou também uma notícia do Recife, porque a entrevista do José Américo já estava circulando. O Brigadeiro Eduardo Gomes já tinha lido a entrevista. E um rapaz do Recife trouxe um recado do Brigadeiro: “Feita a publicação da entrevista do José Américo, podem anunciar a minha candidatura.” Da entrevista constava que “as forças que lutam pelo regime democrático já têm um candidato irrelatável, cujo nome só será conhecido com autorização dele.”[...] Então, eu resolvi meu problema imediatamente. Foi uma solução jornalística: publicar o nome do Brigadeiro. Eu nem ouvi o resto da conversa: entrei no automóvel, larguei o Luís lá, coitado, fui e fiz a reportagem.⁴³

1.3 Processo de Redemocratização

Getúlio Vargas percebeu o clima geral que caracterizava as relações internacionais, bem como os novos ventos que sopravam na política nacional e cedeu às pressões, realizando um amplo processo de aprovação de medidas com vistas à liberalização do regime. Era intenção de Getúlio e de seus seguidores, que fizeram carreira na burocracia estado-novista, manter algum controle sobre o poder conquistado na década de 1930. Decorre desse interesse a necessidade de administrar de perto o processo de redemocratização e influenciar ao máximo os seus rumos. Para os getulistas, a redemocratização deveria acontecer com o mínimo de rupturas possível e se estabelecer a partir de uma estratégia de conciliação, um verdadeiro pacto. Segundo Dulce Pandolfi:

Diante de mudanças na conjuntura internacional, e pressionado pelas manifestações dos mais variados setores da sociedade, o governo se apressou então a adotar uma série de medidas liberalizantes: suspendeu a censura aos meios de comunicação e concedeu anistia aos presos políticos. Era necessário elaborar uma legislação adequada aos novos tempos. Uma das particularidades daquele momento histórico era que a transição do autoritarismo para a democracia estava sendo conduzida pela própria elite estadonovista. A frase atribuída a Agamenon Magalhães, um dos principais artífices do Estado Novo e ministro da Justiça naquela conjuntura, é emblemática do clima da época: “O regime vai mudar e eu também”⁴⁴.

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ DULCI, Otávio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos; NEVES, Lucília de Almeida (Org.). **Edgar de Godói da Mata Machado: Fé, Cultura e Liberdade**. Belo Horizonte: UFMG/Loyola, 1993, p. 116.

⁴⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e Participação Política nas Diversas Repúblicas do Brasil. In GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. p. 97.

Sem conseguir controlar o novo processo em curso e procurando aplacar as discussões em torno do processo eleitoral, Vargas acaba cedendo em relação a algumas demandas da redemocratização. É interessante lembrar que, apesar da Constituição de 1937 ter transformado os poderes do executivo em poderes praticamente ilimitados, permitindo-lhe inclusive governar por decretos-leis sobre todos os assuntos de competência do legislativo, a Carta Magna de 1937 não permitia que o presidente modificasse a Constituição⁴⁵. Apesar disso, Vargas executou uma série de modificações constitucionais a partir de 1938. Posto isso, uma das modificações mais importantes ocorreu em fevereiro de 1945, quando foi editado o Ato Adicional nº 9, estipulando que dentro de 90 dias seriam fixadas a data para a realização de eleições no país:

O artigo 4º ficou assim redigido: Dentro de 90 dias serão fixadas em lei as datas das eleições para o segundo período presidencial e para governadores dos Estados, assim como das primeiras eleições para o Parlamento e as Assembleias legislativas. Considerar-se-ão eleitos e habilitados a exercer o mandato os cidadãos diplomados pelos órgãos incumbidos de apurar as eleições. O presidente eleito tomará posse trinta dias depois de lhe ser comunicado o resultado da eleição, perante o órgão incumbido de proclamá-lo. O Parlamento instalar-se-á sessenta dias após a eleição⁴⁶.

Esta lei manteve em vigência a Lei nº 2, de 1938, que, por sua vez, reestabelecia a vigência do artigo 77 da Carta de 1937, o qual garantia ao presidente a possibilidade de decretar a aposentadoria ou reforma de funcionários, civis ou militares, sem que houvesse qualquer apreciação judiciária sobre esses atos⁴⁷. O decreto-lei que estabeleceu o ato adicional não correspondeu aos interesses e expectativas das oposições. Segundo elas, a publicação do ato adicional não passou de uma tentativa getulista de se perpetuar no poder, sob a aparência de uma democracia representativa, mediante a mobilização da máquina eleitoral do governo, das pressões, como a possibilidade de reformar funcionários públicos, e da corrupção eleitoral:⁴⁸

Já todos sabem o que se está passando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter interventores e demais autoridades públicas pela consagração de processos eleitorais capazes de co-honestar essa transformação aparente [...]. O projeto que se anuncia, mas que não foi ainda

⁴⁵ SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 111.

⁴⁶ VALLADARES, op. cit., p. 234.

⁴⁷ SOUZA, op. cit., loc. cit.

⁴⁸ ALMEIDA JÚNIOR, op. cit., p. 234.

divulgado, devia ser submetido a uma comissão de notáveis e à consideração de órgãos autorizados, como a Ordem dos Advogados [...].⁴⁹

As contradições que marcaram o processo de redemocratização são notáveis. Apesar das mudanças ocorridas na política nacional durante aqueles anos, os acontecimentos que se sucederam não inviabilizaram a continuidade em relação ao mercado econômico e à manutenção da estrutura corporativista no movimento sindical. O período que se iniciou foi marcado pela revalorização das ideias liberais. Mesmo assim, os sindicatos se mantiveram atrelados ao Estado como no regime autoritário anterior. A tônica dessa mudança era paradoxal, marcada fortemente pelo conservadorismo, o que implicava sua realização pelas elites, com o menor número de modificações substanciais possível, caracterizando uma verdadeira transição pelo alto e um processo de continuidade na transformação⁵⁰. Ao comentar sobre os projetos de redemocratização postulados pelos atores políticos da conjuntura, Luiz Werneck Vianna atestou a impossibilidade da adoção de um projeto político liberal, mesmo que opositor, que prescindisse da CLT e do sindicalismo corporativista:

O liberalismo de seus adversários, diferenciando-se pouco, aliás, da proposta contida na lei constitucional nº9, não poderá coexistir com uma classe operária isenta dos mecanismos institucionais de controle previstos na CLT. A própria condição do novo pacto liberal será expressa – na lei, nas instituições e na prática política – pela possibilidade de se manter os assalariados, e a classe operária em particular, dentro dos canais sob a jurisdição do Estado⁵¹.

A partir de 1942/43, o Estado Novo realizou um verdadeiro esforço político para fortalecer a sua estrutura sindical-corporativista e estabelecer um pacto social com as classes trabalhadoras. Algumas iniciativas do período atestam esse esforço: a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical e os reajustes no salário mínimo.⁵² Segundo Angela de Castro Gomes:

Desta forma, se em seu formato político o Estado Novo não se sustentava mais – se a “democracia autoritária” era inviável dentro da nova situação internacional e nacional –, o impacto ideológico de um projeto governamental centrado na mitologia do trabalho e trabalhador tinha desdobramentos mais complexos⁵³

⁴⁹ SOUZA, op. cit., loc. cit.

⁵⁰ DELGADO apud FERREIRA, 2008, p. 131.

⁵¹ VIANNA, op. cit., p. 249.

⁵² GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 249.

⁵³ Ibid., loc. cit.

Em razão dos ventos liberais e democráticos que se espalhavam da Europa e começavam a surtir efeitos na política brasileira, o Estado Novo começou a projetar uma reforma constitucional e também a formação de um partido político governista que, articulado com os sindicatos, fosse capaz de garantir uma transição democrática com o mínimo de abalos possível. O contexto internacional impunha ao regime e aos seus dirigentes o encaminhamento da sensível questão político-eleitoral, estranha ao autoritarismo do Estado Novo e ao discurso do regime que tachava os partidos como formas organizativas falidas e artífices da desintegração da Nação⁵⁴.

O ministro Marcondes Filho foi o primeiro a iniciar as discussões e planejamentos acerca do formato, número e composição da ideologia de um possível partido governista⁵⁵. Segundo Angela de Castro Gomes, o ano de 1941 é marco de uma série de articulações interessadas em montar uma organização de fachada, de caráter cultural, para organizar os setores de apoio ao presidente Vargas. A ideia dos getulistas, inspirada pela União Cívica Radical Argentina, era criar uma organização intitulada de União Cultural Brasileira (UCB) que teria a responsabilidade de realizar uma série de campanhas de esclarecimento sobre o governo Vargas com o objetivo de reunir, no mesmo projeto, uma série de lideranças políticas e intelectuais do Estado Novo e organizar a ampla base de apoio que Vargas obteve junto aos trabalhadores.

Esta reflexão, apoiada pelo contexto internacional, também contava com ação dos numerosos setores e grupos políticos que conduziam o poder no regime e daqueles que participavam do controle que a estrutura sindical exercia sobre as classes trabalhadoras. Ou seja, as possibilidades de transição para a ordem liberal-democrática interessavam diretamente a uma heterogeneidade de atores políticos ligados à cúpula executiva e burocrática e à máquina sindical e previdenciária, fato que, se representou a ampla adesão ao regime de vários setores sociais, também gerou dificuldades para a montagem de um canal de participação política no formato de um partido.⁵⁶

Segundo Angela de Castro Gomes, é em virtude dos conflitos entre os grupos políticos e sociais do campo governista que o projeto da União Cultural Brasileira não se realizou:

[...] Segundo ele, Marcondes queria o controle do futuro partido e temia a presença da forte liderança estadual, que por isso se mobilizou e sustou o projeto. Nesta perspectiva, os interventores desejavam participar, mas não aceitavam uma posição

⁵⁴ Ibid., p. 250.

⁵⁵ Ibid., p. 251.

⁵⁶ Ibid., p. 250.

subordinada. Contudo, a reação das lideranças estaduais também pode ser interpretada como um bloqueio à própria natureza do projeto, que combinava elites políticas e classe trabalhadora em um só partido, que indiscutivelmente afigurava-se como um partido de massas⁵⁷.

Com o fracasso da UCB e com a participação do Brasil na Guerra ao lado dos aliados, o projeto de construção de um partido foi momentaneamente postergado. Com uma conjuntura marcada pela organização das oposições liberais e com a crescente descrença na viabilidade do Estado Novo, um processo visível de criação de um partido governista que agrupasse todos os setores ligados ao getulismo ficou inviabilizado.

No correr de abril, pela graça da anistia, centenas de presos políticos reingressaram na vida civil e partidária, inclusive os comunistas. Marcadas as eleições para 2 de dezembro de 1945, da campanha presidencial participaram três candidatos, o General Eurico Gaspar Dutra, cognominado pela literatura política oficial de condestável do Estado Novo, o brigadeiro Eduardo Gomes e o engenheiro Iedo Fiúza. Formalizados os requisitos legais do processo de redemocratização, organizaram-se os partidos que dominaram a cena nacional até a revolução de 1964⁵⁸.

Vargas decretou anistia aos presos políticos em abril de 1945 e convocou para o final do ano o pleito presidencial e as eleições para os representantes da Assembleia Constituinte que iria redigir a nova carta constitucional do país. A censura havia sido suspensa, o que permitiu sensibilizar amplos setores da sociedade para a causa da anistia ampla e irrestrita. Com a libertação dos presos políticos do Estado Novo e a volta dos exilados, voltavam à cena política importantes lideranças. Entre eles, figurava o nome de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, que estava preso há nove anos nas celas do Estado Novo:

Saiu pelo portão com a fisionomia contraída, abatido e com muitos quilos a menos. Ainda ouviu um homem gritar, no meio da multidão: “Viva o general Prestes! Viva o cavaleiro da Esperança!” Esboçou um sorriso, entrou no carro ao lado de amigos mais próximos e foi-se embora. Voltava novamente à liberdade. Tinha 47 anos, envelhecera. Não sabia que Olga tinha morrido, nem quando veria a filha Anita, que estava vivendo em Moscou⁵⁹.

⁵⁷ Ibid., p. 252.

⁵⁸ LIMA, op. cit., p. 142.

⁵⁹ MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e Autocríticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 99.

1.4 Novo Código Eleitoral

As medidas mais importantes para garantir o almejado controle sobre o processo de redemocratização se deram no plano da organização partidária e da legislação eleitoral. Em 28 de maio de 1945, foi decretado o novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586), também conhecido como “Lei Agamenon”, em alusão a Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, nomeado no início de março com a incumbência específica de elaborar o novo código.

De acordo com o decreto, a data das eleições presidenciais e do Congresso Constituinte estava marcada para 2 de dezembro de 1945, enquanto as eleições estaduais ficaram para 6 de maio de 1946. Importante instrumento de continuidade do grupo dirigente do Estado Novo, a Lei Agamenon Magalhães reproduziu, em termos de parâmetros gerais do processo eleitoral, grande parte dos procedimentos e dos conceitos principais do Código Eleitoral de 1932.⁶⁰ A grande mudança em relação ao código anterior está no estabelecimento de um novo parâmetro de organização dos novos partidos políticos. Se anteriormente a legislação permitia a existência de partidos estaduais e até uniestaduais, a partir da Lei Agamenon ficou explícito a nacionalização das organizações partidárias.⁶¹ De acordo com esse decreto, os partidos deveriam ter abrangência nacional, obtendo apoio de pelo menos 10 mil eleitores distribuídos em cinco ou mais estados, sendo que em nenhum dos estados o partido passível de registro poderia contar com menos de 500 assinaturas. Essa medida surgiu a partir do temor da emergência de uma configuração política parecida com aquela da República Velha, composta por partidos regionais de base oligárquica. A legislação adotada pela primeira vez deu origem a partidos de abrangência efetivamente nacional, um fato verdadeiramente novo na República.

É relevante notar que, no momento de sua implementação, a exigência de partidos nacionais soava como uma manobra continuísta dos dirigentes do Estado Novo. Afinal, num processo eleitoral controlado pela máquina estado-novista, apenas o partido do governo, com base em suas interventorias, contava com a possibilidade de encetar articulações nacionais,

⁶⁰ SOUZA, op. cit., p. 114.

⁶¹ Ibid., p. 114.

enquanto as outras incipientes agremiações políticas contavam, no máximo, com articulações no âmbito regional.⁶²

Da perspectiva da proliferação dos partidos, os requisitos mínimos para o registro das agremiações foi, na realidade, bastante condescendente. A intenção inicial da comissão que foi encarregada de elaborar o Novo Código Eleitoral era exigir o mínimo de 50.000 assinaturas para o registro dos partidos. Devido às pressões de Dutra, que tinham como objetivo ajudar o partido de Plínio Salgado, a redução para 10.000 assinaturas ocorreu.⁶³

Segundo o Código Eleitoral, somente poderiam concorrer candidatos registrados em partidos políticos ou por alianças de partidos. Um candidato poderia concorrer por mais de um partido para os cargos regidos pelo princípio majoritário, mas somente por um partido ou coligação partidária para os cargos regidos pelo princípio proporcional. Além disso, os candidatos também poderiam concorrer simultaneamente para presidente, senador e deputado federal num mesmo estado ou em estados diferentes.⁶⁴ Essa possibilidade de eleição simultânea foi alvo de protestos da oposição, pois Vargas concorreu ao Senado por cinco estados e para deputado federal em nove, sendo eleito, respectivamente, em dois e sete. Devido ao mecanismo de sobras, expediente segundo o qual os votos do candidato eram transferidos para a coligação, Vargas conseguiu beneficiar uma miríade de candidaturas que contavam com um escasso número de votos.

Outro ponto importante do Código Eleitoral concerne às formas de alistamento eleitoral. Devido ao longo período sem participação políticas por meio dos canais partidários, à precariedade de recursos e à lentidão do alistamento individual, foi permitido o alistamento *ex-officio*, que consistia na elaboração de listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Sem dúvida, esse dispositivo também adquiriu um caráter de manobra governista, pois representava um instrumento tipicamente clientelista e urbano vinculado ao funcionalismo público ou à estrutura sindical corporativa. Com o objetivo de evitar ao máximo a influência da velha estrutura partidária e de seus procedimentos, os planejadores da política eleitoral privilegiaram, de forma a garantir o controle sobre o processo eleitoral, as agremiações da classe como cerne da implementação do sistema de alistamento⁶⁵.

⁶² Ibid., p. 115.

⁶³ Ibid., loc. cit.

⁶⁴ Ibid., p. 119.

⁶⁵ GOMES, 1994, p. 257.

1.5 Movimento Queremista

Outro fator relevante para explicar o conservadorismo da transição foi a grande expressão e adesão adquirida pelo projeto varguista com as massas trabalhadoras. As correntes contrárias ao varguismo, como já nos referimos, eram em sua maioria oriundas das classes médias e setores elitizados e, obviamente, suas demandas não contemplavam os amplos setores de trabalhadores nacionais. Esta população foi, durante os anos do Estado Novo, beneficiada por conquistas materiais e simbólicas proporcionadas pelo projeto trabalhista e permaneceu em alerta diante das repentinas e agitadas mudanças que marcaram a conjuntura do ano de 1945. Essa vigilância ocorreu devido à necessidade de defender o modelo nacionalista e a política trabalhista implementados por Vargas.

Também foi a partir de maio de 1945 que um grupo de simpatizantes de Vargas lançou o movimento Queremista no Rio de Janeiro. Seu objetivo inicial era manter Vargas no governo, adiando as eleições presidenciais e convocando eleições para a Constituinte ou, em caso de manutenção da data do pleito, lançar a candidatura de Getúlio à presidência. Segundo Angela de Castro Gomes, o regresso do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira marcou simbolicamente o início do movimento queremista:

A volta da FEB consagraria a vitória da luta pela democracia e a repulsa ao Estado Novo e a seu Presidente. O desfile das tropas pelas ruas da cidade seria como uma grande festa da UDN e de seu candidato. Não foi isto, entretanto, o que ocorreu. O desfile das tropas foi feito sob aclamação da população, mas, surpreendendo todas as previsões, quando Getúlio surgiu em carro aberto no seu encerramento, o público explodiu numa verdadeira ovação. O sinal verde estava dado. Não havia o que temer por parte do grande público, e a necessária proteção oficial estava igualmente garantida. O trabalhismo, mais velho, podia encarnar-se no queremismo e sair às ruas⁶⁶.

A partir desse momento, a transição democrática deixou de se restringir apenas às ações das elites e se ampliou com a participação dos trabalhadores na cena política. Reivindicando a soberania popular, os trabalhadores se articularam para exigir a decisão da maioria na escolha das candidaturas à presidência. Para Jorge Ferreira, ao contrário da interpretação das oposições liberais, que apostavam na manipulação populista exercida pelos meios de comunicação do Estado Novo, o Queremismo expressou certo tipo de cultura

⁶⁶ Ibid., p. 268.

política popular e uma identidade coletiva dos trabalhadores formulada por suas experiências e vivências e que atestavam os ganhos materiais e simbólicos obtidos durante o primeiro governo Vargas:

Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das “diretas já”, o queremismo apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder⁶⁷.

Contando com apoio tácito do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, e de seu chefe de gabinete, Segadas Viana, e com a simpatia do general Newton Estillac Leal, o movimento se expandiu e acabou alcançando diversas capitais do país. Aos poucos, o Movimento Queremista ganhou maior consistência política e organizativa com o aumento das adesões, núcleos e comitês de bairros e comícios relâmpagos que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro. É importante lembrar que a articulação entre o Ministério do Trabalho e o Movimento Queremista foi habilmente ocultada, pois, numa conjuntura favorável às oposições, qualquer evidência de apoio da máquina estatal ao movimento que pregava a continuidade de Vargas seria habilmente explorada pela oposição⁶⁸. Por isso os indivíduos que em todos os estados e municípios integravam o queremismo evitavam propositadamente em ingressar no PTB.⁶⁹ Apesar da importância desse apoio, não podemos considerá-lo como único fator que gerou a movimentação dos segmentos populares. Antes de tudo, sem a organização dos trabalhadores e a pressão popular exercida, os esforços dos empresários e do próprio Ministério do Trabalho seriam inócuos. Os amplos setores sociais que apoiaram e se mobilizaram para exigir a permanência de Vargas durante a crise do Estado Novo estavam temerosos que a possibilidade da ausência de Vargas no poder levasse à extinção da “obra getulista”, ou seja, à supressão dos benefícios sociais conquistados pela legislação trabalhista. Soma-se a esse temor a desconfiança dos trabalhadores em relação às oposições que se assemelhavam, e muito, às antigas oligarquias que governavam antes da Revolução de 1930. Segundo Jorge Ferreira:

⁶⁷ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a, p. 15. Volume 3.

⁶⁸ DELGADO, 2011. p. 51.

⁶⁹ GOMES, 1994, p. 268.

O conjunto de leis de proteção ao trabalho, definido pelos assalariados, no início de 1945, como “Trabalhismo” ou “Getulismo” – nesse momento as expressões eram intercambiáveis –, tinha que ser defendido. Os ataques a Vargas significavam, na cultura política popular, grande perigo para aqueles que, desde o início dos anos 1930, se beneficiavam da legislação⁷⁰.

É importante ressaltar o impacto que a legislação social, promulgada entre 1931 e 1934, teve na vida dos assalariados não foi inexpressiva. Ao contrário, o advento da legislação trabalhista na vida dos trabalhadores teve impacto suficiente para que, na memória popular, a década de 1930 representasse um divisor de águas nas relações entre Estado e classe trabalhadora⁷¹.

Repressão policial às reivindicações sindicais, campos de concentração, censura aos jornais operários, políticos indiferentes aos anseios populares, trabalhadores sem garantias, direitos sociais e reconhecimento político, eis a maneira como, em 1945, os que viviam do trabalho descreviam o tempo de “antes”⁷².

Durante esse período, Vargas manobrou intensamente esperando que a ascensão do Movimento Queremista acabasse por enterrar de vez as já impopulares candidaturas de Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. Seu intuito era ressurgir como o terceiro candidato à presidência e único com verdadeiro apoio popular. Contando efetivamente com o apoio dos trabalhadores, devido ao prestígio que adquiriu nesse segmento social com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Vargas manteve uma relação dúbia com o Movimento Queremista. Ao mesmo tempo em que não o apoiava claramente, também não prescindiu ou condenou seus esforços.

Nesse momento, o principal líder do Movimento Queremista foi o empresário Hugo Borghi, que comandava nacionalmente a campanha. Borghi financiou a campanha pró-Vargas e chegou a comprar três estações de rádio para propagá-lo: A Rádio Clube do Brasil, a Cruzeiro do Sul, do Rio de Janeiro e a Cruzeiro do Sul, de São Paulo. Na imprensa, o movimento era apoiado pelo jornal **O Radical**. Segundo Hugo Borghi (apud FERREIRA, 2008, p. 20):

A UDN conseguiu unir a direita e a extrema-direita. Todos os jornais, rádios e televisões atacavam Getúlio frontalmente, mas esqueciam que estavam atacando a obra trabalhista de Getúlio. E havia nitidamente uma luta de classes travada. Eu sentia aquilo⁷³.

⁷⁰ FERREIRA, op. cit., p. 18.

⁷¹ Ibid., p. 29.

⁷² Ibid., loc. cit.

⁷³ Ibid., p. 20.

O crescimento do Movimento Queremista e a proximidade de seu primeiro comício acabaram por instigar as oposições a atacar veementemente Getúlio Vargas. Os jornais também aumentaram seus ataques:

Segundo o editorial do Diário da Noite, de São Paulo, Vargas, de fato, “desfruta de alguma popularidade” entre certas categorias de trabalhadores. Mas o prestígio do ditador explica-se fundamentalmente “pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força da mística que souberam difundir [...], desfrutaram de popularidade [...] de milhões de homens fanatizados, bestializados [...], excitando sua imaginação. Como Hitler e Mussolini, continua o jornal, Vargas, durante o Estado Novo, inundou as mentes dos trabalhadores com sua “propaganda totalitária”, permitindo que surgisse a “praga daninha” do “queremismo”⁷⁴.

No dia 20 de agosto, ocorreu o primeiro comício queremista. Esse grande comício foi organizado no Rio de Janeiro, e os milhares de manifestantes se reuniram no largo da Carioca, e partiram em marcha até o Palácio Guanabara para ouvir as palavras do presidente e exigir a sua continuidade no governo. Atento aos desejos dos milhares de manifestantes queremistas, Vargas recebia pessoalmente a população. Em seus discursos aos queremistas, Vargas reafirmava sua posição de não ser candidato e afirmava seu desejo de afastar-se da vida pública e de conduzir o processo de redemocratização.⁷⁵ Entre as várias manifestações queremistas, podemos destacar duas que foram muito significativas: a de 30 de agosto e a de três de outubro. Na última semana de agosto, os queremistas se concentraram naquilo que ficou conhecido como “dia do fico”. Contando com a assistência do Ministério do Trabalho, milhares de cartazes e panfletos e incontáveis comunicados anunciaram o comício que foi transmitido por uma cadeia de 58 rádios, o que permitiu às populações das capitais estaduais acompanharem as manifestações.⁷⁶ Os manifestantes se reuniram no largo da Carioca e marcharam até a sede do governo – em um dos episódios que ficaram conhecidos como “marcha luminosa” – para assistir aos oradores discursando em defesa da continuidade de Vargas e esperando que o presidente se desincompatibilizasse do governo para poder concorrer às eleições. Para frustração generalizada, o presidente não se desincompatibilizou o que, felizmente, levou os queremistas a reelaborar suas reivindicações políticas:

Ao reconhecerem o novo lema “A solução é a Constituinte”, os queremistas clamaram por uma “Constituinte com Getúlio”. As mudanças, de julho para agosto, portanto, são significativas. Da simples personalização da política com a palavra-de-ordem “Getúlio, com ou sem Constituinte”, o movimento passou a reconhecer a

⁷⁴ Ibid., p. 23.

⁷⁵ GOMES, 1994, p. 269.

⁷⁶ FERREIRA, op. cit., p. 27.

necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte⁷⁷.

No dia 3 de outubro, o comício organizado comemorou o aniversário da Revolução de 1930 e tornou claras as pretensões continuístas de Getúlio. Chamado de “dia V” em referência ao dia da vitória, esse comício queremista teve efetivamente caráter nacional. Em várias capitais, cidades e vilas, os queremistas manifestaram seu apoio à Constituinte com Getúlio. Sem esconder o apoio do Ministério do Trabalho e o financiamento privado, o comitê pró-candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal e de outras capitais conseguiu levar as massas populares para a praça pública.⁷⁸ Se nos discursos anteriores a posição de Vargas estava marcada por certa ambiguidade em relação ao movimento queremista, nesse discurso ele tornou seus objetivos mais explícitos. Vargas, após denunciar forças que se opunham à convocação da Constituinte, afirmou em tom de desafio: “Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depender, o povo pode contar comigo.”⁷⁹

Nesse comício, os queremistas entregaram sua plataforma de reivindicações, exigindo a realização das eleições para a escolha dos legítimos representantes do povo na Assembleia Nacional Constituinte, que ocorreria no dia 2 de dezembro. De acordo com os queremistas, as eleições para presidente da República seria prefixadas pela nova Constituição.

Esse movimento foi igualmente apoiado pelo PCB que, alinhado com a política externa da União Soviética, seguiu suas diretrizes. Essas indicavam expressamente aos partidos comunistas o apoio irrestrito aos governos que lutaram ao lado dos aliados contra o nazifascismo, independentemente do fato de serem democracias ou ditaduras. Igualmente decisiva para que as ações do partido tomassem essa direção foi a Conferência da Mantiqueira, de 1943. Considerada como um marco da reorganização do PCB, pois, da perspectiva organizativa, o partido estava desarticulado devido à dura repressão do Estado Novo, a Conferência, hegemônica pela Comissão Nacional de Organização Provisória, estipulou a política de unidade nacional e passou a orientar o partido durante o processo de redemocratização. Assim, o partido que sofreu a maior perseguição durante o Estado Novo lançou seu apoio a Getúlio e a sua permanência até a Constituinte:

⁷⁷ Ibid., loc. cit.

⁷⁸ GOMES, 1994, p. 269.

⁷⁹ FERREIRA, op. cit., p. 38.

Não sejamos sectários, não tenhamos vergonha nem medo de apoiar o governo, de estender a mão aos integralistas e pró-fascistas equivocados de ontem; mas não capitulemos também, quer dizer, não cruzemos os braços; e, orgulhosos de nosso passado democrático e antifascista, organizemos o povo e lutemos, mais do que nunca, como verdadeiros nacional-libertadores, pela mais sólida e ampla unidade nacional⁸⁰.

Para a estratégia varguista, o apoio dos comunistas pareceu ser muito útil, pelo menos em curto prazo. Com o crescimento das oposições, capitaneadas pela UDN e pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, o apoio do PCB, além de reduzir os ímpetus oposicionistas, garantia maior força política ao projeto de transição das classes trabalhadoras dos setores sociais ligados a esse partido. Na perspectiva comunista, a aliança com Vargas abriu a possibilidade ao PCB de se aproximar das classes trabalhadoras e ampliar o número de militantes e de influência nas diversas organizações da sociedade civil:

Os comunistas atuavam não apenas em fábricas e sindicatos, mas revelaram grande capacidade de mobilização ao organizarem dezenas de Comitês Populares e Democráticos, criados no imediato pós-guerra, que se enraizaram nos bairros e buscavam soluções para seus problemas, como os relacionados a instrução, saúde, lazer, habitação, carestia e saneamento básico⁸¹.

Em suma, essa aliança exprimia, na verdade, um jogo de conveniências numa conjuntura política muito específica.

Seguindo a lógica da União Nacional e da aproximação com os setores getulistas, o PCB acertadamente encetou a ampliação de sua inserção no movimento sindical com a criação do Movimento Único dos Trabalhadores (MUT) em abril de 1945. Em seu manifesto, ficou clara a intenção dos comunistas de ampliar a luta pela defesa da democratização sindical e política. Entre suas propostas, estava a reforma da estrutura sindical corporativa sem questionar, contudo, a unicidade e o imposto sindical. O MUT se transformou na espinha dorsal do apoio comunista na campanha de legalização do partido, na articulação do movimento queremista e nas alianças com os setores da burguesia nacional⁸².

No final de 1945 os acontecimentos se aceleraram, causando a queda de Vargas. A intensa mobilização popular que gerou o movimento Queremista, amplamente apoiado pela burocracia getulista, realizou comícios a favor da continuidade de Getúlio no poder sem que

⁸⁰ MORAES; VIANA, op. cit., p. 96.

⁸¹ SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. **O Equilibrista e a política:** o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 109.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 106.

este os desautorizasse. Para expressivos segmentos conservadores da população e muitos políticos da época, havia um clima de golpe continuísta no ar⁸³, que, desta vez, seria apoiado pelas massas trabalhadoras. Segundo Maria Victoria Benevides, a mobilização popular em torno das bandeiras getulistas como “Queremos Getúlio” e o apoio dado a essas manifestações pelo Partido Comunista acabaram alarmando os setores conservadores:

A anistia de abril, que beneficiaria Luis Carlos Prestes, e a legalização do Partido Comunista, em julho, consolida um fardo ameaçador para as forças conservadoras, com os maus presságios da aliança que se formava entre os comunistas, os “queremistas” e os novos trabalhistas. A aproximação de Getúlio com o operariado e a conquista da esquerda comunista transformam-se em fator decisivo para abalar os interesses da burguesia, as convicções legalistas das Forças Armadas – que tão bem serviram ao regime, por tantos anos – e até mesmo os pilares da tradição liberal, anti-golpista por essência.⁸⁴

É interessante notar que Vargas iniciou nessa conjuntura uma mudança de “roupagem” política ao perceber que perdeu o apoio de parcelas das elites econômicas e militares e, igualmente, ao sentir os novos ventos democráticos difundidos em muitos países do hemisfério ocidental. Ao constatar esse processo, Vargas se aproximou estrategicamente da esquerda e adotou medidas elogiadas por setores esquerdistas como, por exemplo, assinar o Decreto-Lei nº 7.666/1945, posteriormente conhecido como Lei Malaia, que dava poderes ao governo para desapropriar empresas que lesassem os interesses nacionais⁸⁵. Essa lei, assim como a mobilização dos queremistas, ajudou a reconstruir a imagem de Vargas, identificado como pai dos pobres. Essa transformação foi muito bem descrita por Rodrigo Patto Sá Motta:

De qualquer modo, a mutação estava completa: de ditador semifascista, caçador de comunistas, Getúlio Vargas se transformou em líder popular, amigo dos trabalhadores e aliado da esquerda. Com a nova postura e imagem preparou-se para a fase democrática que então se iniciava, credenciando-se para tentar voltar ao poder com os votos dos trabalhadores.⁸⁶

O clima de continuísmo que circulava na cidade do Rio de Janeiro e se difundiu no país acabou preparando o contragolpe preventivo. Para contribuir paradoxalmente com a sua própria deposição, Vargas adotou duas medidas que selaram seu destino, naquele momento. A primeira foi a alteração do calendário eleitoral, convocando eleições para o final de 1945. A segunda foi a nomeação de seu irmão, Benjamim Vargas, para a chefia de Polícia do Distrito

⁸³ D’ARAÚJO, op. cit., p. 60.

⁸⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 55.

⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 70-71.

Federal, o mais importante órgão de segurança do país. Com essa medida, Vargas assumia o controle da capital e da possível repressão e, se as massas fossem convocadas a seu favor, ele poderia protegê-las com o poder público⁸⁷. Percebendo essa mobilização, os militares entraram em cena e tentaram tomar as rédeas da situação. Góis Monteiro, antigo aliado de Vargas, despachou Dutra para negociar com Vargas a sua deposição, que aconteceu no dia 29 de outubro. Na manhã seguinte, a imprensa festejava o fim do Estado Novo.

1.6 Formação dos novos partidos políticos

Com a Lei Agamenon Magalhães os partidos que há quase 10 anos estavam ausentes da vida pública voltaram a se organizar e a ocupar o cenário nacional. Notemos que mesmo em declínio, Vargas acabou fornecendo o eixo inicial da política do período democrático ao influenciar diretamente na formação de dois dos três partidos mais representativos da Nova República. Apesar do pluralismo instituído pela Lei Agamenon, a polarização e a competição entre as forças de inspiração getulista e suas adversárias caracterizaram a política nacional do período.

Na cena política nacional se destacariam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Segundo Lucília Neves de Almeida Delgado:

esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte⁸⁸.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi formado a partir das bases sindicais urbanas, da burocracia sindical e do funcionalismo público vinculado ao Ministério do Trabalho, sendo considerado, em relação ao PSD, uma segunda via dentro do continuísmo na transformação. Foi o partido de maior identificação com o varguismo no período e, inclusive, seus militantes e colaboradores objetivavam dar continuidade a esse legado por meio da defesa intransigente da permanência da legislação trabalhista na ordem democrática. Sua

⁸⁷ Ibid., p. 61.

⁸⁸ DELGADO, op. cit., p. 131-132.

maior característica foi manter o elo entre o personalismo carismático de Vargas e os setores da classe trabalhadora. Outro grande objetivo do PTB consistiu em limitar o crescimento do PCB na classe trabalhadora, devido a sua atuação legal e ao crescimento eleitoral e de representatividade social que o partido obteve durante o processo de redemocratização.⁸⁹

O PTB foi o partido que apresentou o programa de maior definição em termos de propostas no período, incluindo proposições de cunho social e questões de ordem política e econômica. Apesar da definição programática e da ligação umbilical com o legado varguista, o partido apresentou grande fragmentação regional, sendo mais forte em estados como Rio de Janeiro e Amazonas do que em São Paulo, onde havia o mais expressivo contingente proletário do país. Na época de sua fundação, foi o partido que teve maior dificuldade em cumprir as exigências da Lei Agamenon para garantir seu registro. Consta que na véspera do golpe que derrubou Getúlio, o escritório do PTB foi invadido pela política, e o material necessário para o registro do partido – as 10.000 assinaturas – foi totalmente destruído durante a ação. O registro do PTB somente foi obtido por meio de expedientes de caráter duvidoso como o “empréstimo” de listas do PSD e da intercessão de Osvaldo Aranha no julgamento do TSE, que aprovou o registro do partido.⁹⁰ Não obstante, foi o partido do período de 1945-1964 que obteve o maior crescimento, devido a já citada aproximação com as demandas da população trabalhadora brasileira, tanto urbana quanto rural⁹¹.

O crescimento do PTB não se deu isento de dificuldades e atribulações. A UDN, seu principal adversário, não deixa de vincular na imprensa acusações que aproximavam o PTB e seus líderes do peronismo, da pretensa implantação de uma República sindicalista no Brasil ou mesmo do comunismo. Após várias divergências entre as tendências do partido, o PTB escolheu apoiar o candidato Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo PSD, nas eleições de 1945. Afinal, Vargas temia que a vitória do brigadeiro Eduardo Gomes levasse a perseguição de seus aliados. De fato, o apoio de Vargas a Dutra foi fundamental para efetivar a aliança eleitoral entre PSD e PTB e para garantir a incontestável vitória do general Eurico Dutra⁹².

No campo das esquerdas, o partido representativo do período era o PCB. É a partir da redemocratização que esse partido viveu sua fase de maior prestígio e notoriedade. Como já foi referido, o PCB apoiou corretamente o Movimento Queremista, pois este apoio fazia parte

⁸⁹ Ibid., p. 141.

⁹⁰ GOMES, 1994, p. 273.

⁹¹ DELGADO, 2011, p. 142.

⁹² **PTB: do getulismo ao reformismo (1915-1964)**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2011, p. 65

das já referidas diretrizes internacionais impostas pela URSS no imediato pós-guerra, como também porque o partido percebeu que a aproximação com os setores getulistas levaria conseqüentemente à ampliação da influência do partido na sociedade civil. É interessante perceber que o crescimento nacional do PCB, naquela conjuntura, estava em grande parte vinculado ao também crescente prestígio internacional conquistado pela URSS no imediato pós-guerra, como aponta Rodrigo Patto:

Parcelas expressivas da opinião pública mundial tornaram-se simpáticas aos ideais reformistas e de esquerda, situação em parte decorrente do enorme prestígio alcançado pela União Soviética, identificada corretamente como principal responsável pela vitória aliada sobre os exércitos nazistas⁹³.

Em relação aos partidos que tiveram atuação durante os anos de 1945 a 1964, o PCB é aquele que apresentou maior número de características divergentes em relação aos preceitos e práticas da democracia liberal, explicadas devido a sua formação anterior. O partido foi fundado em 1922, por ex-anarquistas que se aproximaram do marxismo-leninismo, como consequência direta da Revolução Bolchevique de 1917 e da efervescência política dela decorrente. Essa origem teve como desdobramento a forte vinculação do PCB com o internacionalismo e com a ideologia marxista, já que este surgiu objetivando se tornar o partido que representaria os interesses da classe operária no Brasil, tendo como finalidade última a condução do proletariado brasileiro à revolução socialista. O Partido Comunista atuou de forma clandestina no período da primeira República e sofreu dura repressão durante o Estado Novo, especialmente após o levante de 1935, quando grande parte de seus líderes foram presos, exilados ou mortos. Curiosamente, o PCB talvez tenha sido o primeiro partido de base efetivamente nacional a atuar na primeira República.

Rodrigo Patto de Sá Motta aponta a exploração da imagem de Luís Carlos Prestes, identificado como um líder popular martirizado pelo Estado Novo, como um dos elementos que também influenciaram no sucesso do PCB durante a redemocratização. A conjuntura favorável propiciou um crescimento formidável em números de militantes inscritos, que em 1946 ultrapassou os 100.000 inscritos, e em resultados eleitorais. As eleições presidenciais de 1945 garantiram o quarto lugar ao desconhecido candidato do PCB, Yedo Fiúza, com 9,7% dos votos, a eleição do senador Luís Carlos Prestes e de quatorze deputados federais. Nessa conjuntura, o PCB, além da militância histórica, atraiu também expressivos setores da classe

⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 74.

média, como escritores e também militares. A título de exemplo, destacaram-se Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cândido Portinari e Oscar Niemeyer, na área cultural, e Nelson Werneck Sodré, no setor militar.

É importante registrar que a bancada comunista na Assembleia Legislativa representou um elemento novo no cenário político brasileiro. Além das diferenças ideológicas e organizativas, a bancada formada pelos deputados comunistas diferia das demais, especialmente em razão das origens sociais de seus integrantes. Dos quatorze deputados, nove eram de origens operárias⁹⁴.

Sem dúvida, a presença de uma banca comunista e de trabalhadores na Assembleia Legislativa acabou por exacerbar os ânimos das elites conservadoras, ciosas de seu prestígio político e social elitista, ameaçado pela proximidade real gerada pela presença de lideranças das forças do trabalho no parlamento, e receosa do avanço da mentalidade progressista no país⁹⁵. Apesar da óbvia desvantagem numérica em relação às bancadas dos partidos majoritários, a atuação parlamentar do PCB foi marcada pela tentativa de apresentar um projeto alternativo e popular à agenda conservadora do congresso. Os parlamentares pecebistas lutaram para expor suas ideias:

No curso do ano seguinte, entretanto, o quadro político geral começou a mudar em profundidade. A eleição do general Dutra à presidência da República entronizou no poder uma coligação de forças comprometida com um projeto de desenvolvimento que pretendia destruir as bases lançadas por Vargas durante o Estado Novo. Em vez do nacional-estatismo, uma perspectiva internacionalista liberal. No lugar da ambição autonomista, a aliança incondicional com os Estados Unidos. Em vez da ênfase industrialista, a nostalgia agrário-exportadora. Em relação aos trabalhadores, não mais as propostas de integração e conciliação, mas a repressão bruta aos sindicatos e às lutas sociais [...] Também se alterara substancialmente o contexto internacional, agora marcado por contradições imprevistas entre as grandes potências, particularmente entre os EUA e a URSS. A Grande Aliança começou a desmoronar. Em seu lugar, as sombras da Guerra Fria pressagiavam novas hecatombes⁹⁶.

Porém essa fase de expansão e consolidação do PCB durou pouco. O “perigoso avanço do comunismo” que tanto amedrontava as elites brasileiras e que já dava sinais de vívido ânimo durante o processo de registro do PCB no TSE acabou se açulando fervorosamente. Infelizmente, o próprio PCB, em sua análise da conjuntura história, acabou supervalorizando a “União Nacional” e o efeito dos discursos de ordem e tranquilidade emitidos por suas

⁹⁴ SILVA; SANTANA, op. cit., p. 109.

⁹⁵ Ibid., p. 110.

⁹⁶ REIS FILHO, Daniel Arão. Entre Reforma e Revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002, p. 7. Volume V.

lideranças. Todavia, subestimou o anticomunismo visceral das elites brasileiras e o início da Guerra Fria.

Foi um estupor. Correrias para salvar arquivos. Sedes fechadas pela polícia. Jornais empastelados. Imprecações, protestos, denúncias. Meses mais tarde, em janeiro do ano seguinte, outra violência: a cassação do mandato dos parlamentares eleitos pelo PCB. Uma lei aprovada pelo Congresso consolidava o arbítrio votado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os comunistas não somente não poderiam mais se eleger, os já eleitos perdiam os direitos – e os mandatos – conquistados. A lei fazia retroagir seus efeitos, ferindo o princípio consagrado do direito adquirido⁹⁷.

Em 1947, ano dos movimentos iniciais da Guerra Fria, o PCB teve seu registro cassado. Posteriormente, também foram cassados os mandatos de seus parlamentares legalmente eleitos. Para o partido da classe operária começava outro longo período de clandestinidade.

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado a partir do movimento dos interventores do Estado Novo, de alguns segmentos das classes médias e de representantes das oligarquias rurais durante a redemocratização:

Participaram da formação do PSD, além dos interventores. Os homens que compunham o seu secretariado e auxiliares, enfim os responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo. O comerciante, o advogado, o proprietário rural, as figuras de algum destaque no município e no Estado, foram chamadas a compor as fileiras da organização partidária mandada fundar pelo governo federal, pelo Presidente Vargas.⁹⁸

Provavelmente é este o partido que melhor encarnava o ideal de permanência na mudança, pois o PSD se formou quase como “Partido da ordem”, vinculado aos interesses das elites que não queriam perder o poder adquirido no Estado Novo. Criado de fora para dentro, ou seja, sem originar-se de movimentos sociais ou políticos autônomos, O PSD, todavia, não foi um partido centralizado. Na verdade, havia uma espécie de “equilíbrio” entre a direção nacional e os diretórios regionais garantidos pelas influências recíprocas que mutuamente eram exercidas⁹⁹.

No âmbito estadual, liderança do PSD foi geralmente exercida por políticos com experiência administrativa anterior, em que já haviam sido prefeitos ou até mesmo interventores estaduais. Sua origem ligada à estrutura governamental do Estado garantiu-lhe o domínio da máquina administrativa pública e de uma vasta rede clientelística, ambas de suma

⁹⁷ Ibid., p. 77.

⁹⁸ LIPPI, Lucia. **Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático**. 1973. XXp. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–IUPERJ, Rio de Janeiro, 1973, p.18.

⁹⁹ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 42.

importância para as posteriores vitórias eleitorais que o PSD logrou no período. Sua fama de partido fisiológico e pragmático, interessado na manutenção e ampliação do poder, aberto a negociações, alianças e ao diálogo com diversas correntes políticas, bem como sua postura moderada e conciliadora, frequentemente temperada com certo oportunismo, renderam a alcunha de “raposas” aos seus políticos. Nas eleições de 1945, o PSD lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra que apoiada por Vargas, alcançou a vitória.

Inicialmente, devido à filiação em comum ao legado varguista, o PSD foi aliado do PTB no nível executivo e legislativo. O partido sofreu acirradas críticas da UDN devido à sua postura pragmática, incompatível com o moralismo e a pregação liberal udenista. Essa incompatibilidade, surgida no bojo da redemocratização, é assim descrita por Hermes Lima:

A rigor, o PSD vinha do governo, tinha raízes mais fundas no interior e no meio rural, ligava-se umbilicalmente ao statu* quo e lhe atribuíam inesgotável empirismo realista na manipulação dos sucessos políticos, ao passo que a UDN, partidária de Eduardo Gomes, germinara na oposição, possuía mais inquietação constitucional, e sua vocação liberal abriria seguras oportunidades à transformação do sistema político no país¹⁰⁰.

Surgida de um amplo movimento de oposição ao Estado Novo, a União Democrática Nacional (UDN) foi importante protagonista dos acontecimentos que levaram a deposição de Vargas em 1945. Apesar de ser basicamente originária das elites, a diversidade de sua composição política inicial incluía desde oligarquias regionais destronadas com a revolução de 1930, antigos aliados de Getúlio marginalizados depois de 1930 e até grupos de esquerda que participaram da frente de redemocratização, mas posteriormente se afastaram desse partido. A UDN se afirmava liberal e combatia veementemente os grupos inspirados no getulismo, tanto no parlamento quanto nos jornais. Sua postura tendeu a ser doutrinária e chegou frequentemente à beira do dogmatismo. Rodrigo Patto de Sá Motta descreve bem a postura udenista e suas ações:

Criticava o excesso de intervencionismo estatal, adotado em nome da proteção da economia e dos interesses nacionais, e posicionava-se a favor da abertura aos investimentos estrangeiros e à entrada do capital externo. Sua postura internacionalista levaria a choques com a crescente opinião nacionalista, influente particularmente na esquerda, que chamava os udenistas de entreguistas, quer dizer, defensores da entrega das riquezas nacionais a interesses estrangeiros¹⁰¹.

A criação da UDN estava diretamente ligada à reconquista das liberdades democráticas e à figura do Brigadeiro Eduardo Gomes, entendido como verdadeiro herói da

¹⁰⁰ LIMA, op. cit., p. 143.

¹⁰¹ MOTTA, op. cit., p. 77.

moral cívica e cristã, capaz de aglutinar as classes médias em torno de sua candidatura. Segundo Maria Benevides (1981, p. 42), para as oposições coligadas, tratava-se do candidato ideal: tinha um alto posto militar, uma legenda de herói e uma tradição de lutas democráticas aliada a um “nome limpo” em todos os sentidos.¹⁰²

A UDN [...] sofre, inegavelmente, impulsos de sentido democrático e progressista, devido à presença, no seu seio, de alguns elementos influentes, que combateram o fascismo estado-novista com energia, e de intelectuais saídos da classe média, não identificados diretamente com interesses de classe. Mas toda a estrutura da UDN, sua orientação ideológica, é a de um partido burguês, que não pretende avançar além daquilo que está na constituição atual e na ordem social vigente¹⁰³.

Como já foi dito anteriormente, a UDN formou-se a partir de uma ampla frente de oposições ao regime varguista, que tinha como bandeira política a volta das liberdades democráticas e a luta pelo fim da ditadura. Somente esse objetivo político foi capaz de unir uma heterogeneidade de correntes políticas e pessoas que frequentemente mantinham intensas rivalidades entre si. Maria Benevides ilustrou dessa forma a afinidade política estrategicamente construída em prol da derrubada de Getúlio Vargas: “Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime”¹⁰⁴..

Apesar da UDN ser formada majoritariamente por grupos conservadores oriundos das elites intelectuais políticas e econômicas nacionais, grupos de esquerda também militaram intensamente nos momentos iniciais da UDN. Principalmente em São Paulo, houve a participação de consagrados militantes comunistas. Eles divergiram da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que optou por uma política de apoio a Vargas com o objetivo de efetivar a “União Nacional”. Entre os militantes do PCB que de alguma forma, se aproximaram da UDN no período de sua fundação, podem ser incluídos Silo Meirelles, Astrogildo Pereira, Leônidas Rezende, Heitor Ferreira Lima, Tito Batini, Mário Schemberg, entre outros. Interessante notar que, segundo Maria Benevides, Caio Prado Júnior, apesar de nunca ter participado oficialmente da UDN, foi quem sugeriu o nome de União Democrática Nacional, enfatizando o termo “democrático” enquanto os comunistas ortodoxos privilegiavam apenas a sigla “União Nacional”.¹⁰⁵ A dissidência desse grupo de comunistas

¹⁰² BENEVIDES, op. cit., p. 42.

¹⁰³ HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 71.

¹⁰⁴ BENEVIDES, op. cit., p. 29.

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 38.

durou até o pronunciamento oficial de Luís Carlos Prestes, em 26 de abril de 1945, que pregava de forma veemente a união com Vargas. Após esse pronunciamento, tornou-se clara a prevalência da linha estabelecida pela URSS para o PCB. A maioria dos comunistas se resignou à disciplina partidária e somente uma minoria rompeu os vínculos com o PCB, partindo para a militância em outros grupos políticos de esquerda, como a Esquerda Democrática.

1.6.1 Formação do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

O Partido da Esquerda Democrática e o posterior Partido Socialista Brasileiro (PSB) se formaram a partir da união de grupos de matizes esquerdistas distintas entre as quais se destacariam a União Socialista Popular (USP), a União Democrática Socialista (UDS) e o núcleo carioca da Esquerda Democrática (ED).

Em abril de 1945 foi formada a USP. Ela se originou da reunião de trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI), comunistas dissidentes da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e socialistas independentes. Articulada por Mário Gomide e contando com a presença de tradicionais militantes socialistas, como Mário Pedrosa, a USP defendia a revogação da constituição de 1937, a instalação de um governo provisório seguido por uma Assembleia Constituinte, direito de voto para todos os cidadãos maiores de 18 anos (incluindo analfabetos), anistia ampla e imediata para os presos políticos, reconhecimento do direito de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, nacionalização e distribuição de terras etc.¹⁰⁶

A União Socialista Popular, assim como a Esquerda Democrática, manteve relações próximas com a UDN. A oposição à ditadura, o objetivo de redemocratização e o apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes uniam as duas agremiações. Devido a pouca expressão eleitoral que a USP logrou, a agremiação optou por se aliar à UDN para lançar seus candidatos pela legenda udenista.

A USP e a ED, apesar da proximidade em relação à UDN e dos vários pontos programáticos em comum, não se aproximaram mutuamente. A USP considerava a ED moderada, com traços social-democratas, enquanto a ED acusava a USP de radicalismo,

¹⁰⁶ ABREU, 2001.

determinado pela predominância de trotskistas. Segundo Margarida Vieira, em 1948, quando a Esquerda Democrática já havia se tornado PSB, a USP se desfez, ingressou no PSB e passou o jornal **Vanguarda Socialista** para esse partido.¹⁰⁷

“Em 1942 ou 1943, não lembro bem, Paulo Emílio aglutinou um pequeno grupo de debate e análise com vistas à luta contra a ditadura, ao qual demos por piada o nome altissonante de Grupo Radical de Ação Popular, GRAP.”¹⁰⁸

A UDS surgiu da aliança de alguns grupos que participaram ativamente das mobilizações estudantis contrárias ao nazifascismo e ao regime getulista. Esses grupos foram especialmente atuantes em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Faculdade de Direito em São Paulo. Em 1942, um pequeno núcleo de estudantes da Faculdade de Direito se organizou para formar um grupo de estudos e de ação chamado de Grupo Radical de Ação Popular (Grap). Esse grupo foi formado por Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Paulo Zingg e Eric Czaskes. Inspirado na Resistência Francesa, o GRAP procurou organizar formas de luta contra a ditadura varguista.¹⁰⁹

Em 1943, o GRAP se articulou com outros estudantes da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, além de políticos comunistas, operários engajados e liberais combativos numa aliança chamada de Frente de Resistência. Essa frente foi responsável pelos “distúrbios” de novembro de 1943, quando morreram duas pessoas e 23 ficaram feridas¹¹⁰. Em discurso de 1944, Germinal Feijó (apud CARONE, 1976) descreveu a efervescência política redemocratizante, presente na juventude universitária no período:

Nós, os moços, nos sentimos a vontade para nos dirigirmos a todos vós sem distinções ou preferências por este ou aquele agrupamento, porque não nos sentimos presos a nenhum deles. [...] Nós, que já conseguimos unidade de ação e de pensamento, na frente universitária, conclamamos a todos vós para a luta em torno de um objetivo comum: a democratização do Brasil¹¹¹.

Alguns membros socialistas dessa frente formaram uma comissão para dialogar com Luís Carlos Prestes, que ainda estava preso nos cárceres do Estado Novo, e tentaram articular

¹⁰⁷ VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil**. V. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p. 163.

¹⁰⁸ CANDIDO, Antonio. Informe político. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. (Org.). **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986, p. 61.

¹⁰⁹ HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.

¹¹⁰ HECKER, Alexandre, 2007, p. 29.

¹¹¹ CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976, p. 90-91.

uma aliança entre socialistas e comunistas, principais vítimas da repressão estado-novista, contra Getúlio Vargas. Segundo relatos da época, o encontro se frustrou devido à intransigência de Prestes em relação à necessidade de aproximação com Vargas. Segundo Alexandre Hecker, a aliança que, em alguns lugares até 1950, caracterizou grande parte das esquerdas europeias vítimas da perseguição nazifascista não chegou nem a se efetivar no Brasil¹¹².

Eu tenho a impressão de que a UDS era um grupo, politicamente, muito consciente. Era um grupo de pessoas já amadurecidas. Alguns tinham vindo do trotskismo, outros da Juventude Comunista e mesmo do Partido Comunista, outros não tinham vindo de lugar nenhum, como eu. [...] um pessoal que se entendeu na base de uma visão socialista, democrática... mas combativa! [...] em todos nós, estava a idéia de que nós lutávamos democraticamente dentro do contexto, mas achávamos a revolução um direito legítimo, normal e necessário, quando fosse preciso.¹¹³

Em 1945 o núcleo socialista que havia se formado durante a Frente de Resistência acabou dela se desligando e criando oficialmente a União Democrática Socialista (UDS). É relevante observar a heterogeneidade de matizes esquerdistas que a formava. Havia comunistas antistalinistas, trotskistas e ex-trotskistas, militantes do PSB dos anos de 1930, operários engajados, cristãos progressistas etc.¹¹⁴ Essa diversidade de matizes de esquerda no mesmo grupo é compatível com a tese de Miracy Barbosa que afirma que uma das condições que possibilitaram a fundação do posterior PSB foi a insatisfação de um razoável número de pessoas à esquerda com o pensamento hegemônico esquerdista do período, protagonizado pelo PCB¹¹⁵. O apoio a Vargas pregado pelo PCB foi um dos elementos principais para essa insatisfação.

A UDS se identificou como um grupo apartidário, sem objetivos eleitorais imediatos. Defendia a revogação da constituição de 1937 e a redemocratização do país. O grupo também propunha liberdade de imprensa, melhoria das condições de vida dos trabalhadores, formação de um partido de massa nacional e a implantação do socialismo.¹¹⁶ Seu manifesto, elaborado por Paulo Emílio Salles Gomes, foi considerado um marco de fundação do pensamento socialista democrático e um dos referenciais teóricos do futuro PSB.

A instalação formal da Esquerda Democrática data de 25 de agosto de 1945, numa reunião realizada no Rio de Janeiro, onde 63 pessoas de alguns estados brasileiros se uniram

¹¹² HECKER, 2007, p. 30.

¹¹³ VIEIRA, op. cit., p. 164.

¹¹⁴ HECKER, 1998, p. 68.

¹¹⁵ GUSTIN; VIEIRA, 1995, p. 37.

¹¹⁶ ABREU, op. cit., p. 5844-5845.

com o objetivo de agregar grupos de esquerda numa unidade política que defendesse uma “gradual e progressiva socialização dos meios de produção”.¹¹⁷

Homens como João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, que haviam ingressado na UDN, tentaram demarcar um espaço político próprio com a ED. Segundo o manifesto lançado no dia de sua fundação, a Esquerda Democrática defendia os seguintes pontos programáticos: liberdade de pensamento, crença e culto; direito à greve; autonomia sindical e regime representativo. Inclusive, no que diz respeito à liberdade de pensamento, a Esquerda Democrática assim se definiu:

A Esquerda Democrática não tem uma concepção filosófica da vida nem credo religioso; reconhece a cada um o direito de seguir, nessa matéria, a sua própria consciência. Nela cabem, assim, pessoas de todas as crenças e das filosofias mais diversas¹¹⁸.

Também defendia a função social da propriedade, ou seja, a ideia de que a utilização privada da propriedade não deveria atentar contra o interesse coletivo. Por fim, como já citado anteriormente, a Esquerda Democrática postulava um programa gradual de progressiva socialização dos meios de produção. Portanto, o manifesto da ED defendia a legitimidade e a ampliação dos preceitos democráticos, bem como a implantação de um programa socialista no Brasil:

Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política é igualmente de esquerda porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isso como expressão da vontade, da maioria, manifestada pelo processo democrático.¹¹⁹

Em razão das dificuldades decorrentes da Lei Agamenon Magalhães, que determinava que para registrar um partido nacional era obrigatório apresentar pelo menos dez mil assinaturas de eleitores de no mínimo cinco estados, a ED formou uma aliança político-eleitoral com a UDN para concorrer às eleições legislativas de 1945. Essa exigência legal dificultou em muito a existência independente da ED, que teve que se aliar à UDN para concorrer às eleições. A UDN, por sua vez, tinha interesse em contar com o apoio de grupos

¹¹⁷ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., loc. cit..

¹¹⁸ CARONE, Edgard. Programa da Esquerda Democrática (1945). In: _____. **O movimento operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 17.

¹¹⁹ CARONE, 1979, p. 13.

de esquerda, como a ED, com objetivo de tentar dissipar o ranço de conservadorismo que pairava sobre esse partido.

Para o estabelecimento dessa aliança contribuíram principalmente algumas afinidades ideológicas entre a ED e a UDN, principalmente no que se refere à defesa de redemocratização e à volta das liberdades democráticas no país. Além disso, foi a UDN que lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, considerado por seus pares símbolo da redemocratização. O manifesto da Esquerda Democrática assim defendeu a legitimidade da candidatura do brigadeiro:

A candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura é cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de Novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática.¹²⁰

Curiosamente nesse período, a UDN assumiu postura de defesa da autonomia sindical e do direito de greve, pautas que aumentaram a compatibilidade com as forças políticas organizadas na Esquerda Democrática. Porém havia uma distinção essencial que posteriormente afastaria a Esquerda Democrática da UDN. Trata-se do fato de a ED defender o ideal de uma sociedade sem classes¹²¹ e também uma progressiva socialização dos meios de produção. A UDN, ao contrário, propugnava por um projeto econômico no qual as forças de mercado seriam predominantes.

Importante ressaltar que a Esquerda Democrática não foi fundada na mesma ocasião que a UDN. Alguns de seus membros como João Mangabeira, Hermes Lima, Jurandir Pires Ferreira, Osório Borba e Domingos Velasco participaram coletivamente da fundação da UDN e posteriormente criaram o movimento que recebeu o nome de Esquerda Democrática (ED).

Os militantes da Esquerda Democrática justificaram sua adesão anterior à UDN devido à necessidade de se lutar contra o inimigo em comum: o getulismo. Mas, ainda em 1945, alguns socialistas já faziam críticas àquela adesão, pois consideravam que o caráter democrático da UDN não era uma característica sólida do partido, mas sim um elemento de fachada. É interessante notar como as definições políticas, naquele contexto, ainda eram bastante nebulosas. O próprio apoio prestado ao brigadeiro Eduardo Gomes demonstra essa nebulosidade, pois, apesar de ter se tornado um símbolo da redemocratização, era um político

¹²⁰ CARONE, op. cit., p. 15.

¹²¹ BENEVIDES, op. cit., p. 32.

conservador e anticomunista virulento¹²². O caráter elitista de sua candidatura foi descrito por Hermes Lima:

Foi no estádio do Pacaembu, onde era esperado repetir-se a consagração por ele recebida no Rio em grandioso comício. Ao entrar no estádio, fiquei aterrado. Repletas as sociais de um público seletivo, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente confrangedor, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso.¹²³

Alguns dos integrantes da Esquerda Democrática já tinham a consciência de que apesar de a UDN ser importante como partido de oposição ao autoritarismo getulista, ela dificilmente romperia com os privilégios das elites econômicas dos grandes centros. Segundo Fernando de Azevedo, a UDN poderia resultar em:

reação conservadora que traz em si mesma o gérmen das forças reacionárias que hoje desfraldam, na oposição, a bandeira democrática, para a enrolarem amanhã, conquistado o poder – se convier a seus interesses de dominação- mediante os estados de sítio ou de guerra montados para a opressão de minorias.¹²⁴

Nas eleições parlamentares de 1945, a chapa ED-UDN lançou como candidatos no Rio de Janeiro Hermes Lima, Domingos Velasco e João Mangabeira. Em São Paulo, candidataram-se Germinal Feijó, João da Costa Pimenta e Elieser Magalhães. Somente os candidatos do Rio se elegeram.

Fui e sou contra essa ideia por inoportuna. A pouca repercussão popular do novo partido só faz reforçar minha convicção de que era e é inoportuno procurar fundá-lo, embora reconheça que à sua frente se acham intelectuais de valor. Para que um novo pequeno partido com um excelente programa democrático-social do ponto de vista acadêmico¹²⁵.

Em abril de 1946, a Esquerda Democrática rompeu com a UDN, em virtude das diferenças programáticas já citadas. Durante uma reunião na sede da UNE, no Rio de Janeiro, seus principais quadros formaram então o Partido da Esquerda Democrática, sob o lema “Socialismo e Liberdade”. O registro do partido foi aprovado pelo TSE em agosto de 1946.

Reafirmadas as teses da progressiva socialização dos meios de produção e do fim da exploração do homem pelo homem como objetivo final, nasceu, no Brasil, um partido

¹²² Caio Prado Júnior teve uma audiência com Eduardo Gomes e ficou mal impressionado com o conservadorismo do Brigadeiro.

¹²³ LIMA, op. cit., p. 151.

¹²⁴ LIMA, op. cit., p. 41.

¹²⁵ SILVA, Luiz Dário. **PSB: O Socialismo Pragmático**. Recife: ECCO, 1992, p. 77.

socialista de âmbito nacional, destacando sua condição pluriclassista: “O partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelo de todos que vivem do próprio trabalho, operários da cidade e do campo, empregados em geral, funcionários públicos [...]”¹²⁶.

O partido também definiu sua participação reivindicativa no regime capitalista, porém deixou claro em seu programa a convicção de que os problemas econômico-sociais só seriam resolvidos com a execução integral de suas propostas. Os cariocas conseguiram manter o mesmo programa da Esquerda Democrática, enquanto os paulistas perderam a tese que propunha a mudança do nome da Esquerda Democrática para Partido Socialista Brasileiro. Segundo Miracy Gustin, as teses da delegação de São Paulo, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul eram de conteúdo socialista mais radical, enquanto as teses da delegação do Distrito Federal eram mais moderadas.

A Esquerda Democrática, apesar de contar com apenas dois representantes, teve participação expressiva na Assembleia Nacional Constituinte em virtude da ativa atuação de Domingos Velasco e principalmente de Hermes Lima. Enquanto Hermes Lima teve atuante presença nos debates constituintes, nos quais defendeu a valorização do Legislativo e a reformulação da estrutura agrária do Brasil, Domingos Velasco atuou na denúncia da repressão aos trabalhadores e na defesa do nacionalismo econômico.

¹²⁶ CARONE, 1979, p. 18.

Capítulo 2 – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO: SOCIALISMO E LIBERDADE

Cresce na medida em que difunde as suas ideias e conquista o apoio popular pelo seu programa e pela honestidade de sua ação. Cresce lenta mas seguramente. Protege-o a sólida carapaça das convicções de seus adeptos e da sua fidelidade ao seu programa e às suas normas de conduta. E viverá muito, terá a longevidade dos quelôneos. Viverá até a construção do mundo socialista [...].¹²⁷

Como já informamos no capítulo um, O Partido da Esquerda Democrática e o posterior PSB se formaram a partir da união de grupos de matizes esquerdistas distintas. A heterogeneidade dos grupos políticos que formaram o PSB é patente. Podemos perceber a presença de grupos vinculados à resistência estudantil à ditadura varguista, grupos ligados ao liberalismo social, ao socialismo cristão, ex-tenentistas, ex-trotskistas, sindicalistas e antigos militantes do PCB. Dentro dessa heterogeneidade de agremiações políticas e ideológicas, destacar-se-iam, pela posterior influência na linha programática e na concepção ideológica do PSB, a USP, a UDS e o núcleo carioca da ED.

Apesar das diferenças políticas ideológicas e políticas que marcavam as correntes internas do PSB, é possível pensar o projeto socialista democrático brasileiro como uma totalidade. A partir das ideias expressas pelo grupo paulista, que tentava refletir acerca da relação entre marxismo e democracia, e do grupo carioca, que assimilava ao seu liberalismo uma crescente preocupação com a questão social, somos capazes de instituir as características que instituíam os pilares da ideologia socialista democrática brasileira. Segundo Margarida Vieira, o PSB conseguiu construir uma unidade de pensamento que deu origem a um projeto *sui generis* de cidadania, mesclando o ideal da liberdade com a igualdade:

Poderíamos dizer que o percurso dos fundadores da UDS foi o de marxistas que se deixaram penetrar por uma ampla preocupação democrática, o que não era comum na esquerda da época. Já os fundadores da Esquerda Democrática, no Distrito Federal, fizeram penetrar numa visão liberal uma grande preocupação democrática, o que não era comum na esquerda da época. Já os fundadores da Esquerda Democrática, no Distrito Federal, fizeram penetrar numa visão liberal uma grande preocupação social, o que, deve-se reconhecer, foi difícil de ser encontrado no liberalismo brasileiro. Ambos eram portanto caminhos novos no sentido da ampliação do conceito e da prática da cidadania. O núcleo paulista veio a

¹²⁷ VIEIRA, M. L. M. **Semeando democracia:** o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). 1994. XXp. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1994, p. 24.

desempenhar um papel central na definição mais explícita dos fundamentos doutrinários do Partido da ED e na sua transformação em Partido Socialista. O núcleo carioca, por sua vez, manteve em suas mãos os principais cargos dirigentes do Partido até 1964¹²⁸.

Nesse capítulo, buscamos aprender o contexto em que se deu a formação da esquerda democrática e do PSB, enfatizando a pluralidade de concepções, vivências de grupos e atuação de militantes que formavam o partido, bem como as posteriores influências dessas agremiações na construção da ideologia socialista democrática.

2.1 União Socialista Popular (USP)

Em abril de 1945 foi formada a USP. Ela se originou da reunião de trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI), comunistas dissidentes da CNOP e socialistas independentes. Articulada por Martins Gomide e contando com a presença de tradicionais militantes socialistas como Mário Pedrosa, Evaristo de Moraes Filho, Edmundo Muniz, Hugo Baldessarini e J. G. de Araújo Jorge, a USP defendia a revogação da Constituição de 1937, a instalação de um governo provisório seguido por uma Assembleia Constituinte, direito de voto para todos os cidadãos maiores de 18 anos (incluindo analfabetos), anistia ampla e imediata para os presos políticos, reconhecimento do direito de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, nacionalização e distribuição de terras etc.¹²⁹ O objetivo principal da USP era criar condições para a formação de um grande partido socialista – o Partido Socialista Popular ou Partido Socialista do Brasil¹³⁰.

Naquele momento, Mário Pedrosa foi o grande inspirador da USP, graças a sua larga experiência de militante político de esquerda. Nascido numa família culta e ilustrada, filho de senador da República, Mário Pedrosa formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1923. Sua carreira política se iniciou em 1926, quando se filiou ao então PCB. Em 1927, Mário Pedrosa é encaminhado pelo partido para uma viagem a Moscou, onde frequentaria a Escola Leninista, local onde era realizada a formação de lideranças políticas para os nascentes partidos comunistas de todo o mundo. Durante sua estadia na Alemanha, Mário Pedrosa adoeceu e acabou adiando a sua viagem. Nesse ínterim, teve contato com integrantes da

¹²⁸ VIEIRA, op. cit., p. 73.

¹²⁹ ABREU, op. cit., p. XX-XX.

¹³⁰ Idem, ibidem, p. 4486.

Oposição de Esquerda da França e da Alemanha, que adotavam posicionamentos muito críticos em relação aos caminhos trilhados pela URSS. Mário acabou aderindo às posições de Trotsky – que já havia sido expulso do Partido Comunista Soviético por Stálin – e reconsiderou a ideia da viagem a Moscou¹³¹. Foi um dos fundadores da Liga Comunista de Oposição – tendência interna do PCB que se opunha às diretrizes da Internacional Comunista –, da Liga Comunista Internacionalista (LCI) e do Partido Operário Leninista (POL)¹³².

Depois da repressão ao levante comunista de 1935, Mário Pedrosa é enviado pela direção do POL para o exílio na França, pois, se permanecesse no Brasil, seria um alvo fácil para a polícia política getulista. Na Europa, assume funções de dirigente no recém-criado Secretariado da IV Internacional. Durante sua estadia no Secretariado, travou uma acirrada disputa político-ideológica com Trotsky acerca do programa da IV Internacional, que exigia a defesa incondicional da União Soviética, alegando que esta, apesar de seus desvios, representava a própria revolução proletária. Trotsky acabou excluindo Mário Pedrosa do Secretariado e este rompeu com o movimento trotskista.¹³³ Segundo Isabel Loureiro:

As estadias na Europa, os cursos na Universidade de Berlim, o contato com os surrealistas, a militância na Oposição de Esquerda, os oito anos de exílio nos Estados Unidos, a ruptura com o trotskismo e a ligação com as idéias de Rosa Luxemburgo, a crítica literária primeiro, a crítica das artes plásticas em seguida, tudo isso fazia de Mário um marxista não dogmático, aberto às necessárias releituras que os tempos exigiam do materialismo histórico¹³⁴.

Com a criação da União Popular Socialista, Mário Pedrosa idealizou a criação de um jornal que tivesse como função básica a divulgação da nova plataforma e a revisão do bolchevismo e do socialismo europeu, em especial o papel de Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. Assim, ao lado de Hilcar Leite, fundou o semanário *A Vanguarda Socialista*, do qual se tornou diretor. Segundo Isabel Loureiro, *A Vanguarda Socialista* representou uma experiência ímpar no marxismo brasileiro, na medida em que divulgou um marxismo eclético, avesso aos dogmatismos tão presentes nas esquerdas daquele período:

Esta publicação, que reunia intelectuais na sua maior parte anteriormente filiados aos trotskismo, como o próprio Mário, distingue-se dos outros jornais de esquerda da época por seu excelente nível teórico, pela amplitude dos assuntos tratados, que iam da economia à cultura, pela abertura de espírito. Numa palavra, o *Vanguarda Socialista* divulgava um marxismo arejado sem similar no Brasil, onde a grande

¹³¹ MARQUES NETO, J. C. (Org.). **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 21.

¹³² Ibid., p. 20.

¹³³ Ibid., p. 21.

¹³⁴ Ibid., p. 132.

maioria da esquerda assumia acriticamente o dogmatismo do Partido Comunista. O mentor intelectual dessa proposta inovadora era sem dúvida, Mário Pedrosa¹³⁵.

Apesar de não ter se tornado um jornal de grande circulação à época, O jornal *A Vanguarda Socialista* influenciou, com sua postura anti-stalinista, uma geração de militantes de esquerda. Segundo Paul Singer (apud MARQUES NETO, 2001), *A Vanguarda Socialista* foi um importante divulgador da obra de vários autores marxistas no Brasil:

Neste panorama é que surge a figura de Mario Pedrosa com o *Vanguarda Socialista*, que foi para nós um extraordinário educador político. Li o *Vanguarda* com paixão, ao lado da *Folha Socialista*, que era editada aqui em São Paulo, e não vejo nenhuma divergência de postura ampla entre os grupos que editavam estes periódicos. A diferença que havia é que o *Vanguarda Socialista* era mais denso, intelectualmente muito mais pretensioso, publicava textos de Marx, de Engels, de Trotski, de Rosa Luxemburgo, de Kautski, autores que ainda não conhecíamos¹³⁶.

A União Socialista Popular, assim como a Esquerda Democrática, manteve relações próximas com a UDN. A oposição à ditadura, o objetivo de redemocratização e o apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes uniam as duas agremiações. Devido a pouca expressão eleitoral que a USP logrou, a agremiação optou por se aliar à UDN para lançar seus candidatos pela legenda udenista. Logo após as eleições, a USP foi extinta, e a LCI também deixou de existir, pelo menos formalmente.¹³⁷

A USP e a ED, apesar da proximidade em relação à UDN e dos vários pontos programáticos em comum, não se identificavam. A USP considerava a ED moderada, com traços social-democratas, enquanto a ED acusava a USP de radicalismo, determinado pela predominância de trotskistas.

Com a criação do PSB, em agosto de 1947, um conjunto de trotskistas e ex-trotskistas que estavam organizados na USP – entre eles, Mário Pedrosa – passou a cogitar a entrada no Partido Socialista Brasileiro. Entretanto, essa possibilidade causou mais uma cisão entre os militantes da USP. Uma parcela da direção decidiu ingressar no novo partido, para se tornar sua ala mais radical. Outra facção, liderada por Edmundo Muniz, se colocou contra a fusão com o PSB e acabou por não entrar no partido.

¹³⁵ Ibid., p. 132.

¹³⁶ Ibid., p. 146.

¹³⁷ ABREU, op. cit., p. 4486.

Para o PSB, o grupo liderado por Mário Pedrosa levou o semanário *A Vanguarda Socialista*, que deixou de ser dirigido por Mário Pedrosa. Este foi substituído por Hermes Lima na direção do periódico. Em 1948, em meio a uma grave crise financeira e política, o semanário *A Vanguarda Socialista* foi extinto¹³⁸.

2.2 União Democrática Socialista (UDS)

A União Democrática Socialista (UDS) surgiu da aliança de alguns grupos estudantis que participaram das mobilizações contrárias ao nazifascismo e ao getulismo. Esses grupos foram especialmente atuantes em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em São Paulo. Em 1942, um pequeno núcleo de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo se organizou para formar um grupo político chamado de GRAP – Grupo Radical de Ação Popular.

A este propósito lembro a posição paralela, desde 1941, de Paulo Emílio Salles Gomes, que praticou no Brasil um tipo de crítica cinematográfica igualmente voltada para a estrutura e a técnica dos filmes, sem subordinar-se à análise ideológica dos conteúdos. Digo isso também para assinalar que a sua personalidade apresentava finidades com a de Mário Pedrosa, com quem tinha em comum a exuberância, a liberdade intelectual, o desprezo pelas ideias feitas e a disposição para criar o escândalo sempre que fosse necessário. Quem me chamou a atenção para essa semelhança foi Lívio Xavier.¹³⁹

Segundo Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes foi o grande articulador político e ideológico do GRAP e da posterior UDS, além disso, influenciou grandemente aquela geração de estudantes que se opôs ao Estado Novo e começou a desenvolver ideais esquerdistas. Antonio Candido realizou, de forma lúcida, a síntese das características das ideias e do modo de pensar que Paulo Emílio estava desenvolvendo naquela conjuntura e que serviriam de inspiração para os jovens socialistas independentes:

Inquietação e fervor; busca difícil de uma ação socialista compreensiva e eficaz, sem sectarismo mas sem transigência; antistalinismo, mas fidelidade à Revolução Russa; marxismo como base, mas receptividade às correntes filosóficas e políticas do século; como tarefa imediata, luta contra o Estado Novo e o fascismo, seu modelo. Creio que era mais ou menos este o clima intelectual e afetivo que banhava as suas ideias e que ele irradiava.¹⁴⁰

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 4486.

¹³⁹ MARQUES NETO, *op. cit.*, p. 16.

¹⁴⁰ CANDIDO, 1986, p. 61.

Em 1934, Paulo Emílio se filiou à Juventude Comunista e, já em 1935, foi preso na onda de repressão que se desencadeou a partir da Intentona Comunista. Encarcerado no presídio do Paraíso, conseguiu fugir em fevereiro de 1937 com vários companheiros. Depois da fuga, passa um tempo escondido no Brasil e finalmente embarca para a França, onde viveu até a Segunda Guerra Mundial.¹⁴¹

Em sua estada na França, Paulo Emílio alterou de forma substancial a sua visão política. Se antes era influenciado diretamente pela linha política do PCB e, conseqüentemente, pelo stalinismo, a partir do seu exílio, teve contato com dissidentes trotskistas e esquerdistas, entre os quais é possível destacar a influência pessoal de Victor Serge e Andrea Cafi. Importante ressaltar que Andrea Cafi teve influência num grupo de comunistas internacionalistas, entre os quais estava Claude Lefort, pensador que posteriormente se vincularia ao Brasil.¹⁴² Alguns desses jovens comunistas participariam da revista *Masses*, que estabeleceu para si uma linha política que, segundo Antonio Candido, estava muito próxima da linha assumida por Paulo Emílio:

Tarefas: Defesa da Liberdade e da dignidade humana. Renovação do Pensamento e da Ação socialista. Busca dos métodos de gestão coletiva.

Combates: Contra o capitalismo e seus aliados, contra as burocracias e as sinarquias, contra as ditaduras estatais e totalitárias, contra os inimigos da democracia operária, contra todos os dogmas.

Métodos: a análise científica, o materialismo histórico.

Linha diretora: O Marxismo vivo.¹⁴³

Como desdobramento dos contatos com esses militantes e dirigentes, Paulo Emílio fez leituras que alteraram a essência da sua visão política:

Além dos livros candentes de Trotski, denunciando a “degenerescência burocrática” e o “Termidor” da Revolução Russa, impregnou-se dos pontos de vista críticos de Victor Serge, *Cujo Destin d’une révolution* apareceu quando ele chegou lá; de Arthur Rosenberg, na *História do Bolchevismo*; do Stálin, de Boris Souvarine. Todos eles mostravam a formação dum regime de capitalismo de Estado e desigualdade social na União Soviética, deixando claro que as suas condições nacionais haviam imposto uma alteração essencial no socialismo concebido como uma democracia operária. Leu impressionado *S’il est minuit dans le siècle*, onde Victor Serge procurava entender sob a forma de romance o drama dos Processos de Moscou, sendo deste modo precursor d’O zero e o infinito, de Koestler, além de ser uma espécie de primeira versão do admirável *O Casdo Tulaiev*, do próprio Serge. Leu também as atas revoltantes do processo de Bukarin e testemunhos sobre os bastidores do regime, como o de Alexandre Barmine.¹⁴⁴

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 55.

¹⁴² Claude Lefort foi professor da USP na década de 1950.

¹⁴³ CANDIDO, 1986, p. 58.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 56.

A partir de sua rica experiência na França, Paulo Emílio desenvolveu uma atitude muito crítica em relação aos partidos comunistas que se orientavam pela linha soviética e que acabavam desconsiderando os interesses do proletariado de seus países. Apesar do respeito e da admiração em relação ao legado de Trotsky, também discordava do trotskismo. Sua visão do marxismo se tornou paulatinamente antidogmática, entendendo-o como uma doutrina aberta, passível de modificações conforme o contexto histórico. Em relação à União Soviética, sua visão passou a combinar a defesa das conquistas feitas por esse regime, apesar de toda repressão e da interferência da política internacional soviética na política dos trabalhadores de outros países, com uma linha crítica anti-stalinista¹⁴⁵. Segundo Antonio Candido:

A sua simpatia foi para agrupamentos inconformados e radicais, como certas dissidências de esquerda dos partidos socialistas e comunistas: *o Parti Socialiste Ouvrier ET Paysan*, PSOP, de Marceau Pivert, que foi fundado durante a sua estada e com o qual teve contactos; ou o POUM, Partido Obrero de Unificación Marxista, de Joaquín Maurín e Andrés Nin, na Catalunha.¹⁴⁶

De certa forma, Paulo Emílio também foi influenciado pelas nascentes correntes do cristianismo que se orientavam para a justiça social, especialmente pelos escritos de Jacques Maritain. Essa influência do cristianismo progressista se notava especialmente nas questões relacionadas à conduta ética.

Em 1942, alguns estudantes paulistas se organizaram em torno da revista *Clima*, embrião do GRAP, e lançaram uma “Declaração” que atacava o fascismo internacional e o integralismo brasileiro:

No plano internacional e nacional, esta é uma guerra contra o fascismo. Os inimigos de Hitler e de Mussolini, na Alemanha e na Itália, são nossos amigos. Os amigos de Hitler e de Mussolini, no Brasil, são nossos inimigos. Quando se fala de quinta coluna no Brasil, não se deve pensar unicamente em alemães, italianos e japoneses. Estes não são quinta coluna. São, em princípio, inimigos. A quinta-coluna característica é sempre formada por naturais do país. No Brasil, em primeiro lugar, pelos integralistas. Os fascistas de todo o mundo têm um chefe, e este chefe é Adolf Hitler.¹⁴⁷

O documento teve repercussão no meio da jovem intelectualidade da época, suscitando críticas e elogios. Uma das críticas se referiu ao fato de a Declaração não ser propositiva. Em resposta, o próprio Paulo Emílio redigiu um documento que ficou conhecido como

¹⁴⁵ Ibid., p. 57.

¹⁴⁶ Ibid., loc. cit.

¹⁴⁷ Ibid., p. 73.

“Comentário”, no qual expressou sua posição de socialista independente, de base marxista, posição esta que muito influenciou seus companheiros à época.

No “Comentário”, Paulo Emílio afirmou a afinidade existente entre as posições filosóficas progressistas, várias delas com origem no cristianismo e que se aproximavam ao defender a igualdade e a liberdade sob as mais diversas formas:

Para nós, filhos do Ocidente, esses dois pontos fundamentais foram uma conquista devida ao cristianismo como valores conseqüentes da teoria da alma. No drama histórico [...] até nossos dias, encontramos uma continuidade no que se refere à validade histórica, mais ou menos eficiente, dos princípios de liberdade e igualdade. No fascismo – que se opõe a esses dois princípios, na teoria e na prática, pelas suas castas de super-homens e pelo esmagamento da personalidade humana – no fascismo denunciemos o perigo da ruptura histórica da civilização ocidental. Denunciemos o perigo e a possibilidade da morte dessa civilização ocidental. Denunciemos o cesarismo.¹⁴⁸

Paulo Emílio também deu relevância às repercussões obtidas pelas críticas que a revista *Clima* recebeu devido à sua posição crítica em relação à doutrina stalinista. Sua postura acabou por evidenciar a posição antidogmática do grupo, ao criticar aqueles indivíduos que se mantinham presos à nova escolástica stalinista:

A nossa posição crítica em relação à ortodoxia marxista e às suas habituais expressões políticas provocou, de uma maneira geral, reações sadias. É claro que os espíritos presos à rigidez da nova escolástica recebem sempre com desconfiança a expressão de um não conformismo. Aquelas raras pessoas que julgam a crítica dos dogmas das internacionais históricas como um trabalho intelectual nefasto às perspectivas humanas abertas pela causa defendida pelas Nações Unidas, aquelas que acreditam que o se pôr em cheque as verdades envelhecidas redundaria automaticamente no reforçamento das possibilidades fascistas – essas pessoas, que pretendem forjar as verdades inéditas do futuro com as noções gastas do passado, essas pessoas, é claro, não podem nos aceitar.¹⁴⁹

Apesar de valorizar e apoiar a luta do povo russo contra a agressão nazista, o grupo *Clima* negava a eficácia, para aquela conjuntura, do programa e da tática da Terceira Internacional. O “Comentário” foi além e criticou a própria necessidade de um organismo internacional que arrogasse para si a coordenação do movimento socialista internacional:

Mas sabemos a função histórica da Segunda Internacional há muito tempo terminada, e não conseguimos nos interessar, senão intelectualmente, pelas abstrações políticas daqueles que se esforçam em acreditar numa Quarta Internacional. No conjunto, olhamos com admiração para esse ciclo de internacionais e, vendo perpassar por elas as melhores energias do espírito, temos a convicção de que colaboraram de maneira decidida para o enriquecimento do homem.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Ibid., p. 81.

¹⁴⁹ Ibid., p. 78.

¹⁵⁰ Ibid., p. 79.

Na visão do grupo que se reuniu em torno da revista *Clima*, as internacionais haviam encerrado o seu período histórico e cabia, naquele momento, pensar a luta pela liberdade e pela igualdade dentro dos marcos nacionais.

Segundo Alexandre Hecker, tanto a “Declaração” quanto o “Comentário”, apresentados pela revista *Clima* foram textos embrionários, que já continham elementos da proposta socialista contemporânea que o núcleo paulista estava elaborando. Esses elementos foram melhorados e explicitados na “Plataforma da Nova Geração”, texto que, segundo Hecker, ocupou um papel pioneiro e paradigmático na definição das bases teóricas do socialismo democrático brasileiro¹⁵¹:

A “Plataforma” pretendeu recolocar o marxismo num patamar ao mesmo tempo nacional e aberto à sociedade multifacetada vigente. Tentou abraçar uma dialética que até então servira para reproduzir modelos estranhos ao país. Ou, como observa Décio de Almeida Prado, que vivenciou a repercussão desse documento, tratava-se de tentar conciliar dois movimentos muito fortes nos anos 20 e 30: o modernismo e o marxismo.¹⁵²

A “Plataforma da Nova Geração” foi um documento elaborado por Paulo Emílio, com a colaboração dos companheiros do GRAP. O autor procurou sintetizar as correntes político-ideológicas que animavam a jovem geração de intelectuais nos anos de 1940. Nesse documento, ele procurou esquadrihar as tendências ideológicas com alguma influência na juventude, detendo-se, de maneira especial, nas várias correntes de esquerda, hegemônicas naquela conjuntura.

Em relação à direita fascista, o autor é enfático ao dizer que essa corrente, do ponto de vista histórico, estava derrotada. Derrotada, aliás, por não conseguir receptividade para suas ideias no ambiente do pós-guerra. Para Paulo Emílio, o futuro dos jovens fascistas estaria ligado à escolha entre o oportunismo ou a autocrítica:

Não sei se os jovens valores remanescentes da direita brasileira ainda encontrarão dentro de si a coragem (desta vez autêntica) necessária para tentar uma re colocação fundamental de todos os problemas. Este seria o ponto de partida que os poderia levar a significar alguma coisa para o Brasil.¹⁵³

Em relação ao pensamento católico, Paulo Emílio se surpreende por não haver nenhum setor católico pujante na nova geração intelectual, especialmente em São Paulo. Em

¹⁵¹ HECKER, 2007, p.79.

¹⁵² Ibid., p. 73.

¹⁵³ CANDIDO, 1986, p. 83.

seu texto, aproveita para criticar Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, por ter influenciado negativamente a juventude católica, já que sua posição política era simpática ao integralismo e ao fascismo¹⁵⁴. Aproveitou, no final de sua exposição sobre o catolicismo e a juventude, para apresentar as diferenças entre os pensamento de Tristão de Athayde e de Jacques Maritain, com nítida simpatia por este:

Mais um ponto – o Sr. Alceu de Amoroso Lima não pode ser considerado, como freqüentemente* foi insinuado, um representante no Brasil das ideias** de Jacques Maritain. A identificação entre a posição direitista diante de nosso tempo e o fundo reacionário das ideias*** do intelectual brasileiro, e a larga e avançada generosidade do pensamento do filósofo francês, é uma insuportável trapaça¹⁵⁵.

Em relação aos liberais, Paulo Emílio afirmou categoricamente que não havia, na nova geração, nenhum setor intelectual propriamente liberal, no velho sentido da palavra. Havia, na verdade, um pequeno grupo de economistas, ligados à Fiesp,¹⁵⁶ que estavam formando um pequeno grupo que talvez pudesse se tornar um embrião do futuro pensamento neoliberalista¹⁵⁷. Para eles, o capitalismo estaria sendo injustiçado historicamente, já que este nunca teve a possibilidade de se desenvolver até as suas últimas consequências. Antes de julgá-lo, a humanidade deveria dar ao capitalismo mais uma chance.¹⁵⁸ Segundo Paulo Emílio:

Alguns jovens representantes das correntes liberais conservadoras do passado se deslocam dia a dia, procurando um reajustamento ao nosso tempo de tradições políticas recentes que não resistiram ao teste histórico, e cujas formulações não atingem em profundidade nenhum dos problemas do presente, e particularmente os de um futuro próximo¹⁵⁹.

Após a breve análise da influência do pensamento de direita nos setores intelectualizados e na juventude brasileira, que o autor chamou de “setores secundários”, passou à apreciação sobre a corrente de esquerda da jovem geração intelectual do Brasil.¹⁶⁰ Para Paulo Emílio, os jovens que estavam na faixa dos trinta anos haviam feito o primeiro contato com as ideias políticas e sociais dez anos antes. Muitos deles, inclusive, haviam se encantado com a superficial Revolução de 1930 e, principalmente, com os ventos esquerdizantes emanados da Revolução Russa de 1917. Em sua opinião, antes de certos

¹⁵⁴ Ibid., p. 84.

¹⁵⁵ Ibid., loc. cit.

¹⁵⁶ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁵⁷ Termo utilizado pelo autor.

¹⁵⁸ CANDIDO, 1986, p. 85.

¹⁵⁹ Paulo Emilio ibid., loc. cit.

¹⁶⁰ Ibid., loc. cit

grupos intelectuais se interessarem pela Rússia, o socialismo nunca havia alcançado maiores repercussões, ficando restrito a pequenos grupos articulados nos centros operários do país. Esses grupos eram constituídos por herdeiros das tradições anarquista e social-democrata.

A partir da década de 1930, os intelectuais da pequena burguesia foram atraídos pela experiência revolucionária da Rússia. Muitos desses jovens passaram a militar nas fileiras do Partido Comunista e a assimilar, por vezes de forma acrítica, os ensinamentos da experiência soviética:

Em contato com estes meios o jovem intelectual passa a participar ainda mais intensamente de uma atmosfera de devoção pela Rússia, pela significação histórica no passado, no presente e no futuro. Havia mesmo, não formulada conscientemente, a crença na significação eterna da Rússia. Era religião¹⁶¹.

Entendia que para o infortúnio dessa geração de intelectuais, o nível teórico do Partido Comunista era muito baixo. Não havia estímulo ou direcionamento para os estudos teóricos. Segundo Paulo Emílio, a bibliografia de estudo do marxismo era muito restrita:

Além do Manifesto, um Bukarin ou Plekanov, e o Estado e a Revolução, quase não se liam os clássicos. UM pouco mais tarde leu-se a História do Socialismo de Beer. Pelas divulgações sabia-se o que era “mais valia” e que na sociedade existem classes com interesses contraditórios, o que era importante. Mas ninguém nunca leu O Capital. Do Brasil não se sabia de nada¹⁶².

Após a insurreição comunista de 1935 e durante o Estado Novo, com a repressão e consequente desarticulação de todas as espécies de organização política, a maioria dos jovens da intelectualidade de classe média, que não estavam ferrenhamente atrelados ao PCB, viveu um momento de amadurecimento pessoal e político, mantendo, contudo, vivo o que chamou de amor pela Rússia.

Na conjuntura história da época, marcada pelo fim da Segunda Guerra Mundial, setores da jovem intelectualidade de esquerda respondiam de forma distinta aos problemas político-ideológicos que surgiam. Segundo Paulo Emílio, parte da juventude voltou entusiasticamente a venerar a Rússia:

Para o caso de alguns, o renascimento do amor pela Rússia os fez voltar exatamente ao estado de dez anos atrás, quando qualquer sentimento renovador mais energético era canalizado para a idéia de Rússia. Neste setor é como se nada tivesse acontecido, dentro e fora desses jovens, durante esse tempo todo. Outros encontram plena satisfação naquilo que em literatura política ficou convencionalizado chamar-se Trotskismo¹⁶³.

¹⁶¹ Ibid., p. 86.

¹⁶² Paulo Emilio *ibid.*, p. 87.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 91.

Importante destacar que surgia igualmente uma geração de jovens que procurava dar novas respostas e assumir novas posições diante das tarefas do momento histórico. Essa juventude, ligada ao pensamento socialista, buscou examinar de forma crítica a teoria socialista e passou a desconsiderar a experiência soviética como referência essencial.

A atmosfera daquele momento era marcada pelo incremento dos estudos e, no plano teórico, o marxismo era considerado instrumento exemplar para o conhecimento:

Entre os clássicos há uma maior preferência por Marx e Engels além do Kautski e Plekanov dos primeiros tempos. Lenin e Trotski são muito lidos, mas a tendência é relegá-los ao estudo do caso russo. Não se dá por enquanto uma maior atenção ao revisionismo do século passado e do começo deste século. Há grande interesse pelos ex ou neomarxistas como Souvarine ou como os americanos Max Eastman, Sidney Hook e James Burnham.¹⁶⁴

Na visão de Paulo Emílio, para responder adequadamente aos problemas sociais, econômicos e políticos do pós-segunda guerra, estava em curso uma revisão mundial do marxismo, na tentativa de atualizá-lo.

Por fim, a “Plataforma” acrescentava à revisão do marxismo – de resto um fenômeno internacional como vimos acima – uma preocupação fundamental com os problemas brasileiros, haja vista que, segundo o autor, o Brasil carecia enormemente de ideias e interpretações corretas acerca de seus problemas sociais, sua história e sua cultura.

Certamente ideias de revisão do marxismo ortodoxo e adoção do primado da reflexão sobre os problemas sociais, a partir de uma perspectiva nacional, foram uma das principais inovações teóricas que influenciariam a concepção ideológica do futuro Partido Socialista Brasileiro, visto que em seu programa o PSB propugnava pela criação de um socialismo genuinamente brasileiro que não fosse dependente dos grandes modelos internacionais de socialismo.

O manifesto da União Democrática Socialista (UDS), elaborado por Paulo Emílio Salles Gomes, foi considerado um marco de fundação do pensamento socialista democrático e um dos referenciais teóricos do futuro PSB:

Paulo Emílio foi o fator decisivo na constituição da UDS, agrupamento que tentou formular e pôr em prática o que desejávamos desde o GRAP: um socialismo democrático, mas combativo, orientado pela situação brasileira, não pela política soviética; preocupado com os meios específicos de resolver os nossos problemas; partindo de premissas marxistas, mas abrindo-se para as conquistas do pensamento e da experiência política do tempo¹⁶⁵.

¹⁶⁴ CANDIDO, 1986, p. 85.

¹⁶⁵ CANDIDO, 1986, p. 64.

A introdução desse manifesto consiste numa análise histórica de viés marxista sobre os dilemas políticos e as possibilidades de ação das classes pequeno-burguesas, médias, do proletariado nacional e dos trabalhadores naquela conjuntura. Paulo Emílio (apud CARONE, 1976), ao analisar a situação das classes sociais brasileiras, chegou à seguinte conclusão:

Na história do liberalismo e da pseudo-democracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira.¹⁶⁶

Esse documento também evidenciou a situação de dependência política dos setores menos privilegiados da sociedade brasileira, em especial, dos trabalhadores rurais. Considerou que as classes oligárquicas e conservadoras, ao monopolizar os privilégios no Brasil e utilizar, de forma sistemática a repressão, acabaram por limitar a construção da identidade política e perpetuar o caráter autoritário da sociedade brasileira:

Na verdade a democracia só existia para as camadas economicamente mais favorecidas da população. Era uma democracia de falsas elites, afastadas das massas populares. Os partidos políticos nada mais eram que a expressão eleitoral dos grandes fazendeiros, industriais e comerciantes e dos banqueiros, que mantinham o poder estatal em suas mãos como expressão de domínio de uma oligarquia reacionária e retrógrada.¹⁶⁷

O manifesto afirmou ainda o potencial revolucionário dos setores pequeno-burgueses brasileiros e a necessidade de formação de alianças com “outras classes oprimidas” para derrocar a predominância histórica das classes conservadoras. Nessa perspectiva, concluiu que, sem essas alianças, seria impossível enfrentar o conservadorismo da política brasileira, marcada pelas características conservadoras da maioria dos partidos políticos existentes e das próprias máquinas eleitorais oligárquicas:

Chamada historicamente, no Brasil, a desempenhar um papel revolucionário, mediante uma estreita união política com outras classes oprimidas, a pequena burguesia não podia manter-se isolada na luta contra as oligarquias conservadoras, e, assim, foi incapaz de desarticular sozinha as poderosas máquinas eleitorais e governamentais dessas oligarquias.¹⁶⁸

Assim, para Paulo Emílio e para a UDS, os problemas essenciais do Brasil seriam a dependência político-social em relação às oligarquias e a falta de democracia, frequentemente até mesmo aquela de conteúdo exclusivamente formal, já que, segundo o manifesto, os partidos seriam representantes exclusivos das elites. Além disso, pesava o fato de os setores

¹⁶⁶ CARONE, 1976, p. 436.

¹⁶⁷ Ibid., p. 434.

¹⁶⁸ CARONE, 1976, p. 434.

excluídos e revolucionários da sociedade brasileira não conseguirem se articular para se contrapor às oligarquias e derrotá-las. Segundo o manifesto, até mesmo os comunistas não conseguiram influenciar corretamente os acontecimentos políticos, especialmente na década de 1930, quando, sem avaliar a correlação de forças do contexto, acabaram se precipitando na via insurrecional e, ao contrário de suas intenções, estimularam o “fascismo nacional”¹⁶⁹:

“Num ato de desespero, elementos de esquerda tentaram atalhar o avanço do fascismo nacional, deflagrando o movimento de novembro daquele ano, logo subjugado.[...] Desde então, os trabalhadores perderam todos os direitos políticos.”¹⁷⁰

Para Alexandre Hecker, o manifesto implicitamente aponta a UDS como uma solução para esse quadro desalentador da política brasileira na conjuntura de 1945, pois seus integrantes discordavam da orientação dos partidos tradicionais de esquerda, especialmente o PCB, e pregavam uma aliança democrática das esquerdas composta pelo proletariado nacional e outros setores sociais tidos como progressistas e interessados na redemocratização do país e na moralização da vida pública¹⁷¹. Além disso, o manifesto defendia abertamente a transformação econômica e social do país com objetivo de instauração do socialismo. A aliança democrática das esquerdas seria o principal instrumento para esse fim.

Interessante notar no documento a compreensão da vitória soviética na Segunda Guerra como sinal da necessidade e da real possibilidade de implantação do socialismo, que deveria obedecer às “peculiaridades históricas e sociais do Brasil, longe das fórmulas esquemáticas e sectarismos facciosos”¹⁷².

Essa posição de independência e de crítica em relação ao socialismo soviético, coerente com a formação política-ideológica do grupo, foi assim descrita por Antonio Candido:

Não faltavam restrições implícitas ao “sectarismo” dos comunistas, que não eram todavia mencionados expressamente em virtude da sua posição ainda delicada. E ao insistir na necessidade de encontrar soluções socialistas para cada país, embora o socialismo tivesse dimensão internacional, ficava afastada a adesão a correntes ligadas às peculiaridades da União Soviética, como o stalinismo ou o trotskismo¹⁷³.

A UDS teve curta duração. Devido às dificuldades em relação à coordenação das tarefas para as eleições que se aproximavam, o grupo endossou o manifesto da recém-

¹⁶⁹ Ibid., p. 435.

¹⁷⁰ Ibid., loc. cit.

¹⁷¹ HECKER, 2007, p. 45.

¹⁷² CARONE, 1979, p. 7.

¹⁷³ CANDIDO, 1986, p. 65.

inaugurada Esquerda Democrática, em agosto de 1945, e se dissolveu. Para Azis Simão, havia, naquele momento, pelo menos duas opções:

“Entre a opção de manter uma estrutura mais radical mas permanecer como núcleo paulista e adaptar-se a um perfil mais moderado mas com ramificações nacionais, a UDS, por maioria, opta pela extinção e adesão à Esquerda Democrática.”¹⁷⁴

Essa adesão não ocorreu sem atritos e tensões. Segundo Antonio Candido, um grupo de metalúrgicos recusou a adesão por acreditar que a ED, por ser menos radical e mais eclética, não passava de um “compromisso pequeno-burguês”¹⁷⁵. Já a Vanguarda Socialista, facção trotskista liderada por Mário Pedrosa, não somente apoiou a Esquerda Democrática em sua aliança com a UDN, como também defendeu a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.¹⁷⁶

2.3 Esquerda Democrática (ED)

“Conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições, – eis objetivo político da Esquerda Democrática.”¹⁷⁷

A instalação formal da Esquerda Democrática ocorreu em 25 de agosto de 1945, numa reunião realizada no Rio de Janeiro. Homens como João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, que haviam ingressado na UDN, tentaram demarcar um espaço político próprio com a ED. Esse trio fundador da ED tinha como características políticas em comum a preocupação com a justiça social, com o nacionalismo, uma formação jurídica e certa experiência parlamentar e no Executivo. Além disso, os três haviam lutado contra a ditadura varguista. Analisando as características políticas e ideológicas dessas três lideranças, podemos ter uma ideia das concepções que norteavam as práticas políticas da Esquerda Democrática.

João Mangabeira era o mais velho do grupo. Na época da fundação da Esquerda Democrática, tinha 65 anos, ampla experiência política e vasto conhecimento jurídico. Formado em Direito aos 17 anos, foi prefeito de Ilhéus e deputado federal pela Bahia. Admirava Rui Barbosa e acompanhou com interesse a Campanha Civilista de 1910. Foi

¹⁷⁴ VIEIRA, 2002, p. 164.

¹⁷⁵ CANDIDO, 1986, p. 64.

¹⁷⁶ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., , p. 31.

¹⁷⁷ Ibid., p. 13.

membro do grupo que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934. Em 1936, quando da repressão à Intentona Comunista, acabou preso. Na ocasião redigiu uma petição de *habeas corpus* para si e para os demais parlamentares presos e não reconheceu a legitimidade do Tribunal de Segurança Nacional. Em 1937, foi libertado da prisão e, na volta à Câmara, proferiu discurso denunciando o Estado Novo e defendendo as liberdades democráticas.

Em dezembro de 1944, João Mangabeira foi escolhido como paraninfo dos bacharelados da Faculdade de Direito da Bahia pela sua luta democrática. Em seu discurso explicitou várias concepções que nortearam a fundação da Esquerda Democrática. Em especial, João Mangabeira discutiu a relação entre a liberdade e a igualdade e entre democracia política e democracia social:

É que a regra individualista da igualdade perante a lei, proclamada pela burguesia na Revolução Francesa, não corresponde mais ao desenvolvimento das forças de produção do mundo hodierno e por isso mesmo não pode ser a sua fórmula jurídica fundamental. A igualdade perante a lei não basta para resolver as contradições criadas pela produção capitalística. O essencial é igual oportunidade para a consecução dos objetivos da pessoa humana. E para igual oportunidade é preciso igual condição. Igual oportunidade e igual condição entre homens desiguais pela capacidade pessoal de ação e de direção. Porque a igualdade social não importa nem pressupõe um nivelamento entre homens naturalmente desiguais. O que ela estabelece é a supressão das desigualdades artificiais criadas pelos privilégios da riqueza, numa sociedade em que o trabalho é social, e conseqüentemente social a produção, mas o lucro é individual e pertence exclusivamente a alguns.¹⁷⁸

Hermes Lima, com 43 anos de idade na época de fundação da Esquerda Democrática, também combinou a atividade profissional jurídica com a atividade política. Baiano, se destacou como professor de Direito Constitucional na Universidade da Bahia e na USP. Em 1924, foi eleito deputado federal pela Bahia. Em 1936, a repressão o atingiu, causando sua prisão e a perda da cátedra. Com a anistia de 1945, retomou seu lugar na universidade. Eleito deputado constituinte em 1945, Hermes foi o mais votado da coligação UDN-ED no Distrito Federal.

Domingos Velasco, com 46 anos, foi um membro do tenentismo nos anos de 1920. Nascido em Goiás, atuou como jornalista, apoiou a reação republicana de 1921, participou dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Depois da Revolução de 1930, foi secretário de Segurança e Assistência Pública de Goiás e procurador dos negócios de Goiás no Rio de Janeiro. Foi eleito para a Constituinte de 1934, e seus projetos foram orientados para uma maior centralização política e uma maior intervenção do Estado na economia. Eleito deputado

¹⁷⁸ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 32.

em 1934, passou a defender a ALN no parlamento e, por esse motivo, foi preso em 1936. Libertado em 1937, passou a atacar o governo e a figura de Filinto Muller. Com o Golpe de 1937, perdeu seu mandato. Em 1945, juntamente com Hermes Lima e João Mangabeira, participou da fundação da UDN.

Segundo o manifesto lançado no dia de sua fundação, a Esquerda Democrática defendia os seguintes pontos programáticos: liberdade de pensamento, crença e culto; direito à greve; autonomia sindical e regime representativo. Inclusive, no que diz respeito à liberdade de pensamento a Esquerda Democrática assim se definiu: “*A Esquerda Democrática não tem uma concepção filosófica da vida nem credo religioso; reconhece a cada um o direito de seguir, nessa matéria, a sua própria consciência. Nela cabem, assim, pessoas de todas as crenças e das filosofias mais diversas.*”¹⁷⁹

A Esquerda Democrática não se resumiu unicamente ao eixo Rio/São Paulo, áreas em que era mais forte. Em Pernambuco, havia núcleos em que se destacaram Osório Borba, futuro candidato a governador pelo PSB, e Gilberto Freire, que preferiu a UDN quando a ED virou PSB. Na Paraíba, Aluísio Campos atuou intensamente e, em 1950, elegeu-se deputado pelo PSB. Em Minas Gerais, em torno do jornal *Liberdade*, desenvolveu-se o núcleo que iria fundar o PSB no estado, liderado por Hélio Pelegrino¹⁸⁰.

Podemos notar na formação da Esquerda Democrática, especialmente nas diferenças entre os núcleos de São Paulo e do Rio, as diferentes concepções e divergências que marcariam internamente o PSB.

O núcleo do Rio de Janeiro foi formado a partir da liderança de políticos profissionais, experientes no parlamento e de tradição jurídica, influenciados pelo trabalhismo social de Lasky. São exemplos de integrantes desse grupo João Mangabeira e Hermes Lima. Já em São Paulo, predominavam professores e estudantes sem tradição parlamentar, mas com atuação política próxima dos sindicatos e com experiência de mobilização, oriunda da luta pela redemocratização. Também em São Paulo a vinculação político-ideológica com o marxismo era acentuada.¹⁸¹ Entre os objetivos comuns que agregaram essas correntes, podemos citar principalmente o “antigetulismo” e o “antiprestismo”, ou seja, a negação de formas autoritárias e ditatoriais diversas, bem como a recusa do comunismo de modelo soviético.

¹⁷⁹ CARONE, 1979, p. 16.

¹⁸⁰ VIEIRA, op. cit., p. 166.

¹⁸¹ VIEIRA, op. cit., p.164.

Após as eleições de janeiro de 1947, nas quais o Partido da Esquerda Democrática não foi bem eleitoralmente, um consenso começou a ser formado no grupo em relação à necessidade de se definir melhor o perfil político e ideológico do partido para que a legenda pudesse se distinguir de outras forças políticas próximas e ser reconhecida pelos trabalhadores e setores das classes médias. Esse clima que era favorável à criação de um Partido Socialista independente, segundo alguns militantes da Esquerda Democrática, já existia: “*Um operariado numeroso, com um peso considerável nos destinos políticos do país e imbuído de um certo espírito de independência em relação às organizações e aos velhos quadros políticos profissionais da burguesia.*”¹⁸²

Assumindo o lema “Socialismo e Liberdade”, o Partido da Esquerda Democrática aprovou, em seu 2º congresso de agosto de 1947, a mudança de nome para PSB. Essa mudança contemplou a reivindicação proposta pelo núcleo paulista da Esquerda Democrática, lançada desde o 1º congresso em 1946.

O programa aprovado pelo PSB era praticamente igual ao da Esquerda Democrática, com exceção do tópico sobre a supressão da possibilidade do casamento, como contrato civil, ser anulado pelo divórcio. Essa mudança reflete o posicionamento da ala católica do partido, liderada por Domingos Velasco. Durante sua militância no PSB, Velasco escreveu vários artigos na imprensa socialista sobre a compatibilidade entre os princípios católicos e os socialistas democráticos¹⁸³. Segundo Margarida Vieira, os debates da 2ª convenção foram marcados pelo casamento entre crítica e conciliação. Se, por um lado, a tese paulista sobre a mudança do nome da agremiação foi aceita, por outro, o pedido da ala católica do partido foi respeitado, e a tese divorcista foi retirada do programa¹⁸⁴.

Mudança considerável ocorreu com o emprego da palavra socialismo como mote e objetivo final do programa do PSB. Apesar de a Esquerda Democrática ter como um dos princípios fundamentais a defesa de “uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção¹⁸⁵”, o termo socialismo não constava em seu manifesto inicial. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, essa ausência ocorreu devido à necessidade de não comprometer a aliança político-eleitoral com a UDN em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Alguns

¹⁸² CORREA apud VIEIRA, op. cit., p. 102.

¹⁸³ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 42.

¹⁸⁴ VIEIRA, op. cit., p. 103.

¹⁸⁵ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 37.

membros da Esquerda Democrática, como já referido, identificavam a distância da UDN em relação às ideias socialistas.¹⁸⁶

2.4 PSB e identidade socialista-democrática

O Partido Socialista Brasileiro, especialmente em sua primeira fase, que vai até o início dos anos de 1950, tentava demarcar claramente as diferenças entre o socialismo democrático e o comunismo soviético. Em Junho de 1948, durante uma reunião da secção de paulista do PSB, a questão das divergências teóricas e práticas em relação ao PCB e ao comunismo soviético foram detalhadas.

Segundo o documento intitulado “Repúdio ao Capitalismo de Estado”, os socialistas democráticos, apesar de terem objetivos comuns em relação aos comunistas, repudiavam veementemente o regime de Capitalismo de Estado que havia se instaurado na URSS e que havia interrompido o processo de socialização dos meios de produção. Alegando a incompatibilidade entre meios e fins na consecução do socialismo, os militantes do PSB paulista denunciavam o regime burocrático que havia se apropriado do Estado soviético e que havia imposto uma ditadura que explorava os trabalhadores russos até mesmo em campos de trabalho forçado:¹⁸⁷

Aquela, encarnada numa poderosa e vasta elite burocrática, estas, como nos estados burgueses, mantidas na condição proletária, quando não exploradas em campos de concentração sob a forma de trabalho forçado. Assim sendo, os socialistas declaram que não havendo identificação do capitalismo russo de estado com o comunismo não há convergência de alvo, mesmo remota, entre ele e o socialismo.¹⁸⁸

Os socialistas democráticos negavam tanto o Capitalismo de Estado soviético quanto o imperialismo norte-americano. Em consequência dessa negação dos dois modelos de organização social, o PSB também negava os seus representantes partidários na sociedade brasileira. Alegando a submissão do PCB em relação à URSS, os socialistas afirmavam que não esperavam coerência política nem táticas corretas dos comunistas brasileiros:

Os socialistas não esperam que o Partido comunista possa desenvolver uma linha coerente de luta pelo povo, visto que é obrigado a amoldar-se às diretrizes vindas da

¹⁸⁶ REINER, 1982, p. 47.

¹⁸⁷ CANDIDO, Antonio. Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado. In: **Posições socialistas**: resoluções, manifestos, documentos de discussão. São Paulo: Partido Socialista Brasileiro-Secção de São Paulo, 1949, p. 24-29.

¹⁸⁸ Ibidem.

URSS – o que os poderá levar a propor reformas progressivas em fase de revolução popular ou golpes armados em fase de tática conciliatória. Dêste* modo, os socialistas repelem o Partido Comunista tanto como expressão pretensa do comunismo, quanto como partido brasileiro – isto é, sob o ponto de vista geral e sob o ponto de vista particular.¹⁸⁹

Por fim, o documento exalta a coerência entre meios e fins que o PSB advogava. Não haveria outro caminho para uma sociedade socialista que não a ampliação dos espaços, valores e práticas democráticas:

O Partido Socialista Brasileiro se propõe lutar nos quadros da democracia burguesa, procurando liquidar, nela, as ameaças totalitárias e as escamoteações conservadoras. Sabe que a liberdade burguesa é em grande parte fictícia, mas que é um mínimo passível de ampliação por meio da luta diária, da doutrinação e da atividade legal; um mínimo que importa preservar em nossos dias de depravação do sentimento de liberdade, par que, fiel ao nosso programa de Socialismo e Liberdade, possamos atingir a democracia socialista, com o fim da exploração do homem pelo homem¹⁹⁰.

O PSB também se diferenciava das elites partidárias do PCB, que eram explicitamente vinculadas aos ditames de Moscou¹⁹¹. Todavia, apesar da rejeição aos partidos comunistas, o PSB aceitava a colaboração tática com os comunistas e com outros partidos políticos, exceção feita aos partidos de origem fascista. Segundo os socialistas, a definição dessa possível colaboração política decorreria do próprio panorama político brasileiro:

Embora mantenhamos a maior independência em relação aos demais partidos, denunciando-os sem exceção, temos que lutar pelas reivindicações indispensáveis à manutenção do precário regime democrático em que vivemos e portanto, temos frequentemente de compôr* forças. Podendo nos encontrar com os comunistas no campo parlamentar e, mesmo, na atividade legal, fa-lo-emos sem a menor concessão teórica e mantendo no plano geral as nossas reservas.¹⁹²

Refutando as análises exclusivamente materialistas, que vinculavam o regime socialista às consequências finais de uma filosofia da história, o PSB acreditava que o socialismo, antes de estar vinculado a certa postura filosófica, era a expressão de um fato econômico, ou seja, resultado da desigualdade econômica entre as classes sociais do regime capitalista.¹⁹³

Os efeitos da decisão partidária de assumir explicitamente o socialismo em seu programa tiveram como uma das consequências a filiação da Vanguarda Socialista ao PSB, já

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 8-9.

¹⁹¹ Ibidem, p.7.

¹⁹² Idem, ibidem, p. 7.

¹⁹³ COSTA, Dante. **O Socialismo**. Coleção Rex; Edição da Org. Simões. Rio de Janeiro, 1954, p. 73.

em 1948. Como já informado anteriormente, o jornal foi doado ao partido e tornou-se o seu órgão oficial. O núcleo paulista ganhou grande entusiasmo, iniciando em novembro de 1947 a edição da *Folha Socialista*, dirigida pela Comissão executiva de São Paulo. Nesse jornal, um conjunto de intelectuais paulista conseguiu delinear, entre 1947 e 1949, o projeto de partido, de socialismo e de ação política do PSB paulista.

2.5 Programa do PSB

O programa aprovado no 2º Congresso do partido apresentou os princípios político-ideológicos que caracterizavam o PSB. Esse programa se distinguiu dos principais programas dos partidos da esquerda brasileira do período, não somente em propostas concretas, mas também na concepção de política¹⁹⁴.

I – O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro. II – As peculiaridades nacionais serão, pelo Partido, consideradas de modo que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.¹⁹⁵

O PSB, segundo esses dois princípios, se reconhecia como resultado das experiências de lutas sociais e políticas nacionais e internacionais, valorizando especialmente as peculiaridades nacionais nas lutas políticas e na construção do socialismo. Essa concepção ampla de socialismo era inovadora para as esquerdas entre 1945-1964. Frequentemente elas dependiam de um modelo externo para guiar os projetos socialistas a serem implantados no Brasil. De certa forma, era como se a filiação à URSS, China ou Albânia fosse indispensável para a realização do projeto revolucionário brasileiro¹⁹⁶. O PSB pretendeu analisar de forma aberta e crítica as experiências internacionais, sem se filiar obrigatoriamente a nenhum dos modelos internacionais. Essa abertura crítica foi favorecida pela heterogeneidade ideológica dos militantes do PSB, cujas referências compreendiam desde Rosa Luxemburgo até Laski. Contudo, é importante destacar que a experiência do Partido Trabalhista Inglês era um importante referencial para a ala do PSB carioca, ligada ao liberalismo social.

¹⁹⁴ VIEIRA, 2002, p. 160.

¹⁹⁵ CARONE, 1979, p. 17.

¹⁹⁶ VIEIRA, 2002, p. 161.

III – Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram, eficazmente, para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso* social, entende que as cisões provocadas por essa influência nos vários agrupamentos partidários estão em grande parte superadas¹⁹⁷.

Para Margarida Vieira, esse item corresponde a uma análise equivocada das esquerdas no período, já que as divergências entre táticas e estratégias continuam, até hoje, a causar divisões em amplas parcelas das esquerdas brasileiras e mundiais. Talvez pelo fato de minimizarem as divergências no interior das esquerdas, os socialistas tinham maior facilidade de trabalhar pela unidade das forças de esquerda,¹⁹⁸ mesmo considerada a sua clara discordância com o PCB e o PTB. Essa análise é corroborada pelo depoimento de Paul Singer (apud VIEIRA, 2002):

O Partido Socialista seria assim um pouco como um terreno neutro para a esquerda onde esses vários grupos poderiam colaborar com projetos ideológicos, seminários ou criação de frente única[...] O Partido Socialista, com sua modesta sede no centro da cidade, era um terreno em que todo mundo se entendia, podia vir a se sentir à vontade.¹⁹⁹

“IV – O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes, como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.”²⁰⁰

Esse é um dos itens mais autênticos do programa do PSB. Ao contrário do PCB que, para Daniel Aarão Reis Filho (apud GARCIA, 1986),²⁰¹ tinha uma visão instrumental da democracia política e frequentemente a desqualificava com a alcunha de “burguesa”, o PSB asseverou os valores dos direitos humanos, civis e políticos, propostos desde o século XVII pelos teóricos do liberalismo político. O PSB apresentava em seu programa a importância da manutenção e ampliação dos direitos civis e políticos fundamentais para a sociedade brasileira:

“Todos os cidadãos serão iguais perante a lei, sendo-lhes, asseguradas as liberdades de locomoção, de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, pela palavra escrita, falada ou

¹⁹⁷ CARONE, 1979, p. 17.

¹⁹⁸ VIEIRA, 2002, p. 160.

¹⁹⁹ Ibid., loc.cit.

²⁰⁰ CARONE, 1979, p. 17.

²⁰¹ GARCIA, Marco Aurélio. (Org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Cedec, 1986, p. 18.

irradiação; a liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança.”²⁰²

O partido também já enfatizava a necessidade de se garantir a igualdade jurídica entre homem e mulher em uma sociedade patriarcal como a sociedade brasileira dos anos de 1940: “*Será assegurada a igualdade jurídica do homem e da mulher.*”²⁰³

Dante Costa, militante do PSB do Rio de Janeiro, sintetiza bem a relação preconizada pelos socialistas entre a democracia política e a democracia econômica e social do regime socialista:

A Democracia requer pluralidade de partido e o direito de oposição; mas tem o direito e o dever de proteger-se contra aqueles que exploram as liberdades que lhes assegura e que eles* usam exatamente para destruí-la. A defesa da democracia política é de interesse vital para o povo. Sua existência é uma condição sem a qual a democracia econômica* e social não pode realizar-se²⁰⁴.

O PSB acreditava que as transformações das desigualdades profundas do Brasil somente seriam obtidas pela execução de processos democráticos. Seu programa afirmou com veemência que: “*IX – O partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política*”²⁰⁵.

Segundo Dante Costa, existiriam mecanismos de transformação social próprios ao socialismo democrático que seriam responsáveis pela transição do capitalismo ao socialismo. Em primeiro lugar, a transformação social seria realizada pelas leis votadas nos parlamentos, o que pressupunha a necessidade dos socialistas disputarem a consciência dos setores sociais representados pela classe média e pelo proletariado e que, por sua vez, esses setores votassem maciçamente nos candidatos socialistas. De fato, podemos concluir que a transformação do regime capitalista em regime socialista seria obra de um ato legal, executado pelo PSB e respaldado por amplo apoio popular²⁰⁶.

Para o PSB, o processo de transformação do capitalismo em socialismo não seria integral e imediato, nem mesmo se houvesse maioria absoluta dos socialistas no Congresso

²⁰² CARONE, 1979, p. 20.

²⁰³ Idem, ibidem, p. 20.

²⁰⁴ COSTA, 1954, p. 62.

²⁰⁵ GARCIA, op. cit., p. 18. Programa do PSB (1947). In: CARONE, 1979, p. 17.

²⁰⁶ COSTA, op. cit., p.57.

Nacional²⁰⁷. Na verdade, compreendiam que o processo de transformação socialista é progressivo, ou seja, se daria por etapas, iniciando-se pelas de medidas de caráter popular:

Essa transformação deve ser feita por etapas, e muitas vezes, como no Brasil, haverá necessidade de começar por medidas que não são propriamente socialistas, mas apenas modificadoras de condições de colonialismo, de dominação econômica estrangeira, ou de rançosos restos feudais. Exemplos: luta pelo monopólio estatal do petróleo, luta contra os “trustes” estrangeiros que sufocam iniciativas nacionais, luta contra a enfiteuse, reforma agrária, etc.²⁰⁸

A concepção democrática do PSB também estava presente na forma como o partido concebia a organização política do país. Para os socialistas, o Estado deveria ser democrático e federativo, respeitando a autonomia dos municípios e respeitando os seguintes princípios:²⁰⁹

- divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário;
- Constituição dos órgãos do Estado por sufrágio universal, direto e secreto, com exceção do judiciário;
- Parlamento permanente e soberano;
- Autonomia funcional do poder judiciário;
- Vitaliciedade e inamovibilidade dos juízes e irredutibilidade de seus vencimentos;
- Justiça gratuita;
- Neutralidade do Estado em face dos credos filosóficos e religiosos;
- Liberdade de organização partidária dentro dos princípios democráticos;
- A política externa será orientada pelo princípio da igualdade de direitos e deveres entre as nações, e visará o desenvolvimento pacífico das relações entre elas. Só o parlamento será competente para decidir entre a paz e a guerra.²¹⁰

Nas reivindicações imediatas, o partido procura realizar as seguintes proposições enquanto não fosse possível realizar o seu programa de forma integral:

“8.º — Defesa e desenvolvimento da forma democrática de governo e garantias às liberdades e direitos fundamentais do homem: regime representativo de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional, garantida a possibilidade do exercício do direito de voto a bordo, a tripulantes e passageiros e a empregados em ferrovia e rodovia, durante a viagem; direito de voto a todos os militares e analfabetos, liberdade de manifestação do pensamento

²⁰⁷ Ibid., loc. cit.

²⁰⁸ COSTA, op. cit., p.55.

²⁰⁹ CARONE, 1979, p. 18.

²¹⁰ Ibid., p.18.

pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, de associação, de reunião; igualdade jurídica do homem e da mulher(...);²¹¹

2.6 Socialização dos meios de produção

O essencial no processo de instauração do regime socialista seria a socialização dos meios de produção. Nesse ponto, temos uma das contribuições teóricas mais instigantes do PSB. O partido, em seus documentos e resoluções, fazia a diferenciação entre a socialização dos meios de produção e a estatização dos meios de produção. Para os socialistas, a passagem dos meios de produção do proprietário particular para o domínio do Estado não caracterizava a socialização. Ao contrário, o processo descrito acima caracterizava a estatização. De fato, a socialização de uma empresa era a passagem desta do estado de propriedade particular para o domínio da coletividade:

[...] Atravéz (sic) da direção dos seus próprios técnicos e operários, que a dirigirão visando a torná-la mais útil à coletividade, sem interesse de lucro pessoal, mas de acôrdo(sic) com a planificação economica (sic) do país. Não se trata de transformar uma fábrica em repartição pública, mas de entregar a direção da fábrica a seus técnicos e trabalhadores, que dela retirarão o seu sustento, nada recebendo do tesouro público, mas esforçando-se por melhorarem a produção da fábrica, pela emulação com as outras, em idênticas condições.²¹²

Por fim, Dante Costa conclui que, no regime socialista, o trabalhador seria constantemente estimulando a produzir mais e melhor, para o seu próprio benefício e para o benefício da coletividade:

Sabendo que o fruto do seu esforço está beneficiando a si e a todos, à sua classe e à toda a coletividade – e sob um regimen* que não o explora, mas o provê de suas justas necessidades – o operariado sente-se estimulado ao trabalho, realiza com mais interesse as suas funções, pois sabe que no regime socialista o resultado do seu suor redonda em seu próprio benefício²¹³.

No documento intitulado “Ainda sobre o Capitalismo de Estado”, o PSB paulista apresenta a resolução na qual, além de distinguir a estatização do processo de socialização dos

²¹¹ Ibid., p.18.

²¹² Ibid., p.56.

²¹³ Ibid., loc. cit.

meios de produção, vincula este último às deliberações do Parlamento, inclusive no que tange às reivindicações imediatas do partido:

Considerando que essa declaração não expressa apenas uma norma para o partido, quando houver alcançado o governo, mas constitui também fundamento de seu programa de reivindicações imediatas, como se pode ver pelos seguintes itens desse capítulo do programa: 1 – “Subordinação da nacionalização dos bens de produção pela União, Estado e Município, em cada caso particular, ao voto das respectivas câmaras legislativas”; 2 – “Administração das empresas nacionalizadas por órgãos constituídos de representantes dos respectivos governos, indicados pelo executivo e aprovados pelo legislativo, e de representantes eleitos pelos empregados da empresa”; 3 – “Nacionalização das fontes de energia, transportes, e indústrias extrativas consideradas fundamentais”²¹⁴.

Interessante notar que a ênfase nos processos democráticos não concerne exclusivamente à democracia formal. Para o PSB, os processos democráticos poderiam ser alcançados de variadas formas de organização e luta. O partido não excluía a ação direta, desde que esta representasse a opinião da maioria, resultado do livre debate e da livre exposição de opiniões.²¹⁵

2.7 Um partido militante

Segundo Miracy Gustin, o PSB tinha como uma das características principais a defesa do socialismo democrático por sua militância. Além da supracitada ênfase nos processos democráticos, defendia, de forma veemente, a necessidade de uma mudança na mentalidade da sociedade brasileira e também da própria militância de esquerda. Essa última, avessa a discussões e frequentemente presa a dogmatismos teóricos. Para a autora, havia no PSB certa maneira radical, arrojada e sensata de abordar os problemas brasileiros à época²¹⁶. Essa priorização da mudança da mentalidade social e valorização das ideias na prática política dos socialistas do PSB também são afirmadas por Alexandre Hecker. O autor defende a tese que,

²¹⁴ CANDIDO, 1949, p. 9.

²¹⁵ REINER, Lúcio. **João Mangabeira na UnB**. In: SIMPÓSIO. 3 a 6 nov. 1981. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982, p. 158.

²¹⁶ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 53.

para os socialistas democráticos, a educação e a informação eram prioritárias na agenda do partido, na tentativa de transformar o Brasil²¹⁷.

Essa preocupação com processo de conscientização e de transformação da mentalidade social estava vinculada com a própria concepção de sociedade socialista que o PSB queria construir. Um dos motivos pelos quais os socialistas democráticos privilegiavam a via pacífica e gradual de transformação do capitalismo estava ligado à necessidade concomitante de formação de quadros competentes para administrar e governar:

Os socialistas, ao contrário, pregam a transformação pacífica e progressiva da sociedade. Mesmo porque os socialistas sabem que a reorganização econômica* da sociedade exige estadistas e técnicos* competentes, exige peritos nas mais diversas tarefas de governar, administrar e dirigir, e esses quadros não se improvisam do dia para a noite, mas nascem durante os anos de pregação socialista, aperfeiçoam-se ao longo das conquistas e modificações parciais que se irão operando na sociedade. E de tal modo que, ao atingir ao poder um governo socialista, apoiado por maioria absoluta e maciça, disponha ele* de grande número de técnicos experimentados e de peritos competentes, a fim de garantir o êxito da implantação da economia socialista no país.²¹⁸

Outro elemento político importante defendido pelos socialistas do PSB diz respeito ao papel dos partidos políticos na sociedade. Na sua visão um dos papéis fundamentais que o partido político deveria cumprir, muito além da simples disputa eleitoral, estavam diretamente relacionados à formação política de seus quadros. Para tanto, os organismos internos do partido se mantinham em atividade contínua e intensa durante os intervalos eleitorais. Suas ações eram orientadas para a educação militante e para a mobilização partidária com vistas à divulgação do partido e de suas atividades. Essa dinâmica partidária, com exceção do Estado da Paraíba, acontecia em todos estados onde havia diretórios do PSB:

No Rio, por exemplo, constatou-se uma atividade política de ação permanente de proselitismo e arregimentação em grupos de base residencial nos bairros Engenho Novo, Urca, Riachuelo, Olaria, Engenho Velho, Catete, Leblon, Flamengo, Centro, Tijuca, Leme, Botafogo, Jardim Botânico, Vila Isabel, Lagoa (com sede no Morro da Catacumba), Santa Tereza, Leopoldina e Realengo. Entre São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, havia somente uma diferença quanto ao grau de participação dos adeptos, sem dúvida bem mais intenso no primeiro, inclusive em cidades do interior, como Campinas, Jari, Araraquara, Santos, Bauru, Cruzeiro e outras tantas que, já em 1950, perfaziam um total de 23 Comissões Municipais, que coordenavam atividades permanentes de grupos de base.²¹⁹

O PSB considerava ser sua obrigação educar seus militantes, na teoria e na prática, para torná-los agentes políticos transformadores da realidade político-social:

²¹⁷ HECKER, 2007, p. 47.

²¹⁸ COSTA, op. cit., p. 79.

²¹⁹ A Situação Organizatória do Partido. **Folha Socialista**, São Paulo, 1 fev. 1950. p. 5.

Fazer funcionar um partido socialista, em qualquer país do mundo, é atrair militantes para os mais variados tipos de trabalho e exercitá-los na teoria e na prática da política e da administração. Só assim o partido formará quadros capazes de levarem a bom êxito, no momento legal e oportuno, a transformação econômica* da sociedade.²²⁰

2.8 Valorização do sistema político constitucional

A valorização de um sistema político constitucional foi uma das características mais marcantes da trajetória política do PSB em todo o período em que esteve ativo. O forte respeito à legalidade constitucional esteve presente nos discursos dos parlamentares, nas matérias da *Folha Socialista* e na prática de seus militantes. A atuação política do PSB se pautou pela valorização e pela aplicação dos princípios constitucionais. Tal posição orientou, por exemplo, a posição do PSB em 1948, quando os conflitos entre os grupos conservadores e o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, se exacerbam, o núcleo paulista do PSB não prestou apoio a nenhum dos lados. Segundo sua posição, o partido não apoiava nenhuma intervenção na política do Estado que não estivesse de acordo com os princípios constitucionais. O Partido definia sua posição como antigolpista e antioportunista²²¹.

Outro episódio importante que atesta o valor do constitucionalismo para o PSB foi a votação do ato institucional que, nos anos 60, criava o parlamentarismo objetivando garantir a posse de João Goulart. Respalhada por um parecer de João Mangabeira, a bancada do PSB no congresso foi contrária à adoção do parlamentarismo e denunciou essa manobra como golpe branco, por não ser um preceito constitucional²²². Durante todo período estudado, o PSB teve atuação destacada na defesa da constituição. Os parlamentares do PSB buscaram regulamentar itens constitucionais não aplicados, combater as leis de exceção, ampliar e garantir as liberdades civis e políticas.

Na concepção político-ideológica dos socialistas do PSB, os partidos políticos e o Parlamento tinham suma importância. Para eles, a desmoralização dessas duas instituições enfraqueceria a construção democrática. Segundo João Mangabeira: “O poder legislativo é o

²²⁰ COSTA, op. cit., p. 80.

²²¹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 258-259.

²²² Ibid., p. 271.

único que encarna realmente a liberdade. Os outros podem viver sem ela. O poder legislativo, não”²²³.

Os deputados prestavam contas de suas ações ao partido, fazendo consultas e palestras. Quando isso não acontecia, as bases reagiam com veemência. Um momento interessante de vivência democrática do partido ocorreu quando João Mangabeira propôs no Parlamento um projeto de lei sindical que não havia sido posto em discussão no partido. Após a reprovação das bases a essa atitude, o projeto voltou para discussão partidária e só foi considerado concluído depois de longas deliberações nas assembleias do partido.

A valorização do Parlamento como instituição chave para a prática democrática também é corroborada pela importância que o PSB dava à figura do vereador nas casas legislativas municipais. Para o partido, o vereador seria responsável por dar visibilidade ao programa partidário em sua atuação cotidiana junto à população. O entendimento que presidia essa orientação derivava da compreensão de que somente a execução do programa do PSB poderia resolver os problemas socioeconômicos do país²²⁴:

O programa do Partido Socialista só poderá ser executado no dia em que tivermos maioria nos órgãos legislativos em escala nacional. O nosso programa de socialização progressiva não prescinde do consentimento popular, expresso em eleições livres, uma vez que pretendemos realizá-lo por meios democráticos. Mas, enquanto minoria, cabe-nos o papel de esclarecer o conteúdo de nosso programa e lutar pelas reivindicações mínimas que preparam o caminho para a solução socialista.²²⁵

2.9 Importância do vereador municipal

Na concepção do PSB, o município era essencial como espaço inicial da experiência socialista democrática. Originado da crítica ao capitalismo de estado, que entendiam ser marcado pela centralização e burocratização, o socialismo democrático asseverava que o processo de socialização dos meios de produção somente seria realizado concretamente quando a população estivesse no controle de sua execução. O âmbito municipal, teoricamente o mais próximo do cotidiano da população, era considerado o mais importante no processo de construção de uma sociedade socialista, pois a atuação do partido tendia a ser mais concreta

²²³ Ibid., p. 267.

²²⁴ GIKOVATE, Febus. As tarefas dos vereadores eleitos. **Folha Socialista**, São Paulo, Ano I, n.1, p.1 e 4, 27 nov. 1947.

²²⁵ GIKOVATE, op. cit., loc. cit.

no âmbito municipal, na medida em que as soluções socialistas, originadas de seu programa partidário e preconizadas para a resolução dos problemas cotidianos, se mostrassem acertadas. Os vereadores socialistas deveriam defender a limitação da interferência dos poderes federais e estaduais nos municípios e lutar para que as câmaras municipais se transformassem gradativamente em órgãos administrativos dos interesses coletivos municipais. Segundo Febus Gikovate, a atuação socialista municipal teria alguns pontos fundamentais:

Autonomia do município; eleição direta do Prefeito; Câmara Municipal permanente; medidas que efetivem a responsabilidade dos governantes municipais diante da Câmara. Nos municípios em que estas reivindicações ainda estão por ser satisfeitas, cabe-nos lutar permanentemente pelas mesmas e mostrar com fatos concretos em todas as oportunidades os prejuízos que advêm para a população de sua inexistência²²⁶.

Na câmara municipal, o vereador teria o papel de fiscalizar a vida pública municipal e propor medidas de interesse da população que não entrassem em conflito com os princípios constitucionais e os princípios da lei orgânica dos municípios:

Devemos denunciar publicamente, da tribuna da Câmara Municipal, os exploradores do povo, os manipuladores do câmbio negro, os fraudadores das leis trabalhistas e a conivência direta e indireta dos poderes públicos. Não nos devemos limitar a denúncias vagas e imprecisas, tão do gosto dos partidos ocasionalmente oposicionistas, de finalidade puramente demagógica. É indispensável apresentar fatos concretos e citar datas e nomes. É preciso apontar os nomes dos responsáveis pelo desaparecimento de certos gêneros, dos fraudadores dos tabelamentos de preços, dos falsificadores de gêneros alimentícios e exigir sua punição²²⁷.

No âmbito administrativo, os vereadores socialistas deveriam lutar pela organização racional dos serviços públicos municipais e pela limitação dos gastos com o funcionalismo. Era obrigação de todo vereador socialista conhecer a fundo a máquina administrativa municipal a fim de apurar as irregularidades e propor as reformas necessárias.²²⁸

Para o PSB, a ligação entre o trabalho dos vereadores e o partido seria indissolúvel. Os vereadores seriam delegados do partido capazes de interpretar o pensamento do mesmo. Para auxiliar os vereadores em suas tarefas, o partido deveria montar comissões técnicas municipais com o objetivo de estudar os diversos problemas e auxiliar na eficiência dos trabalhos dos vereadores na câmara.

Por fim, aos vereadores socialistas era exigida a manutenção de contatos permanentes com os eleitores e com a população municipal, diretamente ou por meio dos organismos

²²⁶ Ibid., loc. cit.

²²⁷ Ibid., loc. cit.

²²⁸ Ibid., loc. cit.

partidários. Para estar sempre a par dos interesses e reivindicações da população, deveriam atuar em conjunto com os organismos sindicais e realizar assembleias populares com frequência, a fim de discutir os problemas da população:

Os vereadores passarão a ser então os porta-vozes das reivindicações e aspirações justas, debatidas e decididas nas referidas assembleias (sic). A organização das assembleias (sic) populares para debater os problemas concretos contribuirá eficientemente para manter um contato estreito entre o Partido Socialista e a população do Município..²²⁹

Importante ressaltar que a valorização do Parlamento na vivência democrática não significou que os socialistas do PSB defendessem o Parlamentarismo como sistema de governo. Inclusive, para Margarida Vieira, a discussão da questão sobre sistemas de governo não ocupou grande espaço na agenda do PSB no período estudado.²³⁰

2.10 Um partido democrático

O PSB não defendeu apenas os processos democráticos e suas instituições no Parlamento. Também no âmbito interno o partido conseguiu construir uma profícua experiência democrática. Interessante notar que essa experiência não se restringiu apenas aos núcleos onde a influência do liberalismo era maior. Onde a concentração de militantes marxistas assumidos, como em São Paulo, era maior, a valorização das liberdades democráticas estava presente. Fúlvio Abramo, ex-militante do PSB de São Paulo, assim descreveu a organização interna do partido:

Tinhamos* dois tipos de grupo, de base profissional e de base territorial. O grupo de base territorial era a reunião dos elementos do Partido de determinada região da cidade que ali residiam ou trabalhavam. Aquele de base profissional era a reunião de adeptos do Partido de determinada categoria profissional ou de determinado local de trabalho. Esses grupos funcionavam com plena liberdade de discussão; as pessoas porque tinham determinado cargo no partido ou fora dele não eram consideradas mais importantes que as demais do grupo. Este tipo de democracia, eu devo confessar, teve vigência perfeita em todo o Partido, durante toda a sua vida. As eleições, não só dos dirigentes da comissão nacional, mas de todos os órgãos, desde os grupos de base, faziam-se por delegação direta, ou seja, não se elegia conforme alguns partidos, onde os cargos são distribuídos [sic] entre os grupos de poder²³¹.

²²⁹ Ibid., loc. cit.

²³⁰ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 271.

²³¹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 173.

Entre os objetivos políticos do PSB, estava presente a necessidade de se constituir como partido democrático. Democrático não só em relação à forma, mas principalmente em relação ao conteúdo real, ou seja, em relação à participação de seus filiados e militantes em todas as instâncias da vida partidária. É importante lembrar que o PSB surgiu como partido independente e autônomo, isto é, sua origem não esteve relacionada com a ação direta do Estado ou das elites dominantes, e sua estrutura interna garantiu ampla participação igualitária de todos os seus filiados.²³² Os socialistas democráticos entendiam a democracia como um exercício que deveria ser praticado incessantemente dentro de seus próprios quadros partidários como um instrumento que, com objetivo de servir nas disputas interpartidárias, deveria ser exercitado internamente no partido²³³:

Verdadeira escola de democracia chegaremos a ser, se soubermos transformar o ambiente partidário num aprendizado dos imperativos de comportamento democrático. A soberania das assembleias, a liberdade de crítica, o respeito às decisões da maioria, o acatamento à lei escrita interna, o prestígio das direções eleitas, o cumprimento das obrigações livremente aceitas – eis outros tantos pontos que devem estruturar a vida democrática do partido²³⁴.

Segundo Arnaldo Pedrosa D’Horta, militante do PSB paulista, o PSB se diferenciava dos demais partidos principalmente pelos processos democráticos internos que pautavam a vida do partido. No interior do PSB, o poder emanava das assembleias partidárias livremente constituídas e da participação maciça de sua militância. A orientação política do partido não era construída pelo alto, isto é, pela cúpula partidária. Era a partir das assembleias partidárias de base que as orientações partidárias nasciam para serem executadas pelos órgãos eleitos²³⁵.

Outro elemento valorizado pelo PSB e que era importante para caracterizá-lo como um partido democrático estava relacionado à obrigatoriedade de eleição para as direções partidárias. Muito crítico em relação à imposição de direções sem a consulta ou anuência da maioria da base partidária, o PSB exigia legitimidade de todas as direções do partido. Na prática, isto implicava que as direções respeitassem os procedimentos democráticos, isto é, a exigência de mandatos com duração certa e por períodos curtos e, principalmente, que fossem democraticamente eleitas pela maioria dos membros do partido da respectiva seção que,

²³² GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Ideologia e Política: A Trajetória do Socialismo Democrático como Veio partidário no Brasil.** 1989. XXp. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– UFMG, 1989, p. 277.

²³³ D’HORTA, Arnaldo Pedrosa. Como Deve Crescer um Partido Democrático. **Folha Socialista**, SP, Ano I, n.1, p. 2, 27 nov. 1947.

²³⁴ D’HORTA, op. cit., loc. cit.

²³⁵ Ibid., loc. cit.

posteriormente, essa mesma direção dirigiria. Além disso, as direções não podiam impor decisões arbitrariamente e nem se imiscuir na vida interna dos grupos de base:

O socialismo democrático é visceralmente contrário a tais métodos de direção imposta pelo alto; quer internamente, em sua vida partidária, quer externamente, em relação à comunidade. Toda* tentativa de abafamento da opinião partidária em seus organismos de base constitui, pois, uma grave tendência, que deve ser imediata e enérgicamente combatida.²³⁶

Se uma direção não estivesse agindo conforme a vontade das bases partidárias, a qualquer tempo poderia ser convocada uma assembleia extraordinária pelos organismos inferiores com poderes suficientes para destituí-la.²³⁷ O partido considerava ser importante que o cotidiano da vida partidária fosse contraposto aos vícios antidemocráticos que marcavam a vida interna de outros partidos:

Nos demais partidos – no melhor dos casos – vemos comissões executivas, comitês centrais ou comissões nacionais, decidindo arbitrariamente a orientação partidária em face das mais importantes questões, e comunicando suas decisões, em caráter imperativo, aos filiados. Em outros casos o regime ditatorial é levado a extremos mais absolutos, pois nem sequer existe uma tal decisão coletiva do órgão supremo, sendo os rumos partidários determinados por um único chefe. Isso acontece, por exemplo, no Partido Trabalhista Brasileiro, onde Getúlio Imperador decreta o apoio a Círiolo, o combate aos comunistas, a aliança com Dutra ou a amizade com Prestes conforme lhe dê na telha²³⁸.

Em vários momentos da trajetória do PSB, podemos observar conflitos internos no que concerne à relação entre a base partidária e a direção. Muitos militantes fizeram críticas a um possível processo de burocratização que estaria ocorrendo em alguns diretórios do PSB:

Uma das questões primaciais é a relação que existe entre “vida política” e “vida partidária” que, se têm muito em comum, são diferenciados pelos organismos de base. A saber, a primeira é dada pela politização dos membros da base. A segunda imediata é uma decorrência de uma vida política interna bem desenvolvida. Quando um partido ou movimento político estagna-se, essa estagnação é imediatamente visível pela burocratização, pelo enquistamento de sua direção. Um partido político estritamente politizante como deve ser o Partido Socialista deve ter necessariamente uma direção altamente politizada, como fruto da escolha de membros politizados e, sobretudo, dinâmica. Todo partido político que fica a reeleger sua direção, ou que fixa prazos muito longos de gestão para seus chefes – e infelizmente, isto acontece em certos casos com o Partido Socialista Brasileiro – corre o risco de se tornar um partido sobremodo burocrático, que atravanca a ação dos membros da base já politizados [...].²³⁹

²³⁶ ABRAMO, Fúlvio. Linha política e a ação dos núcleos de base. In: GUSTIN, **Posições socialistas: resoluções, manifestos, documentos de discussão**. São Paulo: Partido Socialista Brasileiro-Seção de São Paulo, 1949. p. 7.

²³⁷ D’HORTA, op. cit., loc. cit.

²³⁸ Ibid., loc. cit.

²³⁹ GUSTIN, op. cit., p. 299.

Apesar da ênfase dada ao papel eleitoral da militância, o PSB estava longe de restringir a atuação da base apenas às eleições das direções. O partido enfatizava largamente a importância dos grupos de base para a existência real da vida partidária:

Quanto maior for o número de Grupos que se constituam, elejam as respectivas direções e passem a realizar regularmente suas reuniões, discutindo os problemas populares do lugar, examinando como propor a sua solução dentro do programa socialista, fazendo a propaganda geral dos nossos princípios, procurando arregimentar novos companheiros – tanto mais rapidamente e mais firmemente conseguiremos construir o Partido Socialista, que assegurando uma vida democrática em suas fileiras, e conquistando democraticamente o governo do país, possa realizar a socialização dos meios de produção, a justa distribuição das riquezas e o levantamento do nível de vida de nossa população²⁴⁰.

O PSB tinha uma estrutura partidária democrática relativamente descentralizada que funcionava a partir de uma articulação permanente entre suas direções e seus grupos e núcleos de base. Os núcleos de base do partido eram marcados pelo intenso debate político e pela distribuição de tarefas entre a militância partidária. Sua estrutura democrática era fundada na atuação constante de seus núcleos de base, organizados segundo critério geográfico (grupos de base de bairros) ou profissional (grupos de local de trabalho). Segundo o depoimento do jornalista Fúlvio Abramo (apud GUSTIN, 1989), é possível entender um pouco do funcionamento dos núcleos:

Esses grupos funcionavam com plena liberdade de discussão; as pessoas porque tinham determinado cargo no partido ou fora dele não eram considerados mais importantes que as demais do grupo. Esse tipo de democracia, eu devo confessar, teve vigência perfeita em todo partido, durante toda sua vida. As eleições, não só dos dirigentes da Comissão Nacional, mas de todos os órgãos, desde os grupos de base, faziam-se por delegação direta, ou seja, não se elegia conforme alguns partidos, onde os cargos são distribuídos entre os grupos de poder [...] ²⁴¹.

Esses núcleos de base eram cruciais para que o PSB realizasse seu projeto de partido democrático. Eram eles que constituíam as unidades básicas da organização partidária e de onde deveriam ser difundidas as deliberações, antes amplamente discutidas em assembleias, que formaram as linhas da política do partido. Essa orientação está bem explicitada em resolução do PSB paulista:

O desenvolvimento dos partidos socialistas em todo o mundo e a história da organização dos partidos políticos em geral permitem verificar que não existe outro caminho para se formar uma mentalidade socialista democrática. Não é, pois, por mera atitude ou por tendências românticas que nós, os socialistas de São Paulo, julgamos que é na participação ativa dos grupos de base em todas as discussões de todas as questões de interesse partidário, que se encontra a garantia da formação de uma linha política independente, realmente socialista e democrática. Dentro dos

²⁴⁰ D'HORTA, op. cit., loc. cit.

²⁴¹ GUSTIN, op. cit., p. 286.

limites de nossas direções municipais, os grupos de base constituem, pois, os criadores, os forjadores e os fautores da orientação do partido.²⁴²

As atividades dos núcleos de base não ocorriam apenas em períodos eleitorais. O maior interesse dos militantes do partido era a educação política e não o desenvolvimento de táticas eleitorais. Os núcleos do PSB, especialmente em São Paulo, eram espaços onde havia grande número de palestras e cursos para a formação da militância:

Em abril de 48, por exemplo, realizava-se na sede do Partido em São Paulo, todos os sábados, de 14 às 17 horas, um curso de formação política com professores de grande competência: Economia Política (Prof. Eduardo Alcântara), Sociologia (Prof. Antônio Cândido) e História das Idéias* Socialistas (Febus Gikovate)²⁴³.

A democracia interna do PSB também era assegurada pelas formas de relação existentes entre os órgãos constitutivos do partido. Além das ligações verticais entre a cúpula e as bases também existiam ligações horizontais entre os núcleos regionais. Prova da existência dessa relação era a realização frequente de convenções municipais – no mínimo uma por semestre – e convenções regionais – no mínimo uma por ano – que mantinham os núcleos integrados nas discussões sobre os problemas nacionais, regionais e locais e os debates doutrinários. Definitivamente, as relações entre os grupos do PSB não se efetivavam somente por meio da cúpula partidária. Esse formato de organização partidária aumentava a chance de conflitos entre os militantes dos distintos grupos de base e, conseqüentemente, a chance do surgimento de facções intrapartidárias. Porém, ao mesmo tempo em que propiciava o conflito, esse formativo organizativo propiciava maior liberdade de discussão política-ideológica aos militantes, o que contribuía para educação política de todos os militantes²⁴⁴.

Segundo Miracy Gustin, essa capacidade de levar à frente certa descentralização ideológica, sem causar fragmentações ou cisões irreversíveis, por meio da garantia de maior autonomia das áreas de igualdade que formavam o partido, é uma das maiores excepcionalidades do PSB quando comparado às demais organizações de esquerda do período²⁴⁵. As cisões ou “rachas” não ocorreram no PSB devido à ampla liberdade de discussão estabelecida no partido e à habilidade política de suas lideranças, que conseguiam contornar as diferenças entre os setores e os indivíduos²⁴⁶. Essa forma organizativa

²⁴² ABRAMO, op. cit. p. 7..

²⁴³ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 267.

²⁴⁴ GUSTIN, op. cit., p. 291.

²⁴⁵ Ibid., p. 292.

²⁴⁶ Ibid., p. 293.

democrática e unitária do partido influenciou a concepção de representação parlamentar contida no PSB que, em vez de representar os grupos do interior do partido, tornara-se porta-voz das deliberações partidárias ocorridas durante as convenções nacionais²⁴⁷.

Porém a vivência democrática dos núcleos de base do PSB não estava isenta de problemas e dificuldades. Segundo Margarida Vieira e Miracy Gustin, a principal dificuldade do PSB era a mesma enfrentada por outras organizações democráticas: não bastavam regras e práticas democráticas. A democracia exigia uma participação intensa e metódica²⁴⁸. O PSB, por ser um partido de menor expressão dentro do cenário político da época, teve sua capacidade democrática prejudicada pela oscilação de participação de sua militância nas instâncias do partido. Os próprios militantes do partido reconheciam as dificuldades advindas de criação de um partido socialista numa sociedade autoritária e com pouca tradição de participação política como a brasileira:

Os partidos políticos não passaram, até agora, de criações artificiais, de organismos sem vida permanente, que existem quase que só como fórmulas jurídicas abstratas para dar uma base legal à precária e falseada estrutura democrática do regime atual. É claro que para essa triste situação contribuiu muito o período de ditadura [...]. É fato indiscutível, porém, que, atualmente, por uma série de motivos e circunstâncias*, nosso povo apresenta um espírito associativo de nível muito baixo. E quem quer que se proponha levar avante uma política de ação permanente e de cunho educativo das massas populares, como deve ser, necessariamente, a política de um Partido Socialista, tem de levar em conta, em primeiro plano, em primeiro plano, esse* fator adverso. Essa é uma das razões pelas quais não podemos contar com um progresso rápido do nosso Partido [...]. Na verdade, reunimos em nosso Partido uma elite, de trabalhadores manuais e intelectuais, animados da vontade de batalhar pela supressão do sistema capitalista desumano*, decadente, incapaz, e pela emancipação dos trabalhadores. Um punhado de militantes políticos que não se mesclaram na falsa política de messianismo em torno de chefes onipotentes ou do carreirismo sórdido dos agrupamentos eleitoralistas, mas conceberam a luta política como a associação de homens que têm ideias* e interesses sociais comuns, pelos quais desejam combater permanentemente [...].²⁴⁹

Além disso, uma quantidade razoável de filiados do PSB não participava cotidianamente da vida partidária, ou seja, não tinha vida orgânica no partido. Também havia uma dificuldade muito grande na organização dos núcleos de base. Segundo Arnaldo Pedroso D'Horta:

Entretanto, para que todos estes princípios, que realmente asseguram uma vida democrática partidária, não fiquem letra morta, é imprescindível a formação e a consolidação dos Grupos de base. O nosso partido ainda está cheio de membros nele apenas inscritos, e que não se encontram ligados a um Grupo. Há muitas cidades no

²⁴⁷ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 136.

²⁴⁸ Ibid., p. 265.

²⁴⁹ D'HORTA, Arnaldo Pedroso. Rumos de uma política permanente. **Folha Socialista**, São Paulo, 12 maio 1948. p.5.

interior do Estado em que nenhum Grupo está realmente funcionando. Os membros do partido devem esforçar-se para modificar esta situação. Reunindo os militantes de acordo com o bairro em que residem ou o lugar em que trabalham, é preciso constituir desde logo os Grupos, e é preciso que estes efetivamente se reúnam, elejam as respectivas direções, e passem a trabalhar como partido. Toda a estrutura democrática de nossa organização depende de que estes alicerces sejam solidamente plantados²⁵⁰.

Havia também outros problemas. Vários ex-militantes do PSB questionavam a continuidade do grupo carioca, chefiado por João Mangabeira, na direção nacional do partido. Também havia aqueles que criticavam um suposto democratismo dentro do partido, que limitava ações mais pragmáticas, pois o PSB privilegia a discussão e a crítica em detrimento da prática²⁵¹. Segundo Hermes Lima, havia também o perigo de formação de “pequenas aristocracias da verdade”, ou seja, pequenos grupos ou até mesmo indivíduos que colocavam sua posição pessoal acima da deliberação partidária.²⁵²

Apesar dessas dificuldades, o PSB conseguiu, em alguns contextos, realmente ter uma vivência política amplamente democrática, tendo em vista a conjuntura do Brasil de 1945-1965. Segundo Miracy Gustin e Margarida Vieira, a preservação da democracia interna não se restringiu às relações entre órgãos dirigentes, grupos de base e militantes. Havia o interesse de conhecer o grau de participação de seus membros e ampliá-lo, diminuir os problemas organizatórios e corrigir as deficiências do partido. Para isso, eram realizadas pesquisas sobre diversos temas e assuntos importantes para o partido. Para Margarida Vieira e Miracy Gustin, o PSB cultivou, como já registrado, a preocupação de expressar na prática seu ideal de democracia que, além da defesa do constitucionalismo e do parlamento, pregava uma ampla vivência democrática interna ao partido e a utilização de métodos democráticos na condução da vida partidária:

A democracia é vista como um aprendizado, que passa pelo respeito à Constituição, pelo fortalecimento do sistema partidário e da representação política. O projeto e a prática de vida partidária democrática e dos mandatos exprime uma nova concepção da política, como atividade que se expande além do espaço eleitoral, mas que se liga a princípios éticos e se submete aos espaços da legalidade que se procura superar²⁵³.

O PSB entendia que a doutrina comunista estava equivocada ao postular que o proletariado somente poderia ser representado por um partido de classe. Isso porque os socialistas se posicionavam em prol da diversidade de ideias e opiniões:

²⁵⁰ D’HORTA, 1947, p.2.

²⁵¹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 262.

²⁵² LIMA, op. cit., p. 196.

²⁵³ Idem, ibidem, p. 273.

Os comunistas, quando chegam ao poder, nele instalam o seu partido e extinguem ou outros, por desnecessários. É a teoria e prática do partido único: só o Partido Comunista, dizem* eles, defenderá os interesses da classe trabalhadora elevada ao poder. E por isso a classe trabalhadora não poderá ter outro partido que não o Comunista, ficando assim impossibilitada de exprimir o seu pensamento político de outra forma²⁵⁴.

Os socialistas defendiam a liberdade de organização partidária e a máxima liberdade na vinculação de opiniões divergentes. Defendiam a necessidade de existir uma oposição organizada até mesmo a um governo socialista:

Os socialistas, quando no poder, julgam também que ninguém melhor do que eles* defenderá os interesses da classe trabalhadora e da classe média, porém se assim pensam não impõem a ninguém essa opinião e a ninguém privam de pensar de modo contrário, sobre* êsse* mesmo assunto. Os socialistas admitem outros partidos, até partidos anti-socialistas, para que ideias* opostas possam ser veiculadas e debatidas em face da nação, e para que o exercício do poder possa ser feito, em benefício dos trabalhadores, de modo mais acertado²⁵⁵.

Segundo Dante Costa, o PSB seria meio político pelo qual os socialistas levariam a efeito a reorganização econômica da sociedade, somente quando estivessem em maioria num país e enquanto maioria fossem. É visível a importância da experiência do Partido Trabalhista Inglês para os socialistas do PSB. É dessa experiência que os socialistas retiravam inspiração para aplicar seu programa político:²⁵⁶

Assim o pregam e assim o fazem: o Partido Socialista da Inglaterra, ali chamado Partido Laborista, “*Labor Party*”, ou Partido Trabalhista (não confundir com outros partidos trabalhistas, que não pregam o socialismo e portanto são completamente diferentes do trabalhismo, ou socialismo inglês (sic) esteve no poder, em Londres, enquanto obteve a maioria das cadeiras do parlamento; uma vez o governo iniciou o seu programa; cinco anos depois uma nova eleição geral resultou em maioria de 16 deputados conservadores, apesar de ter mostrado que havia maior número de votos socialistas: estes deixaram o poder, afim de permitir que o povo inglês (sic) fizesse outra experiência conservadora. Eles (sic) reservam-se para voltar ao governo em outra oportunidade – e retomar a sua política interrompida – assim que fracassarem as soluções conservadoras.²⁵⁷

O partido tentou combinar os ideais liberais e socialistas numa síntese criativa. No plano histórico, essa síntese representava a amálgama das contribuições da Revolução Francesa e da Revolução Russa:

O Partido Socialista Brasileiro se propõe a lutar nos quadros da democracia burguesa, procurando liquidar, nela, as ameaças totalitárias e as escamoteações

²⁵⁴ COSTA, op. cit., p. 74.

²⁵⁵ Ibid., p. 72.

²⁵⁶ Ibid., p. 74.

²⁵⁷ COSTA, op. cit., p. 76.

conservadoras. Sabe que a liberdade burguesa é em grande parte fictícia, mas que é um mínimo passível de ampliação por meio da luta diária, da doutrinação da atividade legal; um mínimo que importa preservar em nossos dias de depravação do sentimento de liberdade, para que, fiel ao nosso programa de Socialismo e Liberdade, possamos atingir, com o fim da exploração do homem pelo homem.²⁵⁸

2.11 Um partido pluriclassista

Outro importante diferencial do PSB diz respeito à composição social e às classes sociais que o partido dizia representar. Contrariamente ao PCB, que afirmava ser o partido representante exclusivamente dos interesses da classe operária, o PSB se afirmava um partido pluriclassista que defendia os interesses de trabalhadores e, igualmente, os interesses da classe média. Em coerência com o conteúdo já presente no manifesto da Esquerda Democrática, o PSB deveria defender o “Povo”. Para os socialistas, essa categoria era composta por todos aqueles que trabalhavam e sofriam no sistema capitalista:

Mas a Esquerda Democrática não é um partido de classe. É o partido do povo. Do povo, cuja imensa maioria se compõe do proletariado e da classe média, a mais numerosa e talvez a mais sofredora dentre todas. A proletarianização da classe média é um fato que o Estado não pode desconhecer e sobre o qual lhe cabe providenciar.²⁵⁹

Em vários documentos, o PSB sempre reforçou a necessidade de ampliação da aliança entre os trabalhadores e a classe média. Na concepção do socialismo democrático, as classes médias e os trabalhadores estavam à mercê dos interesses dos grandes capitalistas e exploradores:

O capitalismo, que fez a prosperidade burguesa no século passado, faz agora a sua desgraça e envolve todas as camadas populares no desconforto econômico.* É das camadas mais sofridas do povo que se levanta – para opor-se a esse mundo em decomposição e substituí-lo com as suas relações de justiça social – a bandeira do socialismo, carregada pelas mãos das classes médias e dos trabalhadores, empunhada por intelectuais e políticos de ação prática, por educadores e poetas, operários e artífices, por estudantes, homens de cultura e homens simples, que o ideal socialista irmana e arregimenta para uma luta que se realiza, luminosamente, por todo o mundo democrático.²⁶⁰

Apesar dessa insistente pregação, o PSB, ao longo de sua história, não conseguiu arregimentar grandes contingentes da classe proletária, nem expressivos setores da classe

²⁵⁸ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 257.

²⁵⁹ REINER, 1982, p. 157.

²⁶⁰ COSTA, op. cit., p. 68.

média. Como vimos ao analisar a UDN, foram principalmente parcelas da classe média que se encantaram com esse partido. Já amplos setores da classe trabalhadora e uns poucos setores de classe média foram atraídos ou pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou, então, em número bem menor, pelo PCB.

O PSB manteve a flexível concepção filosófico-ideológica herdada da Esquerda Democrática em seu programa. É interessante notar a intransigente defesa dessa característica partidária. De acordo com Dante Costa, o PSB já havia superado os sectarismos do passado e já havia assumido como eixo principal de seu programa a socialização dos meios de produção:

Tendo recolhido a preciosa herança dos seus fundadores e teóricos, arregimenta todos esses valores com espírito de compreensão, mantendo respeito à filosofia e à religião de cada um, distinguindo o que nele é essencial – isto é, a transformação econômica da sociedade – de tudo o que seja lateral ou capaz de servir de pretexto para uma separação entre os que possuem aquele (sic) objetivo em comum.²⁶¹

Na visão dos socialistas democráticos demasiadamente otimista, o socialismo moderno já havia deixado de lado todos os seus sectarismos. Por isso, questões filosóficas e religiosas poderiam ser deixadas apenas para o âmbito da consciência dos indivíduos. Além disso, o PSB mostrou uma visão muito prática em relação aos processos históricos, situações concretas e caminhos ideológicos que levavam os indivíduos ao socialismo. O socialismo, diziam os militantes do PSB, não era uma solução única do marxismo, nem patrimônio exclusivo dos teóricos de gabinete:

Há indivíduos que chegam ao socialismo por convicção marxista, outros por espírito cristão, outros por militância anti-fascista, outros por crença espiritualista, por generosidade humana, por arraigado sentido de justiça social e de liberdade, vindos de diversos quadrantes da atividade e do pensamento²⁶².

O eixo de garantia da unidade dos socialistas seria o programa econômico marcado pela defesa da socialização dos meios de produção:

É um corpo de homens honestos, dispostos a realizar uma luta difícil, respeitando-se mutuamente (sic) , convivendo democraticamente (sic), e oferecendo ao mundo um espetáculo de surpreendente unidade, apesar dessa diversidade aparente dos que o formam. Os socialistas sabem que a transformação econômica da sociedade póde (sic) e deve ser feita com a ajuda de todos os que a queiram, de todos os que a sintam necessária à felicidade do indivíduo, de todos os que a aspiram como

²⁶¹ Ibid., p.52.

²⁶² Ibid., p.57.

condição para a sobrevivência da democracia, quaisquer que sejam as diferenças que, em outras questões, os separem.²⁶³

Nesse sentido, apesar de aceitar o legado de Karl Marx, o PSB, no plano político-filosófico, não se afirmava seguidor do marxismo e nem do materialismo dialético. Para um partido que se propugnava pela construção do socialismo, essa característica, no período, era bastante incomum:

Um partido socialista não-marxista. Eis a definição do Partido Socialista Brasileiro. Ele não é, porém, um partido antimarxista. Não. O Partido Socialista reconhece a seus membros o direito de possuírem a religião que quiserem e a filosofia que lhes parecer a melhor. Nunca será demais repetir que esse ponto é básico na organização do partido. Mas então o que une o Partido Socialista Brasileiro? Onde lhe vem a unidade ideológica que possui? Vem de seu programa e, neste, programa vem, acima de tudo, do princípio da socialização dos meios de produção por ele adotado. Nosso partido é socialista porque adota como base de seu programa o princípio da socialização dos meios de produção. Evidente que o princípio da socialização dos meios de produção pode ser adotado tanto por marxistas como por espiritualistas²⁶⁴.

2.12 A questão religiosa

Em relação às religiões, a posição dos socialistas era a de respeito e de neutralidade em face das escolhas pessoais de cada um:

O socialismo deixa a cada um o direito de seguir a religião que possua, e a respeita. Os socialistas se reúnem para modificarem a estrutura econômica da sociedade, corrigindo as desigualdades sociais marcantes que existem e não para debaterem a crença no Deus e problemas religiosos, temas em que cada socialista pensa e age de acordo com a autoridade religiosa que acata ou de acordo com a sua própria irreligiosidade, se for o caso de um ateu.²⁶⁵

Para exemplificar a diversidade de filosofias e religiões que poderiam estar sob a égide do socialismo, Dante Costa elenca a posição dos socialistas diante dos católicos:

As diversas ocasiões em que, em vários países (sic) da Europa, sindicatos católicos têm estado ao lado de sindicatos operários da esquerda, em greves e lutas de massa, mostram o progresso político que foi feito na união entre católicos e socialistas. Em todos os países (sic) do mundo onde há partidos socialistas não marxistas – como no Brasil e outros países (sic) – essa associação feliz e fecunda dos católicos, que são socialistas, com seguidores de outras religiões, que também são socialistas, tem servido para dar impulso maior, e mais segura força (sic), ao movimento socialista mundial.²⁶⁶

²⁶³ Ibid., p.55.

²⁶⁴ LIMA, op. cit., p. 198.

²⁶⁵ COSTA, op. cit., p. 76.

²⁶⁶ Ibid., p. 59.

Facilitada pela própria postura da igreja, que desde o final do século XIX já denunciava as mazelas do capitalismo, essa abertura do socialismo democrático para a convivência pacífica e respeitosa com as religiões era uma das características do PSB que muito o diferenciava do PCB. Na interpretação dos socialistas, o PCB arrogava para si uma perspectiva sectária, em particular, na sua relação com o catolicismo. Seguindo mecanicamente os escritos de Karl Marx, no século XIX, os comunistas se separavam dos amplos setores que professavam o catolicismo como religião, particularmente expressiva no Brasil:

E a Igreja Católica, ontem; como hoje, insurge-se contra muitos princípios do marxismo. A célebre frase (sic) de Marx: “a religião é o ópio do povo”, que os comunistas tanto popularizaram mais tarde, encheu de compreensíveis restrições os espíritos católicos. Restrições que atingiram a luta socialista primitiva.²⁶⁷

É interessante lembrar que o PSB contava com uma atuante ala de católicos em suas fileiras. Domingos Velasco, fundador do partido e deputado federal na constituinte de 1946, foi o mais importante representante desse grupo. Ele se destacou na defesa da compatibilidade entre os princípios cristãos e a ideologia socialista democrática propugnada pelo PSB.

2.13 O mundo do trabalho

A organização do mundo do trabalho era um dos pontos essenciais do programa do PSB. Para o partido, o trabalho era considerado direito e obrigação social de todo cidadão. O cidadão deveria prestar à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de escolha da empresa e da área de ocupação. As diferenças entre trabalho manual e intelectual deveriam ser progressivamente eliminadas.²⁶⁸

“ O trabalho será considerado direito e obrigação social de todo cidadão válido, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual do intelectual. O Estado assegurará o exercício desse direito. O cidadão prestará à sociedade o máximo de serviços

²⁶⁷ Ibid., p.58.

²⁶⁸ CARONE, 1979, p. 19.

dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de sua liberdade, quanto à escolha da empresa e natureza da ocupação.”²⁶⁹

Nas reivindicações imediatas relativas ao mundo do trabalho, o partido defendia pautas progressistas em relação ao mundo sindical brasileiro e à seguridade social:

“Liberdade e autonomia dos sindicatos, considerada a unidade sindical dos trabalhadores, aspiração a ser realizada por eles próprios; direito irrestrito de greve em todos os ramos da atividade profissional; organização do trabalho de modo que os direitos individuais e sociais dos trabalhadores sejam assegurados e ampliados, quer na indústria, quer no campo; salário igual para trabalho igual; salário mínimo que possa garantir a subsistência do trabalhador e de seus filhos; seguro social universal; instituto único de previdência dirigido por órgão misto de representantes das partes contribuintes e descentralizado administrativamente, no que diz respeito à concessão de benefícios; participação dos trabalhadores na direção e nos lucros das empresas, independentemente dos salários; fixação das aposentadorias e pensões em quantia nunca inferior ao salário mínimo; impenhorabilidade da casa de pequena valia onde residir o devedor; reconhecimento do direito de sindicalização a todas as categorias profissionais, inclusive aos funcionários públicos, federais, estaduais, marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, de modo a permitir a articulação das comunicações entre as nossas diversas regiões(...)”.²⁷⁰

Quanto às reivindicações imediatas propostas pelo programa do PSB, essas deveriam obedecer às exigências e às possibilidades conjunturais. Entre elas se destacam: a nacionalização das terras não exploradas ou de terras cuja exploração atual não atende ao interesse público; a nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativas consideradas fundamentais; a concessão de crédito fácil e barato para os pequenos agricultores; o incentivo à organização de cooperativas, a defesa de um plano nacional de educação que suprimisse gradativamente o ensino privado com fins lucrativos etc.²⁷¹

Segundo Barbosa Lima Sobrinho,²⁷² o projeto socialista do PSB foi definido como socialismo pragmático, pois se orientava pelo gradualismo e pelas circunstâncias políticas e sociais do contexto. Obedecendo aos processos democráticos, a efetiva execução de seu programa somente seria possível com o apoio e participação popular conduzindo integralmente o processo e ditando seus ritmos e soluções.²⁷³

Para Arnaldo Pedroso D’Horta, o PSB, em termos de construção partidária, era o partido que melhor representava o modelo de partido de trabalhadores idealizado por Marx:

²⁶⁹ Ibid., p.19.

²⁷⁰ CARONE, 1979, p. 19.

²⁷¹ Ibid., p. 20-23.

²⁷² REINER, 1982, p. 51.

²⁷³ REINER, 1982, p. 51.

O tipo de partido de trabalhadores que Marx tinha em vista era precisamente o tipo de partido que o Partido Socialista pretende realizar – uma organização de profunda democracia interna, em que se caibam homens de todas as convicções filosóficas, ligados apenas a um programa comum de reforma social e que vão acertando suas divergências na prática da ação comum, as minorias submetendo-se às decisões das maiorias, estas respeitando as opiniões das minorias.²⁷⁴

Os princípios supracitados representam as bases que orientaram a ação do partido e de seus militantes até o fim do período de vigência do pluripartidarismo (1945-1965). De acordo com o contexto político e social, o PSB modificou a sua atividade partidária conforme as exigências conjunturais, sem perder, contudo, uma relativa coerência em relação aos seus princípios fundadores.

²⁷⁴ VIEIRA, op. cit., p. 172.

Capítulo 3 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PSB (1947-1964)

*O Partido Socialista estava começando a atrair a esquerda, que estava nos anos sessenta em todos os partidos. O Partido Socialista era o único dos legais, de expressão que era de esquerda.*²⁷⁵

Como já informado no decorrer deste estudo (capítulo 1), a Esquerda Democrática, fundada em 1945, originou-se a partir de um grupo de lideranças de esquerda que inicialmente formaram parte dos setores progressistas da UDN. Esse grupo posteriormente percebeu as ambiguidades e contradições do liberalismo udenista que gradativamente assimilava feições conservadores no âmbito político e econômico.

João Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco e outras lideranças políticas que haviam ingressado na UDN, fundaram a Esquerda Democrática para tentar demarcar uma identidade política própria. Essa identidade política própria era caracterizada por uma visão democrática de socialismo, pois compartilhavam clara preocupação em construir uma sociedade na qual os meios de produção fossem progressivamente socializados e que os valores da democracia liberal seriam permanentemente defendidos. É importante lembrar que, no programa da Esquerda Democrática de 1945, esses valores são expressamente defendidos:

Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política é igualmente de esquerda porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isso como expressão da vontade, da maioria, manifestada pelo processo democrático.²⁷⁶

Na concepção dos socialistas, havia um movimento mundial de revalorização dos princípios da democracia liberal favorável às ideias da esquerda. Além da revalorização dos ideais democráticos, consideravam que o sistema capitalista parecia estar em crise iminente. Para João Mangabeira, as contradições do sistema capitalista o levariam à extinção, já que as

²⁷⁵ SINGER PAUL apud VIEIRA, p. 158.

²⁷⁶ Programa da Esquerda Democrática (1945). In: CARONE, 1979, p. 13.

forças produtivas não conseguiam mais desenvolver-se, pois tinham como obstáculo intransponível a própria forma na qual as relações de produção organizavam-se:

É que o regime capitalista esgotou a sua força criadora, as suas possibilidades de expansão, cujas maravilhas Marx celebrou naqueles trechos fulgurantes, em que as considerou e descreveu como superiores às pirâmides do Egito, aos aquedutos romanos e às catedrais góticas. Ao contrário do capitalismo em expansão, cuja energia formidável se esforçava por obter e obtinha o mais pleno desenvolvimento das forças de produção, o capitalismo em decadência não tem capacidade para desenvolver até o mais amplo rendimento os recursos que a ciência e a técnica lhe põem às mãos. E o prodigioso avanço tecnológico e científico, característico dos nossos dias atuais, em vez de levar a uma economia de abundância, como era natural, pelo desenvolvimento máximo das forças de produção que ele impulsiona, conduz, pelos obstáculos do capitalismo, a uma economia de penúria, determinada pelo subconsumo dos trabalhadores espoliados e da classe média empobrecida.²⁷⁷

Segundo Mangabeira, a conjuntura exigia a criação de um Partido Socialista independente do Partido Comunista, pois, de acordo a interpretação socialista, o Partido Comunista era radical, sectário, aferrado às ortodoxias soviéticas e, por isso mesmo, irrealizável nas condições da sociedade brasileira de então. Por decorrência, somente um Partido Socialista independente conseguiria organizar os trabalhadores e os setores das classes médias sensíveis às mazelas do capitalismo para lutar a favor de uma sociedade socialista sem desdenhar dos valores democráticos.

No conjunto da Esquerda Democrática, duas facções destacaram-se em virtude de suas posições políticas e de sua influência, que permaneceriam vivas nos debates internos do PSB até a extinção da legenda. Uma delas estava sediada no Rio de Janeiro e era liderada por João Mangabeira. Essa facção, como já registrado, foi marcada por forte influência da prática parlamentar – haja vista que suas lideranças detinham grande experiência política e parlamentar no momento de fundação da ED-PSB. Sua principal referência e modelo político era a experiência do *Labour Party* inglês em sua tentativa de construir o socialismo democrático na Inglaterra.

Por sua vez, o grupo de São Paulo, como também já registrado, era caracterizado por vínculos com a militância sindical, maior solidez ideológica de cunho socialista, maior experiência em militância estudantil e social, visto que vários militantes da UDS e do posterior PSB-SP haviam participado das lutas contra a ditadura getulista. Também apresentavam uma proximidade teórico-ideológica maior com o marxismo.

²⁷⁷ MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: república e socialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 159.

Entre os objetivos comuns que agregaram essas correntes, pode-se citar o “antigetulismo” e o “antiprestismo”, ou seja, a negação de formas personalistas e autoritárias diversas e a recusa do comunismo soviético.

A Esquerda Democrática e o posterior PSB não se restringiram apenas ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Em outros estados, como Pernambuco e Minas Gerais, pequenos núcleos socialistas foram formados.

Em Pernambuco, no dia 31 de agosto de 1945, foi criado o comitê provisório da ED. Era tipicamente uma dissidência udenista, mas esse comitê tinha como objetivo apoiar a eleição do brigadeiro Eduardo Gomes. Em seu manifesto, a ED pernambucana conclamava aos pernambucanos que se unissem a ela pela democracia social:

Os pernambucanos desejosos de uma renovação do Brasil que se conforme não com a orientação ou técnicas políticas contrárias ao nosso caráter e às nossas tradições democráticas e cristãs [...]. Vêm juntar-se aos demais brasileiros já organizados sob a denominação provisória de Esquerda Democrática Nacional, para a luta comum a favor da democratização social do Brasil.²⁷⁸

Em Minas Gerais, os fundadores da Esquerda Democrática mineira reuniram-se em torno do jornal **Liberdade**. Apenas em julho de 1946, depois de uma conferência de Domingos Velasco, em Belo Horizonte, foi organizada a sessão mineira do Partido da Esquerda Democrática, sob a liderança do psiquiatra Hélio Pelegrino.²⁷⁹

Após as eleições de 2 de dezembro de 1945, a ED dividiu-se em duas correntes: uma ala que queria a imediata convocação de uma Convenção Nacional para transformar a Esquerda Democrática em partido político e outra que desejava manter-se como um pequeno grupo ligado eleitoralmente à UDN, justificando essa opção pela vitória do general Dutra e pela consequente necessidade de unir todas as forças democráticas para o pleito estadual.²⁸⁰ Venceu a primeira corrente e, em abril de 1946, a Esquerda Democrática tornou-se um partido político, sob o lema “Socialismo e Liberdade”. Em 1947, os militantes assumiram o nome de Partido Socialista Brasileiro.

A composição política dos membros do PSB era bem eclética. O partido abarcava grupos e membros de quase todos os matizes de esquerda, desde ex-trotskistas, ex-militantes do PCB, ex-membros do antigo PSB, que existiu entre 1932 e 1937, lideranças inspiradas no

²⁷⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 1/9/1945. p. 3 apud SILVA, Luiz Dario. **O Partido Socialista Brasileiro e sua atuação em Pernambuco (1945/1950)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade Federal de Pernambuco, 1986, p. 123.

²⁷⁹ VIEIRA, 1994, p. 76.

²⁸⁰ SILVA, 1992, p. 73.

exemplo do trabalhismo britânico, lideranças sindicais e intelectuais sem militância política anterior. Segundo Sílvio Frank Alem, são poucos os elementos em comum que caracterizavam os socialistas:

Os socialistas propriamente ditos formariam um conjunto bastante heterogêneo. O que tinham em comum pode ser sintetizado em poucas frases. Em primeiro lugar são, com raras exceções, elementos da classe média, com boa formação intelectual; na maioria dos casos, intelectuais de profissão. Mantiveram-se na oposição a Vargas, adversários de qualquer composição com o “ditador” mesmo quando do esforço de guerra e da proposta de União Nacional defendida por Prestes. A crítica, ainda que muito matizada, ao PCB e ao modelo soviético de sociedade e de partido, igualmente os identificava; a afirmação de um “socialismo nacional” suplantava veleidades internacionalistas, restritas estas quase que ao grupo da Vanguarda Socialista. De todos os partidos socialistas europeus, o mais citado e reverenciado era o Labour Party, pelo programa que defendia, pelas bases sociais que possuía, ou ainda, pelo amplo espectro de tendências que chegou a abrigar, na época. Seria mais fácil, aqui, propor uma síntese que privilegiasse um universo de negativas que de afirmações positivas: não à Vargas, não ao PCB, Não a um internacionalismo político orgânico, praticamente nenhuma ligação com a reconstrução de movimento operário. Era muito para levar a alguma atuação política autônoma, alternativa.²⁸¹

O Partido Socialista Brasileiro, fundado em abril de 1947, foi um pequeno partido de perfil nacional, tendo obtido representação municipal, estadual ou federal em quase todas as 19 Unidades da Federação (UFs) no período compreendido entre 1947 e 1964. Seus núcleos mais sólidos estavam no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco. Com pequena influência no movimento sindical, teve lideranças entre gráficos, escritores e jornalistas. No final dos anos 1950, o partido tinha expressivas lideranças entre metalúrgicos, aviários, professores e outras categorias, apesar de não conseguir fazer frente à influência do PTB e do PCB junto aos trabalhadores brasileiros. Elegeram, durante o período de 1945 a 1962, dois senadores e na Câmara Federal. Teve pequenas bancadas, sendo a maior com 10 deputados no período de 1958-1962. Nas assembleias legislativas, teve microbancadas em 13 das 19 UFs.²⁸²

Inexpressivo quantitativamente, o PSB teve como principais características político-partidárias: a heterogeneidade político-ideológica em sua formação e a valorização da legalidade constitucional; e a promoção dos valores e processos democráticos como forma de atuação política. Devido a essas características, o PSB foi identificado pela sua militância do período 1947-1964 como um partido semente, agitador de uma nova cultura política que prezava a democracia interna e externa ao partido.

²⁸¹ ALEM, Sílvio Frank. **Contribuição à História da Esquerda Brasileira: a história do PSB (1945-1964)**. Tese (Doutorado)–USP, São Paulo, 1989, p. 45-46.

²⁸² VIEIRA, 1994, p. 132.

3.1 Da Esquerda Democrática ao PSB – anos iniciais (1947-1949)

O PSB teve como característica em seus anos iniciais a busca da construção de uma identidade partidária própria. Formado por grupos de origens políticas distintas, o recém-criado PSB teve como fator de união partidária interna a rejeição compartilhada, por seus membros, ao comunismo soviético e ao trabalhismo varguista.²⁸³ Segundo Miracy Gustin, essa fase do partido é chamada de fase dos *anti*, pois o PSB, com um projeto político socialista-democrático ainda incipiente, mantinha a coesão interna a partir da negação aos outros projetos políticos daquela época:

Para que a ação solidária interna pudesse se manter e se estruturar definitivamente eram necessários êmulos ou rivais externos que instigassem as diversas áreas no interior do partido a se disporem a realizar escolhas, estabelecer regras de convivência e a sedimentá-las. Esses êmulos, via de regra, nessa primeira fase, relacionavam-se à existência de um “inimigo” “externo”: o caudilhismo demagógico.²⁸⁴

Para Silvio Frank Alem, o que caracterizou a história do PSB de sua fundação até as eleições de 1950 foi a busca de uma identidade ideológica que superasse a fase de definição ideológica eclética, característica dos momentos de fundação de partidos. Concomitantemente a esse processo de definição, o PSB tentou implantar-se como organização partidária no âmbito nacional.²⁸⁵ Segundo o autor, o dilema que o PSB enfrentou dizia respeito à variedade de concepções políticas e ideológicas que o partido abrigava internamente:

“Para uns, trata-se de considerar “revolucionariamente” prioritária a luta pela “libertação do homem” – na prática, identificar-se com posições políticas liberais, de esquerda – para outros, engajar-se na luta por reformas econômicas de cunho nacionalista e estatizante, como a do monopólio estatal do petróleo. Ou, ainda, para segmentos mais reduzidos, enfatizar o trabalho sindical e de organização operária.”²⁸⁶

A rejeição ao comunismo *prestista* e ao trabalhismo *caudilhesco* está devidamente registrada nos primeiros volumes da **Folha Socialista**, órgão de imprensa do PSB-SP. Em artigo escrito para esse periódico, Arnaldo Pedroso D’Horta teceu invectivas políticas de

²⁸³ GUSTIN, op. cit., p. 50.

²⁸⁴ GUSTIN, op. cit., p. 50.

²⁸⁵ ALEM, 1989, p. 105.

²⁸⁶ ALEM, 1989, p. 107.

cunho pessoal contra três lideranças políticas: Getúlio Vargas, Adhemar de Barros e Luiz Carlos Prestes:

De toda a sua bestialogia e acacianismo (De Prestes)²⁸⁷ salva-se que Adhemar (que os comunistas elegeram governador de São Paulo) é um assassino e facínora, e que Getúlio (que os comunistas queriam manter no Catete em 1945) é “um velho tirano, latifundiário”. Prestes prega a mazorca para já, recomendando que seus seguidores comecem movimentos revolucionários onde puderem, mesmo que não haja perspectivas de êxito.²⁸⁸

Segundo Alexandre Hecker, o líder comunista Luis Carlos Prestes sempre foi severamente criticado por diversos militantes do PSB. Em relação à liderança comunista, os socialistas mantinham sentimento que variavam entre o desprezo intelectual e a aversão pessoal:

Em uma série de ocasiões, Prestes foi alvo de críticas acerbas: Aristides Lobo, comentando um artigo de Prestes na revista Problemas, “que é em si mesma um problema muito sério”, afirmou que o texto era um “vasto manancial de asneiras” e que seu autor sofria de uma certa “modalidade de loucura”.²⁸⁹

Segundo Alexandre Hecker, um sentimento ambivalente de atração e repulsa marcou as relações entre os socialistas e os comunistas. Da parte dos comunistas, o sentimento que predominava em relação aos socialistas oscilou entre o desprezo e a invectiva.²⁹⁰

A diferença estava em que os socialistas se reconheciam membros de uma mesma comunidade ideológica e aplicavam-se em provar a superioridade que devia marcar as suas propostas, a sua ação e as suas pretensões em comparação com a atribuída mediocridade dos “comandados de Moscou”.²⁹¹

Os integrantes do PSB, egressos do liberalismo ou descontentes com os rumos da esquerda brasileira, viam na política personalista de Prestes e de Getúlio um elemento a ser contestado. Geralmente, as críticas referiam-se a características de cunho pessoal. Raramente o getulismo e o prestismo eram considerados como fenômenos sociais que se processavam naquela conjuntura histórica. Segundo Miracy Gustin, o antigetulismo e o antiprestismo eram recursos simbólicos defensivos utilizados pelos socialistas para evitar uma fatal desagregação do partido recém-fundado.²⁹²

²⁸⁷ Nota do Redator.

²⁸⁸ D’HORTA, Arnaldo Pedroso. Candidatos por Cima dos Partidos. Folha Socialista: 12/8/1950 apud HECKER, 1998, p. 336.

²⁸⁹ HECKER, 1998, p. 335.

²⁹⁰ HECKER, 1998, p. 314.

²⁹¹ HECKER, 1998, p. 314.

²⁹² GUSTIN; VIEIRA, op. cit. p. 50.

Na visão de Miracy Gustin, o *encaudilhamento* da política nacional, presente inclusive em setores de esquerda, era encarado pelos socialistas do PSB de frente. Ao lutar contra o trabalhismo varguista e contra o comunismo de Prestes, o PSB combatia uma perspectiva de filiação política de matriz clientelista presente em amplos setores da sociedade brasileira. No combate à política de matriz personalista, o PSB estabeleceu sua identidade política e um consenso partidário no qual a atuação em favor da ideologia socialista democrática pressupunha a transformação de uma mentalidade conservadora e personalista em uma mentalidade aberta à transformação social e à construção de relações políticas ideologicamente embasadas. Pode-se falar, inclusive, que o PSB assumia uma postura pedagógica junto à sua militância política, ou seja, sua militância acreditava que a educação socialista era um dos pré-requisitos para a transformação social. Essa valorização dos processos educativos é atestada por Alexandre Hecker.²⁹³ Na perspectiva desse historiador, o PSB constituiu uma identidade política própria, marcado pela valorização da difusão informativa e dos valores culturais como meio de alavancar a construção de uma sociedade mais solidária:

[...] Por que o motor da história para esses socialistas democráticos, que como vimos debatiam-se em binômios dilemáticos, era a informação e a compreensão, acessíveis genericamente às pessoas – e não às classes, às suas lutas – por meio da educação. Promover a educação geral, política, econômica, cultural etc. do povo brasileiro, eis a grande questão socialista. E nesse sentido eles não faziam mais do que seguir os passos dados por seus bisavós, os por assim dizer socialistas utópicos, para quem a educação, ou tão-somente a divulgação de suas ideias fraternais, seria suficiente para fazer a história mudar.²⁹⁴

3.2 O PSB contra a cassação do PCB

O posicionamento anticomunista dos primeiros tempos do PSB não o impediu de ser contrário à cassação do registro legal do PCB, bem como atuar em total oposição à consequente cassação dos mandatos dos deputados comunistas. Segundo Margarida Vieira, os pontos centrais da argumentação dos socialistas utilizadas em sua luta contra as cassações eram a inviolabilidade do mandato popular, a independência da Câmara dos Deputados e a

²⁹³ HECKER, 1998, p. 84-85.

²⁹⁴ HECKER, 1998, p. 84-85.

inconstitucionalidade da medida.²⁹⁵ É importante ressaltar, porém, que esse apoio aos comunistas quando do recrudescimento da Guerra Fria e de suas consequências na política brasileira também apresentou contradições e ambiguidades.

Entre as contradições, pode-se citar o fato de a Esquerda Democrática e o posterior PSB apoiarem o ato concreto de fechamento da União da Juventude Comunista (UJC) em abril de 1947.²⁹⁶ Segundo Hermes Lima, a opção por esse apoio foi realizada devido à oposição do partido à organização de jovens não eleitores.²⁹⁷ Nesse contexto, parece que o PSB não percebeu, ou não quis perceber, que a exclusão da UJC representava o primeiro passo dos anticomunistas na tentativa de sufocar a existência legal do PCB e a sua influência entre expressivos setores do mundo do trabalho. O PSB não teceu nenhuma crítica pública ao rompimento diplomático de relações do governo brasileiro com a URSS, efetuada por decisão do presidente Dutra. A argumentação utilizada pelos socialistas para justificar sua omissão baseava-se em discurso jurídico, segundo o qual era prerrogativa do Executivo estabelecer as diretrizes diplomáticas do país. Hermes Lima apresentou dessa forma o contexto político da época em suas memórias:

Em outubro de 1947 sobreveio o rompimento de relações com a Rússia, cuja origem se prendeu a obscuro incidente policial em que se envolvera certo nosso diplomata num hotel da capital soviética. Houve nota de protesto do Itamarati, recusada liminarmente por Moscou. Em artigo da Gazeta Literária, considerado <<extremamente ultrajante e até calunioso contra o Chefe de Estado e as Forças Armadas do Brasil>>, baseou-se finalmente o governo para o rompimento. Por minha palavra, o Partido Socialista apoiou o ato governamental, pois ao executivo competia privativamente manter relações com Estados estrangeiros e, portanto, avaliar do benefício e oportunidade delas. Mas acentuei que o rompimento não proporcionava motivo nem de satisfação nem de alegria, confiante que a política interna de sacrifícios da legalidade democrática reclamada pelos fascistas fosse repudiada pelo Governo.²⁹⁸

Para Margarida Vieira, o silêncio dos pessebistas em relação a essa ruptura podem estar ligados ao sentimento político anticomunista de sua gênese:

No caso do rompimento das relações exteriores com a URSS, em outubro de 1947, a opção de não criticar a decisão presidencial, por ser de competência do executivo, é no mínimo esdrúxula. Admitir a competência de alguém para tomar uma decisão não implica, no Estado de Direito, na negação da possibilidade da crítica. Seriam resistências anticomunistas, mesmo que inconscientes, na prática dos socialistas?²⁹⁹

²⁹⁵ VIEIRA, 1994, p. 100.

²⁹⁶ SILVA, Luiz Dario. **O Partido Socialista Brasileiro e sua atuação em Pernambuco (1945/1950)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade Federal de Pernambuco, 1986, p. 79.

²⁹⁷ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 256.

²⁹⁸ LIMA, op. cit., p. 180.

²⁹⁹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., 257.

Como afirmado, o PSB foi contrário à cassação do registro do PCB e da sua eliminação da vida democrática do país. A bancada do partido na Câmara Federal cumpriu importante papel em sua oposição ferrenha à cassação dos mandatos dos deputados comunistas que, na perspectiva dos socialistas, eram mandatos que representavam muito mais o povo do que o Partido Comunista do Brasil. A posição dos socialistas estava de acordo com aquela estabelecida nos documentos da Esquerda Democrática:

Mas, ao mesmo tempo, a democracia política firma-se no mundo com a liberdade mais ampla de manifestação do pensamento, traduzida na liberdade absoluta da palavra. Assim é garantido a quem quer que seja expandir sua opinião, por mais discordante que seja da nossa, ou mais errada que nos pareça. [...] Por isto mesmo que a Esquerda Democrática será sempre contra qualquer restrição arbitrária da liberdade, encarne-se embora esta no mais intransigente dos seus adversários, ou no mais encarniado dos seus inimigos. [...] Claro, portanto, que a Esquerda Democrática se opõe ao fechamento do Partido Comunista, como de outro qualquer, enquanto se mantiver dentro da ordem e da lei. Até mesmo porque uma democracia que não permitisse a existência legal do Partido Comunista não passaria nunca de uma democracia de fachada, uma democracia de papel. Mas o seu verdadeiro nome seria fascismo.³⁰⁰

O próprio presidente do PSB, João Mangabeira, mostrou-se totalmente contrário ao fechamento do PCB e incitou a Esquerda Democrática a repelir o que considerava ser um ataque à democracia:

A Esquerda Democrática opor-se-á a este crime contra a Democracia, por todos os meios ao seu alcance. Nada, absolutamente nada do que tem sido publicado contra o Partido Comunista, autoriza a prática deste atentado contra o regime democrático. Porque o Partido Comunista entre nós não tem saído do campo da lei. Nada tem feito que não tenha sido praticado pelos partidos comunistas da França, da Inglaterra ou dos Estados Unidos, para ficarmos somente nessas três grandes Democracias, que nos têm servido, através toda a nossa história, de padrão. O ato governamental ou judicial, que determinasse o fechamento do Partido Comunista, retiraria o Brasil da companhia de nações democráticas para amarrá-lo à cauda de Franco e Salazar, remanescentes detestáveis e detestados do fascismo vencido.³⁰¹

Ao contrário dos comunistas, os integrantes da bancada do PSB julgaram que o Tribunal Superior Eleitoral tinha competência legal para cassar o registro dos partidos políticos. Na visão de João Mangabeira, o tribunal havia exercido sua competência constitucional, ainda que em uma lamentável decisão de três votos a dois em favor da cassação do registro do PCB.³⁰²

Com a cassação do registro partidário, houve uma movimentação dentro do Poder Legislativo para que, ao TSE, fosse atribuída a competência de cassar os mandatos dos

³⁰⁰ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 63-64.

³⁰¹ Declarações de João Mangabeira, Presidente da Esquerda Democrática. In: ALEM, 1989, p. 13.

³⁰² SILVA, 1986, p. 79.

deputados comunistas. Na época, três senadores declararam extintos os mandatos dos 14 parlamentares comunistas e pediram para o TSE esclarecimentos de como as vagas deveriam ser preenchidas. A principal argumentação para cassação dos mandatos era que, com o registro do partido cassado, também estariam cassados os mandatos dos deputados, pois estes eram representantes do partido e não do povo.³⁰³ Para Hermes Lima:

No episódio (sic) da dissolução do partido pela Justiça Eleitoral, poder-se-ia acoiar de injusta a sentença, não de ilegal. Mas, quanto à cassação dos mandatos, a violência mal se mascarava. Tumultuosa, cheia de incidentes regimentais, a bancada comunista muito tensa, plenário irrequieto, desarrumado, polêmico, a sessão culminou ao anunciar-se o resultado da votação.³⁰⁴

Para os socialistas, afirmar que os deputados não eram representantes do povo era afrontar e subverter o regime representativo, consagrado na Constituição, pela qual “todo o poder emana do povo”. Dessa forma, os deputados do PCB eram, antes de tudo, representantes do povo e só subsidiariamente representantes do partido, pois foi o povo que lhes conferiu o mandato. Para João Mangabeira:

Mas a urgência que a Câmara concedeu ao requerimento do Deputado Jorge Amado; a notícia que recebi, de que hoje mesmo a discussão se encerraria, leva-me a ocupar, neste instante, a atenção da Casa, embora prometendo voltar em outra assentada, para demonstrar, até os últimos limites da evidência, que o acórdão do Tribunal não importou na cassação ou na extinção, se quiserem, dos mandatos dos Deputados comunistas, numa Constituição cujo art.1º declara que mantém, sob o regime representativo, a República e, ato contínuo, afirma que “todo o poder emana do povo.”³⁰⁵

Do ponto de vista jurídico, os socialistas acreditavam que o projeto de lei que possibilitava a cassação dos mandatos, caso fosse aprovado, levaria à perda da independência do Poder Legislativo, dado que esse se transformaria em órgão subalterno do TSE.³⁰⁶ A partir dessas considerações, o PSB apelou aos deputados que não votassem esse projeto de lei, pois nada justificava a convivência política com ele.

Do ponto de vista constitucional, os socialistas afirmavam que ao TSE não era outorgada a competência para cassar mandatos de parlamentares. Além disso, os senadores precisavam submeter-se à competência constitucional do presidente da Câmara dos Deputados. Foi justamente contra essas impropriedades jurídicas que a bancada do PSB insurgiu-se. Ainda consideravam que tal fato depunha contra o decoro parlamentar, pois o

³⁰³ SILVA, 1986, p. 82.

³⁰⁴ LIMA, op. cit., p. 181.

³⁰⁵ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 81.

³⁰⁶ SILVA, 1986, p. 82.

Poder Legislativo dirigiu-se a um tribunal subalterno, pedindo-lhe que tomasse uma decisão que era privativamente sua.³⁰⁷

Posteriormente, foi elaborado um projeto de lei de iniciativa de alguns senadores que firmavam o precedente que somente a decisão do TSE que cassou o registro legal do PCB bastava para determinar a perda de mandato dos parlamentares comunistas. Os parlamentares do PSB novamente foram contrários à semelhante medida, pois a consideravam inconstitucional e atentatória à independência da Câmara dos Deputados.³⁰⁸

Os socialistas observavam que cabia aos senadores a iniciativa de leis referentes ao Estado e à Federação. Quanto aos deputados, cabia as concernentes ao povo e ao regime democrático representativo. Conforme a Constituição de 1946, concernente ao exercício do mandato de deputados e senadores, seu exame e deliberação competia ou à Câmara ou ao Senado, dependendo a qual dessas instituições estivesse vinculado o parlamentar. Assim, o objeto do projeto apresentado pelo Senado Federal não era de competência da lei, mas sim do Regimento da Câmara Federal. Assim o projeto era inconstitucional.³⁰⁹

A bancada parlamentar do PSB também foi contrária ao projeto de lei que estipulava que os suplentes deveriam assumir as vagas dos parlamentares comunistas cassados:

Houvesse, portanto, dentro do sistema da Constituição; houvesse, dentro da sua letra, vaga de deputados comunistas, em virtude de extinção de mandatos, caberia convocar os suplentes. Mas se suplentes não há, a Constituição determina o único remédio para o caso: a eleição. A Constituição não podia ser mais expressa, mais definida, mais precisa. Não se abre margem a menor dúvida, não se oferece dúvida para nenhuma sofisticação: não se projeta sombra para nenhuma dissimulação.³¹⁰

Segundo Hermes Lima, a ofensiva do conservadorismo pautava-se pela lógica dos “fins justificam os meios”, ou seja, na tentativa de limitar o crescimento político dos comunistas, o respeito às leis constitucionais ficava em segundo plano:

A campanha anticomunista completar-se-ia em novas metas. Não tardou que, em novembro de 1947, aportasse à Câmara, proveniente do Senado, projeto de lei cassando os mandatos dos representantes comunistas. Designado relator na Comissão de Justiça, concluí o parecer pela rejeição do projeto, por considerá-lo inconstitucional, pois criava, em lei ordinária, caso de perda de mandato não previsto na Carta. [...] Muitos [escrevi no parecer] se impacientaram com os argumentos constitucionais e procuram vencer as próprias dúvidas acerca da legalidade do projeto apresentando motivos de ordem política para votarem a favor do mesmo. Açam que é mister completar-se a dissolução do Partido Comunista com a cassação dos mandatos dos representantes eleitos em sua legenda e ainda com

³⁰⁷ SILVA, 1986, p. 80.

³⁰⁸ SILVA, 1986, p. 80.

³⁰⁹ SILVA, 1986, p. 79.

³¹⁰ Ainda a perda do mandato dos representantes comunistas (LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 212).

outras medidas radicais, porque o comunismo é o grande inimigo.[...] Mas até onde os motivos políticos, indagava, podem ignorar a Constituição ou desprezá-la, até onde uma deliberação política terá necessariamente de ser realizada por via ilegal ou inconstitucional? O caminho seria emendar-se a Constituição para se incluir nela o caso não previsto da cassação, proeza ao alcance seguro do Congresso maciçamente governamental e, particularmente, anticomunista. Realmente, ponderei: se no combate ao comunismo a última coisa a se respeitar for a lei, então nossos métodos não podem ufanar-se de nenhuma superioridade moral sobre os do comunismo.³¹¹

Apesar da luta travada pelos parlamentares socialistas, eles foram derrotados. O único ponto em que conseguiram ser vitoriosos foi o de garantir que as cadeiras vagas dos comunistas não seriam ocupadas por suplentes de outros partidos.

Outra forma utilizada pelo PSB para ajudar o PCB já na ilegalidade foi oferecer legenda aos seus candidatos, como ocorreu na Paraíba. Com a presença de João Santa Cruz de Oliveira,³¹² o PSB paraibano passou a representar uma sucursal política do PCB até 1947. Em outros locais, ocorreram conflitos posteriores às eleições pelo fato de uma das partes não cumprir os acordos pré-eleitorais. Em Belo Horizonte, os dois partidos combinaram que se um deles elegeisse um vereador, este cumpriria metade do mandato e o cederia ao suplente mais votado do outro partido:

“Eleito como mais votado um candidato do PCB, na metade do seu mandato os socialistas procuraram a executiva do PC e dela ouviram a seguinte resposta: Nosso compromisso é com o povo de Belo Horizonte e não com os socialistas.”³¹³

Apesar da reduzida bancada, composta por apenas três parlamentares: João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, os socialistas construíram uma imagem pública muito positiva e combativa durante o período. A bancada apresentou projetos importantes, protestou contra as violações das liberdades, seja relativa a partidos, como no caso do PCB, seja referente aos trabalhadores e aos cidadãos em geral. Acima de tudo, a bancada do PSB teve uma postura que se orientou pelo programa do partido e pelas diretrizes políticas resultantes de suas convenções do partido ou de debates internos.³¹⁴

Segundo Silvio Frank Alem, apesar de pequena, a bancada do PSB era muito combativa e atuante:

Composta por 3 deputados (Domingos Velasco, João Mangabeira e Hermes Lima), a representação do PSB na Câmara Federal se desdobrava: além da atuação

³¹¹ LIMA, op. cit., p. 180-181.

³¹² João Santa Cruz foi o presidente do PCB paraibano e deputado estadual por essa sigla em 1945. Com a ilegalidade do PSB, filiou-se ao PSB.

³¹³ VIEIRA, 1994, p. 102.

³¹⁴ VIEIRA, 1994, p.106.

parlamentar, havia as tarefas internas, organizativas, exigidas pelas propostas de construção nacional do Partido. Isso considerado, pode-se concluir por um saldo positivo em termos de operosidade: numerosos projetos foram apresentados, quase todos tratando de temas relevantes, e constante era a presença na tribuna da Casa.³¹⁵

3.3 O PSB e o governo Dutra

Em relação ao governo Dutra, de acordo com o pronunciamento de João Mangabeira, o PSB propôs fazer uma oposição construtiva:

A existência de uma bancada de oposição persistente e vigilante, que fiscalize os trabalhos da Câmara e os atos do Governo, é uma necessidade imprescindível ao funcionamento regular da democracia no Brasil. [...] Não nos move o espírito de oposição pessoal e sistemática tão de molde dos velhos partidos oposicionistas, mas a certeza de que sem a presença de uma oposição organizada o regime presidencial, por melhor que seja o governante. Acabará por transformar-se em ditadura do Governo. Eis por que nos declaramos oposicionistas, sem temor a essa atitude que tanto amedronta os fracos, os interesseiros, os acomodaticios. Somos e queremos ser uma oposição construtiva, sem excessos estéreis nem demagogias inúteis; uma oposição que, por sua crítica sincera, profunda e profícua, obrigue o Poder Executivo, no uso de sua plena autoridade, a manter-se dentro da Constituição, a serviço dos interesses nacionais, mas limitado pelo respeito à liberdade e pela observância da lei.³¹⁶

Segundo Margarida Vieira, apesar da moderação e da elegância do pronunciamento de Mangabeira, a bancada parlamentar do PSB apresentou, em vários momentos, críticas severas a atuação do governo Dutra no que diz respeito à redução das liberdades constitucionais, ou devido às suas ações de caráter excludentes em relação às camadas populares.³¹⁷ O próprio João Mangabeira, em pronunciamento no Congresso Nacional, no mês junho de 1948, exigiu que o presidente Dutra restituísse as liberdades civis à população:

Creia o Sr. Presidente da República na sinceridade com que lhe falo, em nome do meu partido. Restitua-nos as liberdades civis, que estão sendo conspurcadas através o território brasileiro, sob o mando do seu nome, para amanhã todos imputarem a S. Ex^a a unicidade na responsabilidade desses crimes! Não se deixe S.Ex^a dominar pela histeria anticomunistas, cuja brutalidade, cujos espasmos delirantes se ostentaram na localidade dos casos do Padre Pinto, Vigário da Paróquia de Villa Valqueire, e do líder operário católico Tussinil. O primeiro, envolto nas suas vestes sacerdotais, foi coagido por um salafrário a deixar sobre uma cédula as marcas dos seus dedos, que o identificavam como comunista, sendo por cima, ainda, intimado a comparecer à policia social, duas horas após, para completar seu prontuário!³¹⁸

³¹⁵ ALEM, 1989, p. 111.

³¹⁶ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 99.

³¹⁷ VIEIRA, 1994, p. 106.

³¹⁸ LIMA; BARBOSA, op. cit. p. 154.

3.4 O PSB e o Projeto de Legislação Sindical

Em janeiro de 1949, o deputado federal João Mangabeira, presidente do PSB, apresentou um projeto de legislação sindical que visava reformar a estrutura sindical brasileira. Esse projeto de lei sindical causou acalorados debates na imprensa e nos espaços internos do PSB, principalmente entre a ala moderada do partido e o grupo paulista.³¹⁹

Voltado à liberalização da estrutura sindical, o projeto de lei também provocou a oposição dos setores conservadores. A possibilidade aberta de pluralidade sindical proposta pelo projeto angariou também a oposição do PCB e do PTB. Ademais, a manutenção do imposto sindical, mesmo que de forma diferente, engendrou resistências políticas no núcleo paulista do PSB.

Segundo João Mangabeira, o projeto de legislação sindical não era de caráter totalmente socialista, pois o Congresso não era socialista e, em sua avaliação pessoal, seria insensato fazer um projeto de lei com acentuadas características socialistas.

“Fui nomeado, como deputado, por uma subcomissão na qual sou o único socialista, para fazer um esboço de anteprojeto para a comissão de Leis Complementares que não é socialista, sob uma Constituição que socialista não é.”³²⁰

Para Margarida Vieira, o Projeto de Lei nº 1.267-A/1948 era longo e detalhista:

São 79 artigos que definiam o sindicato como profissional ou por atividade econômica, a unicidade sindical e a sindicalização dos funcionários públicos, regida por lei especial. Transferia as prerrogativas de reconhecimento, fiscalização e intervenção para a Justiça do Trabalho. Mantinha o imposto sindical, na forma de Contribuição Sindical, fiscalizada por Comissão do Fundo Sindical composta por representantes de empregados, empregadores e do Ministério do Trabalho. Também proibia atividades partidárias no sindicato ao mesmo tempo em que não permite punições em virtude de ideias políticas ou religiosas aos sindicalizados.³²¹ Trouxe ainda definições que caberiam nos estatutos sindicais como: órgãos dos sindicatos, direitos e deveres dos associados e eleições.³²²

Assim que o projeto sindical de Mangabeira foi apresentado no Parlamento, os militantes socialistas de São Paulo encetaram o debate. As páginas da **Folha Socialista** receberam uma miríade de artigos que pontuavam os pontos positivos ou negativos do

³¹⁹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 325.

³²⁰ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 325.

³²¹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 326.

³²² GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 326.

projeto. Segundo Alexandre Hecker: “Apesar das justificativas, seu trabalho provocaria um verdadeiro rebuliço no interior do PSB, com ferrenhos adeptos e abnegados opositores, que nem sempre mantinham a mesma opinião por muito tempo.”³²³

Para os socialistas do PSB paulista, o projeto de João Mangabeira era demasiadamente moderado em suas proposições. Para eles, o projeto tinha vários defeitos, sendo que, em algumas de suas cláusulas, o governo ganhava poderes manter o controle sobre a vida sindical.³²⁴ A outra questão que suscitou a crítica dos paulistas foi o fato de o encaminhamento do projeto ter ocorrido sem uma prévia discussão interna ao partido ou mesmo sem nenhuma consulta ao movimento sindical.

Segundo Silvio Frank Alem, havia uma série de pontos do projeto que divergiam das diretrizes sindicais dos paulistas:

Fim da sindicalização por profissão, legislação única para todo e qualquer sindicato, permissão para os sindicatos fazerem política, anulação do imposto sindical, sindicatos autônomos sem controle estatal – eis as propostas de mudança no projeto Mangabeira com as quais a Seção-SP estava de acordo. Porém, o que transparece nos documentos paulistas é o caráter radical das sugestões, tal como se, ao interpretar as intenções de Mangabeira, o reputassem excessivamente moderado.³²⁵

Alguns companheiros paulistas chegaram a objetar Mangabeira sobre a necessidade de um projeto de lei sindical que tivesse mais elementos progressistas:

[...] A Folha publicava, na mesma direção, um artigo do militante Eduardo França, com o mesmo teor, mas acrescentando uma espécie de reprimenda a Mangabeira: “a adaptação (das leis) ao atual momento deve caber unicamente aos interessados no regime vigente e não aos socialistas.” A admoestação encontrou apoio nas palavras de Oscar Pedroso D’Horta, para quem o anteprojeto de Mangabeira não precisava ser socialista, mas “aos socialistas compete... trabalhar no sentido de introduzir elementos progressistas na legislação da atual sociedade burguesa. De outro modo, aliás não teria sentido a nossa atividade parlamentar. Um deputado socialista será, sempre, um socialista deputado.”³²⁶

A comissão Municipal do PSB-SP enumerou, em uma resolução, os pontos de divergência entre suas diretrizes sindicais e o anteprojeto de João Mangabeira³²⁷:

1. O PSB-SP era contrário à sindicalização por profissões: “Os sindicatos por profissão isolam em compartimentos estanques os vários setores da classe operária, criam um

³²³ HECKER, 1998, p. 287.

³²⁴ HECKER, 1998, p. 288.

³²⁵ ALEM, 1989, p. 112.

³²⁶ HECKER, 1998, p. 290.

³²⁷ HECKER, 1998, p. 290.

certo espírito de casta e, o que é mais importante, impedem que os empregados lutem contra o patrão por meio da ação sindical”.

2. O PSB-SP aprovava a sindicalização dos empregados públicos, mas não concordava com uma regulamentação em lei especial: “Cremos que, sendo idênticos os problemas dos trabalhadores, a mesma lei deve servir para todos.”
3. O PSB-SP discordava que os sindicatos devessem agir com respeito à Constituição, principalmente no que tange aos processos violentos de luta social. Para os socialistas de São Paulo, os princípios democráticos da Constituição, em tempos de reação conservadora, não seriam mais que letra morta.
4. Segundo o PSB-SP, o artigo 7º do anteprojeto de Mangabeira abria espaço para uma possível dependência dos sindicatos em relação aos partidos: “Quando um partido político, fazendo-se porta-voz dos trabalhadores, apresentar e defender medidas no parlamento e os sindicatos emprestarem sua colaboração a tais medidas, poderão ser acusados de estarem a serviço do partido.”
5. O PSB-SP acreditava que o projeto errava ao garantir a manutenção do imposto sindical sob a argumentação de que, sem o imposto, os sindicatos não teriam sua força reduzida. Para eles, a manutenção do imposto sindical serviria para justificar a intervenção ministerial nos sindicatos.
6. Na visão dos paulistas, o anteprojeto mantinha os sindicatos controlados, não mais pelo Departamento do Trabalho, mas por tribunais sindicais. Para eles, os sindicatos deveriam ser livres para estabelecer seus estatutos: “De uma maneira geral somos contra a existência de órgãos controladores da vida sindical [...] (ainda mais) nos tribunais a representação dos sindicatos constitui absoluta minoria.”

Na perspectiva de Silvio Frank Alem, o cerne da divergência referia-se à relação estabelecida pelo anteprojeto entre Estado e Sindicato. A esquerda do PSB paulista defendia a mais absoluta autonomia organizativa para os trabalhadores:

1. – A organização sindical dos trabalhadores deve ser regulada por lei que assegure a mais completa autonomia e liberdade dos sindicatos. Os dispositivos legais devem limitar-se estritamente ao estabelecimento das normas fundamentais destinadas a assegurar os direitos dos sindicalizados e a possibilitar o funcionamento de suas associações. Os socialistas não podem aceitar a ingerência, sobre os sindicatos, de quaisquer organismos estranhos de composição administrativa ou mista – patronal-operária. Tanto a direção dos sindicatos como a gestão de seus fundos são questões de exclusivo interesse dos trabalhadores. A unidade sindical dos trabalhadores que é um ideal a ser atingido, não pode ser alcançada por meio de leis restritivas, nem de

medidas coercitivas; ela deve ser obra dos próprios trabalhadores, realizada em virtude do amadurecimento de sua consciência política.³²⁸

No nosso entendimento, a defesa da autonomia e da liberdade sindical é a característica principal democrática do projeto do PSB. Essa defesa da plena liberdade sindical esteve presente já em 1945, quando a Vanguarda Socialista, antes de entrar para o PSB, já defendia a libertação dos sindicatos diante da intervenção ministerial:

As duas alavancas principais do movimento operário brasileiro podem resumir-se nestas duas palavras de ordem decisivas: autonomia sindical e controle operário sobre a produção. Com essas duas armas, o movimento ganhará um profundo dinamismo interno, capaz de levá-lo a superar-se a si mesmo e pôr a questão do poder com toda a nitidez.³²⁹

Em 1946, no Congresso Sindical dos Trabalhadores, os militantes da Esquerda Democrática, da Vanguarda Socialista, os comunistas e os petebistas independentes do Ministério do Trabalho conseguiram expressiva unidade em torno de propostas de maior autonomia sindical.³³⁰ Para os socialistas de São Paulo, a autonomia sindical era um dos pressupostos para maior democratização da sociedade brasileira. A autonomia devia ser de dois tipos – em relação ao Ministério do Trabalho e em relação aos partidos políticos:

A própria existência da instituição sindicato, nas condições de subordinação, parecia ser desnecessária. A única forma de sair do marasmo e não cair em outro tipo de submissão, os socialistas indicavam, dependeria de uma mudança de comportamento dos próprios trabalhadores, ou melhor, da sua libertação não apenas do Ministério do Trabalho como de partidos políticos ou quaisquer outras formas de poder.³³¹

Na visão de Margarida Vieira, o projeto de João Mangabeira, ao contrário da visão do socialistas de São Paulo, afirmava a unicidade sindical, ou seja, que o Estado deveria regular as formas organizativas dos sindicatos. O projeto também defendia a unidade sindical ao estipular um número mínimo de trabalhadores para formação de um sindicato profissional:³³²

§ 3º Observadas as prescrições desta lei, o sindicato gozará da mais ampla autonomia e liberdade, e reger-se-á, em tudo mais, pelos seus estatutos.³³³
Art. 2º Nenhum sindicato se poderá constituir se não reunir comprovadamente pelo menos ¼ dos membros, legalmente identificados, da profissão ou da atividade econômica que ele tenha de representar, dentro do âmbito territorial.³³⁴

³²⁸ D’HORTA, Arnaldo Pedroso. *Completa Autonomia e Liberdades Sindicais*. In: *Posições Socialistas*. Edições do PSB- Seção de São Paulo. P.61.

³²⁹ PEDROSA, Mário. *Os Caminhos do Socialismo*. Vanguarda Socialista: 5/7/1946. In: CARONE, 1979, p. 173.

³³⁰ VIEIRA, 1994, p. 92.

³³¹ HECKER, 1998, p. 273.

³³² GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 326.

³³³ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 180.

³³⁴ Idem, *ibidem*.

§5º O pedido de reconhecimento de novo sindicato, acompanhado dos respectivos estatutos e das atas das assembleias de sua constituição e da eleição de seus dirigentes, será apresentado ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho respectivo, o qual mandará abrir vista ao Procurador, para dentro do prazo improrrogável de 20 dias dar o seu parecer, Se o parecer for favorável o presidente declarará reconhecido o novo sindicato.³³⁵

As divergências em relação ao projeto de lei sindical expressaram-se não só nas páginas da **Folha Socialista**, mas também estiveram presentes nas discussões que ocorreram, com a presença do próprio João Mangabeira, na 2º Convenção Estadual do PSB-SP. Nessa reunião, Febus Gikovate esteve encarregado de analisar o anteprojeto e expôs somente os pontos de vista contrários a ele:

A primeira intervenção foi do companheiro Febus Gikovate que criticou a atuação dos representantes socialistas no Congresso. A seu ver, nenhum desses representantes poderia assinar projeto que não fosse ostensiva e completamente socialista. Desenvolveu viva argumentação no sentido de demonstrar que o Partido deveria pugnar contra a limitação dos sindicatos a um único tipo – o tipo profissional – entendendo que deve ser deixada aberta a possibilidade de constituírem-se sindicatos á base de indústria, de empresa, de local de trabalho, de atividades conexas, ou mistos, de acordo com a conveniência; contra também a proibição de mais de um sindicato da mesma profissão ou da mesma atividade econômica no mesmo âmbito territorial; igualmente contra a fixação de um limite numérico ou proporcional mínimo para a constituição inicial dos organismos sindicais; contra o estabelecimento de regras rígidas para a organização da administração dos sindicatos; contra a fixação de um número predeterminado de federações ou confederações nacionais; contra a instituição de Tribunais sindicais; contra a cobrança do imposto sindical aos trabalhadores organizados; contra as restrições aos direitos dos operários estrangeiros; contra a restrição ao direito de voto aos menores sindicalizados; contra a atribuição aos sindicatos da obrigatoriedade de prestarem assistência aos sindicalizados.³³⁶

João Mangabeira usou da palavra para explicar os pontos emblemáticos do anteprojeto de lei. Primeiro lembrou aos seus companheiros que o PSB é um partido que, em sua ação, não pode esquecer seu programa, tão pouco o partido pode ignorar as exigências do meio e a realidade concreta. Em sua exposição, Mangabeira afirmou que, precisamente, levando em conta tais exigências, o PSB poderia desbravar o caminho para a realização completa de seu ideário político.³³⁷ Em suma, o partido não deveria perder jamais o contato com a realidade:

Coube ao Companheiro João Mangabeira intervir em seguida. Sua intervenção durou cerca de hora e meia e constituiu, sem dúvida, a nota mais poderosa da Convenção. O companheiro Mangabeira começou dizendo da necessidade do Partido Socialista, sem sacrifica jamais seu Programa, não perder contato com a realidade para que vai legislar e com as condições que exigem da teoria a capacidade

³³⁵ Idem, ibidem.

³³⁶ II Convenção Estadual de São Paulo (1948) do Partido Socialista Brasileiro apud CARONE, 1979, p. 57-58

³³⁷ Idem, ibidem, p. 58.

de fecundar-se na seiva da vida. Recordou a frase de Goethe que Lênin gostava de repetir: a teoria é seca, mas a árvore da vida é sempre verde.³³⁸

Em seguida, João Mangabeira passou a explicitar os pontos de divergência entre o seu anteprojeto e as diretrizes do PSB-SP:

Quanto à limitação dos sindicatos a um único tipo, não é exato que o projeto de lei estabeleça tal limitação, pois permite que, além do tipo profissional, outros possam existir através da liberdade assegurada às atividades econômicas em geral de se sindicalizarem. Quanto à pluralidade sindical, defendeu-a porque é ponto do Programa. Foi vencido. Entretanto, não deseja perder a oportunidade de externar sua opinião pessoal contra essa pluralidade, que viria, nas atuais condições principalmente, dividir e enfraquecer o operariado, permitindo a multiplicação dos sindicatos que, quanto mais numerosos fossem, mais fracos se haveriam de revelar.[...] Quanto ao imposto sindical mostra que a revolta contra ele vem exatamente de sua má aplicação pelos dirigentes. Mostra como o projeto cuidou de assegurar o controle dos dinheiros sindicais pelas assembleias, chegando mesmo a discriminar as percentagens a serem distribuídas a diversos fins, inclusive ao pagamento do salário da administração sindical. Observa o regime de publicidade obrigatória estabelecido no projeto para a comprovação dos gastos.³³⁹

Somente depois de longa e acalorada discussão na Convenção Estadual, em que ficou demonstrado, pelo próprio João Mangabeira, que o projeto representava um avanço possível diante das condições da época, é que foi possível angariar apoio de todo o partido.³⁴⁰ Uma saída pragmática para os embates da convenção estadual, acerca da questão sindical, foi conseguida, devido a uma moção do militante Wilson Rahal. Em sua intervenção, Rahal afirmou que, devido ao fato de o PSB nacional não ter uma política sindical estabelecida, não havia definições exatas para serem defendidas, portanto, também não havia princípios cerrados que impedissem os socialistas de aprovarem o anteprojeto. Assim a moção de apoio ao projeto de Mangabeira foi aprovada com a ressalva de que era urgentemente necessária a aprovação de uma política sindical nacional para o PSB:³⁴¹

Considerando que as conclusões da C. Estadual no que se referem à reforma da lei sindical representam o ponto de vista firmado pelos socialistas paulistas; considerando, entretanto, que os próprios companheiros de São Paulo reconhecem que não houve até agora oportunidade para ser fixada uma política sindical do Partido no âmbito nacional, o que só poderia ser feito pelo órgão competente que é a Comissão Nacional; considerando, além disto, que o projeto de reforma sindical do companheiro João Mangabeira, nas condições políticas atuais e nas condições particulares dos representantes socialistas num parlamento capitalista, urge ser defendido pela possibilidade de ser ainda piorada a legislação sindical que o Congresso vai elaborar. Resolve, embora ressaltando os pontos teóricos da política

³³⁸ Idem, *ibidem*, p. 58.

³³⁹ II Convenção Estadual de São Paulo (1948) do Partido Socialista Brasileiro apud CARONE, 1979, p. 58-59.

³⁴⁰ VIEIRA, 1994, p. 107.

³⁴¹ HECKER, 1998, p. 293.

sindical a ser fixada na próxima Convenção Nacional, determinar aos socialistas de São Paulo seja prestigiado e defendido o referido projeto.³⁴²

Para esse apoio interno, pesou o fato de os sindicalistas do Rio de Janeiro que lutavam pela autonomia sindical e de a corrente sindical do catolicismo também defenderem o projeto de lei. Além disso, foram inúmeras as reações negativas ao projeto de Mangabeira, o que levou a certo consenso partidário em torno da defesa de seu projeto.³⁴³

Todavia a posição contrária de conservadores, petebistas e comunistas, por motivos políticos diversos, inviabilizou a aprovação do projeto no âmbito parlamentar. Segundo os socialistas, “os ataques vinham dos que desejam conservar o atual estado de coisas na vida sindical, o ministro, senhor dos sindicatos e os burocratas.”³⁴⁴ Depois de longa tramitação, o projeto foi arquivado e jamais voltou a ser discutido.³⁴⁵

João Mangabeira também apresentou um projeto de lei no fim de seu mandato parlamentar que impelia à convocação de eleições sindicais com legislação democrática em sindicatos que estivessem sob intervenção ministerial. Havia três anos que as diretorias sindicais não eram renovadas. O projeto também previa a extinção da Comissão de Orientação Sindical do Ministério do Trabalho, órgão beneficiário de recursos do imposto sindical e responsável pela formação de sindicalistas “pelegos”.³⁴⁶ Esse projeto de lei também teve seu andamento bloqueado no Congresso Nacional. As eleições sindicais acabaram por ser marcadas para datas posteriores às eleições de outubro de 1950 e realizaram-se no decorrer do segundo mandato presidencial de Vargas. Tal fato contribuiu para manutenção de direções “pelegas” nos sindicatos, inclusive porque a exigência do *atestado ideológico*, para os candidatos inscritos para eleições sindicais, foi mantido.³⁴⁷

Houve momentos em que a crítica das bases do PSB levou a bancada parlamentar a corrigir posicionamentos que não estariam de acordo com a defesa das liberdades civis. Em 1948, o debate acerca da Lei de Reforma dos Militares acabou por dividir a própria direção nacional do partido. O projeto de lei propunha a reforma dos militares que fossem julgados culpados de filiação a associações e partidos ilegais, bem como propagassem doutrinas assim

³⁴² II Convenção Estadual de São Paulo (1948) do Partido Socialista Brasileiro apud CARONE, 1979, p. 59-60.

³⁴³ VIEIRA, 1994, p. 107.

³⁴⁴ FERREIRA, Oliveiros. Projeto Mangabeira sob os primeiros ataques. **Folha Socialista**, 10 abr. 1948 apud HECKER, 1998, p. 291.

³⁴⁵ VIEIRA, 1994, p. 107.

³⁴⁶ ALEM, 1989, p. 115.

³⁴⁷ ALEM, 1989, p. 115.

consideradas. A lei tinha um caráter completamente anticomunista e pode ser descrita como um exemplo das ambiguidades pessebitas na defesa das liberdades civis dos militantes comunistas. De resto, a lei se inseriu no quadro de medidas repressivas que foram impetradas pelo governo Dutra.³⁴⁸

A lei contou em primeira votação com o apoio dos deputados do PSB. Alertada pela seção paulista do partido, a representação parlamentar rediscutiu o tema e fez uma autocrítica pública referente ao voto de seis contra cinco dos membros da Comissão nacional. Em 1949, quando a lei foi novamente submetida ao plenário, os socialistas votaram contra, cumprindo a revisão sugerida pela executiva do PSB.³⁴⁹ Segundo Silvio Frank Alem, a unidade partidária do PSB manifestou-se em relação a outros temas. Com o apoio geral do partido, os parlamentares socialistas propuseram leis que regulamentavam o repouso remunerado, que anistiavam presos por motivo de greve e que regulamentavam o direito de reunião.³⁵⁰

3.5 O PSB na campanha do petróleo

Em 1947, com a ascensão da luta nacionalista, a campanha do petróleo dava seus primeiros passos. A Constituição de 1946 exigia uma lei ordinária para definição da política petrolífera nacional. O presidente Dutra indicou uma comissão para apresentar um anteprojeto. Depois da cassação dos comunistas, Dutra apresentou o Estatuto do Petróleo, que permitia a participação estrangeira no negócio de exploração e comercialização petrolífera. Para Margarida Vieira, estavam em jogo os interesses das grandes companhias internacionais, de empresários brasileiros e das Forças Armadas, que consideravam o tema estritamente ligado à segurança nacional.³⁵¹

O PSB foi um dos primeiros a apoiar o lançamento da campanha “O Petróleo é Nosso”, dando publicidade ao posicionamento da corrente nacionalista do Exército. Os socialistas desde então estiveram integrados à proposta da campanha. Enquanto os comunistas defendiam a limitação da participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo e

³⁴⁸ ALEM, 1989, p. 113.

³⁴⁹ ALEM, 1989, p. 113.

³⁵⁰ ALEM, 1989, p. 113.

³⁵¹ VIEIRA, 1994, 108.

admitiam a participação de capitais privados nacionais, o PSB foi o primeiro partido a defender o monopólio estatal integral do petróleo:³⁵²

O Partido Socialista Brasileiro já tomou posição pública em face do problema do petróleo. Fê-lo através de uma decisão da Comissão Nacional e dos discursos do deputado Hermes Lima na Câmara Federal. O Partido Socialista Brasileiro manifestou-se, nas atuais circunstâncias a favor da nacionalização do petróleo e da sua exploração sob forma de monopólio do Estado, e contra as concessões aos trustes estrangeiros. Esta posição é decorrência lógica de nosso programa, subentendendo-se, naturalmente, que pleiteando a nacionalização da indústria petrolífera tudo fará para que a mesma se processe segundo as normas previstas no nosso programa.³⁵³

O debate sobre a questão do petróleo, inicialmente restrito a alguns círculos técnicos e políticos, transbordou para a esfera da sociedade civil e contribuiu para se desencadear uma das maiores campanhas populares do Brasil. Além disso contou com forte apoio da ala nacionalista do Exército, que se organizava no Clube Militar, bem como dos estudantes liderados pela UNE:

Os defensores da Campanha identificavam a causa do petróleo com a própria afirmação da nação brasileira. Os símbolos utilizados no movimento, os discursos, os comícios, as lideranças faziam emergir as lutas, as disputas de um período que era inaugurado com uma experiência democrática e de maior participação popular. Um período em que se articulavam os mais diferentes projetos nacionais para o Brasil. O nacionalismo era a bandeirada levanta por grupos distintos – setores progressistas e de esquerda; militares e comunistas.³⁵⁴

É importante lembrar que, desde 1947, a UNE era presidida pelo estudante Roberto Gusmão, militante do PSB. Seu mandato deu início ao período de hegemonia socialista na UNE, durante o qual a repressão policial contra os estudantes se intensificou, especialmente após o lançamento da campanha do “O Petróleo é Nosso”. Essa campanha foi lançada pela UNE em 1947, simultaneamente no Rio, por Roberto Gusmão, e em São Paulo, por Rogê Ferreira, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e também militante socialista.³⁵⁵

Apesar de sua intensa participação na campanha do petróleo, os socialistas não conseguiram projetar para o grande público o que era específico do seu projeto e, por conseguinte, não conseguiram diferenciar-se das outras forças que propugnavam pelo monopólio. Segundo a comissão estadual do PSB de São Paulo, a campanha nacionalista do

³⁵² ALEM, p. 114.

³⁵³ GIKOVATE, Febus. A Campanha em Prol do Petróleo Nacional. In: **Posições Socialistas**. Edições do PSB- Seção de São Paulo. p. 71.

³⁵⁴ SILVA, Angelissa Azevedo. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 314.

³⁵⁵ VIEIRA, 1994, p. 150.

petróleo estava tomando feições perigosas e ameaçava transformar-se em movimento demagógico, de conteúdo “nacionalista-chauvinista”.³⁵⁶ Por isso, os militantes socialistas que participassem do movimento deveriam agir para evitar a deturpação dele, mediante a ênfase em três pontos das diretrizes políticas do partido:

1. O Partido Socialista é de opinião que a solução adequada do problema do petróleo não tem as virtudes de uma varinha de condão, no sentido de resolver definitivamente a calamitosa situação econômica [...] Outros problemas tão ou mais importantes com a reforma agrária, devem ser resolvidos com urgência [...] somente a transformação econômica e política do atual regime no sentido socialista é a solução eficaz para a profunda crise que nos assoberba. 2. O Partido Socialista é contra a entrega das jazidas petrolíferas aos trustes estrangeiros, não pelo fato de serem estrangeiros e, sim por serem trustes. Atitude análoga tomaria o PSB se tratasse de um truste petrolífero nacional. [...] 3. [...] o PSB quer que este monopólio do Estado, ou seja, a nacionalização da indústria petrolífera, se realize segundo as afirmações de nosso programa, isto é, que seja assegurada a participação dos trabalhadores na direção das empresas a serem criadas [...] para evitar que as mesmas sejam exploradas em benefício exclusivo das atuais classes dominantes e se transformem em elemento para um futuro capitalismo de Estado, econômica e politicamente totalitário.³⁵⁷

De acordo com essa resolução partidária, pode-se perceber as diferenças entre o projeto nacional do socialismo democrático e o nacionalismo inserido no projeto nacional-desenvolvimentista, projeto aliás, hegemônico nas organizações de esquerda do período. O PSB entendia que o nacionalismo era parte de um processo de transformação socialista. Ele não representa uma via de busca da igualdade social, mas sim de defesa do Brasil diante de ataques do imperialismo. O nacionalismo pessebista também estava intimamente ligado à questão democrática na medida em que pressupunha o controle social das empresas estatizadas ou nacionalizadas, por representantes dos trabalhadores e pelo Parlamento. Por fim, na visão pessebista a intervenção estatal não era a solução mágica para os problemas. A proposta era a de socializar, proporcionar o controle social da gestão, e não simplesmente estatizar. Esses eram os pontos-chave do projeto de monopólio petrolífero, apresentado pelos socialistas democráticos.³⁵⁸

3.6 IV Convenção Nacional do PSB

³⁵⁶ GIKOVATE, p. 71.

³⁵⁷ GIKOVATE, p. 71-72.

³⁵⁸ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 282.

Durante o período de 14 a 17 de outubro de 1949, no Rio de Janeiro, aconteceu a IV Convenção Nacional do PSB. A convenção contou com a participação de 105 delegados que representavam 17 seções estaduais. Segundo Luiz Dário da Silva:

Durante todo o evento, houve um clima de liberdade com disciplina consentida, que, inclusive, era o modo pelo qual o Partido Socialista pretendia restaurar o ideal socialista, prisioneiro dos bolchevistas.³⁵⁹

Em relação à política nacional, foi aprovado que a posição do Partido continuaria sendo a mesma que foi estabelecida em sua 1ª Convenção Nacional, ressalvado os reajustes necessários. Essa linha política pautava-se pela defesa da liberdade de imprensa, da liberdade de reunião, pelo reconhecimento da existência dos partidos políticos, pelo reconhecimento do direito de greve, pelo reconhecimento da autonomia sindical e pela defesa da Constituição e fiscalização do governo na qualidade de legítimo.³⁶⁰

[...] Sempre temos protestado contra os atos ilegais com que na verdade se eliminou entre nós o direito de greve, transformada em crime, e contra a autonomia sindical, substituída pelo cativo dos interventores nomeados pelo ministro do Trabalho, violência que o governo tem levado a cabo com a complacência do Congresso e a cumplicidade do Supremo Tribunal, cujos Eros e desmandos, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, ninguém no Brasil, ousa criticar[...] Nosso dever não é combater nem defender o governo. É fiscalizá-lo. Fiscalizá-lo severamente. Sem transações, sem transigências, sem capitulações. Cumpre-nos a todo transe defender a Constituição, ainda quando dela discordemos ou pretendamos, pelos meios que ela oferece, reformá-la. Por isso mesmo nosso dever é o da oposição mais resoluta a qualquer lei ou ato do governo, que, embora de acordo com o nosso ponto de vista doutrinário, importe de fato em negá-la, ou emendá-la por mero arbítrio, fora do processo que ela estabelece. Estamos certos de que somente a obediência irrestrita à Constituição será capaz de nos assegurar a liberdade.³⁶¹

No que tange às alianças partidárias, ficou definido que alianças com outros partidos políticos seriam admitidas somente em casos excepcionais. Quanto ao Partido da Representação Popular (PRP) que, na visão dos socialistas, encarnava o fascismo, o PSB não estabeleceria parceria em nenhuma hipótese:

Em face dos outros partidos, nossa posição é a de permitir, segundo as condições peculiares a cada Estado ou Município, em caso de conveniência eleitoral, a aliança com qualquer deles, exceto o integralismo, rotulado sob nome falso, com o qual não é possível um socialista aliar-se, sob pena de ser um renegado. Ao contrário, cumpre-nos dar-lhe combate decidido em face da rearticulação fascista que se processa a olhos vistos[...].³⁶²

³⁵⁹ SILVA, 1986, p. 101.

³⁶⁰ SILVA, 1986, p. 101.

³⁶¹ IV Convenção Nacional (1949). In: CARONE, 1979, p. 25.

³⁶² Idem, ibidem.

Em relação à sucessão presidencial que se aproximava, o PSB tinha um programa de medidas político-administrativas que deveria ser posto e abraçado pelo próximo governo. Essa era pré-condição para que o partido participasse de uma coligação partidária em torno de um candidato. Além da exigência programática, o partido também exigia que o possível candidato tivesse idoneidade e uma imagem pública ilibada:

Quanto à sucessão presidencial que se avizinha, ressaltamos que não basta um candidato aceitar o programa mínimo que adotamos para que lhe demos o nosso voto. É essencial que ele tenha idoneidade que assegure o cumprimento de tal programa. Um programa por si mesmo pouco vale se não encontra nos seus executores a segurança do seu cumprimento. Por isso mesmo, embora incertos de êxito, poderemos ter candidato próprio, para que, em face dos interesses da política conluídos em torno de um nome impopular, se salve, ao menos, a honra da democracia quando tudo se perder.³⁶³

Em relação à política internacional, o PSB aprovou um relatório, apresentado pelo deputado Hermes Lima, que propugnava a luta pela paz pelo intercâmbio cultural entre Ocidente e Oriente. O partido também defendia a luta contra o expansionismo e contra a política de segurança das grandes potências.³⁶⁴

Outro importante ponto fundamental diz respeito ao conceito de socialização. A IV Convenção Nacional aprovou um documento segundo o qual, para ser atingida a socialização dos meios de produção, objetivo fundamental do programa partidário, era necessária a transferência dos meios de produção dos capitalistas para a sociedade. E isso somente poderia tornar-se possível por meio da organização democrática da sociedade, da descentralização do poder político e da preponderância do Poder Legislativo sobre os demais poderes.³⁶⁵

O conceito de socialização, firmado pela Comissão que estudou o assunto e adotado unanimemente pelo plenário, firma o princípio de que não basta a nacionalização dos diferentes ramos da economia para que possa haver socialismo. Impõe-se a intervenção direta dos trabalhadores e dos consumidores nesse processo, de modo a assegurar, com a sua fiscalização, uma verdadeira democracia econômica e social.

A reforma agrária também foi uma questão debatida na Convenção do PSB. Apesar dos acalorados debates realizados entre os socialistas, a solução definitiva da questão ficou em aberto, pois precisava ser melhor conceituada como diretriz partidária.³⁶⁶ Na época da convenção, somente o núcleo de São Paulo tinha definições mais precisas sobre a questão agrária.

³⁶³ Idem, *ibidem*.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 26.

³⁶⁵ SILVA, 1986, p. 102.

³⁶⁶ IV Convenção Nacional (1949) apud CARONE, 1979, p. 26.

Por fim, a orientação sindical do partido foi finalmente estabelecida. Era marcada pela afirmação da autonomia sindical, por eleições sindicais livres e pelo fim da tutela ministerial.³⁶⁷

Depois dessa longa discussão, ficou resolvido que o partido, na sua luta pela libertação dos sindicatos da influência do Ministério do Trabalho e dos partidos políticos, fizesse do projeto de lei Mangabeira a bandeira de luta contra os atuais dirigentes ministeriais, pela eleição imediata de novas diretorias e pela completa autonomia dos sindicatos.³⁶⁸

3.7 Trajetória política do PSB (1949-1955)

A partir da década de 1950, o PSB passou a viver outro contexto político, marcado pelo paulatino crescimento da legenda e por maior afirmação política partidária. Gradualmente, o partido transitou da área política hegemônica pelo liberalismo udenista para a ideologia do nacional-desenvolvimentismo e para a área influenciada pelo reformismo do PCB e do PTB.

Ainda assim, permaneceram no partido certos núcleos e grupos que persistiram defendendo a pureza ideológica “socialista-democrática” e a busca de uma terceira via entre as alternativas políticas presentes na conjuntura. De fato, a tendência à descaracterização das propostas originais do partido e à assimilação do discurso nacional-desenvolvimentista acentua-se. Concomitantemente a essas mudanças ideológicas, o PSB passou por experiências políticas distintas que acabaram transformando o partido. Segundo Margarida Vieira, o PSB “mudou seu eixo de alianças, cresceu eleitoralmente, passou por experiências de administrações municipais e estaduais e pelo janismo. Definiu um projeto nacionalista e reformista e ganhou maior espaço no movimento sindical.”³⁶⁹

No final da década de 1950, influenciado pelas diretrizes políticas dominantes das esquerdas nacionais, o PSB passou a adotar gradativamente um discurso marcado pelo nacionalismo e pelo reformismo materializado nas reformas de base:³⁷⁰

³⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 26.

³⁶⁸ Idem, *ibidem*.

³⁶⁹ VIEIRA, 1994, p. 114.

³⁷⁰ VIEIRA, 1994, p. 114.

Até meados dos anos 50 predominou no PSB a visão democrático-revolucionária. Daí em diante, a ideologia nacional desenvolvimentista, comum às demais forças de esquerda deu o tom na prática dos socialistas, apesar da presença de núcleos que questionavam a demagogia nacionalista, a existência de uma burguesia nacional e o estatismo.³⁷¹

Essa transformação político-ideológica do PSB pode ser observada na V Conferência Nacional do Partido de 1953, nas resoluções sindicais e na forma como partido lidou com a experiência janista em São Paulo. Aos poucos, o PSB deixou de ser um partido purista e tornou-se um partido mais pragmático e politicamente eficaz.

A ruptura definitiva com a UDN deu-se nas eleições de 1950. A aliança do brigadeiro Eduardo Gomes com os integralistas afastou o apoio socialista. A partir dessa eleição, os socialistas romperam os vínculos com o conservadorismo do liberalismo udenista:

Então começamos a perceber que a conjuntura mudou, a UDN acentuou cada vez mais a sua posição pró-oligárquica e o PTB tornou-se cada vez mais uma bandeira de reformas possíveis [...] a evolução da UDN e do outro lado a evolução do PTB nos levaram naturalmente a passar daquele oposicionismo liberal do começo para um trabalhismo radical mais adiante. Eu acho que o caminho era esse mesmo naquele momento, era estar mais perto do PTB, do PTN e dos partidos trabalhistas que havia.³⁷²

As consequências do fiasco da votação dos udenistas nas eleições de 1950 impactaram a militância e a direção do partido, forçando-o a rever estratégias e escolhas políticas. Acredita-se que essa experiência eleitoral negativa levou o partido a mudanças substanciais em sua trajetória política.

3.8 O PSB nas eleições de 1950

Em setembro de 1949, uma coligação encabeçada pelo PSD, pela UDN, e o Partido Republicano (PR) consultou o PSB com vista ao lançamento de um candidato único, tendo por base um “programa mínimo de pacificação nacional”. A resposta dada pelo PSB foi a redação de um “programa mínimo para o próximo governo”, com 10 tópicos. No documento, o PSB fazia questão de enfatizar que a elaboração de um programa mínimo comum não significava que o partido estivesse apoiando antecipadamente o candidato escolhido.³⁷³

³⁷¹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 279.

³⁷² SOUZA, Antônio Candido de Mello. Entrevista à Miracy Gustin, 1986 apud VIEIRA, 1994, p. 114.

³⁷³ ALEM, 1989, p. 115.

Como já informado, o PSB, em sua IV Convenção Nacional aprovou uma resolução que determinava que alianças com outros partidos somente fossem acordadas em casos excepcionais. Se não houvesse candidatura apta a ser apoiada pelos socialistas, o PSB deveria marcar sua identidade político-ideológica por meio do lançamento de candidatura própria, mesmo se a possibilidade de vitória dessa candidatura fosse mínima.³⁷⁴

Segundo Alem, na perspectiva da direção nacional do PSB e de significativos setores de sua base, a candidatura de Eduardo Gomes era a preferida na disputa presidencial:

“O fato da Comissão Nacional se apressar a responder à consulta que lhe era dirigida pelos Partidos do “acórdão” que dava sustentação à Dutra, com a ressalva assinalada, é, seguramente, derivada deste alinhamento prévio.”

É importante ressaltar que, dentro da UDN, a candidatura de Eduardo Gomes era vista com visível pessimismo. Os udenistas estavam divididos em dois grupos: os realistas e os intransigentes. Durante a Convenção Nacional da UDN, vários discursos apontavam certo derrotismo político:

No discurso de lançamento José Américo tenta dissipar a atmosfera de resignação derrotista, lembrando que a escolha do Brigadeiro era, como em 1945, a solução natural: “Não se podendo ter um candidato que desça dos céus, Eduardo Gomes é o candidato ideal; é um nome nacional; é um forte; é um puro; é realizador; é o estado da ordem e um chefe capaz de comandar contra a desordem... falam em perigo e o maior de todos é a ausência de autoridade.”³⁷⁵

De fato, era grande a tendência do apoio socialista à candidatura de Eduardo Gomes. Os laços históricos no campo eleitoral que ligavam o PSB à UDN, bem como a repulsa antigetulista que marcavam o partido faziam-se sentir na hora da escolha de quem o partido apoiaria na corrida presidencial. Segundo Silvio Frank Alem: “A Esquerda Democrática voltava às origens: ala esquerda da UDN na sustentação do mesmo nome lançado em 1945.”³⁷⁶

Todavia a adesão do PRP, liderado por Plínio Salgado, à candidatura de Eduardo Gomes acabou afastando completamente os socialistas da candidatura udenista.³⁷⁷

O Brigadeiro contou com a aliança dos liberais gaúchos liderados por Raul Pilla (Partido Libertador) e, ao contrário do que ocorrera em 1945 e do que ocorreria em 1955, com o apoio do Partido de Representação popular de Plínio Salgado. Esta aproximação com os integralistas custaria, à UDN, o abandono pelos socialistas,

³⁷⁴ ALEM, 1989, p. 116.

³⁷⁵ BENEVIDES, op. cit., p. 79.

³⁷⁶ ALEM, 1989, p. 116.

³⁷⁷ ALEM, 1989, p. 116.

aliados da primeira hora (então integrantes da Esquerda Democrática) que lançam a candidatura de João Mangabeira, presidente nacional do PSB.³⁷⁸

É necessário relembrar que a pregação antifascista esteve na gênese da Esquerda Democrática e dos grupos que formaram o PSB. Em algumas publicações na **Folha Socialista**, o grupo paulista do PSB já alertava para movimentações políticas do movimento integralista:

A Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro alerta o povo de São Paulo contra a rearticulação do integralismo que se processa extensivamente sob o disfarce de um partido legal e com simpatias dos setores mais reacionários da alta finança e do alto comércio, que vêm nos fascistas uma tropa de choque para a defesa dos seus privilégios e posições, diante das perspectivas de crise econômica e social que enfrenta o nosso país. Os integralistas procuram ressuscitar os métodos de luta política que celebrizaram os nazistas e os fascistas de todo o mundo, com suas “brigadas de choque”, a encenação propagandística em torno de um “chefe”, as denúncias policiais e caluniosas dos que se lhes opõem e o terrorismo organizado.³⁷⁹

As condições objetivas do partido não eram as melhores para que se propusesse o lançamento de uma candidatura presidencial minimamente competitiva. Segundo Alexandre Hecker, o PSB, no início dos anos 1950, estava carente de militantes, com uma organização apoiada em escassos grupos de base que amiúde não contavam com a assiduidade dos militantes, dispendo de comissões partidárias em apenas 5% dos municípios do estado de São Paulo³⁸⁰ e com pouquíssima ou nenhuma penetração nos grupos sociais – proletariado e classe média – dos quais o partido dizia-se representante político.³⁸¹

Foi em uma convenção partidária, realizada em 28 de julho de 1950, que os socialistas tiveram de decidir qual seria a política do partido para as eleições de 1950. Tendo descartado o apoio à candidatura de Eduardo Gomes como opção, aos socialistas do PSB apresentaram três possibilidades políticas: o lançamento de uma candidatura própria, a definição da questão sucessória como uma “questão em aberto” ou a pregação do voto em branco.³⁸² A proposta de candidatura própria venceu por 51 votos contra 33 votos para a tese do voto em branco.³⁸³ Conforme já informamos anteriormente, as eleições de 1950 marcaram o afastamento definitivo do PSB em relação à UDN. A aliança do brigadeiro Eduardo Gomes

³⁷⁸ BENEVIDES, op. cit., p. 80.

³⁷⁹ CÔRREA, Antonio Costa. Vigilância Ativa contra o Ressurgimento do Fascismo. In: **Posições Socialistas**. Edições do PSB- Seção de São Paulo. p. 44.

³⁸⁰ Segundo Hecker, o PSB-SP tinha 23 comissões municipais, incluindo a comissão da Capital e havia delegados em 20 dos outros 380 municípios paulistas em 1950 apud HECKER, 1998, p. 125.

³⁸¹ HECKER, 1998, p. 125.

³⁸² ALEM, 1989, p. 117.

³⁸³ ALEM, 1989, p. 117.

com os integralistas afastou definitivamente o apoio dos socialistas. Contudo, apesar da crítica ao liberalismo brasileiro, os socialistas também não se aproximavam do getulismo e, por esse motivo, não tendiam a apoiar a chapa lançada pelo PTB.

O voto em branco foi defendido pela ala moderada do partido liderada por Hermes Lima, Domingos Velasco e Ozório Borba. Esse grupo acreditava acertadamente que o PSB não tinha condições materiais para lançar uma candidatura minimamente competitiva naquela conjuntura. Além disso, eles temiam possíveis consequências para o partido que poderiam resultar de um presumível desempenho eleitoral medíocre.³⁸⁴

Já a ala mais radical do PSB, liderada por Febus Gikovate e Mário Pedrosa, composta pelo núcleo paulista do partido e pelos membros da antiga vanguarda socialista, afirmava que o PSB deveria ter candidato próprio para ampliar e fortalecer sua imagem pública e apresentar sua identidade política para a sociedade.³⁸⁵ Também contou, no cálculo político dos socialistas paulistas, a busca da afirmação da autenticidade do discurso ideológico do socialismo democrático. Havia, especialmente no PSB paulista, forte desejo de expressão mais clara do caminho socialista e pela definição de um quadro em que o partido se diferenciasse, tornando-se o único legítimo representante do ideário socialista no Brasil.³⁸⁶ O esforço de lançar uma candidatura identitária – que demarcasse explicitamente o caráter ideológico do partido teve grande impacto nas posições e ações dos socialistas democráticos, especialmente no estado de São Paulo até o final da década de 1950. A vontade de lançar uma candidatura originária do PSB era reforçada pela necessidade de ruptura dos resquícios identitários que, na opinião popular, ainda uniam o PSB ao seu passado de alianças com a UDN. A suposta filiação interpartidária frequentemente era reforçada pelas condutas adotadas pro alguns núcleos estaduais do PSB.³⁸⁷

A candidatura própria acabou vencendo a disputa interna do Partido. João Mangabeira foi escolhido como candidato à presidente e o médico Alípio Correia Neto como candidato à vice-presidência. O mote de lançamento da candidatura de João Mangabeira foi a necessidade de se travar o combate contra o renascimento do fascismo que estava identificado com o

³⁸⁴ VIEIRA, 1994, p. 115.

³⁸⁵ VIEIRA, 1994, p. 114.

³⁸⁶ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 73.

³⁸⁷ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 73.

crescimento do PRP no Brasil.³⁸⁸ Segundo entrevista de Mangabeira, no **Diário Carioca**, o sentido da candidatura era nitidamente antifascista:

Os socialistas viram-se em face de uma triste realidade! Não tinham em quem votar. Todos os candidatos tinham entrado em conversa, confabulações ou barganhas com o partido integralista. Um deles, cuja proposta os integralistas rejeitaram, chegou a lhes oferecer dois ministérios, segundo afirmações públicas não desmentidas. Ao respondermos à primeira proposta do Acordo Interpartidário, dizíamos estar dispostos a votar num candidato comum, mas também resolvidos, se as circunstâncias nos impusessem, a apresentar candidaturas próprias para “que se salvasse ao menos a honra da democracia, quando tudo se perdesse.” Foi a este extremo que as circunstâncias nos levaram. Candidatos e partidos arriaram bandeiras, enrolaram programas, renegaram princípios, atirando tudo isso aos pés do neofascismo, em troca de votos, na mais escandalosa barganhagem. Não trepidaram em dar atestado de boa conduta democrática a esses inimigos declarados da liberdade e do voto popular. Cumpria, portanto, ao Partido Socialista, salvar a honra da democracia, levantando-se contra tudo isso como a voz isolada que protesta. Em casos tais, em meio à deserção geral, a um partido fiel ao seu programa e ao seu ideal, cumpre resistir a todo o transe, sejam quais forem os dissabores que tenha de sofrer ou os perigos que tenha de enfrentar.³⁸⁹

Apesar das nítidas dificuldades objetivas, a militância socialista apoiou entusiasticamente a mobilização eleitoral do partido, mesmo que para isso tenha subestimado as limitações da capacidade eleitoral do PSB:

Para os socialistas – afirmava Arnaldo Pedroso D’Horta, em maio de 1949 – as eleições constituirão uma verdadeira prova de fogo, pois darão a medida do progresso que nosso partido conseguiu, ou não, desde sua constituição. Pela primeira vez o eleitorado terá a oportunidade de escolher candidatos socialistas, sob a legenda do PSB, ao legislativo Federal.[...] Osório Borba reiterava essa interpretação das eleições como teste decisivo de crescimento do Partido, acrescentando uma dose ainda mais forte de otimismo: O Partido Socialista [...] Brasileiro ainda ao passou por teste eleitoral decisivo. Até agora concorreu apenas com o primitivo nome de Esquerda Democrática, como partido registrado apenas nos pleitos estaduais e municipais. E o fez ainda pouco conhecido... É visível o crescimento do partido em simpatias populares... Temos razões para crer que pelo menos triplicaremos em 1950 os resultados eleitorais já obtidos.³⁹⁰

Segundo Alexandre Hecker, em vários momentos pareceu que a própria militância pessebista acreditava que, nas eleições de 1950, o PSB estaria jogando sua última cartada política, sua razão política de existir. Para o autor, aquela ânsia militante independia propriamente do resultado das eleições – fosse estagnação, sucesso ou fracasso – e estava vinculado ao modelo de desenvolvimento partidário que posteriormente surgiria das eleições e seria implementado nacionalmente.

³⁸⁸ ALEM, 1989, p. 118.

³⁸⁹ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 245-246.

³⁹⁰ **Folha Socialista**, 1º set. 1949 apud HECKER, 1998, p. 125.

A polêmica opção pela candidatura de João Mangabeira causou defecções na militância do PSB. Aristides Lobo desligou-se da organização, pois para ele, o apoio do PRP ao brigadeiro não o tornava um “candidato fascista”. Edmundo Muniz e outros simpatizantes históricos do PSB também argumentavam da mesma forma e mantiveram-se apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.³⁹¹

Incontestavelmente, a imagem pública que a candidatura proposta pelo PSB assumiu foi, do ponto de vista político e eleitoral, limitada. Ao limitar o escopo da candidatura ao combate ao fascismo, o PSB mostrou uma fraca sensibilidade política, pois colocou como eixo central uma questão que não preocupava a maioria do eleitorado composto pela classe trabalhadora e pelos setores de classe média assalariada. Afinal, o combate ao fascismo, além de ter caráter relativamente anacrônico no Brasil do pós-guerra, era algo muito abstrato para ser compreendido pela maioria do eleitorado brasileiro. Nesse sentido, concorda-se com Silvio Frank Alem quando ele atesta as limitações da candidatura de João Mangabeira e Alípio Correia Neto:

O PSB estreitava seu campo, não exatamente pelo fato de lançar candidato próprio, mas pelo fato de restringir o significado deste gesto a um combate limitado. Identificando “fascismo” a “integralismo”, a “PRP” a “Plínio Salgado”, tornava ainda mais restritiva a orientação. Uma candidatura “de sacrifício”, destinada ao martírio de servir apenas ao recenseamento (mesmo assim, parcial) dos militantes. Pode-se levantar a hipótese de que seria outra a situação, se houvesse a premissa de conferir à candidatura um caráter programático mais amplo, preocupado em dar respostas à conjuntura econômica, social e política vivenciada na ocasião. A mera afirmação genérica do ideal socialista – ideal a propósito de cuja concretude, vimos, não havia consenso nas próprias hostes -, o assumir prévio da expectativa de derrota, lavariam inevitavelmente a um resultado eleitoral irrisório, que teria repercussões sobre o futuro da legenda.³⁹²

A candidatura de João Mangabeira e Alípio Correia Neto pela legenda do PSB à Presidência e Vice-Presidência da República, em 1950, obteve menos de 1% dos votos totais no país e o correspondente a apenas 4,5% dos votos em branco. Os 9.466 votos conseguidos vieram em sua quase totalidade de São Paulo e do Distrito Federal. Segundo Margarida Vieira, o fracasso eleitoral não foi maior porque o PSB conseguiu eleger para a Câmara Federal: Domingos Vellasco por Goiás e Orlando Dantas por Sergipe, além de oito deputados estaduais em diferentes estados.³⁹³

³⁹¹ ALEM, 1989, p. 119.

³⁹² ALEM, 1989, p. 118.

³⁹³ VIEIRA, 1994, p. 115.

O total de votos do PSB para a Câmara Federal, 36.638, foi equivalente a pouco mais da metade daqueles auferidos pelo PRP de Plínio Salgado (72.397), sendo inferior também à votação de outras legendas inexpressivas, como o PR e o Partido Democrata Cristãs (PDC).³⁹⁴

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas obteve grande vitória. Alcançou 48,7% dos votos, enquanto o brigadeiro Eduardo Gomes não conseguiu 29,7% e Cristiano Machado, candidato do PSD, obteve apenas 21,5%.³⁹⁵

Em resposta à derrota sofrida na eleição presidencial, a direção nacional do PSB lançou, em 15 de novembro de 1950, o “Manifesto ao Povo Brasileiro”, no qual reconheceu a vitória de Getúlio Vargas como expressão legítima da vontade do povo e manifestou seu apoio à posse dos eleitos, em contraposição à postura da UDN que propunha anulação do pleito.

“Os trabalhadores, em sua grande maioria, deram aos senhores Getúlio Vargas e João Café Filho uma prova de confiança.”³⁹⁶

Em relação ao desempenho da candidatura lançada pelo PSB, o manifesto limitou-se a almejar uma situação futura melhor para os socialistas:

“Não tardará o povo brasileiro a tomar consciência de que somente as soluções de caráter socialista poderão trazer seu enriquecimento e o progresso do país; então, a minoria em que hoje se constitui o Partido será infalivelmente a grande maioria de amanhã.”³⁹⁷

A candidatura de Mangabeira e de Alípio Correia corresponde à última tentativa da fase de hegemonia no PSB do “grupo de renovação de ideias” que tentava construir uma identidade política e um discurso pautados na ideologia socialista-democrática. A fragorosa derrota eleitoral sofrida pelo partido mostrava seu isolamento e distanciamento em relação à sociedade. A vitória de Vargas levou o partido a reavaliar o papel político do trabalhismo. Segundo Margarida Vieira, o trabalhismo deixou de ser considerado pelos socialistas como fenômeno efêmero na história dos trabalhadores brasileiros e passou a ser compreendido como parte da formação de uma cultura de resistência. Decorre dessa reavaliação a abertura de alianças que o PSB procurou operar a partir de então, especialmente com o PCB e o PTB, para ampliar seu diálogo com os trabalhadores.³⁹⁸

³⁹⁴ ALEM, 1989, p. 167.

³⁹⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 405.

³⁹⁶ Manifesto ao Povo Brasileiro apud ALEM, 1989, p. 167.

³⁹⁷ Idem, ibidem, p. 168.

³⁹⁸ VIEIRA, 1994, p. 116.

3.9 O PSB nas eleições de Pernambuco

Em 1952, morreu em Recife o governador Agamenon Magalhães (PTB), sem ter conseguido cumprir metade de seu mandato. A Constituição Estadual previa nesses casos que ocorresse nova eleição, marcada para o dia 23 de dezembro.

Um acordo foi estabelecido entre a oposição e a situação no estado de Pernambuco. Amplo entendimento oligárquico fez que Etelvino Lins, interventor do Estado Novo, recebesse o apoio de dez partidos: PSD-UDN-PTB-PL-PDC-PRP-PTN-PST-PSP-PRT – uma frente destinada a evitar a disputa entre candidaturas.³⁹⁹

Das fileiras do PSB de Pernambuco, surgiu o anticandidato ao mandato tampão do governador. Esse candidato era Osório Borba, fundador do partido no Estado que havia concorrido pela Esquerda Democrática à Câmara Federal em 1945. Em virtude da derrota nas eleições de 1945, Osório Borba mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se elegeu vereador pelo Distrito Federal e mantinha uma coluna no jornal **Diário de Notícias**. De acordo com Silvio Frank Alem, “sua ligação com Pernambuco já era distante, pois, quando do inesperado pleito.”⁴⁰⁰

A Campanha de Osório Borba iniciou-se dez dias antes das eleições, data em que desembarcou no Recife. Sua anticandidatura foi registrada pelos socialistas, mas, na prática, foi conduzida pelos comunistas. Quando os resultados da eleição foram apurados, Osório Borba conseguiu a vitória em Recife e Olinda (36.316 votos contra 30.276) e perdeu no restante do Estado:

A oposição lança o jornalista Osório Borba como candidato a governador. Filiado ao PSB, este terá total apoio do PC. Apesar de vitorioso no Recife, sua vitória não pode ser considerada significativa. A diferença em favor da candidatura da esquerda será de apenas 6.040 votos.⁴⁰¹

Na opinião de João Mangabeira à época, a votação de Osório Borba significou um grande feito do PSB:

³⁹⁹ ALEM, 1989, p. 170.

⁴⁰⁰ ALEM, 1989, p. 171.

⁴⁰¹ MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente de Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.466.

No ano passado, o mesmo fato se repetiu em Pernambuco. Contra todos os partidos e todos os governos conluiados, o Partido Socialista levantou à última hora um candidato, que é uma enérgica expressão de inteligência e caráter – Osório Borba. E sem imprensa, sem partidos, sem rádio, sem dinheiro, sem nada, senão a limpidez de seu nome, Borba venceu. À larga distância, em Recife, Olinda e todos os centros de civilização, em Pernambuco.⁴⁰²

Provavelmente inspirados pela tônica da campanha presidencial de Mangabeira, os socialistas de Pernambuco, na “Plataforma e Programa Mínimo” da candidatura de Osório Borba, conclamaram as forças populares para ampla frente antifascista. Interessante notar que, ao contrário dos documentos produzidos pelo PSB-SP, não há nenhuma menção anticomunista no discurso eleitoral do PSB-PE:

Só há um caminho a seguir: a conjugação de todas as forças populares para os objetivos comuns de resistência às provocações integralistas e à ameaça reacionária e imperialista. Como partido de oposição, o PSB, seção de Pernambuco, propugna pela formação de ampla frente antifascista. No presente ensejo, renova seu apelo a todas as forças democráticas de Pernambuco em prol de uma sólida frente em defesa dos interesses populares e dos direitos e prerrogativas do Estado perante o poder central.⁴⁰³

3.1 O PSB e a ascensão do janismo

Com a autonomia da cidade de São Paulo, protagonizada pelas ações do então vereador pessebista Cid Franco, foi realizada a primeira eleição para chefe do Executivo municipal paulista em 1953. O PSB de São Paulo iniciou nova fase política. Esta agremiação se juntou ao PDC e juntos lançaram a candidatura de Jânio Quadros à prefeitura da capital. Esse foi o início de uma meteórica escalada política que culminaria com a eleição de Jânio Quadros para governador do estado de São Paulo pela aliança PSB-PTN em 1955.⁴⁰⁴

O ano de 1953 foi um ano representativo de uma inflexão política no cenário nacional. A crise econômica atingiu duramente os trabalhadores com perdas reais de salários. O governo Vargas abria maiores condições para a organização sindical. A sociedade reivindicava. Nesse cenário, o apoio dos socialistas a Jânio não soava tão estranho.⁴⁰⁵

⁴⁰² LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 274.

⁴⁰³ Plataforma e Programa Mínimo. apud: ALEM, 1989, p. 171.

⁴⁰⁴ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 153.

⁴⁰⁵ VIEIRA, 1994, p. 116.

O movimento de 22 de março representa o marco histórico que divide a primeira e a segunda fases do PSB-SP, que deslocou da administração municipal paulista os grandes partidos da cena política: PSP, UDN, PSD. O PSB, unido ao PDC, lançou como candidato à prefeitura de São Paulo o então deputado Jânio Quadros, que se elegeu com quase 68% dos votos úteis naquele pleito. Segundo João Mangabeira, a vitória de Jânio Quadros representava a vitória de um homem humilde e pobre contra todo o conluio formado pelas grandes máquinas partidárias e a imprensa capitalista:

Em São Paulo, 7 partidos, toda a chamada grande imprensa, isto é, imprensa capitalista, o Sr. Adhemar de Barros, a “Caixinha”, o governador Lucas Garcez e o Presidente da República, todos esses elementos se empenhavam, a todo seu poder, na vitória do Sr. Cardoso. Contra esse conjunto, aparentemente invencível, erguia-se Jânio Quadros, apoiado pelo seu partido, o DS Cristão e o Socialista. Mas, todo aquele conjunto gigantesco foi destroçado por um homem humilde e pobre, que não tinha por si senão a confiança que ele inspirava no povo.⁴⁰⁶

No movimento de 22 de março, várias tendências políticas e interesses distintos misturavam-se. Desde os interesses fisiológicos de alguns membros da ala ligada à democracia cristã, como Afrânio de Oliveira e seus amigos, até aqueles mais ideológicos, representados pela militância do PSB que estava interessada em atribuir ao Estado novas funções e dirigir as políticas para responder às demandas das classes trabalhadoras e periferias urbanas. Para Miracy Gustin, faltou ao movimento 22 de março e às forças políticas que sustentavam-no uma formulação ideológica mais precisa. De certa forma, o movimento ficou refém das características carismáticas de Jânio devido ao fato de ter se contentado em se expressar unicamente por via de um discurso moralizador da máquina administrativa municipal.⁴⁰⁷ Com essas debilidades políticas, o capital político advindo do movimento foi facilmente apropriado por Jânio Quadros.

Devido ao extraordinário carisma do candidato e às condições do momento político estadual e municipal, marcados pelo desprestígio do governador e pelo conflito entre ele e Ademar de Barros, Jânio Quadros conseguiu uma vitória arrasadora. Segundo João Mangabeira:

Em Jânio Quadros o povo pode confiar. Ele não irá mentir a seus princípios e a seu destino, governando com os poucos homens de grande negócios, em vez de governar com a grande massa do povo que o elegeu.[...] Jânio Quadros é agora um novo fator na política brasileira. Partidos e governos, que dele não faziam caso, têm agora de

⁴⁰⁶ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 274.

⁴⁰⁷ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 76.

levá-lo em conta; e sobretudo o que a sua eleição representa. Ela abre novas perspectivas no panorama da democracia no Brasil.⁴⁰⁸

A partir da eleição, o PSP-SP esteve definitivamente envolvido com a figura populista de Jânio Quadros, tendo participado ativamente da campanha que o elegeu.⁴⁰⁹ Afinal, no intuito de combater o populismo de Ademar de Barros, o Partido Socialista precisava de uma política de massas, política que, sozinho, não lograva conseguir. Com a eleição de Jânio, os socialistas paulistas iludiram-se com a possibilidade de chegar ao poder em associação não orgânica com uma liderança popular apartidária.⁴¹⁰

Segundo seu entendimento, esse modelo seria capaz de quebrar a couraça de incompreensão popular quanto aos caminhos e objetivos da trajetória para o socialismo. O que ressalta como significativo é que o Partido desenharia o dito modelo a partir de dupla e contraditória experiência, oferecida pela participação nas eleições de 1950: apoiar, em São Paulo, um candidato de “frente de oposição”, e, nacionalmente, lançar uma candidatura própria, dita “de sacrifício”.⁴¹¹

O grupo mais autêntico do PSB foi gravemente afetado após essa derrota, visto que teria contribuído gravemente para a escolha da opção do partido lançar uma candidatura própria. Isso implicou o fortalecimento de setores mais pragmáticos do partido estadual e na desistência de se impor uma linha partidária mais independente diante da campanha eleitoral.⁴¹²

Desde o apoio inicial à candidatura de Jânio, o PSB de São Paulo não conseguiu realizar seu objetivo de construir-se como força política com expressão social dentro do movimento 22 de março. Contra o PSB pesava o fato de o partido, apesar da densidade ideológica de sua militância, ter uma máquina precária e uma liderança política muito fragilizada. A estrutura partidária que o PSB dispunha não lhe permitia enfrentar a política personalista de Jânio e a força de sua liderança. Por não ter conseguido dar ao movimento uma formulação ideológica mais precisa e objetivos mais claros e, principalmente, devido às já citadas debilidades da máquina partidária, o PSB paulista seria invadido pelo “janismo” e, gradativamente, perdeu sua identidade político partidária.⁴¹³

⁴⁰⁸ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 275-276.

⁴⁰⁹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 75.

⁴¹⁰ HECKER, 1998, p. 126.

⁴¹¹ HECKER, 1998, p. 126.

⁴¹² GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 74.

⁴¹³ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 77.

Os problemas do PSB com Jânio iniciaram-se com sua candidatura a governador em 1954. No debate partidário interno, há oposição ao apoio do PSB a Jânio Quadros. Entre os principais opositores ao apoio, estava o militante João da Costa Pimenta. Para ele, o Partido estava dividido entre aqueles que queriam crescer por meio da representação eleitoral no Parlamento e no Executivo e aqueles que queriam crescer pela organização dos trabalhadores.

Desde sua fundação, o Partido Socialista assistiu ao entrelaço de duas correntes que buscava, animadas do mesmo desejo de fazer crescer os quadros partidários, caminhos diferentes para atingir seu *desideratum*. De um lado, alinhavam-se aqueles que, de tradição política liberal, eram de posição que o partido somente seria um grande partido no momento em que dispusesse de um significativo número de representantes no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais.[...] De outro lado, alinham-se aqueles companheiros que sustentam que o crescimento do partido não deve estar subordinado ao número de votos que se obtém numa eleição nem se deve medir pelo número de deputados e representantes eleitos. Para esses companheiros, o partido não é uma simples repartição burocrática, onde os diretórios se reúnem uma vez por semana para deliberar sobre assunto de expediente, tendo como única e primordial tarefa a disputa de cargos públicos eletivos.[...] Somente a progressiva politização das massas trabalhadoras, a conquista lenta da opinião pública, para nossos princípios, através de nossa participação ativa na luta em prol das reivindicações mais imediatas e sentidas dos trabalhadores, é que os atrairá ao partido, assegurando-lhe um crescimento sadio e orgânico, capaz de permitir-lhe influir, então decisivamente, nos destinos políticos do país.⁴¹⁴

Ele não chegou a propor ao partido uma candidatura própria, mas se recusava a referendar nomes como Prestes Maia e Jânio Quadros.⁴¹⁵ Ao primeiro, por ser “representante de grupos econômicos” e, ao segundo, por sua “desmedida ambição”:

Mas, é preciso também não deixar de reconhecer que assiste, de certa forma, razão aos companheiros que se opõem à candidatura Jânio Quadros, na medida em que a desmedida ambição de poder que caracteriza o atual Prefeito de São Paulo não é nenhuma garantia segura para o partido.[...] O candidato próprio, em virtude da debilidade do partido, é uma saída que não podemos aceitar. O apoio ao senhor Prestes Maia também é impraticável, porque ligações políticas e seus compromissos com os grupos financeiros o opõem frontalmente à classe operária e ao partido.⁴¹⁶

Aqueles que, no interior do partido, apoiavam a candidatura de Jânio Quadros para governador, como Perseu Abramo, tinham como objetivo combater o adhemarismo e o poder econômico.⁴¹⁷

Apesar de ter aumentado sua capacidade de arregimentação de votos, especialmente para as Câmaras Municipais e para a Assembleia Legislativa e de ter ampliado a sua influência no

⁴¹⁴ PIMENTA, João da Costa. Responsabilidade dos Socialistas. 5/5/1954 apud ALEM, 1989, p. 54-59.

⁴¹⁵ VIEIRA, 1994, p. 118.

⁴¹⁶ PIMENTA, 1989, p. 57-58.

⁴¹⁷ VIEIRA, 1994, p. 118.

interior de São Paulo, o PSB somente conseguiu novos filiados, nas eleições de 1958, a partir de graves cisões internas. O grupo ideológico do partido, os chamados socialistas autênticos, foi excluído das principais decisões partidárias. Desde a opção de apoio a Jânio Quadros, abriu-se um conflito interno entre o grupo mais ideológico e aqueles que achavam que era necessário uma aliança com esse tipo de figura para viabilizar o crescimento político do partido:

Paul Singer, Cid Franco, Fúlvio Abramo, Febus Gikovate, João da Costa Pimenta, dentre tantos outros, opuseram-se ao apoio a Jânio no pleito a governador. Vencem, contudo, os grupos que entendiam ser necessário, antes de tudo, conseguir maior eficácia eleitoral, e o PSB cede sua sigla para que Jânio se candidate.⁴¹⁸

3.11 Fusão do PTB e do PSB

Em abril de 1953, o jornal **Última hora** publicou uma entrevista de Lourival Fontes que exortava à “união dos Trabalhistas e Socialistas” com o objetivo de “aparelhar melhor o governo (federal) de material humano”, para que este pudesse levar à frente seu programa. Poucos anos depois, o próprio militante pessebista Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas pernambucanas, atestava o acanhamento numérico das fileiras socialistas ao solicitar a integração do PSB ao PTB no início dos anos 1960:

O PSB é uma excrescência na vida política do país, uma espécie de clube acadêmico, sem nenhuma ação social. Precisamos juntá-lo ao PTB. Expurgado do peleguismo e com seus quadros acrescidos dos socialistas poderá o PTB ser transformado num partido de massas, como meio para executar uma ação política revolucionária.⁴¹⁹

Segundo Silvio Frank Alem, o aceno dos trabalhistas aos socialistas já datava de algum tempo. Esse aceno dirigia-se à direção nacional e aos seus quadros mais moderados. Hermes Lima havia sido designado representante brasileiro junto às Assembleias Gerais da ONU em 1951 e 1952 e a luta pela criação da Petrobras havia aproximado os socialistas e os trabalhistas.⁴²⁰ Domingos Velasco seria o parlamentar do PSB mais favorável à fusão com o PTB. No polo oposto, encontramos Osório Borba, ferrenho adversário de Getúlio Vargas em Pernambuco.

⁴¹⁸ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 78.

⁴¹⁹ Binômio, BH, Ano X, 13/2/61 nº 344, p. 8 apud VIEIRA, 1994, p. 136.

⁴²⁰ ALEM, 1989, p. 176.

A aproximação entre socialistas e trabalhistas e a afirmação de uma plataforma que tratava da transformação social, a partir do binômio industrialização e reforma agrária, tem uma gênese que encontra raízes na formulação do pensamento nacional-desenvolvimentista.

3.12 O PSB e o Movimento Sindical

Durante o período compreendido entre 1950 e 1954, o PSB obteve lento crescimento em sua inserção no movimento sindical. A presença mais significativa ocorreu em sindicatos de trabalhadores não operários. Geralmente sua inserção foi maior em sindicatos ligados ao setor de serviços, como no sindicato dos professores no Distrito Federal e em São Paulo, no sindicato dos aeronautas e dos jornalistas de São Paulo e no sindicato dos empregados de bares/hotéis do Distrito Federal. A principal inserção da militância do PSB nos sindicatos operários dava-se no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, presidido entre 1953 e 1958 por Remo Forli, militante pessebista. Militantes socialistas também eram atuantes no sindicato dos ferroviários da paulista e no sindicato dos mineiros de ouro de Minas Gerais.⁴²¹ Segundo Silvio Frank Alem, a militância sindical do partido refletia as características gerais da militância do PSB que era basicamente composta por intelectuais ou assalariados de classe média:

Reflete também os esforço da esquerda do Partido, em São Paulo – e aí, destaque deve ser dado ao grupo dos ex-trotskistas; em alguma medida, foi fruto secundário do engajamento dos socialistas nas campanhas de Jânio. Manifestações de 1º de Maio chamadas pelo Partido, em 1954, foram preparadas por comícios nos principais bairros; a lista prévia coincide, geralmente, com futuros postulantes a cargos eletivos.[...] Parte do sucesso limitado obtido pelos socialistas pode ser creditada também ao “vazio” deixado pelos comunistas, que até 1952 procuraram construir “sindicatos livres”, obrigados a se afastarem dos órgãos reconhecidos pelo Estado.⁴²²

Em 1953, logo após a vitória de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo, ocorreu uma greve que reuniu várias categorias de trabalhadores (têxteis, metalúrgicos, marceneiros, carpinteiros, vidreiros e gráficos) e que ficou conhecida como Greve dos 300.000. Segundo Margarida Vieira, a importância dessa greve está em sua amplitude e na intensa participação dos trabalhadores envolvidos. Em relação à amplitude, deve-se lembrar que a greve chegou a ser mediada pelo governador do Estado e pelo Presidente da República. Quanto à

⁴²¹ ALEM, 1989, p. 185.

⁴²² ALEM, 1989, p. 185.

participação, não foram poucos os trabalhadores que se organizaram em assembleias, piquetes e manifestações de rua e que organizaram comissões sindicais de empresas, assim como foi significativo o apoio de setores de classe média à greve.⁴²³

A greve estendeu-se de março a abril de 1953. Começou com a paralisação dos trabalhadores do setor têxtil, que foram seguidos por metalúrgicos, marceneiros, vidreiros e gráficos. As duas principais lideranças do movimento foram os presidentes dos Sindicatos dos Têxteis e dos Metalúrgicos, respectivamente Nelson Rustici e Remo Forli. Aquele era filiado ao PTB e este era simpatizante do PSB-SP, tanto que, em 1954, filiou-se ao partido e disputou as eleições para a Assembleia Legislativa de São Paulo.⁴²⁴

A greve durou 29 dias. Não foram poucos os momentos, no decorrer da paralisação, nos quais o movimento tomou as ruas e a Polícia Militar reprimiu impetuosamente os grevistas. Segundo Alexandre Hecker, a grande imprensa atuou decisivamente para a desmobilização dos trabalhadores assim como a Delegacia Regional do Trabalho atuou no cerceamento das liberdades sindicais.⁴²⁵

As opiniões, as avaliações e as interpretações dos socialistas democráticos acerca da Greve dos 300.000 foram explicitadas pela série de artigos intitulados de “A greve dos metalúrgicos” e redigidos pela jovem liderança metalúrgica do PSB, Paul Singer. O primeiro artigo da série foi publicado em junho de 1953, mais de dois meses depois dos acontecimentos que marcaram a greve. Segundo Alexandre Hecker:

Nos textos citados despontam as vitórias obtidas, as denúncias contra os órgãos de poder implicados na defesa dos interesses contrários aos trabalhadores, mas ao mesmo tempo e mais fortemente, a oposição, melhor dizer, a aversão à atuação dos comunistas, vista sempre como prevalecendo-se de pequenas conquistas: volúvel, inescrupulosa a ponta de colocar em risco a melhor política e até a vida dos trabalhadores para satisfizes escusas condutas políticas.⁴²⁶

No primeiro artigo, publicado em 20 de junho, o autor informou que um órgão suprossindical, denominado de Comissão Estadual de Combate à Carestia, havia entregado ao governo do Estado um memorial contendo as reivindicações dos trabalhadores. Ficou-se de fazer uma nova passeata para apanhar a resposta das reivindicações. Nesse hiato, entre as duas passeatas, eclodiu a greve:⁴²⁷

⁴²³ VIEIRA, 1994, p. 122.

⁴²⁴ HECKER, 1998, p. 295.

⁴²⁵ HECKER, 1998, p. 295.

⁴²⁶ HECKER, 1998, p. 297.

⁴²⁷ HECKER, 1998, p. 297.

Nos dias antes da greve realizou-se uma primeira passeata “contra a carestia” que levou um memorial ao governador, e então fora combinado marcar outra para ir buscar resposta ao memorial. Neste ínterim estoura a greve; a política proíbe todas as manifestações públicas, impondo desta vez a São Paulo uma espécie de semi-estado de sítio. Se a segunda passeata fosse marcada, sabia-se pois, que seria transformada em exibição de força física dos mantenedores da ordem pública.⁴²⁸

A polícia passou a reprimir qualquer manifestação e também as reuniões da CECC que ocorreriam na sede dos bancários. Paul Singer mostra em seus artigos que nem as lideranças dos sindicatos e nem a maioria dos trabalhadores queria que houvesse a marcação dessa segunda passeata, pois já se sabia que ela provavelmente se daria em um clima de graves enfrentamentos entre a polícia e os manifestantes:

Nesta situação foi proposta a passeata; a polícia proibiu a reunião do órgão convocador (a Comissão Contra a Carestia) no Sindicato dos Bancários, sendo esta finalmente efetuada na noite que antecedia imediatamente o dia da passeata; surgiu grande oposição à proposta, principalmente dos 2 presidentes dos sindicatos mais importantes Remo Forli (metalúrgicos) e Nelson Rústici (tecelões). Resolveu-se deixar a última palavra com as assembleias sindicais.⁴²⁹

Segundo Paul Singer, a data da passeata somente foi marcada devido às manobras efetuadas pelos comunistas que conseguiram formar uma maioria nas assembleias dos sindicatos:⁴³⁰

Nestas logo se delinearão os campos: de um lado, a favor, os stalinistas e seus amigos; do outro, contra, a maioria dos dirigentes responsáveis do sindicato e, nos metalúrgicos, um grupo de militantes independentes. Estava claro que a passeata seria – como de fato foi – nociva ao movimento grevista tanto por um desgaste inútil de forças, - e contávamos com tão poucas -, como pela ausência de qq. Palavra de ordem positiva pela qual se pudesse lutar. No final a passeata seria para provar quem é que era mais forte, nós ou a polícia.[...] Nas assembleias sindicais os stalinistas foram vitoriosos; dezenas de milhares de operários foram à Praça da Sé atendendo a um apelo do sindicato, para serem atropelados pela cavalaria da Força Pública, espancados a cassetete, insultados e escorraçados – sem saberem porque nem para que.⁴³¹

Paul Singer é contundente na condenação da repressão policial, mas não deixou de apontar que a manifestação teve origem na irresponsabilidade dos dirigentes comunistas que, segundo sua avaliação, tentavam manobrar politicamente o movimento grevista:

Cabe condenar aqui a ação inconstitucional da polícia levada a cabo com o máximo de brutalidade (causada pelo menos, pânico que a nossa polícia tem da classe operária na rua), mas também temos que condenar aqui a irresponsabilidade

⁴²⁸ SINGER, Paul. A Greve dos Metalúrgicos. Folha Socialista. 20/06/1953 apud ALEM, 1989, p. 34.

⁴²⁹ SINGER, 1989, p. 34.

⁴³⁰ HECKER, 1998, p. 297-298.

⁴³¹ SINGER, 1989, p. 34.

daqueles, que por mero interesse no máximo de confusão, não hesitaram em atirar os operários contra a polícia pelo mais fútil dos pretextos.⁴³²

De acordo com o autor, não foram poucas as vezes que os comunistas tentaram partidarizar o movimento grevista. Na ótica de Paul Singer, quando essa partidarização ameaçava abertamente desvirtuar o movimento grevista de seus objetivos específicos e lançá-lo em pautas políticas mais amplas, os operários recusavam-se a apoiar as ações comunistas. Todavia, quando os militantes do partido comunista agiam sutilmente para promover sua linha política, eles conseguiam implantá-la devido à indiferença apresentada pela maioria dos grevistas:

Houve desvirtuamento da greve? Sim e não; isto é, quando feita aberta e inabilmente era geralmente repellido pela esmagadora maioria; quando, porém, era sutilmente introduzido, a maior parte do operariado mostrava-se indiferente. Assim por exemplo: conseguiu se impedir, com apoio geral, um convite para assistir um ato póstumo em homenagem a Stálin; também os homens da Comissão contra o Acordo Militar não puderam falar à Assembleia; em compensação foram aprovados votos de louvor ao “Hoje”, contra o mesmo Acordo Militar, etc. O que importa mais porém, a greve propriamente dita, nunca recebeu caráter político e foi conduzida inteiramente em função das reivindicações econômicas da classe. É claro que num movimento desta natureza o mais forte dos partidos que nela se acham representados, tira certas vantagens no campo da doutrinação e do proselitismo. Nesta greve o partido mais forte foi o P.C., que se aproveitou da situação sem nenhum escrúpulo.⁴³³

Tendo por referência o depoimento de Paul Singer, percebe-se que a atuação dos socialistas, durante a greve, teve como uma de suas preocupações centrais o possível fortalecimento dos comunistas no seio do movimento grevista.

Apesar da condução conjunta da greve por parte de militantes do PSB e do PCB. Apesar da existência de outras direções sindicais, “Trabalhistas” ou “pelegas”, em São Paulo (deflagrada a greve a partir de têxteis e metalúrgicos, tais direções se apressaram em negociar acordos em separado, evitando a adesão de maiores contingentes operários), são os comunistas que surgem como alvo privilegiado das críticas do articulista.⁴³⁴

Para Paul Singer, o papel da quase totalidade dos meios de comunicação durante o movimento grevista foi prejudicial à continuação da paralisação:

O comportamento da imprensa e do rádio burgueses foi o mais danoso possível à greve; nos últimos 15 dias de duração desta podia se ler nos cabeçalhos e ouvir nas emissoras quase todo dia: a greve vai terminar dentro de 24 horas; acordo prestes a ser assinado, etc. etc. Se isto foi feito por cálculo ou por amor ao sensacionalismo é difícil dizer, embora eu esteja inclinado a crer que seja por ambas as causas.⁴³⁵

⁴³² SINGER, 1989, p. 35.

⁴³³ SINGER, 1989, p. 36-37.

⁴³⁴ ALEM, 1989, p. 188.

⁴³⁵ SINGER, 1989, p. 37.

Esse papel desmobilizador efetuado pelos grandes meios de comunicação era ainda mais prejudicial, pois os grevistas não contavam com meios de imprensa ou rádio próprios para ampliar a divulgação da greve para os trabalhadores:

Qual o papel da imprensa e do rádio? Muito importante. E isto por um fator de suma gravidade: os grevistas possuíam apenas um meio de comunicação verdadeiramente eficaz, mas de alcance limitado: a palavra falada. Não tínhamos jornal, nem publicações próprias. Um curto programa de rádio dos tecelões foi depois suprimido. Não havia meio de alcançar as dezenas de milhares de grevistas que não vinham ao Hipódromo, mas ficavam em casa. Basta lembrar que havia talvez 150.000 operários em greve e que compareceram ao hipódromo apenas pouco mais de 8.000 para votar a proposta que decidiria a greve, para se ter uma visão clara de quão importante era esta questão. Cumpria manter os operários alerta, impedir que desanimassem, que voltassem ao trabalho antes do fim da greve.⁴³⁶

Entre os meios de comunicação, a exceção foi o jornal **Hoje** que apoiou integralmente a greve e abriu suas páginas para informações prestadas pelos comitês de greve, porém, para Paul Singer, a única intenção do jornal, ao propagar a greve, era tirar proveito próprio:

Um único jornal fez exceção a esta greve: o “Hoje”. Este apoiou integralmente a greve (nada tinha a perder assim fazendo) e sendo o único que conseguiu uma posição privilegiada: era distribuído gratuitamente dentro do Hipódromo (sob o pretexto de que qualquer outro jornal que quisesse fazer o mesmo, tinha plena liberdade de fazê-lo) e, num dado momento foi oficializado como “O jornal da greve”, recomendava-se aos operários que somente lessem o “Hoje”, etc. Era difícil impedir que isto acontecesse, pois realmente não só ele abria suas colunas aos comunicados e informações dos comitês de greve, como todo seu noticiário estava a serviço de um único fim: propagar a greve e dela tirar o máximo proveito próprio.⁴³⁷

Os socialistas também se preocupavam com o futuro do movimento operário após o movimento grevista. Segundo Singer, não houve articulação anterior entre os sindicatos para a deflagração da greve. Foi durante o processo da greve que os operários perceberam a importância de unificar as reivindicações:

Houve alguns contatos entre os sindicatos anteriormente, mas não se passou de um compromisso de auxílio mútuo. O desenvolvimento da situação porém, logo mostrou que a força do movimento estava na sua amplitude; daí a necessidade de uniformizar as reivindicações, unificar as forças, coordenar as manobras no sentido de tirar o proveito máximo desta circunstância favorável. A greve dos tecelões favorecia os metalúrgicos na mesma medida que a destes últimos os primeiros, o mesmo valendo para os marceneiros e vidreiros. Daí surge o pacto intersindical ou o pacto dos 4 sindicatos.[...] O comitê intersindical funcionou sempre como comitê coordenador, de modo que as 4 greves continuaram essencialmente separadas, com piquetes próprios, finanças próprias e assembleias próprias também. Não houve fusão das greves, mas apenas um compromisso de luta comum.[...] a intersindical

⁴³⁶ SINGER, 1989, p. 37.

⁴³⁷ SINGER, 1989, p. 37.

mostrou de maneira objetiva a necessidade de uma central sindical. O comitê formado não pode desempenhar este papel integralmente, mas mesmo assim foi bastante útil como centro coordenador e de troca de informações e experiências. Também no referente ao espírito de unidade de classe, que se fixou na maioria dos operários, a experiência da Intersindical foi preciosíssima.⁴³⁸

Segundo Alexandre Hecker, parecia aos socialistas que o caminho de formação de um órgão central que garantisse a unidade da classe trabalhadora era algo natural. Essa noção seria adequada ao pensamento que garantia ao proletariado o papel de agente privilegiado da história.⁴³⁹

As greves de 1953, marcadas pelo pacto de quatro sindicatos, inauguraram a possibilidade de lutas conjuntas dos trabalhadores. Esse pacto abriu espaços para construção de organizações de trabalhadores que iriam culminar na fundação do Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT).⁴⁴⁰ Para o jovem sindicalista do PSB, o movimento grevista foi pródigo em plantar uma semente de luta sindical para o futuro:

As greves de março-abril deste ano tiveram um duplo significado para a classe operária brasileira. Em 1º lugar, a demonstração prática da eficiência da luta ativa pelo melhoramento das condições de vida, o que significa um largo passo no caminho da aquisição da consciência de classe. Em 2º lugar, a conquista, pelo menos temporária do direito de greve, em São Paulo e talvez no Brasil. Em suma criou-se um novo ambiente dentro da fábrica: operários de cabeça erguida, cômicos de sua força, dispostos a afrontar novas lutas com rigor e coragem. Travou-se uma grande batalha da luta de classes, de profundo conteúdo socialista, coroada com uma vitória proletária, que é preciso fazer justificar.⁴⁴¹

3.13 Vª Convenção Nacional do PSB

A V Convenção Nacional do PSB reuniu-se entre os dias 12 e 13 de julho de 1953 na cidade de São Paulo. Compareceram delegados de 15 estados e a convenção recebeu a visita de Jânio Quadros em uma de suas sessões. De acordo com Silvio Frank Alem, foram três dias de acalorados debates sobre uma pauta extensa. Foi aprovada uma moção de repúdio contra o governo de Perón na Argentina, acusado de perseguir o Partido Socialista Argentino, e houve uma disputada eleição de direção nacional. Também ocorreram discussões sobre resoluções

⁴³⁸ SINGER, 1989, p. 35.

⁴³⁹ HECKER, 1998, p. 298.

⁴⁴⁰ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O comando geral dos trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁴⁴¹ SINGER, 1989, p. 40.

políticas relativas à política nacional, à questão sindical, à questão agrária e à situação internacional.⁴⁴²

Essa Convenção Nacional do partido representou um divisor de águas na orientação política e ideológica do partido diante da realidade local e internacional. As resoluções políticas aprovadas colocaram o PSB no caminho do nacional-desenvolvimentismo. Esse processo se inicia com a participação de Hermes Lima, parlamentar do PSB, que integrava o Grupo de Itatiaia em 1952, futuro embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iesb).

Na V Convenção Nacional do PSB, Hermes Lima já apontava o caráter subdesenvolvido do capitalismo brasileiro e a necessidade de superá-lo por meio da industrialização e da reforma agrária, ambas conduzidas pelo Estado:

A primeira conclusão a tirar das considerações acima expostas é que há no momento atual, uma etapa a percorrer típica do nosso subdesenvolvimento do país que precisa industrializar-se e necessita elevar seu nível de produtividade e de consumo.[...] A segunda conclusão é que as tarefas organizatórias indispensáveis à superação dessa etapa devem ser lideradas pelo Estado. Deve o Estado tomar resolutamente a iniciativa das medidas indispensáveis à promoção da nossa industrialização e do nosso progresso agrícola. A estrutura sobre a qual repousará nosso desenvolvimento econômico geral deve ser orientada pelo Estado e realizada diretamente Por ele sempre que o interesse desse desenvolvimento assim o exigir.⁴⁴³

O documento apresentado por Hermes Lima foi utilizado, naquela convenção, para definição das diretrizes políticas do Partido. Em relação a essas diretrizes políticas, Hermes Lima atribuiu ao PSB a tarefa de impulsionar uma política de base, sob a condução estatal, que desenvolvesse a industrialização e a reforma agrária em nosso país:

a) O Partido entende que há uma política de base, decorrente da atual situação do Brasil como país subdesenvolvido, a ser realizada sob a liderança do Estado; b) que essa política de base consta essencialmente de dois itens: industrialização e reforma agrária; c) que essa política de base deve corresponder, antes de tudo, à elevação do nível de vida do povo, de sua capacidade de produção e consumo; d) que essa política de base constitui uma etapa na marcha do socialismo em nosso país; e) que nessa política de base um importante papel está reservado à iniciativa privada desde que verdadeiramente orientada para investimentos de natureza predominante produtivos.⁴⁴⁴

No texto final aprovado pela referida Convenção Nacional, ficou clara a forte inclinação nacional-desenvolvimentista PSB, com uma acentuada atuação estatal, em consonância com O projeto hegemônico nas esquerdas brasileiras da década de 1950 e 1960.

⁴⁴² ALEM, 1989, p. 181.

⁴⁴³ LIMA, Hermes. Documento Apresentado à V Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro sobre a situação econômica do país pelo Delegado da Bahia, Prof. Hermes Lima apud ALEM, , 1989, p. 44.

⁴⁴⁴ Idem, ibidem.

Contudo três elementos presentes no programa são característicos da preocupação particular dos socialistas: a questão democrática, incluindo a democratização da vida sindical, a moralidade administrativa, e a preocupação de combate às desigualdades de renda.⁴⁴⁵ O próprio partido reconhecia que o programa não tinha caráter socialista, mas era de suma importância para garantir a independência do país diante da exploração do capital imperialista:

Esse programa não é um programa socialista. As suas premissas fundamentais – a industrialização do país e a reforma agrária – beneficiarão todo povo e só restringirão os privilégios excessivos das atuais classes dominantes, contrários ao interesse geral. Em sua realização estão interessados todos aqueles que desejam o desenvolvimento do país em benefício de toda a população e não o atraso atual de que se locupleta uma minoria egoísta e voraz. Esse programa assegurará a independência econômica do país e a sua libertação da exploração do capital imperialista, aliado aos latifundiários e a uma parte da burguesia nacional.⁴⁴⁶

O texto do programa inicia-se e destaca a condição de subdesenvolvimento do capitalismo brasileiro:

O Brasil não é só um país em que predomina o sistema capitalista de produção, mas, dentro desse sistema, é um país subdesenvolvido. Desses fatos decorre a tradicional organização da economia brasileira como economia de exportação de produtos tropicais e matérias-primas e, portanto, uma economia complementar de economias estrangeiras adiantadas e industrializadas.⁴⁴⁷

O PSB propôs um conjunto de medidas de ação imediata para que o país conseguisse realizar sua industrialização e elevar seu nível de produtividade e consumo. Diferenciado-se dos trabalhistas e dos comunistas, propunha que esse processo ocorresse em moldes democráticos, “sem recorrer a meios ditatoriais de cerceamento da liberdade e degradação da dignidade humana.”⁴⁴⁸ Eis o programa de ação imediata apresentado pelos socialistas:

I – Reforma agrária baseada nos princípios e objetivos que a V Convenção Nacional do Partido Socialista acaba de adotar e que constituirão parte integrante do presente programa de ação imediata.⁴⁴⁹

II – Reforma bancária baseada nas seguintes medidas: a) Lei bancária; b) Banco Central do Estado; c) Banco Hipotecário Agrícola e Industrial; d) Transformação do Banco do Brasil em Banco Comercial e de Exportação e Importação.

III – Nacionalização das fontes básicas de energia (eletricidade, petróleo e carvão). Planejamento da utilização das fontes básicas de energia no sentido de permitir a industrialização do país através do fornecimento de energia abundante e barata.

IV – Recuperação e ampliação do sistema de transportes ferroviário, fluvial e aéreo, visando assegurar transporte barato e eficiente para a produção agrária e industrial.

⁴⁴⁵ VIEIRA, 1994, p. 126.

⁴⁴⁶ V Convenção Nacional (1953) apud CARONE, 1979, p. 29.

⁴⁴⁷ Idem, ibidem, p. 26.

⁴⁴⁸ Idem, ibidem, p. 28.

⁴⁴⁹ Idem, ibidem.

V – Planejamento do desenvolvimento industrial, nos setores básicos, com a participação do capital nacional e estrangeiro em condições de igualdade, impedindo a formação de monopólios e a evasão de capitais, mediante legislação adequada.

VI – Mobilização dos recursos necessários para a execução dos itens 1,3, e 4 através da taxaço forte e progressiva, dos rendimentos das pessoas físicas, superiores a 500 mil cruzeiros anuais e da herança.

VII – Defesa intransigente das liberdades democráticas, da mais ampla liberdade de crenças religiosas, filosóficas, da liberdade de locomoção, de reunião, de associação e de manifestação da palavra falada, escrita e irradiada; destruição dos monopólios de imprensa e de rádio, abolição dos favores oficiais às empresas jornalísticas.

VIII – Liberdade e autonomia amplas dos sindicatos; direito de greve; aperfeiçoamento e aplicação da legislação trabalhista de modo a assegurar-se o rigoroso e efetivo cumprimento dos seus dispositivos.

IX – Moralização severa da administração pública e racionalização da mesma; abolição dos privilégios contrários aos interesses da coletividade (participação em multas, cotas-partes, etc.); luta contra a corrupção.

X – Rigorosa política de austeridade nos gastos públicos e privados; repressão à especulação imobiliária; racionamento drástico das utilidades supérfluas ou de luxo das classes privilegiadas.

XI – Manutenção de relações diplomáticas e comerciais com todos os países soberanos, em condições de igualdade absoluta; revogação dos tratados diplomáticos e comerciais lesivos à soberania e à economia do país, participação efetiva na luta pela manutenção da paz nos quadros da ONU;⁴⁵⁰

Os textos preliminares foram submetidos aos convencionais. Uma comissão composta por Hermes Lima, Ozório Borba, João Rodrigues, Orlando Dantas e Febus Gikovate procurou compatibilizar as diferentes teses apresentadas. A resolução apresentada dirigia um apelo

a todos os partidos democráticos, a todas as organizações e grupos políticos, a todos os homens amantes do progresso, da libertação econômica e do bem estar do nosso povo, a todas as forças progressistas e os concita a participar da organização da Frente Democrática pela reforma agrária e industrialização do país.⁴⁵¹

No texto, o ponto que afirmava que seria concedida a igualdade da “participação do capital nacional e estrangeiro em condições de igualdade” na industrialização causou polêmica entre os delegados da convenção. Apesar da polêmica, a tese de igualdade na participação de capitais foi vitoriosa e mantida no texto final.⁴⁵²

Segundo Silvio Frank Alem, a grande questão da Convenção Nacional foi a definição da política de alianças que subsidiaria a Frente Democrática. Havia duas tendências na convenção: uma tendência que julgava pertinente a aproximação com setores do trabalhismo brasileiro, inclusive podendo chegar à fusão do PSB com o PTB,⁴⁵³ liderada por Hermes Lima e Domingos Velasco.

⁴⁵⁰ Idem, ibidem, p. 28-29.

⁴⁵¹ Idem, ibidem, p. 30.

⁴⁵² ALEM, 1989, p. 182.

⁴⁵³ VIEIRA, 1994, p. 124.

A outra tendência, liderada por Febus Gikovate e Osório Borba, temia que a aproximação com os trabalhistas levasse à fusão com o PTB. Além disso, esse grupo tinha aversão ao varguismo por guardar a memória da repressão dos tempos de Estado Novo.⁴⁵⁴ Para esse segundo grupo, constituído principalmente pelos militantes de São Paulo, a análise da situação brasileira estava correta, mas a aliança fundamental seria entre os trabalhadores e as classes médias, garantindo a manutenção da independência diante dos trabalhistas e dos comunistas. Para Silvio Frank Alem, esse grupo valia-se da recente experiência do movimento 22 de março e da eleição janista para recusar a formação de uma frente de esquerda com PCB e PTB:⁴⁵⁵

A ala esquerda do Partido, basicamente constituída por militantes de São Paulo, percebia a “Frente...” como proposta capaz de unir a “classe média e os trabalhadores” sob a mesma bandeira, retirar estes segmentos sociais da influência dos “dois bandos” que se digladiavam – aquele comandado pela “burguesia liberal” e aquele hegemônico por Vargas. O apelo de unidade deveria ser dirigido muito mais diretamente à sociedade que a legendas partidárias. O que se imaginava em São Paulo era a reedição, agora a nível nacional, do recém-vitorioso “Movimento 22 de março”, que levara Jânio Quadros à prefeitura. A perspectiva privilegiava a ação eleitoral imediata; rejeitava a identidade de uma “frente de esquerda” – excluía o PCB – e não via nela lugar para os trabalhistas.⁴⁵⁶

Em relação à questão agrária, questão destacada nos debates do programa da Convenção Nacional, ficou evidente o avanço das propostas socialistas em relação aos anos de 1940, o que mostra um acúmulo de estudos e iniciativas relacionadas à situação agrária do país. As contribuições individuais mais importantes foram realizadas pelo militante paulista Fúlvio Abramo, que desenvolvia estudos e debates sobre o tema desde 1949, e do professor Hermes Lima, que havia participado da Comissão Nacional de Política Agrária e como deputado havia apresentado projetos de lei sobre o tema.⁴⁵⁷

Segundo Margarida Vieira, o programa agrário era bem completo, pois mostrava uma preocupação não só com a distribuição da terra, mas também com a política agrícola, com o abastecimento, com o custo de vida e com os direitos do trabalhador rural. No programa socialista, esse conjunto de questões é tratado a partir da perspectiva das mudanças jurídicas e da atuação da militância e dos representantes eleitos pelo partido.⁴⁵⁸ Interessante notar que as propostas de organização de trabalhadores rurais estão ausentes no programa, devido, talvez,

⁴⁵⁴ ALEM, 1989, p. 182.

⁴⁵⁵ VIEIRA, 1994, p. 124.

⁴⁵⁶ ALEM, 1989, p. 183.

⁴⁵⁷ VIEIRA, 1994, p. 127.

⁴⁵⁸ VIEIRA, 1994, p. 127.

ao fato de os trabalhadores rurais ainda serem pouco atuantes no cenário político naquele contexto.⁴⁵⁹

O programa agrário do PSB era composto por 13 pontos que sintetizam a visão dos socialistas sobre o tema:

- 1.º) – que a Constituição Federal seja reformada, de modo a possibilitar a indenização das terras desapropriadas por interesse social em títulos emitidos pelo poder desapropriante, resgatáveis parceladamente;”
- 2.º) – que sejam estabelecidos limites para a justa indenização à base do custo histórico do imóvel improdutivo e com exclusão das valorizações decorrentes de obras e serviços públicos;
- 3.º) – que sejam reduzidos para dez e cinco anos, respectivamente, os prazos de usucapião entre ausentes e entre presentes, em favor dos agricultores que efetivamente produzem nas terras ocupadas;
- 4.º) – que sejam apoiadas todas as iniciativas no sentido de facilitar a desapropriação por interesse social e o arrendamento compulsório das terras improdutivas, mal aproveitadas ou exploradas em desacordo com o bem estar social – especialmente os princípios constantes do esboço da lei de acesso à exploração agrícola, nos termos em que foi apresentado à Comissão Nacional de Política Agrária;
- 5.º) – Que sejam sistematicamente combatidos os processos de exploração do trabalhador rural, notadamente os elevados preços do arrendamento particular e as socialmente injustas percentagens de parceria agrícola (arrendo, meiação, etc.), que somente concorrem para encarecer a produção em detrimento dos interesses dos direitos trabalhados na terra;
- 6.º) – que o trabalho seja sempre considerado o requisito definidor do direito à exploração da terra, daí resultando:
 - a) – a necessidade de serem facilitados os meios de ocupação a núcleos de trabalhadores rurais, principalmente em torno dos centros urbanos e à margem das estradas de penetração;
 - b) – a conveniência de serem fixados índices de produtividade para as diversas regiões agrícolas, como condição da posse da gleba explorada.
- 7.º) – que a agricultura de abastecimento seja obrigatoriamente intercalada ou anexada, quando for desaconselhável a intercalação, às culturas extensivas;
- 8.º) – que a recompensa do trabalho agrícola seja assegurada aos agricultores mediante garantia de justos salários, justos preços e eliminação dos lucros ilegítimos dos intermediários, lucros estes que tanto concorrem para aumentar o custo de vida;
- 9.º) – que os financiamentos agrícolas assegurem aos agricultores a possibilidade de realizarem o próprio beneficiamento das suas colheitas, a fim de que possam resistir à exploração dos maquinistas e atacadistas açambarcadores dos produtos não beneficiados;⁴⁶⁰
- 10.º) – que seja planejada a implantação da indústria nacional de automotores e peças, principalmente para assegurar transporte barato aos produtos agrícolas, bem como disseminada a pequena mecanização e a irrigação racional, ao lado de processos técnicos de defesa do solo;
- 11.º) – que as conquistas dos trabalhadores rurais em busca de sua estabilidade econômica só serão atingidas se lhe for assegurada assistência escolar, técnico-profissional e médica;
- 12.º) – que os militantes do Partido exijam e fiscalizem com o maior rigor a efetiva aplicação, em benefícios de ordem rural, da metade da quota do imposto de renda atribuída a cada município, conforme determina o § 4º do artigo 15 da Constituição Federal;

⁴⁵⁹ VIEIRA, 1994, p. 127.

⁴⁶⁰ COSTA, 1954, p. 105.

13.º) – que os socialistas brasileiros, em particular os representantes do Partido no Congresso, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, se lancem à propaganda das reivindicações acima, especialmente nos meios rurais, visando a formação de uma consciência popular favorável ao advento da reforma agrária.⁴⁶¹

3.14 O PSB e a queda de Vargas

O PSB adotou uma posição de defesa da legalidade da Constituição diante do Golpe de agosto de 1954 contra o governo de Getúlio Vargas. Para uma parte dos socialistas, as ameaças à normalidade institucional derivavam de um possível golpe de estado. Para outros, o perigo provinha de um golpe udenista-militar.⁴⁶² A posição oficial do partido foi expressa em nota do Diretório Nacional:

Um “golpe” assumira a forma trágica de suicídio. Café Filho era “o governo da UDN” – dominado “pelo espírito de submissão ao capitalismo e de docilidade aos interesses do imperialismo internacional”. Agora, “os ricos estão tranquilos e os pobres, apreensivos”. O PSB assumia uma “atitude de oposição” face ao novo governo, rejeitava qualquer quebra da ordem constitucional.⁴⁶³

A Comissão Executiva do PSB de São Paulo preparou um documento de análise da crise intitulado “Frente de Ação Democrática”. O texto do PSB-SP não teve suas teses aproveitadas no posicionamento oficial do partido.⁴⁶⁴

Para os paulistas, a crise que culminou no suicídio de Getúlio Vargas rompeu o equilíbrio político e social que existia no país e ampliou o abismo entre a classe média e a classe trabalhadora:

O desfecho inesperado e dramático da atual crise política, que culminou no suicídio do Sr. Getúlio Vargas, não abriu, pó si só, perspectiva para a solução dos problemas que a motivaram. Embora sido salvaguardada a legalidade democrática e não haja possibilidade para agitações, a não ser as de superfície, a crise econômica, política e social em que nos debatemos poderá agravar-se ainda mais. Um certo equilíbrio, embora instável, representado pela presença do Sr. Getúlio Vargas no poder, que aparentemente conciliava os interesses da burguesia e dos trabalhadores, foi rompido.[...] A crise política recente, a solução e as suas consequências imediatas, destacaram com impressionante nitidez a dificuldade fundamental com que se defronta a tentativa de dar à crise geral uma solução adequada. Queremos nos referir ao divórcio, ao abismo praticamente intransponível, que se criou nos últimos anos entre a classe média, compreendendo a assim chamada elite intelectual, e os trabalhadores.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ COSTA, 1954, p. 106.

⁴⁶² ALEM, 1989, p. 194.

⁴⁶³ ALEM, 1989, p. 195.

⁴⁶⁴ ALEM, 1989, p.195.

⁴⁶⁵ Frente de Ação Democrática. **Folha Socialista**, 10 set. 1954 apud ALEM, 1989, p. 60.

A crise caracterizava-se por ter colocado em posições opostas a classe trabalhadora e a classe média. A classe média sensibilizava-se com os problemas ligados à liberdade política e à moralidade administrativa, enquanto a classe trabalhadora colocava em primeiro plano suas reivindicações econômicas:

A classe média e a elite intelectual mostram uma sensibilidade, cada vez maior, em relação aos problemas de liberdade política e moralidade administrativa. Os problemas econômicos, tanto no que se refere às reivindicações de trabalhadores, como no que tange às reformas de base, forçosamente contrárias ao espírito do liberalismo econômico e imbuídas de tendências nacionalistas, chocam-se com a sua posição ou indiferença. [...] A classe trabalhadora, cujas condições de vida são precárias e que arca com o peso da crise decorrente das condições de país subdesenvolvido; coloca, e com razão, em primeiro plano as suas reivindicações econômicas, continuando, em grande parte insensível às questões de liberdade política, e moralidade administrativa. Pelas mesmas razões os trabalhadores se mobilizam em tono de um programa nacionalista e anticapitalista, sem tomar em consideração os seus aspectos antidemocráticos e totalitários.⁴⁶⁶

Para os socialistas, o papel político que o PSB deveria cumprir era o de eliminar o abismo existente entre a classe média e a classe trabalhadora, ou seja, entre as reivindicações de ordem política e moral e as de ordem econômica.⁴⁶⁷ Para isso, o partido deveria executar o programa de ação imediata proposta quando de sua Vª Convenção Nacional que para eles representava a síntese das aspirações da classe média e do proletariado:

I – O atual governo, presidido pelo Sr. Café Filho, tem todas as características de um governo legal e constitucionalmente legítimo, embora o licenciamento do Sr. Getúlio Vargas tenha resultado de uma pressão, partida principalmente das classes armadas.

II – O atual governo é um governo nitidamente de classe, conservador e cujas primeiras medidas não parecem acautelar os interesses e reivindicações dos trabalhadores, imbuído do espírito do liberalismo econômico e dócil aos manejos do imperialismo econômico estrangeiro.

III – A oposição comuno-petebista não representa os reais interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro na sua luta pela independência econômica, nos quadros de um regime de liberdade política e moralidade administrativa.

IV – O Partido Socialista Brasileiro se manifesta intransigente pela manutenção da legalidade e das instituições democráticas e contra todas as tentativas de subvertê-las, partam de onde partirem.

V – O Partido Socialista Brasileiro reafirma a sua disposição de lutar pelo seu programa de Ação Imediata, aprovado pela V Convenção Nacional, que visa, através da reforma agrária, da nacionalização das fontes de energia e do planejamento do desenvolvimento industrial, assegurar a independência econômica do País e a elevação do nível de vida do povo. Em torno desse programa o Partido procurará mobilizar os trabalhadores, a classe média e a elite intelectual, a fim de realizar a síntese entre as reivindicações econômicas e políticas, sob a forma de uma política, sob a forma de uma mapla Frente de Ação Democrática.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ Idem, ibidem, p. 60.

⁴⁶⁷ Idem, ibidem, p. 62.

⁴⁶⁸ Idem, ibidem, p. 64.

3.15 A trajetória política do PSB (1955-1964)

3.15.1 O PSB e a sucessão presidencial

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, marcadas pelo impacto do suicídio de Getúlio Vargas, o PSB conseguiu manter na Câmara Federal o mesmo número de parlamentares da legislatura anterior, ainda que renovando seus titulares. Por São Paulo, ganharam mandatos os deputados Rogê Ferreira e Cory Porto Fernandes; em Alagoas, elegeu-se Aurélio Vianna pela coligação (PSD-PTB-PDC-PSB-PSP-PR). Nas assembleias legislativas, 12 inscritos pelo partido foram eleitos, o que, segundo Silvio Frank Alem, representou um crescimento de 50% em relação à bancada eleita em 1950. Em São Paulo, Jânio Quadros, inscrito pela coligação PST-PSB venceu a eleição para governador estadual e alçou vários socialistas ao primeiro escalão da administração estadual.

Sem oficialmente ter se colocado em qualquer dos campos, a favor ou contra Vargas, em que se dividiram políticos e a opinião pública na crise de 1954, o PSB se viu novamente dividido em relação à sucessão presidencial nas eleições de 1955. Três tendências podiam ser vislumbradas no início de 1955.⁴⁶⁹

Desde os primeiros momentos de definição de candidatura, uma posição era clara entre praticamente todos os socialistas: a negação de apoio ao candidato do Partido Social Democrático, Juscelino Kubistcheck:

A opinião generalizada no Partido a respeito de Juscelino era de que ele se caracterizava por ser “um retrato expressivo da burguesia brasileira – incapaz, corrompido, cheio de ambição de poder, sem um programa político definido, sem um traço marcante de independência e nacionalismo. Pertence ele a essa fauna de políticos improvisados durante o Estado Novo, à sombra dos favores palacianos, sem quais quer credenciais que o habilitem a ter um lugar no processo de consolidação do regime democrático.”⁴⁷⁰

Em relação a outras alianças, as preferências da direção nacional do PSB recaíam sobre os trabalhistas, que, após a morte de Vargas, disputavam, dentro do PTB, o capital simbólico ligado ao seu nome.

⁴⁶⁹ ALEM, 1989, p. 219.

⁴⁷⁰ O candidato Juscelino, **Folha Socialista**, 30 dez. 1954 apud HECKER, 1998, p. 176.

Em São Paulo, a vitória de Jânio Quadros reforçou no PSB-SP a ala que o apoiou mais entusiasticamente. Era formada por: Alípio Correia Neto, Cory Porto Fernandes, Germinal Feijó e Wilson Rahal. Frank Alem afirma que “os socialistas-janistas pretendiam lançar uma chapa que reunisse o homem da vassoura e um trabalhista de esquerda: Alberto Pasqualini, preferencialmente. Tal dupla seria 'imbatível.'”⁴⁷¹ Jânio declinou da indicação de seu nome, por acreditar que aquela proposta era prematura.⁴⁷² Passou então a apoiar a indicação de Juarez Távora, articulada por políticos da UDN, do PDC e do PL. A ala janista do PSB com ele concordou e insistiu na indicação de Alberto Pasqualini como companheiro, desta feita de Juarez Távora.⁴⁷³

Inicialmente, a candidatura de Juarez Távora não foi bem aceita no interior do PSB. A seção do PSB do Rio de Janeiro e outras seções do partido em diferentes estados opuseram-se e procuraram demonstrar a ligação de Juarez com o conservadorismo.⁴⁷⁴ A posição antinacionalistas de Juarez Távora em relação ao monopólio estatal do petróleo e as suas opções políticas de caráter liberal não agradavam às lideranças históricas e aos setores expressivos da militância socialista:

O “manifesto” não teve curso tranquilo no interior do PSB: Juarez tinha sido o principal questionador da tese do monopólio estatal do petróleo (o PCB, em seu “Manifesto Eleitoral” o trataria, meses após, como “conhecido servil dos monopólios norte-americanos, partidário da entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil” e “general fascista”); membro da “Cruzada Democrática”, era considerado um dos responsáveis pelo golpe-suicídio de agosto. Recuperar a imagem do general, mesmo que recorrendo aos dias de sua juventude tenentista e à possibilidade de sua associação a um dos ideólogos do trabalhismo (Pasqualini) seria tarefa difícil.⁴⁷⁵

Em sua primeira legislatura, o deputado Aurélio Viana ocupou a tribuna para desautorizar os setores pessebistas que defendiam a candidatura de Távora à presidência, destacando as ligações de Juarez Távora com Plínio Salgado, sua participação na derrubada de Vargas e sua postura antinacionalista⁴⁷⁶:

“Mais simpática que a candidatura de Juarez Távora, para os socialistas, seriam as de Pasqualini, Lúcio Bittencourt, João Mangabeira, Plínio Cantanhede, Brígido Tinoco e outros civis do passado identificados com as lutas democráticas.”⁴⁷⁷

⁴⁷¹ HECKER, 1998, p. 175.

⁴⁷² HECKER, 1998, p. 175.

⁴⁷³ ALEM, 1989, p. 219.

⁴⁷⁴ HECKER, 1998, p. 175.

⁴⁷⁵ ALEM, 1989, p. 221.

⁴⁷⁶ ALEM, 1989, p. 221.

⁴⁷⁷ ALEM, 1989, p. 221.

Em sua coluna no jornal **Última Hora**, Domingos Velasco apoiou as declarações do deputado Aurélio Viana e também reforçou que os companheiros de São Paulo haviam desprezado as opiniões do Diretório Nacional e que eles não estavam credenciados para falar em nome do partido. Além disso, para Velasco, o apoio do PSB seria insignificante para o general Juarez Távora:

[...] Talvez lhe seja mesmo conveniente dispensar o apoio dos socialistas. O socialismo ainda mete medo a muita gente. Num país de partidos sem convicções, o PSB atrapalha os candidatos com suas ideias. Ninguém se admirará se Juarez Távora, num gesto de bom senso político, recusar o apoio dos socialistas, ficando apenas com os rapazes que, em São Paulo, estão com Jânio Quadros e que são... excelentes rapazes.⁴⁷⁸

A convenção Nacional do PSB de 1955, realizada para definir a posição do partido em relação às candidaturas presidenciais, mais uma vez foi marcada por debates acalorados e por polêmicas. Cerca de 200 votos de delegados decidiram qual seria a candidatura a ser patrocinada pelo PSB. Os paulistas foram vitoriosos na primeira votação que definiu os integrantes da comissão que relataria ao plenário a questão sucessória. O parecer da comissão indicava o apoio à candidatura de Juarez Távora:

O ex-tenente é rejeitado integralmente pelas delegações do Pará e de Sergipe: é acusado, por delegados de vários Estados, por seu passado “entreguista”, por sua responsabilidade no golpe de Agosto. Parlamentares e dirigentes históricos se incluíam entre os descontentes.⁴⁷⁹

Apesar das enormes resistências de lideranças e de setores importantes do partido, a maioria dos convencionais socialistas definiu que Juarez Távora seria o candidato do Partido Socialista à Presidência da República.

Em sua coluna no jornal **Última Hora**, Domingos Velasco ressaltou a unidade do partido após a acirrada escolha do candidato.

Proclamada a vitória de Juarez Távora por 104 votos num total de 151 convencionais, os líderes da corrente contrária, figuras de maior prestígio no partido, desfilaram na tribuna para proclamar a sua decisão de lutar pela vitória do candidato escolhido. É o que os socialistas, chamamos de democracia interna, sem cuja prática não podemos ter autoridade de pregar a democracia ao povo.⁴⁸⁰

⁴⁷⁸ VELASCO, Domingos. **Última hora**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 10 marc. 2014.

⁴⁷⁹ ALEM, 1989, p. 224.

⁴⁸⁰ VELASCO, Domingos. **Última hora**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 10 marc. 2014.

No dia 30, o candidato esteve acompanhado por um séquito udenista e falou aos convencionais. Seu discurso foi uma resposta ao programa mínimo que o vereador pessebista carioca Hugo Dourado lhe entregou:

Numa série de questões o candidato simplesmente tergiversou, assinalando “duvidas” ou postergando definições.[...] Assim, Juarez jura a “defesa intransigente da Constituição”; quanto à Petrobrás, “como homem de bem, submete-se à Lei” e promete defendê-la; [...] A propósito da reforma agrária, “não faz afirmações categóricas”. Trata-se de “assunto complexo e delicado”, a respeito do qual, “não poderia, não deveria, mesmo, (se) manifestar [...]”.⁴⁸¹

3.15.2 O PSB e a eleição de JK

Em 3 de outubro de 1955, Juscelino venceu as eleições presidenciais por estreita margem de votos. JK obteve 36% dos votos, Juarez Távora conseguiu 30%, Ademar de Barros 26% e Plínio Salgado, representando os antigos integralistas, 8% dos votos. João Goulart foi eleito vice-presidente, com uma votação superior à de JK.⁴⁸²

Com a vitória de Juscelino e Jango, surgiu um movimento político, capitaneado por alguns militares e políticos udenistas, que era contrário à posse. Em novembro de 1955, o general Canrobert Pereira da Costa faleceu. Ele havia sido um ferrenho adversário de Getúlio Vargas. Em um discurso pronunciado no enterro de Canrobert, o coronel Bizarria Mamede fez um discurso que desafiou a legalidade e a hierarquia das Forças Armadas:

“O coronel repetiu as palavras de Canrobert para definir a democracia no Brasil – “pseudolegalidade imoral e corrompida” –, acrescentando, ainda, que se tratava de uma “mentira”. ”⁴⁸³

O ministro da Guerra, general Henrique Lott, desejava punir o coronel e restringir a politização das Forças Armadas. Contudo o coronel Bizarria Mamede era membro da Escola Superior de Guerra e, portanto, estava diretamente subordinado ao presidente da República em exercício – Café Filho. No dia 3 de novembro, Café Filho sofreu uma crise cardiovascular e, seguindo a Constituição, delegou seus poderes ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Como este se negou a punir o coronel Mamede, o general Lott exonou-se do cargo de Ministro da Guerra.

⁴⁸¹ ALEM, 1989, p. 224.

⁴⁸² FAUSTO, 1996, p. 420.

⁴⁸³ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961 apud FERREIRA, J. DELGADO, Lucília de Almeida Alves. **O Brasil Republicano**. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b, p. 321. Vol. 3

Em 11 de novembro de 1955, ocorreu o chamado “contragolpe preventivo”. Com o apoio das guarnições do Exército na capital da República, o general Lott mobilizou as tropas e estas ocuparam edifícios públicos, estações de rádio, jornais e bases militares da Marinha e da Aeronáutica.

Ainda no dia 11 de novembro, o Congresso Nacional se reuniu para impedir a continuidade de Carlos Luz na Presidência da República. Seguindo a linha de sucessão constitucional, o presidente do Senado – Nereu Ramos – foi empossado como presidente. Após 10 dias, Café Filho, aparentemente recuperado, tenta voltar a ser presidente da República. Ele é novamente impedido pelo Congresso, que mantém a posse de Nereu Ramos na chefia do Executivo até a posse de Juscelino e Jango no mês de janeiro. O Congresso também aprovou um estado de sítio de 30 dias, prorrogado por mais 30, para tentar conter a onda de conspirações e contragolpes.⁴⁸⁴

Após a vitória de Juscelino, o PSB defendeu seu compromisso com a legalidade constitucional e exigiu o acatamento dos resultados pela justiça eleitoral.⁴⁸⁵ Em relação às tentativas golpistas ao fim de 1955, o PSB defendeu mais uma vez o que partido considerou como legalidade constitucional, ao indicar aos seus parlamentares o voto favorável a posse de Café Filho, que supostamente estava recuperado dos problemas cardíacos.

Apesar dos apelos de Juscelino ao seus adversários, para que estes fizessem oposição ao seu governo pelos meios democráticos, algumas semanas depois de sua posse uma novo levante militar ocorreu. Alguns oficiais direitistas da Aeronáutica estabeleceram uma rebelião na base aérea de Jacareacanga, no Pará. Em fevereiro de 1956, a rebelião já estava derrotada. Demonstrando habilidade política, JK utilizou a revolta como oportunidade de anistiar todos os oficiais envolvidos em conspirações e rebeliões desde o golpe de novembro.⁴⁸⁶

Uma parcela dos militantes não se conformou com a posse do presidente eleito e acabou aplaudindo a insubordinação dos oficiais golpistas da Aeronáutica. Em abril de 1956, foi divulgado o “Manifesto da Ação Democrática” assinada por membros da Antiga Vanguarda Socialista (Mário Pedrosa, Hilcar Leite, Nelson Veloso Borges) e antigos filiados do PSB (Hélio Pelegrino, Oliveiros da Silva Ferreira, Rafael Correia de Oliveira), bem como por políticos conservadores.

⁴⁸⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello** (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 193.

⁴⁸⁵ ALEM, 1989, p. 226.

⁴⁸⁶ SKIDMORE, 2010, p. 209.

O manifesto, nitidamente conservador, difundido majoritariamente por setores moralistas e anticomunistas, conclamou o “povo brasileiro à luta pela renovação total do Brasil”:

Nós chamamos o povo brasileiro à lutar pela renovação total do Brasil. Queremos o revigoramento da moral republicana pela punição dos peculatórios e ladrões da coisa pública; queremos a reforma dos costumes políticos e sociais; convidamos a todos para um combate constante, sério e sistemático à inflação e suas consequências. Para voltarmos a dar estabilidade política ao País, propugnaremos pelo restabelecimento da harmonia tradicional entre as nossas Forças Armadas, destruída em novembro de 1955, e para que tornem a confraternizar com o povo, conscientes que estamos de que só assim o Brasil retomará sua marcha ascendente para a paz, o progresso e a justiça social.[...] A história apresenta aos brasileiros de nossa geração um dilema inexorável: ou fazemos a revolução democrática, à brasileira, ou os comunistas farão, à moda russa, pelo terror e pelo sangue, sua revolução. Nesta hora de preparação dos espíritos, ou se escolhe um lado, ou se escolhe o outro.⁴⁸⁷

Em relação ao PSB, esse manifesto não teve nenhum efeito prático. Na realidade, ele apenas demarcou o afastamento dos militantes que assinaram o documento.⁴⁸⁸

Em junho daquele mesmo ano, o diretório nacional do PSB manifestou-se em um documento intitulado de “Manifesto” em que reafirmou sua posição política independente e o apreço pelas liberdades democráticas:

O Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro, reunido em sessão plenária, declara que mantém a linha de independência política por ele seguida desde a Convenção Nacional de 1951 e ratificada pelas Convenções que se lhes seguiram. Não tem o Partido razões para modificá-la e lhe sobram outras para reafirmá-la.[...] E, por isso mesmo, deve insistir na sua posição de independência, que lhe tem possibilitado apoiar ou combater as iniciativas que lhe parecem convenientes ou não aos interesses populares.[...] O Partido Socialista proclama a sua fé na Democracia. Não são as liberdades democráticas que estão provocando a desordem econômico-financeira. Essa desordem causada pela insuficiência do nosso desenvolvimento econômico é agravada pela pressão reconhecida de grupos nacionais e estrangeiros que procuram abocanhar determinadas riquezas do país.⁴⁸⁹

3.15.3 O PSB nas eleições de 1958

Nas eleições proporcionais de 3 de outubro de 1958, o PSB já havia aderido majoritariamente à prática da participação em alianças e coligações. Nas eleições majoritárias, o PSB apoiou candidatos vitoriosos ao governo de quatro estados: No Amazonas, foi eleito Gilberto Mestrinho do PTB, apoiado também pelo Partido Social Trabalhista (PST) e pelo

⁴⁸⁷ O novo golpe: a Ação Democrática (1956) apud CARONE, 1980, p. 108-109.

⁴⁸⁸ HECKER, 1998, p. 176.

⁴⁸⁹ Manifesto (1956) apud CARONE, 1980, p. 431.

PSB. Em Pernambuco, elegeram-se Cid Sampaio da UDN e Pelópidas Silveira, militante do PSB para vice-governador. Eles são apoiados por PTB, PSP e PTN. No Rio de Janeiro, Roberto Silveira do PTB foi eleito e recebeu o apoio da UDN, do Partido Democrata Cristão (PDC) e do PSB. Em São Paulo, o janista Carvalho Pinto venceu as eleições apoiado pela coligação PDC-UDN-PR-PTN-PSB.⁴⁹⁰

A representação política do PSB aumentou consideravelmente no âmbito federal. Não houve o fortalecimento da política socialista, pois os antigos líderes socialistas autênticos, como Cori Porto Fernandes e Rogê Ferreira, não conseguiram sua reeleição. Os candidatos que foram eleitos não tinham vínculo real com a agremiação e eram ligados a Jânio Quadros. A atuação parlamentar desses candidatos seria, na perspectiva ideológica socialista, totalmente desfigurada. Posteriormente, esses deputados afastaram-se do partido, quer por opção pessoal ou por expulsão partidária.⁴⁹¹ Também foram eleitos deputados federais, Breno da Silveira (DF), Aurélio Viana (AL) e Domingos Velasco (RJ), estes não identificados como apoiadores do janismo. Para Silvio Frank Alem, no pleito de 1958, a força política dos socialistas históricos manteve-se “estacionária”.⁴⁹²

Durante o ano de 1959, surgiram as candidaturas presidenciais. Após ter sido eleito governador de São Paulo, Jânio Quadros foi lançado pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN) com o apoio de Carlos Lacerda. Ademar De Barros foi lançado pelo Partido Social Progressista (PSP), animado com os resultados das eleições de 1955. O PSD e o PTB se uniram em torno do lançamento da candidatura do general Lott e de João Goulart, indicado como candidato à vice-presidência.

Durante algum tempo, a UDN hesitou entre lançar uma candidatura própria ou apoiar Jânio Quadros. No entanto, para alguns udenistas, Jânio representava grande oportunidade de o partido chegar ao poder. Em uma convenção realizada em novembro de 1959, o apoio a Jânio acabou vencendo. Segundo Thomas Skidmore, Jânio representava grande chance para a UDN interromper o seu histórico de derrotas eleitorais:

Para eles, Jânio surgia como um líder carismático que poderia derrubar a oligarquia dos situacionistas e dar ao partido o que seu fraco desempenho eleitoral jamais lhe dera. Na convenção da UDN em novembro de 1959, Lacerda fez um apaixonado apelo de aliança com o povo ao endossar a candidatura de Jânio. Qualquer outra decisão, como designar Juracy Magalhães, principal pré-candidato da fileiras do partido, seria reconhecer a derrota, advertiu Lacerda.⁴⁹³

⁴⁹⁰ ALEM, 1989, p. 237.

⁴⁹¹ GUSTIN; VIEIRA, op. cit., p. 78.

⁴⁹² ALEM, 1989, p. 238.

⁴⁹³ SKIDMORE, 2010, p. 231.

Lott, candidato do Partido Democrático Social (PSD), teve uma atuação desastrosa. Havia sido importante na garantia de continuidade do regime democrático, mas, quando exposto a uma audiência mais ampla, suas fraquezas vinham à tona. Desagradou ao PSD com sua defesa da concessão de voto aos analfabetos e desagradou ao PTB e principalmente à esquerda com suas críticas a Cuba e ao comunismo.⁴⁹⁴

A sucessão de Juscelino Kubitschek mobilizou os partidos políticos e a opinião pública. O PSB mais uma vez tem uma disputa interna acirrada para a escolha de qual candidatura iria apoiar. Dessa vez, o escolhido foi o general Henrique Lott, fato que acabou expulsando os setores janistas da agremiação.

Os primeiros movimentos nesse processo ocorreram em 2 de julho de 1959, quando, apesar da maioria janista, o diretório regional do PSB-SP resolveu não tomar posição em relação às candidaturas postas no cenário político nacional. Em face da falta de consenso existente, essa também foi a posição da Convenção Nacional, realizada no dia 16 de agosto de 1959.

Outra convenção ocorreu no Rio de Janeiro, em 12 de março de 1960. Com 240 delegados com direito à voto, a polarização entre os partidários de Jânio e os partidários de Lott abriu espaço para duas outras alternativas: o adiamento da deliberação ou a definição do apoio à candidatura presidencial como “questão aberta” no partido.⁴⁹⁵

No próximo sábado será instalada no Rio a Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro, para a definição da atitude partidária com relação aos candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República. Além das correntes favoráveis, respectivamente, aos srs. Jânio Quadros e Marechal Teixeira Lott, revelar-se-ão no conclave outras duas tendências: uma no sentido de um adiamento de uma decisão e outra visando que o PSB não participe da campanha eleitoral sucessória, deixando a questão em aberto.⁴⁹⁶

Também foi sugerida por uma corrente minoritária uma possível candidatura própria: dessa vez o escolhido era Francisco Julião, deputado em Pernambuco, e principal liderança das Ligas Camponesas:

Embora grupos de elementos nacionalistas e mesmo de esquerda já tenham se comprometido com ambas as candidaturas; ainda não é tarde para iniciarmos um movimento de resistência, em uma tentativa de mobilizar os trabalhadores e o povo para uma solução democrática e nacionalista da atual crise.[...] O denominador comum do movimento deverá ser, ao de outras reformas de base, a reforma

⁴⁹⁴ FAUSTO, 1996, p. 347.

⁴⁹⁵ ALEM, 1989, p. 240.

⁴⁹⁶ **Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10 marc. 2014.

agrária[...] O Partido Socialista conta em seu ativo com o único movimento de grande envergadura no terreno de luta pela reforma agrária[...] não se pode negar que o movimento de maior envergadura é a organização das Ligas Camponesas em Pernambuco, pelo deputado socialista Francisco Julião.⁴⁹⁷

Nessa ocasião, a Executiva Nacional do PSB lançou um programa mínimo a propósito do qual os candidatos foram instados a se pronunciar:

3. Industrialização do Brasil e defesa de suas riquezas naturais: combate aos abusos do poder econômico, sobretudo quando este se revestir das formas de truste, cartel ou monopólio privado, de direito ou de fato;
4. Regulamentação da remessa de lucros, dividendos e capitais para o estrangeiro, de modo a que ela não prejudique aos interesses nacionais;
5. Emprego de meios para deter a inflação, conter a alta dos preços e manter o poder aquisitivo dos salários, ordenados e vencimentos;
6. Reforma agrária adequada ao Brasil, tendo em vista sobretudo o trabalhador rural, o rendeiro, o pequeno agricultor e o posseiro. Expansão de crédito agrícola, adaptação ao trabalhador rural da legislação trabalhista.
8. Relações com todos os povos e solidariedade com os países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina, em sua luta pela emancipação econômica.⁴⁹⁸

Em curto bilhete, Jânio Quadros aceitou o programa mínimo socialista.⁴⁹⁹ Já o general Lott não aceita as relações diplomáticas com a URSS ou o reconhecimento da China Popular. Além disso, enviou uma carta discutindo as propostas socialista, na qual afirma que não havia necessidade de uma reforma agrária.⁵⁰⁰ Segundo Silvio Frank Alem, a plataforma socialista foi maquiada para possibilitar o aceite de Lott:⁵⁰¹

O Sr. Jânio Quadros atende mais às reivindicações dos socialistas do que o marechal Lott, que repeliu os itens da moção de apoio à sua candidatura, aprovada na Convenção regional do PSB carioca. Os socialistas cariocas, como se sabe, indicaram o nome do marechal Lott desde que ele aceitasse uma série de reivindicações entre as quais se incluíam o reconhecimento da China comunista, de relações diplomáticas e comerciais com a URSS e a denúncia do acordo de Fernando de Noronha, do qual ele, como ministro da guerra, foi o autor.⁵⁰²

A convenção de 12 de março foi adiada sem que a deliberação sobre a candidatura houvesse ocorrido: João Mangabeira informou o desaparecimento da correspondência registrada do PSB paraibano para Domingos Velasco:

⁴⁹⁷ GIKOVATE, Febus. **Folha Socialista**, fevereiro de 1960 apud ALEM, 1989, p. 242.

⁴⁹⁸ **Diário de Notícias**, 13 marc. 1960. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 10 marc. 2014.

⁴⁹⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰⁰ ALEM, 1989, p. 264.

⁵⁰¹ ALEM, 1989, p. 242.

⁵⁰² **Diário de Notícias**. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 10 marc. 2014.

cento e dez convencionais do partido socialista brasileiro reunidos das 16 às 19:30m, no auditório do anexo da Câmara Municipal, decidiram adiar a convenção do partido ontem instalada, porque foi roubada a correspondência mandada pelo Diretório Estadual da Paraíba, com 22 procurações. 95 foram contra o adiamento.⁵⁰³

O rompimento completo com o janismo efetuou-se na Convenção Nacional realizada no Rio de Janeiro em 9 de abril de 1960, com a vitória da militância que pretendia apoiar a candidatura do general Henrique Duffles Teixeira Lott.⁵⁰⁴

Os janistas saíram do PSB de São Paulo e fundaram uma nova agremiação chamada de “Ação Socialista”, que desempenhou o papel de aparecer como apoio socialista a Jânio e propôs a candidatura de Jânio à Presidência da República em oposição ao nome “oficialista” do marechal Lott.⁵⁰⁵ Em seu manifesto inicial, a Ação Socialista afirmava em seu discurso o combate à industrialização “desnacionalizante”, pregação de austeridade administrativa, combate ao déficit público e à inflação galopante.⁵⁰⁶ Por fim, conclamava ao povo que sufragasse o nome de Jânio Quadros nas próximas eleições:

Assim, a Ação Socialista conclama todos os brasileiros às urnas, em 3 de outubro, com o nome de Jânio Quadros para a presidência da República, não como simples atitude tática, mas como afirmação de coerência, de homenagem à experiência, e, acima de tudo, de fidelidade para com a Nação e o povo brasileiro, cujas esperanças convergem para quem mude os processos vigentes e o salve da miséria e da inflação. É a bandeira drapejando levantada também pelos socialistas de São Paulo, em 22 de março de 1953, que exige austeridade, independência econômica e justa distribuição da riqueza nacional.⁵⁰⁷

3.15.4 O PSB e as eleições de 1960

Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar de Barros 23%. O poder de atração de Jânio em todas as classes ficou evidenciado no impressionante número de votos que recebeu em seu estado natal, São Paulo, 158.859,3, quase o dobro dos 855.093 recebidos por Adhemar de Barros.⁵⁰⁸ João Goulart, elegeu-se vice-presidente da República apesar da derrota de Lott. Na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra.⁵⁰⁹

⁵⁰³ **Diário de Notícias.** Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 10 marc. 2014.

⁵⁰⁴ HECKER, 1998, p. 181.

⁵⁰⁵ HECKER, 1998, p. 183.

⁵⁰⁶ ALEM, 1989, p. 243.

⁵⁰⁷ **Estado de S. Paulo.** em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10 marc. 2014..

⁵⁰⁸ SKIDMORE, 2010, p. 437.

⁵⁰⁹ FAUSTO, 1996, p. 347.

O PSB, que havia apoiado o general Lott nas eleições presidenciais, adotou uma postura de oposição à política interna de Jânio e apoio às medidas de política externa. Na Câmara dos Deputados, a bancada socialista, diminuída devido à expulsão dos parlamentares janistas, atuou na denúncia das contradições da administração janista. O deputado Aurélio Viana, representando o partido, fez vários pronunciamentos contrários à política econômica janista.⁵¹⁰ Segundo Margarida Vieira, alguns dias após a posse de Jânio, Barbosa Lima Sobrinho, representando a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), fez um discurso com um tom apreensivo:

[...] a fala presidencial silencia a respeito das manobras dos homens de negócio, como nada diz das forças imperialistas, que conquistaram posições-chave na economia nacional, influenciando sobre a constituição de governos, muito bem representados na composição dos ministérios, conspirando sem cessar contra os verdadeiros interesses do país.⁵¹¹

Em contrapartida, a política externa do governo é elogiada pelos socialistas. No episódio da frustrada invasão da Baía dos Porcos, o deputado Breno da Silveira aplaudiu a atitude do governo e de Brizola “em defesa da autodeterminação dos povos”.⁵¹²

É importante lembrar que o episódio da Revolução Cubana teve impacto muito expressivo na política latino-americana. A partir da experiência cubana, o clima político entre as esquerdas e os setores conservadores foi recrudescendo. Para as esquerdas, o tempo de transformações sociais profundas havia chegado. Para os setores conservadores, havia a possibilidade real de a América Latina tornar-se comunista. Indubitavelmente, a vitória dos revolucionários cubanos impactou seriamente todo o continente:

[...] pode-se considerar que o influxo da vitória dos revolucionários cubanos foi relativamente maior do que a do triunfo bolchevique. A profundidade da crise do capitalismo latino-americano, a ruptura dos processos institucionais em boa parte do continente, as conquistas sociais que foram imediatamente obtidas pela Revolução Cubana, o clima político e ideológico internacional – tudo favoreceu uma projeção multiplicada dos efeitos do surgimento do primeiro regime socialista na América Latina. A polarização com os Estados Unidos só contribuiu para dar maior magnitude e dimensão continental – e mesmo para todo o Terceiro Mundo – à primeira ruptura de um país com o sistema de dominação norte-americano no Ocidente.⁵¹³

⁵¹⁰ VIEIRA, 1994, p. 136.

⁵¹¹ Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 3/2/61, p. 638 apud GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Ideologia e Política: A Trajetória do Socialismo Democrático como Veio partidário no Brasil**. Dissertação (Mestrado)–UFMG, Minas Gerais, 1989, p. 269.

⁵¹² ALEM, 1989, p. 276.

⁵¹³ SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 160.

Para Paul Singer, a Revolução Cubana teve importante papel na afirmação da identidade de esquerda no PSB:

para nós foi de uma enorme importância. Vimos o que aconteceu com Cuba com muito interesse. Fui secretário do primeiro Comitê de Defesa da Revolução Cubana que surgiu em 61, quando houve a invasão na Baía dos Porcos que os cubanos conseguiram repelir. Naquela ocasião Jânio era presidente e eu me lembro que nós mandamos um telegrama apoiando o governo brasileiro por ter defendido a soberania de Cuba. Eu tenho até hoje a resposta que foi enviada por José Aparecido que era então chefe do gabinete da Casa Civil da presidência da República.[...] houve uma radicalização de toda a esquerda e também o Partido Socialista tornou-se mais socialista, mais de esquerda, obviamente mais radical nas suas formulações.⁵¹⁴

Jânio Quadros chegou a apoiar um projeto de reforma agrária do deputado José Joffilly, que se filiara ao PSB no ano de 1961. Como relator da Comissão Especial de Reforma Agrária, o deputado propôs um projeto simplificado de reforma agrária para que uma mudança constitucional fosse evitada. Nele, a indenização das terras desapropriadas seria em dinheiro e pelo valor declarado pelo proprietário para efeito de imposto territorial. Também seria criado um órgão com a representação de vários partidos para identificar as áreas de maior tensão social para que se efetuasse a desapropriação de terras. O projeto foi aprovado por Jânio e foi tornado público em um pronunciamento do presidente.⁵¹⁵

3.15.5 Renúncia de Jânio

O presidente Jânio governava o país sem uma base de apoio político. O PSD e o PTB dominavam o Congresso, Lacerda havia se tornado opositor ao governo Jânio, e a UDN não era consultada pelo presidente em relação aos problemas nacionais. Além disso, a política externa independente causava preocupações, bem como a simpatia do presidente pela reforma agrária.⁵¹⁶

Na noite de 24 de agosto de 1961, o governador da Guanabara Carlos Lacerda fez um discurso denunciando uma articulação golpista dos janistas, articulada pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. No dia seguinte, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Sem grandes atos pelo retorno do presidente, o Congresso Nacional tomou conhecimento da atitude de Jânio:

⁵¹⁴ Entrevista de Paul Singer apud VIEIRA, 1994, p. 137.

⁵¹⁵ VIEIRA, 1994, p. 138.

⁵¹⁶ FAUSTO, 1996, p. 440.

Vale a pena indagar por que o Congresso estava tão preparado para aceitar prontamente a saída do presidente. Jânio, o intruso político, despertara tanto medo e tanta incerteza entre os políticos profissionais de todos os partidos em Brasília que estes ficaram aliviados quando ele entregou o poder.[...]Está claro, no entanto, que muitos grupos poderosos já tinham encontrado motivos para se preocupar com a presidência de Jânio.⁵¹⁷

A Constituição da República não deixava dúvidas em relação à sucessão de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart deveria assumir. Contudo a posse foi temporariamente suspensa devido à iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da República sindicalista e um canal para a ampliação da influência política dos comunistas no país. Durante o imbróglio que envolveu a sucessão presidencial, Jango estava em missão diplomática na China Comunista, porém o grupo militar favorável ao impedimento de Jango não era unanimidade nas Forças Armadas. No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército – general Machado Lopes – declarou apoio à posse de Goulart e abriu o caminho para a chamada Campanha da Legalidade, capitaneada por Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango.⁵¹⁸

Com a renúncia de Jânio Quadros, o PSB assumiu uma posição firme em defesa da posse de João Goulart. O partido atuou em duas frentes: marcou presença nas manifestações populares por meio de suas lideranças parlamentares e sindicais e, no Congresso, esteve na linha de frente da defesa da legalidade e contra a emenda parlamentarista.⁵¹⁹ Mais uma vez, Aurélio Vianna destacou-se na tribuna como firme defensor da Constituição:

Nesta hora o Partido Socialista proclama-se pela Constituição da República, pela posse dos eleitos, pelo respeito à Carta Magna, pela defesa dos postulados democráticos, contra os regimes que esmagam a liberdade do homem e do cidadão, contra os regimes de lábios selados, a favor da paz interna e da paz internacional. Estou satisfeito e orgulhoso de liderar a bancada de um partido pequeno, mas que está procurando, por todos os meios e formas, firmar-se como partido e se projetar defendendo as instituições democráticas.⁵²⁰

A militância do PSB também participou de várias manifestações exigindo a posse de Jango. No estado da Guanabara, onde o governador Carlos Lacerda censurou a imprensa e reprimiu os legalistas, o professor Bayard Boiteux, militante do PSB, foi preso junto com

⁵¹⁷ SKIDMORE, 2010, p. 242-243.

⁵¹⁸ FAUSTO, 1996, p. 443.

⁵¹⁹ ALEM, 1989, p. 276.

⁵²⁰ VIANA, Aurélio. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 26/6/61 apud VIEIRA, 1994, p. 140.

parte da diretoria do sindicato dos professores. Um pedido de *impeachment* contra o governador foi subscrito pela deputada pessebista Adalgisa Nery.⁵²¹

Em meio ao impasse político, o Congresso Nacional adotou uma solução de compromisso. O sistema político passou de presidencialista para parlamentarista. João Goulart tomou posse com poderes reduzidos em 7 de setembro de 1961. O parlamentarismo não passava de uma simples forma de resolver uma crise política. Para Jorge Ferreira, o parlamentarismo híbrido serviu para que as instituições democráticas fossem mantidas e o presidente não conseguisse seu intento de realizar as reformas de base:

O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo “híbrido”, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas.⁵²²

A solução para o impasse veio com um arranjo parlamentarista e os socialistas se colocaram totalmente contra esse projeto. João Mangabeira fez um pronunciamento denunciando a inconstitucionalidade da medida:

Não tinham as Câmaras poder constitucional de subverter essa estrutura, sem que o povo de nada soubesse, e ninguém sequer pudesse saber, tamanha a presteza com que tudo se consumou pelas caladas da noite e na solidão de Brasília. Isso, sob uma Constituição, que, logo no artigo primeiro, estatui: “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Nestas condições, não estamos sob governo “do povo, pelo povo e para o povo”, uma vez que este, sobre tamanha subversão, não foi ouvido. Por isso mesmo, o poder do Gabinete não emana do povo e nem em seu nome será exercido.[...] Em suma, o Ato Adicional é um golpe de Estado análogo ao 10 de novembro de 1937.⁵²³

João Goulart começou a governar com poderes limitados pelo sistema parlamentarista. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, ex-ministro da Justiça de Getúlio em 1954. O maior número de ministérios ficou sob o poder do PSD e dois postos foram ocupados por figuras da UDN. Tancredo Neves se demitiu do cargo de primeiro-ministro em junho de 1962. Ele e outros ministros tinham de sair do gabinete para disputar as eleições. O presidente indicou San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro. A Câmara dos Deputados rejeitou a indicação, e o nome do então presidente do Senado, Auro Moura Andrade, surgiu como alternativa. Em resposta à indicação do conservador presidente do Senado, ocorreu a primeira greve política do período. Por fim, o Congresso aprovou a indicação de Brochado da

⁵²¹ ALEM, 1989, p. 276.

⁵²² FERREIRA apud FERREIRA; DELGADO, 2008, p. 348.

⁵²³ LIMA; BARBOSA, op. cit., p. 303.

Rocha do PSD para chefiar o ministério. Coube a ele propor e obter do Congresso a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963.⁵²⁴

3.15.6 João Mangabeira: ministro de Jango

Entre julho de 1962 e junho de 1963, João Mangabeira esteve entre os ministros do alto escalão janguista. Ele foi ministro de Minas e Energia no gabinete de Brochado da Rocha e ministro da Justiça no Gabinete de Hermes Lima, sendo mantido no posto após o plebiscito que restaurou o presidencialismo no país. Segundo Margarida Vieira, João Mangabeira foi escolhido mais por sua autoridade moral do que pela força de seu partido. Como ministro de Minas e Energia, esteve comprometido com o projeto nacional-desenvolvimentista do partido.⁵²⁵ Como ministro da Justiça, acompanhou a realização do plebiscito e defendeu a tese de que, após o resultado, Jango deveria receber imediatamente os poderes presidenciais.⁵²⁶

No episódio do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, em março de 1963, Mangabeira recebeu críticas da esquerda e da direita. Marcado para acontecer desde o ano anterior, o congresso foi proibido de ocorrer no Rio de Janeiro pelo governador Carlos Lacerda. No Congresso e na imprensa, foi solicitada a intervenção federal no estado da Guanabara. João Mangabeira considerou legal a decisão de Lacerda, não cabendo intervenção federal. Somente definiu que tropas federais garantissem a integridade dos prédios públicos e dos participantes do Congresso, que estavam sendo molestados pela política subordinada ao governador.⁵²⁷ Pela direita, Sobral Pinto protestou contra o governo Goulart e a conivência de João Mangabeira em relação a uma suposta instauração do comunismo no país.⁵²⁸ Pela esquerda, o jornal **O Semanário** afirmou que Mangabeira havia sido “engolido” pelas razões jurídicas de Lacerda.⁵²⁹

A demissão de Mangabeira ocorreu devido à sua crítica pública à proposta de San Thiago Dantas de compra dos bens da *American and Foreign Power Company* (AMFORP)

⁵²⁴ FAUSTO, 1996, p. 454.

⁵²⁵ VIEIRA, 1994, p. 146.

⁵²⁶ ALEM, 1989, p. 286.

⁵²⁷ VIEIRA, 1994, p. 163.

⁵²⁸ VIEIRA, 1994, p. 163.

⁵²⁹ ALEM, 1989, p. 306.

no Brasil e de um empréstimo compulsório que seria realizado para arcar com o reajuste do funcionalismo público.⁵³⁰

3.15.7 IX Convenção Nacional

O PSB realizou a sua IX Convenção Nacional no Rio de Janeiro de 24 a 25 de novembro de 1961, dedicada à memória de Osório Borba. Acompanhando a dinâmica das outras forças de esquerda e dos movimentos sociais da época, o PSB acabou radicalizando suas proposições políticas e afirmando sua identidade nacionalista e anti-imperialista. A transição de força socialista-democrática que busca um caminho próprio para a construção do socialismo brasileiro para uma agremiação nacional-desenvolvimentista estava completo:

O Partido Socialista Brasileiro reafirma a sua convicção de que a crise brasileira não terá solução dentro da atual estrutura econômica e política do país. Daí por que está certo da necessidade imperiosa e inadiável da realização de reformas estruturais que modifiquem profundamente a vida da nação. Tais reformas não poderão ser realizadas enquanto controlarem o Poder os conhecidos grupos econômicos tão ligados ao latifúndio e ao imperialismo, notadamente o imperialismo norte-americano.⁵³¹

Contrário ao parlamentarismo e à forma como se deu a mudança da forma de governo, o PSB também mantinha a sua preocupação com as instituições democráticas e com a participação do povo brasileiro nas eleições e nas decisões:

O Partido Socialista Brasileiro, proclamando que “Todo o poder emana do Povo”, negam por isso mesmo, legitimidade às manobras das cúpulas partidárias que, a pretexto da mudança da forma de governo, não fazem mais do que trabalhar para a preservação e fortalecimento de seus privilégios. Razão pela qual defende e lutará intransigentemente pelos direitos do povo Brasileiro na livre escolha do seu Presidente, Governadores e Prefeitos.⁵³²

Em suas resoluções políticas, o partido acentuava a necessidade de uma frente popular e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar as reformas que o Brasil necessitava:

O Partido Socialista Brasileiro só poderá aceitar e participar da convocação de uma Assembleia Constituinte ou de reformas constitucionais mais profundas se resultarem verdadeiramente de um movimento nacional de opinião pública, capaz de exigir e de impor uma modificação no Código Eleitoral, assegurando o voto aos analfabetos e aos militares, eliminando a influência criminosa do poder econômico.⁵³³

⁵³⁰ ALEM, 1989, p. 287.

⁵³¹ IX Convenção Nacional (1961) apud CARONE, 1979. p. 30.

⁵³² Idem, ibidem, p. 30.

⁵³³ Idem, ibidem.

À frente de todas as forças democráticas e de esquerda teria como objetivo impulsionar a realização das reformas de base e conter as manobras da reação golpista:

“O Partido Socialista Brasileiro, em face da rearticulação dos golpistas, recomenda a união de todas as forças democráticas e de esquerda, e a mobilização permanente dos trabalhadores, estudantes e intelectuais contra as manobras da reação.”⁵³⁴

Para resolver a crise, o partido propunha medidas nacionalistas que garantiam a maior participação do Estado na vida econômica. Na perspectiva do PSB, somente um governo das massas trabalhadoras, sem vínculos com o latifúndio e o imperialismo, seria capaz de superar a crise brasileira:

- a) Monopólio governamental do câmbio e do comércio exterior, para a luta eficaz contra os mercados dominantes e a conquista de novas áreas para a colocação dos nossos produtos.
- b) disciplina dos capitais estrangeiros já investidos e redução de novos investimentos e empréstimos de entidades públicas, livre de imposições políticas, sem desprezar ainda a necessidade de controle do coeficiente de endividamento progressivo do País.
- c) planificação dos investimentos; nacionalização do sistema bancário, das empresas de seguro, dos serviços públicos, dos meios de transporte e das fontes de energia.
- d) reforma agrária que elimine de vez o latifúndio, integrando a agricultura na economia nacional em desenvolvimento e eleve o nível de vida do trabalhador rural.
- e) controle dos preços pelo governo; intervenção estatal no abastecimento das cidades e nacionalização ou municipalização das empresas de que depende diretamente o bem-estar do Povo.
- f) liquidação dos desníveis regionais e efetivação das medidas que conduzam à industrialização do Nordeste, da Amazônia e de outras regiões subdesenvolvidas do País.
- g) melhor distribuição da renda nacional, mediante uma política fiscal baseada em forte taxaço do imposto sobre a renda, associada à política salarial que vise à justa remuneração de todos aqueles que vivem de salários e vencimentos.⁵³⁵

As propostas de política internacional têm maior definição do que as resoluções de 1953. O neutralismo e o terceiro-mundismo eram os eixos centrais da política internacional do PSB. Defendia-se o neutralismo positivo, contrário à formação de blocos de potências dominantes e à Guerra Fria e favorável ao desarmamento à interdição de armas atômicas. Também se defendia o fortalecimento da ONU e o reconhecimento da China Continental, a extinção do colonialismo, a solidariedade ao terceiro mundo, o estreitamento de relações com

⁵³⁴ Idem, *ibidem*.

⁵³⁵ Idem, *ibidem*, p. 31.

os partidos socialistas e operários de todo mundo e da América Latina, o combate ao fascismo em Portugal e na Espanha e a defesa da Revolução Cubana.⁵³⁶

As propostas de política sindical incluíram a luta por uma central sindical única, a ampliação da sindicalização e a criação de um plano de ação comum. Também se defendeu a mudança da legislação pela via parlamentar, a extinção gradual do imposto sindical, a criação de conselhos por empresa e a união dos trabalhadores do campo e da cidade com os estudantes pela reforma agrária.⁵³⁷

Em relação à questão agrária, o PSB radicalizou sua proposta ao afirmar sua defesa de uma reforma agrária radical com o estabelecimento do princípio legal de que a propriedade é um direito privativo dos que nelas trabalham, das cooperativas de produção agropecuárias e do Estado. Para o partido, essa reforma agrária somente aconteceria por meio da luta organizada dos camponeses, apoiados pelos operários e pelas camadas progressistas do povo brasileiro:

3.º A aceleração desse processo revolucionário reclama a organização dos trabalhadores rurais, inclusive os pequenos proprietários, em comissões, associações, ligas e sindicatos que fortaleçam a sua unidade na luta contra os privilégios e injustiças decorrentes da grande propriedade espoliativa e do minifúndio improdutivo.⁵³⁸

É importante lembrar que, a partir de meados da década de 1950, houve acirramento das lutas no campo que levou à formação das Ligas Camponesas em 1955, lideradas pelo deputado pessebista Francisco Julião. As ligas propunham defender os camponeses contra a expulsão das terras, contra a elevação dos preços dos arrendamentos e contra a prática de relações de trabalho pré-capitalistas.⁵³⁹

Em novembro de 1961, foi realizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que contou com a participação de inúmeras organizações de trabalhadores do campo brasileiro. A reunião resultou na divisão entre as Ligas Camponesas e os setores ligados ao PCB. A tese da reforma agrária radical de Francisco Julião é vitoriosa contra as teses reformistas do PCB, que pregava a sindicalização rural e a extensão da legislação trabalhista no campo. As deliberações saídas do I Congresso Nacional dos Trabalhadores

⁵³⁶ VIEIRA, 1994, p. 151.

⁵³⁷ VIEIRA, 1994, p. 150.

⁵³⁸ Convenção Nacional: Resolução sobre a Questão Agrária (PSB, 1961) apud CARONE, 1979, p. 237.

⁵³⁹ FAUSTO, 1996, p. 444.

Agrícolas foram inteiramente apoiadas pelo PSB e serviram de influência direta para suas propostas agrárias.⁵⁴⁰

O partido chegou a caracterizar esse processo reformista radical de revolucionário e pregar a extinção do regime de propriedade em vigor.⁵⁴¹ O PSB também defendeu como reivindicações imediatas: a reforma da Constituição da República, a redução dos prazos de usucapião, a garantia de preços mínimos para a comercialização de produtos agrícolas e a adaptação da legislação trabalhista e social para o meio rural.⁵⁴²

As eleições de outubro de 1962 evidenciaram que as forças de centro e de direita tinham grande importância no país. A tônica das eleições foi a polarização entre as esquerdas e direitas em favor ou contra as reformas de base.⁵⁴³ Em São Paulo, Ademar de Barros derrotou Jânio Quadros por uma pequena margem de votos. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola foi vencido por Ildo Meneghetti, apoiado pelo PSD e pela UDN. Os nacionalistas e as esquerdas festejaram a vitória de Miguel Arraes em Pernambuco e a expressiva votação de Leonel Brizola para deputado Federal no Rio de Janeiro. A bancada do PTB aumentou de 66 deputados federais para 104. Segundo Jorge Ferreira, em termos gerais, o balanço das esquerdas acerca das eleições foi positivo:

Em termos gerais, o resultado das eleições foi avaliado pelo presidente e as esquerdas com otimismo, como um avanço na luta nacionalista e pelas reformas de base. No entanto, a exceção de Pernambuco, com Miguel Arraes, a direita governava importantes estados, com Ademar de Barros em São Paulo, Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul, além de Carlos Lacerda na Guanabara.⁵⁴⁴

Nas eleições de 1962, o PSB aumentou o número de deputados estaduais, elegeu um senador: Aurélio Viana (GB) e sete deputados federais: Breno da Silveira e Max da Costa Santos (GB), Saturnino Braga (RJ), Francisco Julião (PE), Rogê Ferreira (SP), Mário Soares de Lima (BA), José Joffily (PB). O PTB esteve na maioria das coligações dos socialistas e a ligação política com Brizola no Rio de Janeiro era muito estreita.⁵⁴⁵ Nesse período, voltaram a ser cogitadas as hipóteses de fusão do PSB com o PTB e a entrada da Frente Parlamentar Nacionalista no partido. Segundo Altino Dantas, os militantes pessebistas negaram a fusão devido à possível descaracterização ideológica que atingiria o partido:

⁵⁴⁰ ALEM, 1989, p. 280.

⁵⁴¹ Convenção Nacional: Resolução sobre a Questão Agrária (PSB, 1961) apud CARONE, 1979, p. 237.

⁵⁴² Idem, ibidem, p. 238.

⁵⁴³ FAUSTO, 1996, p. 454.

⁵⁴⁴ FERREIRA apud FERREIRA; DELGADO, 2008, p. 360-361.

⁵⁴⁵ VIEIRA, 1994, p. 157.

[...] houve uma época em que a Frente Parlamentar nacionalista quis entrar para o PSB. E Houve uma série de discussões. Inclusive nós sentamos com Almino Afonso, com todo grupo à esquerda do PTB, com a bossa nova da UDN... Na verdade nós ficamos com medo porque eles viriam e tomariam conta. E a gente começou a colocar uma série de problemas. Aí seria outro Partido. Seria um PTB de esquerda.⁵⁴⁶

A antecipação do plebiscito que definiria a permanência ou não do parlamentarismo foi uma das exigências de várias forças políticas, inclusive do PSB. O PSB fez campanha pelo presidencialismo. A Executiva do PSB da Guanabara posicionou-se por meio de uma resolução na qual expressou seu voto contrário ao ato adicional que estabeleceu o arranjo parlamentarista:

1. Diremos “Não” ao Ato Adicional, por considerá-lo uma imposição feita por grupos políticos e militares reacionários ao Congresso e ao povo. Sua instituição, feita contra o voto dos deputados federais do PSB, foi uma grave violação da soberania popular.
2. Não tem nosso “Não” ao Ato Adicional o sentido de opção entre Parlamentarismo e Presidencialismo, por considerá-la, no momento, de menor importância em relação aos graves problemas do povo brasileiro.
3. Também não significa nosso voto manifestação de apoio ou hostilidade ao Presidente da República ou ao Congresso. Consideramos Falsa, Alienada e Diversionista a posição dos que pregam o culto de personalidades ou atribuição de maiores prerrogativas a este ou aquele poder da República, como a solução mágica dos problemas nacionais.
4. Reclamamos do Presidente da República, do Primeiro-Ministro e do Congresso Nacional medidas efetivas de interesse do povo e em defesa da soberania nacional.⁵⁴⁷

Em 6 de janeiro de 1963, a população foi às urnas e cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de eleitores votaram “não” ao parlamentarismo. A vitória de João Goulart foi avassaladora. O país retornava ao sistema presidencialista com João Goulart na chefia do governo.⁵⁴⁸

O PSB entra na última fase do governo Jango, vivendo uma série de contradições. Ao mesmo tempo em que o partido consegue maior coesão doutrinária e de alianças, tanto a nível nacional quanto a nível estadual,⁵⁴⁹ ele também vive um período de aguçadas divergências internas entre as correntes de São Paulo e de Pernambuco, que estavam empolgadas pelo exemplo da Revolução Cubana e desejavam uma ruptura para obter as reformas de base e a corrente liderada por João Mangabeira, que apostava nas reformas mais sem fugir do respeito

⁵⁴⁶ Entrevista de Altino Dantas à Margarida Vieira. Santos, 28/10/1991 apud VIEIRA, 1994, p. 158.

⁵⁴⁷ O Plebiscito e o PSB. (1962) apud CARONE, 1979, p. 272.

⁵⁴⁸ FAUSTO, 1996, p. 455.

⁵⁴⁹ GUSTIN, op. cit., p. 275.

às regras constitucionais.⁵⁵⁰ Segundo Silvio Frank Alem, a hipótese do *golpe preventivo* havia sensibilizado os pessebistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. No Rio, o brizolismo e a formação dos “grupos dos onze” contavam com a simpatia dos socialistas cariocas: “A militância ia se deslocando cada vez mais do terreno da ação parlamentar – eleitoral para o campo da perspectiva da luta de massas do campo nacional-revolucionário”.⁵⁵¹

O conflito entre as alas do PSB se acentuou em 1963. A esquerda do partido esteve próxima de derrubar João Mangabeira da presidência:

A delegação de S. Paulo, junto com a maioria do Estado da Guanabara, compareceu com ideias radicais. São Paulo queria degolar toda a direção nacional, inclusive o Dr. João Mangabeira. Depois da situação ficou um pouco harmonizada, mas a ala moderada se retirou para não dar número à votação. Os que ficaram resolveram proceder à votação. De 264 delegados eleitos, votaram 101. Mas o caso é que não se tratava somente da eleição para o diretório nacional, mas também da reforma do estatuto [...] e neste último seria procedida uma grande radicalização, correndo o Partido o perigo da cassação. Todos estavam em paz. Os radicais resolveram convocar outra seção de convenção para o dia 23.

A ala liderada por João Mangabeira estava apreensiva com a escalada golpista que assolava o país e tratava de defender o regime constitucional:

Via ele com extrema apreensão as atitudes do Governo. Desaconselhara o comício de 13 de maio, presidido pelo próprio presidente da República, telefonando pessoalmente a vários amigos para a ele não comparecerem. [...] Nada que pudesse parecer como continuísmo ou golpe de Estado, ainda que não tivesse o Presidente tais intenções. Dizia-me ele, em março, muito preocupado: no momento são absolutamente exatas e atuais aquelas palavras de Rui: “com a lei, pela lei e dentro da lei, porque fora da lei não há salvação.”⁵⁵²

A segunda convenção do PSB no início de 1964 não foi realizada por falta de quórum. João Mangabeira não reconheceu a legitimidade das decisões da convenção onde somente participaram os radicais e resolveu convocar outra sessão, inviabilizada pelo golpe civil-militar de 1964.⁵⁵³ Em março de 1964, quando João Goulart foi deposto, o PSB não apoiou a implantação de um governo militar no país. Da tribuna da Câmara, o deputado Breno da Silveira apelou aos colegas parlamentares a resistirem à ideia de cassação de mandatos. Pouco tempo depois, foi editado o Ato Institucional nº 1 que cassou os mandatos dos parlamentares: Max da Costa Santos, Francisco Julião, Mário Soares Lima e José Antônio Rogê Ferreira. Com o início das negociações para a escolha do próximo Presidente da República, a maioria

⁵⁵⁰ VIEIRA, 1994, p. 164.

⁵⁵¹ ALEM, 1989, p. 288.

⁵⁵² MANGABEIRA, 1979, p. 182.

⁵⁵³ VIEIRA, 1994, p. 170.

dos partidos, na tentativa de garantir a manutenção do regime democrático, aceitou a ideia de um candidato único. Somente o PSB e o PTB foram contrários à proposta.

Em junho de 1965, tendo em vista as eleições de outubro, uma parcela do PSB lançou a candidatura de Aurélio Viana ao governo da Guanabara. Outra ala deu o apoio a Jammil Haddad que, por sua vez, foi favorável à candidatura de Francisco Negrão e Lima, apoiado pela aliança entre o PTB e o PSD. O PSB foi extinto em 1965, com os demais partidos políticos do período, com o Ato Institucional nº 2.⁵⁵⁴

3.15.8 A refundação do PSB em 1985 – uma outra história

Durante a Ditadura Militar, os socialistas fizeram oposição utilizando as estruturas partidárias (MDB e depois PMDB), os partidos clandestinos de esquerda e os movimentos sociais. Com a redemocratização, os socialistas resolvem apresentar à sociedade sua identidade política e, assim, surgiu a ideia de fundar um partido socialista. Nas articulações iniciais, estudantes, professores e políticos resolveram pela formação de um Partido Socialista (PS). No entanto não era possível utilizar esse nome pois já havia um pedido de Partido Socialista no TSE. A sigla PSB também tinha uma solicitação de um grupo paulista sem tradição. A regra do TSE era a concessão de registro ao primeiro pretendente. Roberto Amaral, ao analisar a legislação, descobre que, ao utilizar-se da “reorganização”, ganhariam precedência na escolha da sigla PSB.⁵⁵⁵

Remanescentes da esquerda democrática como: Joel Silveira, Rubem Braga, Jáder de Carvalho e Evandro Lins e Silva foram procurados e concordaram em assinar o manifesto de refundação. Roberto Amaral convidou Jamil Haddad e ele se entusiasmou com a ideia, participando do núcleo articulador.⁵⁵⁶

No dia 2 de julho de 1985, ocorreu a “Refundação do PSB”. O manifesto do novo partido apresentava o mesmo programa e estatuto do período de 1947-1965. Assim, o partido defendia a socialização dos meios de produção, a educação popular por bases democráticas, o fim da latifúndio, a estatização do comércio exterior e o imposto progressivo sobre o capital, a

⁵⁵⁴ ABREU, op. cit., p. 4413.

⁵⁵⁵ VIEIRA, Margarida. **Semeando Socialismo**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007, p. 23.

⁵⁵⁶ VIEIRA, 2007, p. 23.

terra e a renda.⁵⁵⁷ A ideia dos fundadores do PSB de 1985 era retomar alguns ideais do antigo PSB, porém sem repetir a experiência anterior que fizera do partido um abrigo de intelectuais.

Era necessário construir o PSB como um partido de massas:

A ideia, segundo Antonio Houaiss, era fazer o PSB ocupar um espaço entre os partidos de esquerda e os de centro, através de uma imagem ideológica mais nítida. Para Houaiss, a imagem de um partido de intelectuais seria dissipada rapidamente.⁵⁵⁸

⁵⁵⁷ ABREU, op. cit., p. 4413.

⁵⁵⁸ Idem, ibidem, p. 4413.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, o Estado Novo entrou em um processo de declínio e começou a perder sua base de sustentação político-ideológica. Ao apoiar os regimes que defendiam a democracia-liberal, o Estado Novo, originalmente inspirado nas ideias fascistas, entrou em um paradoxo visível. As contradições que marcaram esse processo de apoio aos aliados, no plano internacional, acabaram por animar os diversos setores oposicionistas internos que se inspiravam – ou se apoiavam – nos preceitos democrático-liberais. Entre os feitos destacados das oposições no período, estão a divulgação, ainda que restrita, do Manifesto dos Mineiros e a realização do I Congresso Brasileiro dos Escritores, quando diferentes autores defenderam a democracia.

Percebendo que os tempos mudaram, o governo ditatorial de Getúlio Vargas anistiou os presos políticos, acabou com a censura e divulgou um calendário eleitoral.

Getúlio Vargas e a cúpula do Estado Novo pretendiam manter grande influência sobre o processo de transição democrática que se mostrava irreversível. A intenção era garantir que a redemocratização ocorresse de forma a gerar o mínimo de rupturas institucionais e estruturais. Na perspectiva governamental, a redemocratização deveria acontecer mediante o estabelecimento de um pacto de conciliação nacional unindo diversos setores sociais.

Para viabilizar essa transição pelo alto e sob controle, era importante garantir a influência governamental sobre a reorganização partidária então em curso. Entretanto, mesmo com o advento da nova legislação eleitoral, habilmente formulada para criar partidos de âmbito nacional, e com a influência marcante de Vargas em dois dos novos partidos, a polarização entre forças getulistas e antigetulistas deu a tônica do cenário político nacional.

Entretanto a transição que já estava em curso não foi totalmente controlada pela estratégia varguista. Nem mesmo a força da Campanha Queremista que objetivava a permanência de Vargas no poder, embora mudasse o regime político, foi suficiente para evitar a deposição do presidente ditador.

O quadro partidário constituído no de 1945, quando o Estado Novo chegou ao fim, ficou assim delineado: a oposição criou a União Democrática Nacional (UDN) que

congregava forças distintas: liberais democratas, oligarquias tradicionais, setores de classe média urbana e pequenos grupos de esquerda antigetulistas. Sob a liderança de Vargas, surgiram dois outros partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que reunia lideranças sindicais e setores do mundo trabalho ligados ao regime, e o Partido Social Democrático (PSD), organizado pelos antigos interventores nos Estados. O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi legalizado e teve participação ativa no processo de redemocratização.

Em abril de 1945, surgiu a União Socialista Popular (USP), grupo que reunia intelectuais e militantes de esquerda, muitos com passagem pelo trotskismo e que mais tarde ingressou no PSB. Sua principal liderança era Mário Pedrosa, militante histórico da esquerda brasileira. A USP defendia, entre outras bandeiras, a revogação da Constituição de 1937, a anistia ampla dos presos políticos e a distribuição de terras. Mário Pedrosa também idealizou a criação do jornal **Vanguarda Socialista**, periódico de esquerda que se dedicava à divulgar as posições políticas revisionistas do grupo.

Naquela conjuntura, também surgiu a União Democrática Socialista (UDS), formada por estudantes e militantes adversários do Estado Novo e do nazifascismo. Eram jovens que atuavam em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e na Faculdade de Direito de São Paulo.

Paulo Emílio Salles Gomes foi o grande articulador e mentor intelectual desse grupo. Seu perfil era heterodoxo, crítico e eclético, e seus artigos e escritos, como a “Declaração”, o “Comentário” e a “Plataforma da Nova Geração”, influenciaram toda uma geração de jovens intelectuais de esquerda e contribuíram para formação do pensamento socialista democrático.

Em agosto de 1945 de 1945, foi fundado no Rio de Janeiro um grupo político denominado Esquerda Democrática que reuniu vários intelectuais, políticos e militantes de esquerda. Seu objetivo era tentar criar uma agremiação que fosse marcada, simultaneamente, pela busca da igualdade social e pela defesa da ampliação das liberdades civis e políticas. A Esquerda Democrática aproximou-se da UDN em razão do perfil oposicionista desse partido. Todavia seus integrantes não simpatizavam com o visível conservadorismo dos liberais que integravam a União Democrática Nacional. Sua aliança com a UDN foi, portanto, de caráter essencialmente eleitoral.

Apesar de defender a igualdade social e a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, a ED era crítica do modelo soviético de que inspirava o PCB, pois discordavam das características estatizantes e autoritárias que demarcavam a experiência socialista na URSS.

Em abril de 1946, a ED rompeu com a UDN e formou o Partido da Esquerda Democrática que sob o lema “socialismo e liberdade” teve uma participação expressiva na Assembleia Nacional Constituinte com a participação de dois representantes: Hermes Lima e Domingos Velasco.

Afirmando o lema “socialismo e liberdade”, o partido da Esquerda Democrática aprovou, em seu segundo congresso, realizado em agosto de 1947, a mudança de nome para Partido Socialista Brasileiro (PSB). O programa aprovado naquela ocasião era praticamente o mesmo da Esquerda Democrática. O Partido afirmou a defesa da liberdade de consciência filosófica e religiosa de sua militância e sua composição pluriclassista. Também passou a afirmar a construção do socialismo como objetivo final a ser atingido, sempre por vias democráticas. Afinal, o PSB foi um árduo defensor do sistema constitucional brasileiro e da legalidade. Em vários momentos de sua atuação, o partido foi contrário às violações constitucionais e às manobras políticas ilegais.

Para os socialistas democráticos, a transformação do regime capitalista em regime socialista deveria se dar por votação do parlamentar. Além disso, sua concepção de socialização dos meios de produção não se confundia com a estatização dos meios de produção, pois pressupunha a entrega dos meios de produção ao domínio da coletividade organizada, sob o controle do Parlamento. A valorização do papel do vereador municipal pelo PSB foi uma das consequências de sua enfática defesa do Parlamento.

O PSB também construiu ampla experiência de democracia interna. As bases partidárias, ou núcleos de militância, efetivamente participavam da construção das diretrizes políticas e das instâncias do partido. Comparativamente a outros partidos, as bases do PSB tinham controle considerável sobre a direção partidária. Nesse sentido, apesar das dificuldades, o partido pretendeu – e conseguiu – ser uma escola de democracia.

O PSB também considerava ser necessária uma mudança na mentalidade da sociedade brasileira por meio de processos e ações educativas. A transição ao socialismo, segundo sua

compreensão, deveria ser gradual e acompanhada por amplo processo conscientização política.

No início da sua atuação política, entre 1947 e 1950, o PSB buscou superar seu ecletismo e construir uma identidade política própria. Seu discurso foi marcado pela negação do getulismo e do comunismo soviético, associado à figura de Luis Carlos Prestes. Essa oposição ao comunismo não impediu o partido de fazer ferrenha oposição à cassação do registro do PCB e à cassação do mandato dos seus parlamentares.

No âmbito sindical, o líder do partido, João Mangabeira, postulou um projeto de legislação sindical, além de não ter alcançado unanimidade entre os membros do próprio partido, sofreu críticas dos setores conservadores. Afirmando a necessidade de liberalização da estrutura sindical e a possibilidade de implantação da pluralidade sindical, esse projeto, na sequência de acalorada discussão interna ao partido, foi adotado como bandeira de luta do PSB para o mundo sindical.

O PSB foi muito atuante junto aos setores nacionalistas na Campanha do Petróleo. Foi o primeiro partido a defender o monopólio integral do petróleo e a postular que o monopólio estatal não bastava. Era necessário garantir o controle social do petróleo. Em sua primeira Convenção Nacional de 1949, o partido aprovou seu entendimento sobre conceito de socialização dos meios de produção, defendeu a autonomia sindical e o projeto de Mangabeira sobre a legislação sindical e a posição diante das alianças eleitorais no pleito de 1950.

A partir de 1950, o projeto político do PSB passou por transformações. No campo eleitoral, distanciou-se da UDN e, no campo político-ideológico, sua defesa do socialismo democrático foi abrindo espaço para a gradativa assimilação do discurso reformista e nacional-desenvolvimentista. A V Convenção Nacional de 1953 atestou o início desse processo de modificação nas suas propostas políticas e na base ideológica do partido. Essas modificações, todavia, só vieram a ganhar formato definitivo, na IX Convenção Nacional do partido, em 1961.

Momento importante para adoção de inflexões pelo partido foi o do fracasso nas eleições de 1950, que abriu espaço para tentativas ousadas de crescimento como o apoio a Jânio Quadros em São Paulo e à frente de esquerda em Pernambuco. Nessa conjuntura, a

influência do partido cresceu relativamente no movimento sindical, chegando a ter alguma influência, por exemplo, na Greve dos 300.000 de São Paulo em 1953.

Durante a crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, o PSB defendeu a legalidade constitucional e apoiou o presidente Café Filho. Nas eleições de 1955, apoiou corretamente a posse de JK e de Jango na Presidência da República e Vice-Presidência da República.

Nas eleições presidenciais de 1960, buscando exorcizar a influência do janismo no partido, o PSB apoiou a candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott, candidato do PSD.

Nas vésperas do golpe, o partido apoiava categoricamente as reformas de base do governo João Goulart e muitos de seus parlamentares participavam da Frente Parlamentar Nacionalista. João Mangabeira, a principal liderança do partido foi alçada à posição de ministro da Justiça.

Apesar de a polarização política da época ter afetado a dinâmica interna do partido, o PSB manteve-se firme na defesa da legalidade em um momento em que importantes atores políticos apostavam em soluções autoritárias. Com a derrocada do governo Goulart, o PSB, em seu canto de cisne, denunciou a implantação de um regime autoritário no país.

Analisando a experiência do PSB, encontra-se um partido que manteve relativa coerência na defesa de seus princípios políticos durante todo o período estudado. Apesar das incongruências e contradições, inerentes à experiência histórica dos partidos políticos no Brasil, constata-se que o PSB teve uma trajetória ímpar e manteve-se firme em seu objetivo fundacional de trilhar o caminho democrático para alcançar o socialismo.

Entre mudanças e permanências, o Partido Socialista Brasileiro, embora tenha assimilado aspectos importantes do ideário nacional-desenvolvimentista, não abandonou princípios e objetivos importantes que marcaram sua gênese. Entre eles, pode-se citar a valorização da legalidade constitucional e a construção de um partido efetivamente democrático. Apesar de não ter se transformado em um partido com grande representatividade popular, o PSB soube idealizar um projeto de cultura política de transformação social, articulada à ampliação dos espaços democráticos. Embora suas ideias políticas não tenham germinado em seu contexto histórico original e estivessem ausentes entre as opções das esquerdas armadas, durante a Ditadura Civil-Militar, os valores liberais democráticos foram

retomados e atualizados com relativo sucesso na redemocratização do final dos anos de 1970 e 1980 por novos atores políticos do campo da esquerda.

FONTES

II Convenção Estadual de São Paulo (1948) do Partido Socialista Brasileiro in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

IV Convenção Nacional (1949) in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

V Convenção Nacional (1953) in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

IX Convenção Nacional (1961). in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

Ainda a perda do mandato dos representantes comunistas, II. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

A vitória de Jânio Quadros. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

Binômio, BH, Ano X, 13/2/61 nº 344, p.8. Apud: VIEIRA, M. L. M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1994.

Candidatura à Presidência da República. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

CANDIDO, Antonio. **Repúdio ao Capitalismo de Estado**. In: Posições Socialistas. Edições do PSB- Secção de São Paulo.

Congresso deu Golpe com parlamentarismo. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

Convenção Nacional: Resolução sobre a Questão Agrária (PSB, 1961) in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

CÔRREA, Antonio Costa. Vigilância Ativa contra o Ressurgimento do Fascismo. In: Posições Socialistas. Edições do PSB- Secção de São Paulo.

COSTA, Dante. **O Socialismo**. Coleção Rex; Edição da Org. Simões. Rio de Janeiro, 1954.

Declarações de João Mangabeira, Presidente da Esquerda Democrática. In: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP. 1989. Anexo 2.

Democracia, Capitalismo e Socialismo in: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

Diário de Notícias, 13/3/1960. Acesso dia 5 de março de 2014. <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Diário de Notícias, 8/3/1960. Acesso dia 5 de março de 2014. <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Diário de Pernambuco, Recife, 1/9/1945. P.3. Apud: SILVA, Luiz Dario. O Partido Socialista Brasileiro e sua atuação em Pernambuco (1945/1950). Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 3/2/61, p.638. apud: GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Ideologia e Política: A Trajetória do Socialismo Democrático como Veio partidário no Brasil**. Dissertação de Mestrado, UFMG, 1989.

D'HORTA, Arnaldo Pedroso. **Como Deve Crescer um Partido Democrático**. In: Folha Socialista, SP, Ano I, n.1, 27 de novembro de 1947.

D’HORTA, Arnaldo Pedroso. Completa Autonomia e Liberdades Sindicais. In: Posições Socialistas. Edições do PSB- Secção de São Paulo.

D’ HORTA, Arnaldo Pedroso. **Rumos de uma política permanente**. Folha Socialista, São Paulo, 12 maio 1948. P.5

D’HORTA, Arnaldo Pedroso. Candidatos por Cima dos Partidos. Folha Socialista: 12/8/1950 Apud: HECKER, A. Socialismo Sociável: História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: UNESP, 1998.

Entrevista de Altino Dantas à Margarida Vieira. Santos, 28/10/91. Apud: VIEIRA, M. L. M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1994.

Entrevista de Paul Singer. Apud: VIEIRA, M. L. M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1994.

Estado de São Paulo, 9/3/1960. Acesso dia 6 de março de 2014. <http://acervo.estadao.com.br/>

Estado de São Paulo, 20/5/1960. Acesso dia 6 de março de 2014. <http://acervo.estadao.com.br/>

FERREIRA, Oliveiros. Projeto Mangabeira sob os primeiros ataques. Folha Socialista, 10/4/1948. Apud: HECKER, A. Socialismo Sociável: História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: UNESP, 1998.

Frente de Ação Democrática. Folha Socialista, 10/9/1954. In: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP. 1989. Anexo 12.

GIKOVATE, Febus. A Campanha em Prol do Petróleo Nacional. In: Posições Socialistas. Edições do PSB- Secção de São Paulo.

GIKOVATE, Febus. **As tarefas dos vereadores eleitos**. In: Folha Socialistas, SP, Ano I, n.1, 27 de novembro de 1947. Acesso dia 13 de novembro de 2013 <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

GIKOVATE, Febus. Folha Socialista, fevereiro de 1960. Acesso dia 13 de novembro de 2013 <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

Ultima Verba In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980. p.346.

LIMA, Hermes. Documento Apresentado à V Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro sobre a situação econômica do país pelo Delegado da Bahia, Prof. Hermes Lima. In: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP. 1989. Anexo 9.

LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

Manifesto (1956) in: CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964): Difel, 1980.

Manifesto ao Povo Brasileiro apud: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP.

PEDROSA, Mário. Os Caminhos do Socialismo. Vanguarda Socialista: 5/7/1946 in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

PIMENTA, João da Costa. Responsabilidade dos Socialistas. 5/5/1954. In: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP. 1989. Anexo 11.

Plataforma e Programa Mínimo. apud: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP, 1989.

Programa da Esquerda Democrática (1945) in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

Programa do Partido Socialista Brasileiro (1947) in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

Projeto sobre a organização sindical. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

SINGER, Paul. A Greve dos Metalúrgicos. Folha Socialista. 20/06/1953. In: ALEM, Sílvio Frank. Contribuição à História da Esquerda Brasileira: A História do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado: São Paulo, USP. 1989. Anexo 8.

SOUZA, Antônio Candido de Mello. Entrevista à Miracy Gustin, 1986. Apud: VIEIRA, M. L. M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1994.

O candidato Juscelino, Folha Socialista, 30/12/1954 . In: HECKER, Alexandre. Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

O mandato dos deputados comunistas. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

O novo golpe: a Ação Democrática (1956) in: CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964): Difel, 1980.

O Partido Socialista e a Situação Nacional. Diário do Congresso Nacional, 19/6/1948. In: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

O Plebiscito e o PSB. (1962). in: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

Oposição Construtiva. O Jornal, RJ, 14/7/1947 in: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). **Idéias políticas de João Mangabeira**. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

A Situação Organizatória do Partido. Folha Socialista, São Paulo, 1 fev. 1950. Acesso dia 13 de novembro de 2013 <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

Linha política e a ação dos grupos de base. Posições socialistas. P.7. VELASCO, Domingos. **Última hora**. 13/5/1955 Acesso dia 5 de março de 2014. <http://hemerotecadigital.bn.br/>

VIANA, Aurélio. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 26/6/61. Apud: VIEIRA, M. L. M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1994.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ALEM, Sílvio Frank. **Contribuição à História da Esquerda brasileira: a história do PSB (1945-1964)**. Tese de Doutorado: São Paulo, USP, 1989.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III – O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**, Volume 3. São Paulo: Difel, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

CANDIDO, Antonio. Informe político. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. (Org.). **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **O movimento operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **N. PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

DULCI, Otávio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos; NEVES, Lucília de Almeida (Org.). **Edgar de Godói da Mata Machado: Fé, Cultura e Liberdade**. Belo Horizonte: UFMG/Loyola, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano**. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano**. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c. Vol. 3.

FERREIRA, J. REIS FILHO, D. A. (Org.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FORTES, A. (Org.) **História e Perspectivas de esquerda**. São Paulo/Chapecó: Ed. Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio. (Org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Ideologia e Política: A Trajetória do Socialismo Democrático como Veio partidário no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–UFMG, 1989.

GUSTIN, Miracy; VIEIRA, Margarida. **Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil**. Contagem, MG: Palesa, 1995.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JOÃO MANGABEIRA NA UNB. In: SIMPÓSIO. 3 a 6 nov. 1981. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

JÚNIOR, Antonio Mendes de Almeida. Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira:** Tomo III – O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964), Volume 3. São Paulo: Difel, 1983.

LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Idéias políticas de João Mangabeira.** Volume. III. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; MEC, 1980.

LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

LIPPI, Lucia. Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–IUPERJ, Rio de Janeiro, 1973.

MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira:** república e socialismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P. 159.

MARQUES NETO, J. C. (Org.). **Mário Pedrosa e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORAES, Dênis; Viana, Francisco. **Prestes:** Lutas e Autocríticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. **A esquerda e o golpe de 64.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente de Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. (Org.). **Culturas Políticas na História:** Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e Participação Política nas Diversas Repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). **A República no Brasil.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964 IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). História do Marxismo no Brasil. V. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **História do Marxismo no Brasil:** O impacto das revoluções. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOIHET, Rachel et al. (Org.). **Culturas Políticas**: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**: 1930 a 1964. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Angelissa Azevedo. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira, SANTANA, Marco Aurélio. O Equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Luiz Dário. **PSB**: O Socialismo Pragmático. Recife: ECCO, 1992.

SILVA, Luiz Dario. **O Partido Socialista Brasileiro e sua atuação em Pernambuco (1945/1950)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VALLADARES Benedicto. **Tempos idos e vividos**: memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Margarida. Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. V. V. Partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

SILVA, Luiz Dário. **PSB**: O Socialismo Pragmático. Recife: ECCO, 1992.

VIEIRA, M. L. M. **Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1994.

ANEXO A – UNIÃO DEMOCRÁTICA SOCIALISTA – 1945

PARTIDOS

A) PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (1947-1965)

1) Antecedentes

a) União Democrática socialista (1945)

Ao povo brasileiro – Aos trabalhadores das cidades e dos campos – À mocidade das fábricas e das escolas

Introdução

No Brasil nunca houve democracia. Através de toda a nossa história, contudo, o povo manifestou o anseio de atingi-la e exprimiu esse anseio através de numerosas revoluções e movimentos de opinião, particularmente os de 1889 e 1930. A Primeira República, estruturada pela Constituição de 1891, nasceu de um movimento democrático que se desvirtuou com a adesão dos senhores-de-escravo prejudicados pela Abolição, tendo alimentado, desse modo, os germes que deveriam destruí-las. Com semelhante aconteceu à segunda República, nascida da

Revolução de Outubro de 1930 e legalizada pela Constituição de 1934, que deu ao Brasil um esboço de regime democrático ingloriamente liquidado com os “estados-de-guerra” e o golpe de 10 de novembro de 37.

Durante essas duas fases históricas, apenas uma parte mínima do povo brasileiro teve acesso às liberdades democráticas. Na verdade a democracia só existia para as camadas economicamente mais favorecidas da população. Era uma democracia de falsas elites, afastadas das massas populares. Os partidos políticos nada mais eram que a expressão eleitoral dos grandes fazendeiros, industriais e comerciantes e dos banqueiros, que mantinham o poder estatal em suas mãos como expressão de domínio de uma oligarquia reacionária e retrógrada.

A pequena burguesia urbana nunca teve um partido político que encarasse e defendesse seus interesses econômicos e sociais sufocados pela máquina governamental dos clãs conservadores e só encontrou expressão política em movimentos militares como os de 22 e 24. Essa debilidade política devia-se á instabilidade da classe média no quadro social. Chama historicamente, no Brasil, a desempenhar um papel revolucionário, mediante uma estreita união política com outras classes oprimidas, a pequena burguesia não podia manter-se isolada na luta contra as oligarquias conservadoras e, assim, foi incapaz de desarticular sozinha as poderosas máquinas eleitorais governamentais dessas oligarquias. Os pequenos industriais e comerciantes e outros setores da população socialmente colocados na posição de classe-média, como os funcionários, intelectuais, bancários e comerciários, profissionais liberais e mesmo sacerdotes, não puderam encontrar meios de afirmação política independente. A revolução de 30, que correspondia às aspirações democráticas de todas as classes oprimidas e deveria abrir oportunidades de afirmação para a classe média, logo teve o seu desenvolvimento truncado porque vinha dirigido e controlado por uma dissidência da própria oligarquia contra a qual fora desencadeado o movimento. As forças políticas representativas dos anseios da pequena burguesia urbana e que haviam dado ao movimento de 30 acentuado cunho popular – como o “tenentismo”, herdeiro das tradições revolucionárias de 22 e 24, - não chegaram a dominar a situação política brasileira, não obstante os esforços de organismos imprecisos e efêmeros como o

“Clube Três de Outubro”. O quadro oligárquico foi reconstituído rapidamente. As forças políticas representativas da classe média, hostis ainda a uma aliança com o proletariado urbano e rural, não puderam resistir e esfarelaram-se rapidamente. Parte dos seus elementos procurou uma solução no integralismo, pois no Brasil o fascismo também encontrou apoio na insatisfação de setores da classe média. Outros integraram-se nos partidos políticos das classes conservadoras. Outros, finalmente, capacitando-se dos seus erros e debilidades, tomaram o único rumo conseqüente possível, aliando-se aos grupos de esquerda e ao movimento operário para formar a Aliança Nacional Libertadora, destinada a lutar contra as oligarquias. Depois de 1934, consolidados os partidos conservadores, principalmente em conseqüência da reação que se seguiu ao movimento esquerdista de novembro de 1935, as classes médias fizeram apenas débeis tentativas de articulação eleitoral. Suas possibilidades de afirmação autônoma e de aliança com os trabalhadores, foram, finalmente, cortadas pelo golpe de Estado Novo.

De 1889 a 1930, o proletariado industrial lutou arduamente por um regime democrático e pela melhoria de suas condições econômicas e sociais.

A solidariedade operária toma forma no fim do século passado, acentua-se com a greve dos ferroviários de São Paulo, em 1905, com a organização de partidos e jornais classistas e assume grandes proporções com a greve geral de 1917, quando os trabalhadores conquistam as primeiras leis sociais. O operariado participou ativamente das agitações que precederam a revolução de outubro de 1930, cuja vitória possibilitou o surto sindicalista e a conquista de importantes leis de amparo. As oligarquias trataram de impedir o acesso do proletariado às liberdades democráticas e o desenvolvimento da sua força política, perseguindo os seus partidos de classe, policiando os seus sindicatos e proibindo-lhe a imprensa própria. As organizações clandestinas de esquerda não chegaram a influir nos acontecimentos políticos do país, como força representativa da classe operária, senão com o movimento da A.N.L. que empolgou vastos setores do povo. A máquina governamental dos clãs conservadores reagiu rapidamente com a lei de segurança nacional e o fechamento da A.N.L., em julho de 1935, ao mesmo tempo

que estimulava ao desenvolvimento do integralismo, sucursal brasileira do nazifascismo, como tropa de choque da reação. Num ato de desespero, elementos de esquerda tentaram atalhar o avanço do fascismo nacional, deflagrando o movimento de novembro daquele ano, logo subjugado. Desde então, os trabalhadores perderam todos os direitos políticos, sendo dissolvidas pela repressão policial ou inutilizadas pelo controle governamental todas as suas organizações de classe. As esperanças surgidas com a campanha eleitoral de 37 desvaneceram-se com o advento do Estado Novo.

Constituindo a maioria do povo brasileiro, a grande massa dos trabalhadores da terra, formada de trabalhadores assalariados do campo, sitiantes e pequenos agricultores, nunca teve participação efetiva na vida política nacional. A dispersão demográfica com a conseqüente falta de espírito associativo, a ignorância, a falta de saúde, o baixo nível econômico e certas peculiaridades de formação histórica do país nunca permitiram que os milhões de caboclos tivessem noção precisa dos seus problemas sociais e dos meios de resolvê-los. Os nossos movimentos agrários, explosões indisciplinadas contra a opressão, assumiram formas religiosas e de pura rebeldia, como os de Canudos, do Contestado e, de um modo geral, o cangaço. À frente desses movimentos não aparecem líderes políticos conscientes mas profetas e iluminados como Antônio Conselheiro, o monge José Maria, o Padre Cícero e o beato Lourenço. Esses movimentos foram implacavelmente esmagados mediante o emprego da força bruta. Nulo foi o papel político do nosso sertanejo. Na história do liberalismo e da pseudo-democracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira.

A União Democrática Socialista

O Estado Novo implantado por Getúlio Vargas, com o auxílio do integralismo e a cumplicidade de largos setores das classes conservadoras, representa,

historicamente um supremo esforço de consolidação das oligarquias que sempre se opuseram ao progresso do Brasil. A ditadura é uma nova forma, mais revolucionária e mais retrógrada, de domínio dos latifundiários, dos banqueiros e dos monopolizadores do comércio e da indústria. Para mantê-la foram postos em prática os métodos de violência e de corrupção do fascismo europeu. A classe média e os trabalhadores são as vítimas dessa opressão política e policial, diferindo somente os meios empregados.

O golpe de 10 de novembro foi recebido com resignação e desinteresse, pois a nação não possuía um regime democrático autêntico. Os trabalhadores da cidade e dos campos, a classe média e os intelectuais, estavam moral, política e ideologicamente desarmados uma vez que não podiam interessar-se pela defesa de um regime que nada tinha de democrático para eles.

Os representantes das classes conservadoras receberam a ditadura com simpatia ou, pelo menos, sem oposição, porque o regime fascista que se iniciava atendia aos seus interesses de classe naquele momento. Dos partidos políticos que representavam a burguesia urbana e latifundiária apenas alguns poucos elementos se mantiveram na oposição ao golpe fascista, porque preferiram colocar sua dignidade política acima dos interesses dos grupos econômicos. Mas não encontraram campo propício nem forças para enfrentar a ditadura. Os agrupamentos clandestinos de esquerda, divididos por lutas internas e enfraquecidos pela repressão de 35 e 36, nada, puderam fazer. Dessa forma, pôde o Estado Novo consolidar-se e manter-se até hoje, com o seu quadro de opressão política, econômica e social exercida em favor das classes conservadoras contra os trabalhadores da cidade e dos campos e a pequena burguesia urbana e rural.

Em alguns setores, entretanto, organizou-se desde logo um enérgico movimento de resistência à ditadura, sobretudo entre os moços que anteriormente já vinham lutando contra o integralismo. Desse movimento, alguns elementos que se inclinavam decididamente para a esquerda, procurando uma solução para os problemas brasileiros dentro das doutrinas socialistas, passaram a constituir-se gradativamente em agrupamento independente, ao mesmo tempo que elaboravam

sua experiência política pela ação prática anti-fascista, pelo debate e pelo contacto com outros agrupamentos políticos de oposição à ditadura.

Hoje, quando chegamos ao momento de arregimentação partidária das várias tendências e correntes de opinião política, esses elementos esquerdistas que integravam o movimento de resistência dos moços, em conjunto com operários, jornalistas, comerciários e estudantes que ainda não militaram nos tradicionais partidos de esquerda ou que deles desejam afastar-se por discordarem das suas posições políticas atuais e dos seus sectarismo e divisionismo facciosos, resolvem lançar a União Democrática Socialista.

O nosso movimento não se constitui ainda em partido. Visando por ora formar um agrupamento de ação política independente, no seio do movimento proletário brasileiro, sem objetivos eleitorais imediatos e próprios.

Em um conjunto com outros agrupamentos socialistas colaboraremos na efetiva democratização do Brasil, lutando ao mesmo tempo pela conquista de melhorias econômicas e sociais para os trabalhadores e pela formação de um amplo partido de base popular e de âmbito nacional que possa desenvolver eficientemente uma ação política pelo advento do socialismo em nosso país.

Dentro desses objetivos procuraremos educar quadros políticos da mocidade para o socialismo militante, pela ação política, pelo estudo dos problemas brasileiros, pelo repúdio aos personalismos sectários e pelo estrito respeito aos processos democráticos de livre discussão, crítica e elaboração coletiva.

A vitória do regime socialista na União Soviética e a vitalidade demonstrada por esse regime na guerra atual, possibilitando a destruição da poderosa máquina bélica do nazismo, e , por outro lado, a dura experiência do fascismo, como produto do imperialismo e do capitalismo monopolista, provaram à sociedade que o socialismo, não só é possível na sociedade contemporânea como também necessário para que a humanidade possa ter uma continuidade progressista. Todavia, as forças reacionárias do capitalismo monopolista permanecem ativas em todo o mundo, procurando sempre tolher qualquer passo das massas populares no sentido de uma democracia sem classe. “Só a luta enérgica e conseqüente dos

agrupamentos e partidos socialistas, mediante o desenvolvimento da consciência política das massas populares, sobretudo do proletariado, no interior de cada país, poderá impedir que as forças reacionárias tenham êxito, lançando sobre o mundo novas formas de fascismo e de terror e novas guerras de destruição.

A União Democrática Socialista procurará orientar-se nesse sentido e estimular outros agrupamentos esquerdistas a que o façam, estabelecendo seu plano de ação política estritamente de acordo com as peculiaridades históricas e sociais do Brasil, longe das fórmulas esquemáticas e dos sectarismos facciosos. Embora o socialismo seja por definição de caráter internacional, sobretudo na atual fase de desenvolvimento do mundo, entendemos que os meios de atingi-los só poderão ser encontrados pelos partidos políticos esquerdistas em cada país, de acordo com suas próprias condições econômicas, sociais e políticas nacionais. Igualmente, embora a força do socialismo em todos os países esteja estritamente ligada ao poderoso apoio moral e ideológico que representa a União Soviética, entendemos que a ação dos partidos representativos da classe operária não deve tomar como ponto de referencia a política externa russa.

Como objetivo imediato, lutaremos também pela urgente moralização da vida política brasileira. O fascismo tentou legitimar o amoralismo político e o uso da imoralidade como arma política, métodos encarnados no Brasil na pessoa do Sr. Getúlio Vargas. Que as forças reacionárias usem desses métodos não nos parece surpreendente, mas o que não podemos admitir é que correntes renovadoras o façam. A esquerda no Brasil apresenta alguns deploráveis resultados do uso de métodos imbuídos de amoralismo. Sentimo-nos no dever de preservar a nova geração socialista desses males, lutando energicamente contra aqueles métodos e exigindo o mesmo das demais correntes esquerdistas e progressistas.

Programa político-social

O Estado Novo está sendo destruído pelas mesmas forças que destruíram o fascismo e o nazismo na guerra atual e provocarão amanhã a derrocada das ditaduras de Franco, de Salazar e de Péron. A incapacidade governamental, a

corrupção administrativa e o crescimento das forças oposicionistas, aliado ao descontentamento generalizado do povo, foram os fatores internos que determinaram a desmoralização da ditadura e criaram as condições para a sua derrocada. A instalação de um regime democrático estável, capaz de resistir a futuras investidas das forças reacionárias, porém, depende de uma exata compreensão das bases sociais do Estado Novo e dos problemas da sua liquidação.

A União Democrática Socialista se baterá pela instauração do regime socialista no Brasil, por uma democracia sem classes onde possam ter pleno desenvolvimento todas as forças produtivas do país. A realização das transformações econômicas, políticas e sociais necessária para se atingir esse objetivo cabe ao proletariado. Todavia, no futuro próximo, o desenvolvimento do Brasil ainda se processará nos moldes de uma democracia burguesa, que não foi atingida devido ao predomínio das oligarquias reacionárias na política brasileira. E nessa democracia, o proletariado, como força mais conseqüentemente democrática, terá um papel decisivo, aliando-se a forças políticas representativas das massas rurais e da pequena burguesia urbana, igualmente interessadas na efetiva democratização do país. Para que se processe por esse desenvolvimento, porém, torna-se necessário que se realizem modificações substanciais no panorama econômico, político e social no Brasil, luta contra o imperialismo e outras medidas de caráter progressista. O Estado, sob controle exclusivo da burguesia nacional, dos grandes industriais, banqueiros e latifundiários, não poderá levar à prática tais medidas. Somente a ação política do proletariado, das massas rurais e da classe média e a sua influência, exercida através do peso de suas representações em órgãos legislativos soberanos, é que poderá assegurar aquele desenvolvimento.

Propugnaremos, portanto, como base para a efetiva democratização do Brasil, no futuro próximo, por uma estreita aliança política das forças representativas do proletariado urbano, da classe média e das massas rurais, dentro de programas mínimos de frente única que compreendam a reforma agrária em bases amplas, a estruturação democrática do Estado, medidas anti-imperialistas e outras que possam levar a democracia no Brasil às suas últimas conseqüências.

Paralelamente, nos bateremos pela colocação política da classe operária, destinada a desenvolver as transformações econômicas e sociais em sentido socialista.

Reivindicações imediatas

A tarefa mais urgente das forças democráticas nacionais é a liquidação definitiva do Estado Novo, cujo aparelhamento de repressão continua de pé, e o combate às manobras continuistas do ditador. Por outro lado, consideramos que a destruição definitiva do fascismo só esta consumada depois de reformas políticas, econômicas e sociais, pois o predomínio das oligarquias poderá conduzir-nos à instauração de uma nova ditadura.

O Estado Novo arruinou o Brasil e agravou consideravelmente a situação econômica do povo trabalhador. A desvalorização da moeda e a inflação desenfreada elevaram o custo de vida a índices jamais conhecidos, enquanto os salários tiveram aumentos insignificantes. A miséria, a mortalidade infantil e a ignorância são os contrastes chocantes da dissipação das classes abastadas e dos lucros extraordinários. A crise econômica, inevitável com o fim da guerra poderá agravar mais ainda a situação do povo. Daí a apatia popular e a necessidade de satisfação imediata das justas aspirações das classes trabalhadoras.

Dentro desse programa, a União Democrática Socialista lutará imediatamente pelos objetivos seguintes:

- 1.º) Destruição da ditadura, anulação da carta de 1937 e do ato adicional, convocação de uma Assembléia Constituinte, eleita pelo sufrágio universal, direto e secreto, com a concessão do direito de voto a todos os brasileiros capazes, maiores de 18 anos;
- 2.º) Liberdade de imprensa, de reunião, de associação, de organização partidária, abolição do D.N.I., dos D.E.I., do Tribunal de Segurança Nacional e das polícias políticas;

- 3.º) Liberdade e autonomia dos sindicatos e direito de greve;
- 4.º) Melhoria e aplicação eficiente da legislação trabalhista. Abolição do sistema especial aplicado nas indústrias consideradas de guerra. Pagamento dobrado das férias e descanso obrigatório. Justiça gratuita para os trabalhadores. Extensão da legislação social aos trabalhadores assalariados do campo;
- 5.º) Ajustamento dos salários ao custo de vida e conversão dos abonos em salários;
- 6.º) Medidas antiinflacionistas e estabilização da moeda; medidas contra a especulação e o mercado negro;
- 7.º) Instituto único de previdência, organizado mediante a fusão dos institutos e caixas existentes. Participação dos sindicatos no controle de rendas, para solução do problema da casa para o trabalhador. Melhoria das pensões garantindo aos aposentados e beneficiários o mínimo para a subsistência;
- 8.º) Ensino oficial gratuito em todos os graus e obrigatório no primeiro;
- 9.º) Ampliação dos serviços de assistência sanitária;
- 10.º) Apuração da origem de fortunas dos funcionários da ditadura, principalmente das Coordenações e das comissões de abastecimento, por meio de comissões parlamentares;
- 11.º) descentralização administrativa e autonomia municipal. Reforma do sistema tributário, com abolição dos impostos indiretos;
- 12.º) Desenvolvimento do cooperativismo nas cidades e nos campos, visando proteger o pequeno produtor e o consumidor. Eliminação drástica dos intermediários de função puramente parasitária.

A União Democrática Socialista lutará ao lado de todas as forças liberais e esquerdistas contra o Estado Novo e se baterá pela unidade de ação das forças democráticas contra a ditadura. Dentro das coligações ou blocos oposicionistas de que participamos, conservaremos a nossa independência de ação, reservando-nos a tarefa que nos propomos de formação de quadros políticos da nova geração

proletária e da classe média e o direito de crítica da inconseqüência dos agrupamentos políticos liberais e do eventual facciosismo dos grupos de esquerda. Entendemos que os antigos partidos, que constituíam a expressão política das classes conservadoras, estão comprometidos na corrupção das instituições republicanas e não poderão dirigir a estruturação democrática do país, pois no passado já se revelaram incapazes de uma ação política conseqüente em prol da democracia brasileira. A má vontade da opinião pública em relação aos porta-vozes dos velhos partidos, que estão reaparecendo, é justa e exprime a instintiva compreensão deste fenômeno da superação da democracia formal do passado. Respeitamos o valor de alguns poucos homens de formação liberal que integravam os velhos partidos e que empregaram as suas energias no combate à ditadura, esperando que venham militar nas correntes renovadoras, rompendo as suas ligações com as classes conservadoras a fim de se unirem às classes historicamente destinadas a estabelecer no Brasil uma democracia efetiva. Combateremos devidamente a participação na vida pública e no governo de qualquer homem que possa ser apontado como responsável pela implantação ou manutenção do Estado Novo fascista.

Relativamente á luta eleitoral já declarada, reconhecemos existirem diferenças substanciais entre as candidaturas existentes. A candidatura Eduardo Gomes no momento, polariza forças políticas e sociais capazes de abrir perspectivas para uma luta programática mais definida no futuro próximo, - sobretudo pela garantia que encerra de abolição da carta de 10 de novembro e o seu ato adicional, assim como da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte muito embora congregue também alguns representantes dos velhos partidos conservadores. Contrariamente, a candidatura Gaspar Dutra polariza as forças mais reacionárias do país, as velhas oligarquias políticas e os fascismo indígena, cuja vitória significaria a continuação do Estado Novo sob uma nova forma e com democracia puramente de rótulo. Entre essas candidaturas, tomamos partido ao lado de Eduardo Gomes. Esse apoio entretanto, visa o reforço e a unidade das correntes democráticas de oposição à ditadura, e estará sempre condicionada ao lançamento d programas que sejam consentâneos com as aspirações econômicas, sociais e políticas da classe média e dos trabalhadores.

É com esses propósitos que a União Democrática Socialista se apresenta ao povo brasileiro, aos trabalhadores e à mocidade. Concitamos as forças novas do Brasil, a mocidade das fábricas e das escolas, os intelectuais, todo o povo, a formar conosco na grande cruzada democrática, pela destruição da ditadura de Getúlio Vargas e das velhas oligarquias políticas.

Com as forças democráticas, marcharemos unidos para a Assembléia Nacional Constituinte e para a conquista da democracia.

A Comissão Provisória de Organização da União Democrática Socialista: Antonio Candido de Melo e Souza, Antonio Costa Corrêa, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Eliza Romero, Germinal Feijó, Israel Dias Novais, Jacinto Carvalho Leal, Luiz Lobato, Paulo Emílio Sales Gomes, Paulo Zingg, Renato Sampaio Coelho, Romulo Fonseca.

(U.D.S., *Manifesto*, PP. 3-15)

Fonte: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

ANEXO B – ESQUERDA DEMOCRÁTICA – 1945

b) Esquerda Democrática (1945)

O momento político está exigindo da Esquerda Democrática ampla definição dos seus objetivos e processos, tantos são os apelos que, de toda parte do Brasil, ela recebe. Nestes termos, a Esquerda Democrática julga oportuno afirmar e precisar as linhas ideológicas fundamentais de seu pensamento público, para a completa homogeneidade de seus quadros.

Antes de tudo, que é a Esquerda Democrática?

Não é um partido; mas em partido se transformará. É, por enquanto, segundo ela própria se definiu, “uma reunião de pessoas e organizações, que aceitam a declaração por ela entregue, a 12 de junho último, ao brigadeiro Eduardo Gomes, como base mínima de um partido, cujo programa Serpa elaborado pela Convenção Nacional, que oportunamente se convocará”.

Mas esta reunião de pessoas e organizações, esta corrente política, em suma, é democrática, porque sustenta que, na civilização em que vivemos e que pretendemos viver, são fundamentais os seguintes princípios:

- a) regime representativo, de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional;
- b) liberdade de manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade de cátedra.
- c) liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados, relações de dependência ou aliança;
- d) autonomia sindical e direito de greve.

No clamor das reivindicações populares que no mundo inteiro se levantam, há uma nota de vibração particular: a defesa da liberdade civil e política. O ideal

democrático surge das ruínas da guerra, de novo, iluminando o mundo. Onde a democracia soçobrou, clama-se por sua restauração imediata; onde se manteve, - por sua continuação e seu fortalecimento.

Forma de convívio político, seria absurdo confundir a democracia com determinada ordem econômica. Não foram os postulados da democracia que motivaram a crise do nosso tempo, pois não são próprias dela nem as desigualdades sociais, nem o antagonismo de interesses entre as classes. Desigualdades e antagonismos decorrem, isto sim, do liberalismo econômico que pleiteamos transformar, em nome mesmo do ideal democrático.

Conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições, - eis o objetivo político da Esquerda Democrática.

Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política é igualmente de esquerda porque sustenta, desde logo que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, á medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isso como expressão da vontade, da maioria, manifestada pelo processo democrático.

Como reivindicações imediatas destinadas a melhorar as condições gerais de vida do povo brasileiro especialmente das classes média e pobre, a Esquerda democrática pleiteia as seguintes medidas.

- a) proteção do trabalho sob todas as formas, com ampliação e aperfeiçoamento da legislação vigente;
- b) salário mínimo justo, capaz de assegurar ao trabalhador a sua manutenção e de sua família e a educação de seus filhos;
- c) salário igual para trabalho igual, sem distinção de idade ou sexo;
- d) gratuidade do ensino público em todos os graus e ramos; organização da escola primária não apenas como órgão de instrução, mas também de assistência social à infância;

- e) um plano nacional de defesa da saúde e assistência social ao povo brasileiro cujas tarefas urgentes e imediatas serão as seguintes: combate à mortalidade infantil, estabelecimento de centros de saúde, formação de enfermeiros e enfermeiras rurais, de modo que nenhum núcleo de população do nosso território se veja privado desses benefícios.
- f) supressão de qualquer imposto sobre gêneros alimentícios de primeira necessidade, medicamentos, vestuário indispensável às classes médias e pobres, assim como sobre os instrumentos manuais de trabalho do operário urbano ou do trabalhador rural, inclusive os do pequeno agricultor;
- g) plano para construção de casas higiênicas ao alcance do salário do trabalhador, devendo ser, de ora avante empregados neste fim recursos dos institutos de previdência e caixas econômicas;
- h) isenção do imposto de renda até um mínimo correspondente à manutenção de uma existência digna e eficiente, tomada como padrão a vida da classe média;
- i) fixação das aposentadorias e pensões em quantia nunca inferior ao salário mínimo.
- j) abolição de qualquer imposto ou taxa sobre os pequenos vendedores ambulantes de comestíveis e sobre as tendas de artesanato;
- k) redução do imposto para os pequenos comerciantes;
- l) industrialização e desenvolvimento das forças produtivas do país, abrindo perspectivas ao trabalhador e ao emprego de capital por iniciativa particular, tendo em vista a libertação da economia nacional das formas de exploração colonizadora;
- m) organização da economia agrária, segundo as circunstâncias peculiares a cada região, mas inspirada sempre no propósito de criar para a população rural condições que lhe proporcionem real elevação do nível de vida; criação de fazendas – escola e instituição da previdência e adoção de medidas de assistência técnica e financeira ao agricultor, de modo que possa desenvolver a produção e libertar-se progressivamente do intermediário; abolição do aforamento.

A Esquerda Democrática, proclamando constituírem tais reformas um dos pontos fundamentais do seu programa, reconhece que a estrutura agrária tradicional do país tem desde a fase colonial, mantido a população rural num baixo nível de vida e impedido o desenvolvimento técnico das atividades agrícolas. Urge, portanto, modificá-la. A adoção das medidas sociais, técnicas e financeiras nesse sentido tem de ser precedida por estudos especializados ainda hoje escassos e incompletos. A reorganização da economia agrária brasileira comporta, como um dos seus aspectos, vigoroso estímulo à pequena propriedade, inclusive pela distribuição de terras não aproveitadas, em zonas cultiváveis e acessíveis por sua situação relativamente aos centros de consumo, o que não exclui soluções de outra natureza.

A Esquerda Democrática declara-se convencida de que a restauração da normalidade econômico-financeira, como a solução dos problemas sociais mais urgentes, exigirá medidas de tamanha importância que só um governo fortalecido pelo apoio popular será capaz de as pôr em prática, pacificamente. A incapacidade da política da ditadura conduziu o país a uma desordem financeira e administrativa tal, que a solução de qualquer problema social, dos problemas especificamente econômicos, sobretudo exigirá remédios drásticos. A opinião pública precisa de ser energicamente advertida acerca das dificuldades que teremos de vencer, prevenindo-se contra o otimismo fácil e demagógico. O peso desses sacrifícios será particularmente duro para as camadas sociais economicamente menos favorecidas. Uma das tarefas a que a Esquerda Democrática se propõe é a de lutar para que o peso desses sacrifícios não recaia todo sobre a massa do povo.

Esse governo de confiança nacional não poderá sair das entranhas da ditadura, sejam quais forem os adjetivos com que se enfeite a candidatura levantada pelo “continuísmo” em desespero, como tábua de salvação no seu naufrágio.

A candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura é cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de Novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática.

Quando ela surgiu espontaneamente do seio do povo, como um anseio das almas livres e antes que a União Democrática Nacional se houvesse constituído, os homens que formaram a Esquerda Democrática, aceitaram-na, desde logo, porque representava, por si mesma, o programa da democratização do Brasil e do repúdio total ao ditado de 10 de novembro de 1937.

Naqueles meses de fevereiro e março, não poderiam ser “neutros” entre o direito e o crime”.

E, de fato, a candidatura Eduardo Gomes abre perspectivas de um regime que terá de viver do apoio popular e em que todos os que contribuem pelo trabalho para a formação da riqueza terão em suas mãos o destino dessa riqueza, libertado o trabalhador da opressão oficial em seus sindicatos, restituídas ao intelectual a liberdade de opinião e assegurado a todos o direito de influir na direção dos negócios públicos.

Aí tem o povo as linhas ideológicas fundamentais do pensamento político da Esquerda Democrática.

Um partido ou uma corrente política vale também pelos homens que o compõem e, sobretudo, o dirigem. Sua sinceridade e seu passado são as melhores garantias da atividade prática que hão de realizar, no presente e no futuro.

Dos signatários deste manifesto, grande parte sofreu perseguições, prisões e condenações, por ter defendido, contra a reação policial e fascista que desde 35 se apoderou do país, a liberdade do homem e os direitos das massas populares.

O povo neles pode confiar, porque, ao longo da vida, quase todos eles afirmam, quando isto só lhes poderia custar contratempos e dissabores, que a ordem social vigente sacrifica a grande massa dos trabalhadores, manuais e intelectuais.

Assim, a Esquerda Democrática, sem dissimular seu pensamento e seus fins, pleiteia uma ordem social melhor e transformações que reduzam as desigualdades artificiais de homem a homem, criadas pelos privilégios da riqueza.

Mas todas estas transformações ou reformas devem operar-se, democraticamente, pela vontade da maioria popular, expressa em urnas livres.

Eis porque somos Esquerda Democrática.

Nossas fileiras estão assim abertas a todos os que, sem outros objetivos, aceitem nosso programa.

A Esquerda Democrática não tem uma concepção filosófica da vida nem credo religioso; reconhece a cada um o direito de seguir, nessa matéria, a sua própria consciência. Nela cabem, assim, pessoas de todas as crenças e das filosofias mais diversas.

Daí o nosso apelo a todos os democratas de esquerda. Que todos se congreguem na Esquerda Democrática. Que se organizem, por todo território nacional, comissões da Esquerda Democrática.

O tempo urge. O mundo se transforma. E os privilégios estão a ruir.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945.

A Comissão Provisória (aa.) João Mangabeira, Herculino Cascardo, Domingos Vellasco, Felipe Moreira Lima, Elyeser Magalhães, Elpidio Pessanha, Walter Peixoto, Rubem Braga, José Honário Rodrigues, Romero Pires, João Pedreira Filho, Celso Figueiredo, Osório Borba, Juracy Magalhães, Arnon de Mello, A. Chagas Freitas, José Silveira, Mario Monteiro, José Luís de Araújo, Guilherme Figueiredo, Fábio de Oliveira, Evandro Lins e Silva, Jurandir Pires Ferreira, Paulo Emílio Sales Gomes, Francisco Martins de Almeida, Amarílio Vieira Cortez, Emil Farhat, Alberto Pádua de Araújo, Luiz Lins de Barros, Antero de Almeida, José Lins Rego, Jader de Carvalho, Antonio José Shueller, Juvêncio Campos, Sílvio Maia Ferreira, Rui Barbosa de Mello, Raimundo Magalhães Jr., Vitor E. Santo, Carlos Amorety Osório, Carlos Castilho Cabral, Carlos Pontes, Sérgio Buarque de Holanda, José da Costa Paranhos, Pergentino Alves, Wagner Estelita Campos, Helio Pires Ferreira, Godofredo Moretzohn.

Comissão Estadual Provisória de São Paulo:

Abdon Prado Lima, Antonio Candido de Melo e Souza, Ary Porto Fernandes, Gastão Massari, Germinal Feijó, J. G. Moreira Porto, Jacinto Carvalho Leal, Marcelino Serrano, Paulo Zingg, Sérgio Milliet, Wilson Rhal.

NOTA – Caso V. esteja de acordo com as idéias desse Manifesto, inscreva-se na ESQUERDA DEMOCRÁTICA.

ESQUERDA DEMOCRATICA – Av. Rangel Pestana, 933 – São Paulo.

(Esquerda Democrática, *Manifesto*, panfleto).

Fonte: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

ANEXO C – PROGRAMA DO PSB – 1947

2) Programa e Convenções

a) Programa (1947)

Os atuais membros da Esquerda Democrática (atualmente Partido socialista Brasileiro), reunidos em Convenção Nacional,

— Considerando que a Sociedade atual assenta em uma ordem econômica de que decorrem, necessariamente, desigualdades sociais profundas e o predomínio de umas nações sobre outras, o que entrava o desenvolvimento da civilização.

— Considerando que a transformação econômica e social que conduzirá à supressão de tais desigualdades e predomínio pode ser obtida por processos democráticos;

— Considerando, ainda, que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil, não o situam fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral e às soluções socialistas que se impuserem;

Resolvem constituir-se em PARTIDO, sob o lema de SOCIALISMO E LIBERDADE, e orientado pelos seguintes princípios:

I — O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro.

II — As peculiaridades nacionais serão, pelo Partido, consideradas de modo que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.

III — Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram, eficazmente, para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social, entende que as

cisões provocadas por essa influência nos vários agrupamentos partidários estão em grande parte superadas.

IV — O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes, como forma política, para chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.

V — O Partido não tem uma concepção filosófica de vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguirem, nessa matéria, sua própria consciência.

VI — Com base em seu programa, o Partido desenvolverá sua ação no sentido de fazer proselitismo, sem prejuízo de organização partidária, princípio que respeitará, uma vez alcançado o poder.

VII — O objetivo do Partido, no terreno econômico, é a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida em que as condições do país o exigirem.

VIII — No terreno cultural, o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceitos de raça,

IX — O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.

X — O Partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos, mormente os de suma importância como a reforma agrária, a industrialização, a democratização da cultura e a saúde pública, só será possível mediante a execução integral de seu programa.

XI — O Partido admite não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou de organizações para-

estatais, servidores das profissões liberais, — pois os considera, todos identificados por interesses comuns. Não lhe é, por isto, indiferente a defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.

Com base nos princípios acima expostos, o Partido adota o seguinte:

Das classes sociais — O estabelecimento de um regime socialista acarretará a abolição do antagonismo de classe.

Da socialização — O Partido não considera socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção do Estado na economia e entende que aquela só deverá ser decretada pelo voto do parlamento democraticamente constituído e executado pelos órgãos administrativos eleitos em cada empresa.

Da Propriedade em Geral — A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riqueza, mantida a propriedade nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal sem prejuízo do interesse coletivo.

Da Terra — A socialização progressiva da terra será realizada segundo a importância demográfica e econômica das regiões e a natureza da exploração rural, organizando-se fazendas nacionais e fazendas cooperativas, assistidas estas, material e tecnicamente, pelo Estado. O problema do latifúndio será resolvido por este sistema de grandes explorações, pois sua fragmentação não trará grande rendimento às terras e criará obstáculos ao progresso social. Entretanto, dada a diversidade do desenvolvimento econômico das diferentes regiões, será o parcelamento das terras da Nação em pequenas porções de usufruto individual onde não for viável a exploração coletiva.

Da indústria — Na socialização progressiva dos meios de produção industrial, partir-se-á dos ramos básicos da economia.

Do crédito — A socialização da riqueza compreenderá a nacionalização do crédito, que ficará, assim, a serviço da produção.

Das finanças públicas — Serão suprimidos os impostos indiretos e aumentados, progressivamente, os que recaiam sobre a propriedade territorial, a terra, o capital, a renda em sentido estrito e a herança, até que a satisfação das necessidades coletivas possa assegurar-se sem recursos ao imposto.

— Os gastos públicos serão orçados e autorizados pelo parlamento, de modo que assegurem o máximo de bem-estar coletivo.

Da Circulação — O comércio exterior ficará sob controle do Estado, até se tornar função privativa deste. A circulação das riquezas será defendida dos obstáculos que a entram, promovendo-se formas diretas de distribuição, sobretudo através de cooperativas.

Organização do trabalho

— O trabalho será considerado direito e obrigação social de todo cidadão válido, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual do intelectual. O Estado assegurará o exercício desse direito. O cidadão prestará à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de sua liberdade, quanto à escolha da empresa e natureza da ocupação.

— A liberdade individual de contrato de trabalho sofrerá as limitações decorrentes das convenções coletivas e da legislação de amparo aos trabalhadores.

— Os sindicatos serão órgãos de defesa das forças produtoras. Deverão, por isto, gozar de liberdade e autonomia.

— Será assegurado o direito de greve.

Organização política

— O Estado será organizado democraticamente, mantendo sua tradicional forma federativa, e respeitando a autonomia dos municípios, observados os seguintes princípios:

— Divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário;

— Constituição dos órgãos do Estado por sufrágio universal, direto e secreto, com exceção do judiciário;

— Parlamento permanente e soberano;

— Autonomia funcional do poder judiciário;

— Vitaliciedade e inamovibilidade dos juízes e irredutibilidade de seus vencimentos;

— Justiça gratuita;

— Neutralidade do estado em face dos credos filosóficos e religiosos;

— Liberdade de organização partidária dentro dos princípios democráticos;

— A política externa será orientada pelo princípio da igualdade dos direitos e deveres entre as nações, e visará o desenvolvimento pacífico das relações entre elas. Só o parlamento será competente para decidir da paz e da guerra.

Direitos fundamentais

— Todos os cidadãos serão iguais perante a lei, sendo-lhes, asseguradas as liberdades de locomoção, de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, pela palavra escrita, falada ou irradiação; a liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança.

— Será assegurada a igualdade jurídica do homem e da mulher.

Educação e saúde

— A educação é direito de todo cidadão, que a poderá exigir do Estado, dentro dos limites de sua vocação, sem qualquer retribuição. A educação visará dar ao homem capacidade de adaptação à sociedade em que vive e não a um grupo ou classe. O ensino oficial será leigo e organizado de modo que vise o interesse público e não fins comerciais. O professor terá liberdade didática em sua cadeira. O educador, no exercício de sua profissão, nenhuma restrição sofrerá de caráter filosófico, religioso ou político.

— A manutenção da saúde pública é dever do Estado, que não só estabelecerá condições gerais capazes de assegurar existência e trabalho sadios em todo o território nacional, como ainda proporcionará a todos assistência médico-higiênica e hospitalar.

Enquanto não lhe for possível, como governo, realizar este programa, o Partido propugnará as seguintes

Reivindicações imediatas

Que serão ampliadas e desdobradas na medida em que a consecução de umas permita a apresentação das subseqüentes, bem como de outras, que, dentro dos princípios gerais do Partido, devam ser levantadas em virtude do aparecimento de novas situações:

1.º — Subordinação da nacionalização de bens pela União, Estados e municípios, em cada particular, ao voto das respectivas câmaras legislativas.

2.º — Administração das empresas nacionalizadas por órgão constituído de representantes dos respectivos governos, indicados pelo executivo e aprovados pelo legislativo, e de representantes eleitos pelos empregados das empresas.

3.º — Nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativas consideradas fundamentais.

Elaboração e execução de um plano destinado a colocar o potencial de energia hidráulica e de combustíveis a serviço do desenvolvimento industrial.

Exclusividade da navegação de cabotagem, inclusive fluvial, para os navios brasileiros.

4.º — Nacionalização das terras não exploradas, ou de terras cuja exploração atual não atende ao interesse público, a partir das situações nas regiões populosas, de modo adequado, inclusive pela instalação de cooperativas de trabalhadores. Assistência financeira, material e técnica às cooperativas instaladas nos latifúndios e as organizadas pelos pequenos agricultores. Abolição imediata do aforamento de terras públicas, sendo a renda do “domínio direto” partilhada pelos Governos Federal, estaduais e municipais.

Parcelamento das terras da Nação, onde for viável a instalação de cooperativas, em porções de usufruto individual.

Libertação de uma área em torno das cidades, vilas e povoados, destinada à produção de gêneros de imediato consumo alimentício local.

Concessão de crédito fácil e barato (penhor agrícola) aos pequenos agricultores.

5.º — Nacionalização dos créditos e das operações de seguro. Abolição dos impostos sobre o comércio interestadual, sobre os gêneros de primeira necessidade, vestuário indispensável às classes pobres e médias, livros, medicamentos, e demais utilidades destinadas à educação e saúde públicas, instrumentos manuais de trabalho dos operários urbanos e rurais e dos pequenos agricultores, e, ainda, sobre a renda mínima necessária a uma subsistência digna e eficiente e sobre as pequenas propriedades agrícolas. Abolição gradativa dos impostos indiretos e taxaço fortemente progressiva sobre a terra, a renda, o capital e a herança.

6.º — Incentivo à organização de cooperativas e a herança, em municípios, bairros e empresas, pela facilitação de crédito e isenção de impostos.

7.º — Liberdade e autonomia dos sindicatos, considerada a unidade sindical dos trabalhadores, aspiração a ser realizada por eles próprios; direito irrestrito de greve em todos os ramos da atividade profissional; organização do trabalho de modo que os direitos individuais e sociais dos trabalhadores sejam assegurados e ampliados, quer na indústria, quer no campo; salário igual para trabalho igual; salário mínimo que possa garantir a subsistência do trabalhador e de seus filhos; seguro social universal; instituto único de previdência dirigido por órgão misto de representantes das partes contribuintes e descentralizado administrativamente, no que diz respeito à concessão de benefícios; participação dos trabalhadores na direção e nos lucros das empresas, independentemente dos salários; fixação das aposentadorias e pensões em quantia nunca inferior ao salário mínimo; impenhorabilidade da casa de pequena valia onde residir o devedor; reconhecimento do direito de sindicalização a todas as categorias profissionais, inclusive aos funcionários públicos, federais, estaduais, marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, de modo a permitir a articulação das comunicações entre as nossas diversas regiões; estímulo à emigração para o desenvolvimento industrial e agrário do país e do povoamento do seu solo, respeitada a segurança nacional; livre entrada para as máquinas operatrizes e aparelhamentos industriais não fabricados no Brasil; tarifa de renda de 15% para os demais produtos e matérias-primas que não tenham similar nacional, segundo um plano a ser executado em cinco anos.

8.º — Defesa e desenvolvimento da forma democrática de governo e garantias às liberdades e direitos fundamentais do homem: regime representativo de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional, garantida a possibilidade do exercício do direito de voto a bordo, a tripulantes e passageiros e a empregados em ferrovia e rodovia, durante a viagem; direito de voto a todos os militares e analfabetos, liberdade de manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, de associação, de reunião; igualdade jurídica do homem e da mulher; liberdade de crença e de culto, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou alianças; proibição de qualquer

espécie de subvenção, auxílio ou doação oficial a igrejas, congregações ou organizações religiosas ou filosóficas; organização racional das repartições públicas.

Unidade do direito substantivo, do processual e da magistratura; justiça gratuita; restauração da instituição do júri sobre suas bases populares; adoção, na justiça do trabalho, do critério de escolha; nomeação e carreira vigente na justiça comum; extensão, aos juízes do trabalho, das garantias vigentes para a justiça comum; gratuidade do registro civil das pessoas naturais, compreendendo nascimento, casamentos e óbitos; transformação, para isto, dos respectivos cartórios em departamentos do Estado, mediante o enquadramento de seus serventuários no funcionalismo, para todos os efeitos, ainda que subordinado o respectivo serviço ao judiciário.

Fortalecimento do poder legislativo pela adoção do sistema unicameral, com uma Assembléia permanente cujas sessões só se poderão suspender a seu próprio critério.

Responsabilidade efetiva dos governantes em todos os seus graus, criando-se para isto órgãos de fiscalização, ligados diretamente ao Poder Legislativo e exclusivamente dele dependentes.

Competência exclusiva da Assembléia para autorizar a declaração do estado de sítio, que só poderá ser decretado em caso de iminência de agressão estrangeira ou de insurreição armada, depois da eclosão da mesma.

Competência do Supremo Tribunal Federal para declarar a inconstitucionalidade do estado de sítio, quando decretado com inobservância das condições e limites fixados na Constituição.

Autonomia do Distrito Federal quanto aos interesses puramente locais, e eleições do seu prefeito e da câmara local pelo voto popular.

Instituição nos Estados, de órgãos deliberativos para decisões em matéria fiscal, à maneira do que já ocorre em relação à União.

9. ° — Plano nacional de educação que atenda à convivência de transferir-se gradativamente o exercício desta ao Estado e à de suprimir-se, progressivamente, o ensino particular de fins lucrativos; subordinação do ensino particular de fins lucrativos; subordinação do ensino particular ao interesse público. Autonomia administrativa e didática das universidades, liberdades de programa no ensino superior e no secundário, sem prejuízo do currículo geral. Liberdade de cátedra. Criação e incentivo de órgãos culturais complementares do organismo educacional. Subordinação obrigatória do funcionamento de fábricas ou quaisquer empresas agrícolas e industriais de relativa importância ao funcionamento de creches, ambulatórios, escolas, restaurantes e cozinhas centrais junto a elas. Gratuidade e obrigatoriedade imediatas do ensino primário; gratuidade do ensino técnico-profissional; gratuidade do ensino secundário e superior, na medida do possível. Amparo material ao estudante pobre, quanto ao ensino secundário e ao superior, na medida de suas necessidades e de seu merecimento. Correspondência do ensino técnico-profissional do primeiro e do segundo grau com os caracteres e as necessidades da economia regional; criação de institutos agrônômicos e de pesquisas nas diversas regiões do país, conforme suas condições geo-econômicas. Destinação de um mínimo de 15% da receita pública ao ensino, com sua aplicação no mesmo ano orçamentário. Remuneração do professor na base da manutenção de uma existência digna, incluída uma cota destinada ao desenvolvimento de seu preparo, adoção de uma escala de salários que seja estabelecida com um critério capaz de atrair o professor para as zonas menos povoadas e de menores recursos; afastamento do simples arbítrio do executivo no recrutamento dos quadros docentes.

Organização adequada dos serviços de saúde pública; assistência médica para os trabalhadores mediante planos de remuneração mínima, ou até de gratuidade, conforme o caso, sem prejuízo das aspirações de sobrevivência e progresso técnico da profissão médica.

Combate às endemias e epidemias e eficazes medidas contra a desnutrição do povo, especialmente das crianças, dos trabalhadores e das gestantes; adoção de um plano geral à maternidade e à infância, envolvendo a organização do trabalho, a educação e a assistência médico-legista propriamente dita: desenvolvimento da

assistência hospitalar mediante subordinação dos estabelecimentos de caridade já existentes a um plano geral de assistência que os coloque a serviço efetivo do povo; saneamento das regiões insalubres, a começar pelas mais povoadas; assistência à invalidez; desenvolvimento de um plano destinado a trazer e fixar nos municípios do interior, privados de assistência médica, profissionais que ali possam viver de sua profissão, com benefício para a coletividade; disseminação adequada de centros de puericultura e centros de saúde e fomento à organização de escolas e de centros de obstetrícia prática, estas principalmente nas cidades do interior; saneamento permanente de rios, portos e de canais.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1946.

Aprovado na 1.º Convenção Nacional, reunida no Rio de Janeiro de 7 a 14 de abril de 1946.

(Socialismo e liberdade, panfleto)

Fonte: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

ANEXO D – IV CONVENÇÃO NACIONAL – 1949

a) *IV Convenção Nacional (1949)*

“Depois de quatro de intenso trabalho, encerrou-se, segunda-feira, á noite, no auditório da ABI, no Rio de Janeiro, a IV Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Da agenda dessa Convenção constataram, entre outros assuntos, a fixação da política socialista em face da situação nacional e internacional; exame do verdadeiro conceito de socialização; a posição do partido em face da questão agrária; elaboração de diretrizes políticas para um programa de reivindicações imediatas orientação partidária em face dos sindicatos, além da eleição da nova Comissão Nacional. Estiveram presentes delegados de quase todos os Estados, desde o Ceará ao rio Grande do Sul.

A linha política dos socialistas foi traçada por um documento de autoria do deputado João Mangabeira. Depois de afirmar que sempre temos protestado contra os atos ilegais com que na verdade se eliminou entre nós o direito de greve, transformada em crime, e contra a autonomia sindical, substituída pelo cativoiro dos interventores nomeados pelo ministro do Trabalho, violência que o governo tem levado a cabo com a complacência do Congresso e a cumplicidade do Supremo Tribunal, cujos erros e desmandos, ao contrário do que ocorre nos estados Unidos, ninguém no Brasil, ousa criticar, diz aquele líder socialista: “Somos e queremos ser, em face do atual governo, um partido de oposição, no legítimo sentido da palavra, sem demagogias estéreis, atribuindo-lhe intenções que ele não tem ou incriminando-o de infrações que não cometeu, mas também sem complacências oportunistas, emudecendo ante os seus erros ou deixando de clamar contra as suas violências. Nosso dever não é combater nem defender o governo, é fiscalizá-lo. Fiscalizá-lo severamente. Sem transações, sem transigências, sem capitulações. Cumpre-nos a todo transe defender a Constituição, ainda quando dela discordemos ou pretendamos, pelos meios que ela oferece, reformá-la. Por isso mesmo nosso dever é o da oposição mais resoluta a qualquer lei ou ato do governo, que, embora de acordo com o nosso ponto de vista doutrinário, importe de fato em negá-la, ou emendá-la por mero arbítrio, fora do processo que ela estabelece.

Estamos certos de que somente a obediência irrestrita à Constituição será capaz de nos assegurar a liberdade. Quando, sob qualquer pretexto, por mais justo que a princípio pareça, se transige com um atentado contra a Constituição, a displicência ante o primeiro ato de força abre o caminho por onde novos passos se darão, até a abolição da Lei, substituída pelo arbítrio da ditadura, descoberta na sua violência ou mascarada sob fórmulas legais. A jornada dos ditadores nunca se fez num dia. O golpe final que desfecham exige um longo processo e um ambiente adrede preparado. Tudo está em evitar que o processo tenha início e que se reúnam as condições criadoras do ambiente que permite o seu desfecho. Em face dos outros partidos, nossa posição é a de permitir, segundo as condições peculiares a cada Estado ou Município, em caso de conveniência eleitoral, a aliança com qualquer deles, exceto o integralismo, rotulado sob nome falso, com o qual não é possível a um socialista aliar-se, sob pena de ser um renegado. Ao contrário, cumpre-nos dar-lhe combate decidido em face da rearticulação fascista que se processa a olhos vistos, com a proteção de agentes do governo e de colônias estrangeiras. Quanto à sucessão presidencial que se avizinha, ressalvamos que não basta um candidato aceitar o programa mínimo que adotamos para que lhe demos o nosso voto. É essencial que ele tenha idoneidade que assegure o cumprimento de tal programa. Um programa por si mesmo pouco vale se não encontra nos seus executores a segurança do seu cumprimento. Por isso mesmo, embora incertos do êxito, poderemos ter candidato próprio, para que, em face dos interesses da política conluiados em torno de um nome impopular, se salve, ao menos, a hora da democracia quando tudo se perder”.

Em política internacional, assunto que foi objeto de vivos e longos debates na Convenção, foram adotadas as conclusões do relatório apresentado pelo deputado Hermes Lima, preconizando a luta pela paz através do desenvolvimento de um maior intercâmbio cultural e econômico entre Ocidente e Oriente, sem deixar de lutar contra o expansionismo e a política de segurança das grandes potências que pretendem o domínio do mundo. O conceito de socialização, firmado pela Comissão que estudou o assunto e adotado unanimemente pelo plenário, firma o princípio de que não basta a nacionalização dos diferentes ramos da economia para que possa haver socialismo. Impõe-se a intervenção direta dos trabalhadores e dos consumidores nesse processo,

de modo a assegurar, com a sua fiscalização, uma verdadeira democracia econômica e social.

Outra questão longamente debatida foi a reforma agrária, cuja solução definitiva ficou em suspenso, até que, depois de maior divulgação das teses levadas à Convenção e seu estudo dentro do partido, uma nova Convenção fixe em definitivo a orientação partidária. A orientação dos socialistas em face dos sindicatos foi a questão mais debatida na Convenção, durante cerca de quatro horas e prolongando-se até a madrugada de segunda-feira. Depois dessa longa discussão, ficou resolvido que o partido, na sua luta pela libertação dos sindicatos da influência do Ministério do Trabalho e dos partidos políticos, fizesse do projeto de lei Mangabeira a bandeira de luta contra os atuais dirigentes ministeriais, pela eleição imediata de novas diretorias e pela completa autonomia dos sindicatos.

A Convenção foi encerrada com uma sessão solene no auditório da ABI, na noite de segunda-feira, Durante a qual falaram entre outros oradores, o prof. Castro Rebelo, pela Comissão Nacional, o deputado Aurelio Viana da Cunha Lima, pelas delegações do Norte, e Wilson Rahal, pelas delegações do sul, sendo a sessão encerrada com vibrante discurso do deputado João Mangabeira”.

(O Estado de S. Paulo, 20-10-1949)

Fonte: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

ANEXO E – V CONVENÇÃO NACIONAL – 1953

c) V Convenção Nacional (1953)

“O Brasil não é só um país em que predomina o sistema capitalista de produção, mas, dentro desse sistema, e um país subdesenvolvido. De fato decorre a tradicional organização da economia brasileira como economia de exportação de produtos tropicais e matérias-primas e, portanto, uma economia complementar de economias estrangeiras adiantadas e industrializadas.

A pressão dos interesses econômicos estrangeiros, visando manter o Brasil nas condições de país subdesenvolvido, encontrou um aliado nas atuais classes dominantes, interessadas apenas em investimentos de alta rentabilidade e não em investimentos de base, capazes de permitir ao país a superação da atual fase de atraso econômico.

As condições de país subdesenvolvido acarretam a desigualdade dos níveis de renda e a existência correlata de uma superestrutura suntuária. Realmente, ao lado de uma minoria de indústrias, fazendeiros de café e intermediários, que ganham os mais altos lucros do mundo, a tal ponto que, lucro industrial ou comercial de 20% é considerado entre nós pouco interessante, vegeta uma massa cada vez mais numerosa de gente pobre, sobretudo nas zonas rurais. A minoria rica não tem hábitos de poupança, nem de sentimento de missão social que o capital por eles detido teria de desempenhar em nosso desenvolvimento econômico. O luxo, a ostentação, o desperdício campeiam.

As modificações que se processaram no decurso da primeira e segunda guerras mundiais e as conseqüentes alterações ocorridas nos mercados mundiais, condicionaram o início do desenvolvimento industrial do País em bases empíricas. Papel relevante desempenhou ainda o alto custo da nossa produção agrária, motivada pelo atraso da nossa economia agrícola, dificultando a exportação e, conseqüentemente, a importação de produtos manufaturados.

O nosso desenvolvimento econômico, no sentido de sua industrialização, conta com fatores positivos, objetivos porque:

- a) possuímos já população suficiente para a formação de um grande mercado interno (somos o oitavo país do mundo em população);
- b) possuímos grandes reservas de minérios básicos da industrialização;
- c) as nossas reservas de ferro e manganês são enormes;
- d) existe petróleo;
- e) o nosso potencial hidráulico é avaliado em 15 milhões de Kw em águas mínimas.

Mas o desenvolvimento industrial tem se processado lenta e desordenadamente. Falta-lhe a base sólida de uma infra-estrutura fundamental. A indústria de bens de consumo não dispõe de uma correspondente indústria de bens de produção. A indústria pesada ainda está na infância. Ainda dependemos do exterior quanto a matérias-primas e instalações industriais. O mercado interno ainda está restringido pela ausência de uma reforma agrária. A energia é escassa, cara e em grande parte importada (combustíveis líquidos). A deficiência de capitais de reserva é catastrófica.

Todos esses fatores condicionam um agudização da crise econômica sem precedentes. Crise ainda agravada pela inépcia administrativa e pela corrupção generalizada só nos meios governamentais como em todos os setores de atividade das classes dominantes, especialmente pelo processo inflacionário crônico e progressivo que, de um lado, favorece a especulação e a aventura, e de outro, acarreta, de um modo particular para os trabalhadores e a classe média, o alto custo da vida.

À crise econômica, política e social que atravessamos não tem solução nos quadros do atual regime. As medidas indispensáveis para a sua superação não podem deixar de ferir os privilégios das atuais classes dominantes e, mais ainda, os das cliques atualmente no poder.

O desenvolvimento econômico brasileiro tem de ser necessariamente planejado e dirigido pelo Estado, livre das injunções das atuais classes dominantes e orientado no sentido de beneficiar o povo, através da elevação de seu nível de vida, como decorrência do aumento da produtividade e da capacidade aquisitiva. Mas o desenvolvimento econômico planejado do nosso país há de verificar-se por etapas, iniciando-se por aqueles setores de que dependem organicamente as transformações estruturais almejadas e a produtividade do trabalho

nacional. São sobretudo os setores da energia, dos transportes, da indústria siderúrgica, da indústria de máquinas e equipamentos e o setor da reforma agrária. Uma ação governamental conjugada deve, com audácia e lucidez, concentrar-se nesses pontos básicos do nosso desenvolvimento, pois de sua solução depende a elevação do nível de vida dos brasileiros e, especialmente, da classe média e dos trabalhadores na indústria e do campo.

A etapa a percorrer no momento atual, peculiar ao subdesenvolvimento do nosso país, que precisa industrializar-se e elevar seu nível de produtividade e de consumo poderá processar-se em moldes democráticos, sem recorrer a ditatoriais de cerceamento da liberdade e degradação da dignidade humana, mediante o seguinte programa de ação imediata:

I – Reforma agrária baseada nos princípios e objetivos que a V Convenção Nacional do Partido Socialista acaba de adotar e que constituirão parte integrante do presente programa de ação imediata.

II – Reforma bancária baseada nas seguintes medidas:

- a) Lei bancária
- b) Banco Central do Estado
- c) Banco Hipotecário Agrícola e Industrial
- d) Transformação do Banco do Brasil em Banco Comercial e de Exportação e Importação.

III – Nacionalização das fontes básicas de energia (eletricidade, petróleo e carvão). Planejamento da utilização das fontes básicas de energia no sentido de permitir a industrialização das fontes básicas de energia no sentido de permitir a industrialização do país através do fornecimento de energia abundante e barata.

IV – Recuperação e ampliação do sistema de transportes ferroviário, fluvial e aéreo, visando assegurar transporte barato e eficiente para a produção agrária e industrial.

V – Planejamento do desenvolvimento industrial, nos setores básicos, com a participação do capital nacional e estrangeiro em condições de igualdade, impedindo a formação de monopólios e a evasão de capitais, mediante legislação adequada.

VI – Mobilização dos recursos necessários para execução dos itens 1, 3 e 4 através de taxação forte e progressiva, dos rendimentos das pessoas físicas, superiores a 500 mil cruzeiros anuais e da herança.

VII – Defesa intransigente das liberdades democráticas, da mais ampla liberdade de crenças religiosas, filosóficas, da liberdade de locomoção, de reunião, de associação e de manifestação da palavra falada, escrita e irradiada; destruição dos monopólios de imprensa e de rádio, abolição dos favores oficiais às empresas jornalísticas.

VIII – Liberdade e autonomia amplas dos sindicatos; direito de greve; aperfeiçoamento e aplicação da legislação trabalhista de modo assegurar-se o rigoroso e efetivo cumprimento dos seus dispositivos.

IX – Moralização severa da administração pública e racionalização da mesma; abolição dos privilégios contrários aos interesses da coletividade (participação em multas, cotas-partes, etc.); luta contra a corrupção.

X – Rigorosa política de austeridade nos gastos públicos e privados; repressão à especulação imobiliária; racionamento drástico das utilidades supérfluas ou de luxo das classes privilegiadas.

XI – Manutenção de relação diplomáticas e comerciais com todos os países soberanos, em condições de igualdade absoluta; revogação dos tratados diplomáticos e comerciais lesivos à soberania e à economia do país; participação ativa na luta pela manutenção da paz nos quadros da ONU.

Esse programa não é um programa socialista. As suas premissas fundamentais – a industrialização do país e a reforma agrária – beneficiarão todo povo e só restringirão os privilégios excessivos das atuais classes dominantes, contrários ao interesse geral. Em sua realização estão interessados todos aqueles que desejam o desenvolvimento do país em benefício de toda a população e não o atraso atual de que se locupleta uma minoria egoísta e voraz. Esse programa assegurará a independência econômica do país e a sua libertação da exploração do capital imperialista, aliado aos latifundiários e a uma parte da burguesia nacional.

O Partido Socialista Brasileiro, reunido em Convenção Nacional, na cidade de São Paulo, em 10, 11 e 12 de julho do corrente ano, lança um apelo à Nação constituir uma FRENTE DEMOCRÁTICA que inscreva em sua bandeira o programa da reforma agrária e da industrialização do país, acima consubstanciado. O Partido Socialista Brasileiro dirige-se indistintamente a todos os partidos democráticos, a todas as organizações e grupos políticos, a todos os homens amantes do progresso, da libertação econômica e do bem estar do nosso povo, a todas as forças progressistas e os concita a participar da organização da FRENTE DEMOCRÁTICA pela REFORMA AGRÁRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS.

O Partido Socialista Brasileiro conclama o povo, os trabalhadores da indústria, do comércio e do campo, os intelectuais e a classe média a organizar desde já núcleos da FRENTE DEMOCRÁTICA pela reforma agrária e industrialização do país.”

(Partido Socialista Brasileiro, *V Convenção Nacional*, mimeografado)

Fonte: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

ANEXO F – IX CONVENÇÃO NACIONAL – 1961

d) IX Convenção Nacional (1961)

Situação Nacional

Nesta IX Convenção Nacional, denominada “Convenção Osório Borba”, em homenagem ao querido companheiro e grande lutador, o Partido Socialista Brasileiro reafirma a sua convicção de que a crise brasileira não terá solução dentro da atual estrutura econômica e inadiável da realização de reformas estruturais que modifiquem profundamente a vida da Nação. Tais reformas não poderão ser realizadas enquanto controlarem o Poder os conhecidos grupos econômicos tão ligados ao latifúndio e ao imperialismo, notadamente ao imperialismo norte-americanos.

O Partido Socialista Brasileiro, proclamado que “todo o Poder emana do povo”, nega, por isso mesmo, legitimidade às manobras das cúpulas partidárias que, a pretexto da mudança de forma de governo, não fazem mais do que trabalhar pela preservação e fortalecimento dos seus privilégios. Razão pela qual defende e lutará intransigentemente pelos direitos do Povo Brasileiro na livre escolha do seu Presidente, Governadores e Prefeitos.

O Partido Socialista Brasileiro só poderá aceitar e participar da convocação de uma Assembléia Constituinte ou de reformas constitucionais mais profundas se resultarem verdadeiramente de um movimento nacional de opinião pública, capaz de exigir e de impor uma modificação no Código Eleitoral, assegurando o voto aos analfabetos e aos militares, eliminando a influência criminosa do poder econômico.

O Partido Socialista Brasileiro, em face da rearticulação dos golpistas, recomenda a união de todas as forças democráticas e de esquerda, e a mobilização permanente dos trabalhadores, estudantes e intelectuais contra as manobras da reação.

A Frente Nacional de Libertação, lançada com a “Declaração de Goiânia”, poderá se transformar num poderoso movimento e impedir o golpe da reação e realizar as reformas estruturais que o país há tanto tempo reclama, desde que a mesma se torne uma ampla organização de massas, através da participação efetiva do proletariado e da classe média, e pela adoção de um programa que seja expressão autêntica da luta antiimperialista. Por conseguinte, o Partido Socialista Brasileiro, que sempre tem lutado pela formação de uma Frente Única Popular, cooperará decididamente para que FNL se transforme num instrumento da emancipação econômica do Brasil.

O Partido Socialista Brasileiro reitera que somente um governo oriundo da maioria da Nação, isto é, das massas trabalhadoras, sem quaisquer ligações com os interesses dos latifúndios e do imperialismo poderá superar a presente crise, pelo cumprimento das seguintes medidas:

- a) Monopólio governamental do câmbio e do comércio exterior, para a luta eficaz contra os mercados dominantes e a conquista de novas áreas para a colocação dos nossos produtos.
- b) Disciplina dos capitais estrangeiros já investidos e redução de novos investimentos e empréstimos de entidades públicas, livre de imposições políticas, sem desprezar ainda a necessidade de controle do coeficiente de endividamento progressivo do País.
- c) Planificação dos investimentos; nacionalização do sistema bancário, das empresas de seguro, dos serviços públicos, dos meios de transporte e das fontes de energia.
- d) Reforma agrária que elimine de vez o latifúndio, integrando a agricultura na economia nacional em desenvolvimento e eleve o nível da vida do trabalhador rural.
- e) Controle dos preços pelo governo; intervenção estatal no abastecimento das cidades e nacionalização ou municipalização das empresas de que depende diretamente o bem estar do povo.
- f) Liquidação dos desníveis regionais e efetivação das medidas que conduzam à industrialização do Nordeste, da Amazônia e de outras regiões subdesenvolvidas do País.

g) Melhor distribuição da renda nacional, mediante uma política fiscal baseada em forte taxaço do imposto sobre renda, associada à política salarial que vise à justa remuneração de todos aqueles que vivem de salários e vencimentos.

Política externa

Os socialistas consideram a luta pelo socialismo como uma luta contra o sistema capitalista de exploração de umas nações pelas outras, da luta pela paz e pelo entendimento pacífico entre os povos.

Consideram que, com o enorme poderio destrutivo do armamento moderno, acentuou-se entre os povos a consciência da necessidade da eliminação da guerra, como alternativa para a possível destruição da humanidade.

Consideram, por isso mesmo, imperiosa a mobilização dos partidos socialistas e operários de todo o mundo, na atual conjuntura, em que mais agudamente se coloca o problema da eliminação da guerra, que está estreitamente ligado à eliminação do imperialismo.

Consideram os socialistas que no atual panorama internacional a divisão do mundo em dois blocos de potências antagônicas tende a agravar a tensão internacional e o risco de guerra. Nesse sentido, são contra os blocos de potência. Reconhecem, como elemento mais positivo, tendente a eliminar o risco da guerra, a ação dos países neutralistas, liderados pela Índia e pela Iugoslávia, nações nas quais atuam poderosas forças socialistas e democráticas. Devem os socialistas brasileiros, portanto, manifestar-se favoravelmente a um neutralismo ativo do Brasil, integrando-se na ação das nações neutralistas, contra a formação de blocos, pela solução pacífica dos conflitos internacionais.

Consideram os socialistas que a importância da ONU, como órgão de arbitragem, de formulação de regras de Direito Internacional e de solução pacífica dos conflitos internacionais, acentua-se cada vez mais. Mas, para que esse organismo possa exercer

plenamente essa função de paz e libertação do homem, torna-se necessário que desapareça o sistema de divisão do mundo em dois blocos de potências antagônicas, cada qual procurando pressionar aquele organismo internacional em favor de seus objetivos, e que no interior de cada país se criem condições favoráveis à livre manifestação dos desejos de paz e de liberdade nacional, o que está ligado à superação do sistema capitalista e do imperialismo. Deve a ONU, portanto, ser prestigiada naquilo que tem de positivo e de perspectivas de formação de um autêntico organismo internacional representativo de todos os povos. Como primeiro passo, para o exercício da função pacifista da ONU deve-se lutar pela admissão de todos os países nesse organismo, em especial da China Continental.

Consideram os socialistas a luta contra o colonialismo ponto essencial. É o colonialismo a forma mais retrógada do domínio imperialista. A libertação nacional dos povos subjogados pelo domínio colonialista é hoje inseparável da luta contra o capitalismo e o imperialismo, em escala internacional. A autodeterminação, o direito ao livre desenvolvimento de cada povo, segundo suas tradições nacionais, culturais e suas peculiaridades geográficas e históricas, é um direito fundamental e uma das liberdades humanas essenciais, que deve constituir ponto programático básico da luta socialista.

O estreitamento de relações entre os partidos socialistas e operários de todo o mundo e em particular da América, a conjugação de esforços comuns, na luta pela defesa da revolução cubana, contra o domínio do imperialismo na América Latina e as oligarquias retrógadas ligadas ao domínio imperialista, também são pontos básicos de uma política internacional a ser defendida pelos socialistas brasileiros.

Reunido o Partido Socialista Brasileiro, nesta Convenção Nacional denominada “Osório Borba” — homenagem aos princípios que nortearam a luta desse bravo companheiro — tendo em vista a situação internacional e em face a essas conclusões aprova os seguintes pontos:

1. Política neutralista positiva, consubstanciada em uma ação conjunta das nações neutralistas, contrariamente à formação de blocos de potências e a divisão do mundo em esferas de influência econômica e militar.

2. Apoio ao desarmamento geral e à interdição das armas atômicas. Contra os pactos regionais tipo Nato, Seato e Varsóvia. Pela extinção da “guerra fria” e pelo restabelecimento de relações entre todos os países e entendimento entre as grandes potências industriais, com o objetivo de aplicarem os recursos, ora destinados a armamento e manutenção de grandes exércitos, no desenvolvimento das regiões do globo afetadas pela miséria e pela doença.
3. Extinção total do colonialismo. Respeito à autodeterminação dos povos e ao princípio de não-intervenção. Apoio à luta dos povos da Argélia e de Angola pela conquista de sua soberania nacional. Por uma política energética da ONU no Congo, no sentido de eliminar a ação dos imperialistas belgas e norte-americanos, que procuram impedir a completa emancipação nacional daquele país
4. Fortalecimento da ONU, como instrumento de solução pacífica de conflitos entre nações e admissão de todas as nações nesse organismo, em particular da China Continental.
5. Estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com todas as nações e em especial com a China Continental.
6. Luta pela solidariedade internacional dos trabalhadores e pelo restabelecimento da unidade sindical e operária mundial. Intercambio entre os partidos socialistas e operários de todo o mundo e em particular na América.
7. Apoio à revolução cubana pelo seu sentido socialista e de liberdade nacional. Mobilização das forças operárias, camponesas, estudantis e intelectuais, socialistas e democráticas da América contra o imperialismo e as oligarquias retrógradas dos países americanos, que procuram investir em cuba. Intercâmbio entre todas as forças socialistas e democráticas da América Latina, visando a libertação dos povos do Continente do jugo do imperialismo e das oligarquias nacionais ligadas ao domínio imperialista.
8. Denúncia dos pactos militares a que está ligado o Brasil.
9. Mobilização de todas as forças socialistas e democráticas da América Latina contra as ditaduras fascistas da Espanha e Portugal.
10. O PSB declara que não aceita que o Tratado do Rio de Janeiro, de 1947, e o de Caracas, de 1954, se transformem em instrumentos de agressão, para que se não repita

o crime da invasão da Guatemala, pois que isso equivaleria a comprometer a própria existência da Organização dos Estados Americanos.

(Folha Socialista, fevereiro de 1962)

Fonte: CARONE, Edgard. O movimento operário no Brasil (1945-1964). São Paulo: Difel, 1979.

ANEXO G – DEMOCRACIA, CAPITALISMO E SOCIALISMO – 1946

DEMOCRACIA, CAPITALISMO E SOCIALISMO

A Esquerda Democrática transforma-se em partido numa dessas horas supremas da civilização, quando um sistema de produção se esvai e morre, exatamente para dar vida ao que o há de substituir, como ele próprio sucedeu a outros, que surgiram, floresceram e passaram no curso do processo da História. O regime capitalista, definhando lentamente, entra na fase da agonia, vítima de suas contradições intrínsecas, enquanto se levantam, na pujança da vida nova, as massas proletárias, que ele mesmo criou e contra ele se organizaram.

E a democracia formal, exteriorizada nas liberdades civis e políticas, não mais ilude, nem sequer amortece, as privações e as angústias da classe média e do proletariado – da imensa massa humana, sofredora e faminta, num mundo repleto de bens e transbordante de confortos e prazeres, quinhão que o estado burguês reserva aos ricos, que se opulentaram com o trabalho mal pago dos pobres.

A CRISE DO CAPITALISMO

É que o regime capitalista esgotou a sua força criadora, as suas possibilidades de expansão, cujas maravilhas Marx celebrou naqueles trechos fulgurantes, em que as considerou e descreveu como superiores às pirâmides do Egito, aos aquedutos romanos e às catedrais góticas.

- NOTA DE RODAPE => Discurso pronunciado pelo Sr. João mangabeira na abertura da Convenção Nacional da Esquerda Democrática em 24-8-1946.

Ao contrário do capitalismo em expansão, cuja energia formidável se esforçava por obter e obtinha o mais pleno desenvolvimento das forças de produção, o capitalismo em

decadência não tem capacidade para desenvolver até o mais amplo rendimento os recursos que a ciência e a técnica lhe põem às mãos.

E o prodigioso avanço tecnológico e científico, característico dos nossos dias, em vez de levar a uma economia de abundância, como era natural, pelo desenvolvimento máximo das forças de produção que ele impulsiona, conduz pelos obstáculos do capitalismo, a uma economia de penúria, determinada pelo subconsumo dos trabalhadores espoliados e da classe média empobrecida.

AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

E como a livre concorrência gerou o monopólio; como a produção social no seu processo é individual no seu lucro, porque ela se organiza, não como um serviço para o bem de todos, mas como exploração de muitos para enriquecimento de poucos; como a ciência e a tecnologia permitem, com a máxima expansão das forças produtoras, uma economia de fartura, que prejudica os privilégios dos proprietários dos meios de produção, interessados numa economia de escassez, o capitalismo, no gozo do que ele chama os seus direitos, exhibe, no jogo de suas contradições, a última de suas maravilhas, que se apresenta nestes termos: colhe-se, não para alimentar, mas para queimar; cria-se, não para comer, mas para enterrar; planeia-se, não para abastecer, mas para restringir.

E as descobertas da ciência e da tecnologia, ao invés de serem fontes de animação e estímulo, desalentam e apavoram ao mesmo tempo capitalistas e trabalhadores. Os primeiros, ameaçados da inutilização do capital empregado nas maquinarias tornadas obsoletas em face dos novos inventos e processos; os segundos, transidos pelo receio do desemprego, oriundo da desnecessidade de parte do trabalho manual, criada pelos novos maquinismos. Por isso mesmo, o capitalista compra muita vez as patentes das novas invenções e as tranca em suas gavetas, com temor que o outro as compre, e evita, por este ato anti-social, a perda do capital imobilizado na fabricação inadequada. Nem é senão em grande parte por isto que Brandy, num livro recente – “O negócio como sistema de governo” –, nos informa QUE A American Telephone Co. controla 15 mil patentes e a General Electric 8 mil, e assim por diante. É que no regime capitalista o que o move, o que o impele é exclusivamente o lucro. Do ponto de vista

do mercado, tanto vale fazer berços para os que nascem, como caixões para os que morrem. O ponto é que dê lucro. E assim, o produtor dos primeiros deseja recém-nascidos em quantidade e o dos segundos defuntos em profusão. E ambos estão certos, nem há como os censurar. Como produtores, não vivem da vida nem da morte alheias. Vivem do lucro. E quando o lucro impõe que se deixem morrer é minguia multidões famintas sem dinheiro para comprar, e, ao mesmo tempo, se destruam comestíveis, para não baixar o preço, o capitalismo não hesita um instante, inexorável no processo de sua lógica e fiel ao dogma de sua fé – morra a matéria e salve-se o espírito – que o lucro é o deus e a alma do mercado.

E o fato é que, nos países sob tal regime, o desemprego só desaparece e as forças produtoras só atingem o máximo do seu desenvolvimento quando a catástrofe de uma guerra total assola o mundo. Foi o que se acabou de ver na prodigiosa produção dos Estados Unidos, trabalhando sem um desempregado e na mais intensa e larga expansão de suas forças produtoras.

De sorte que o sistema que substituiu o feudal e cujos corifeus apregoavam que iria servir à civilização, manter a paz e fazer a vida próspera, só adquire toda a sua eficiência nos períodos de destruição, sob as ordens da guerra e a serviço da morte.

Mas a antítese é mais profunda, porque, se na América do Norte as forças produtoras atingiram ao máximo do seu desenvolvimento no período da guerra, foi exatamente porque, a bem dizer, durante esta fase o regime capitalista hibernou, deixando de dirigir a produção, quase toda ela na posse ou sob o controle do Estado. Assim, o capitalismo, que diziam ser a livre iniciativa, a empresa livre e a livre concorrência, só atinge o seu apogeu quando a iniciativa é dirigida, a empresa é circunscrita e o mercado é controlado.

A UTOPIA DO CAPITALISMO

Bem razão tinha Bernard Shaw quando afirmava que o capitalismo “foi e é uma utopia de papel. O produto mais irreal da fantasia de todas as utopias. Porque, apenas por lógica, sem nenhuma relação com os fatos, ele pretende demonstrar que bastaria dar força aos contratos privados, e comprar o mais barato possível e vender pelo mais alto preço, para produzir-se automaticamente uma situação em que não haveria nenhum desemprego e todo homem

honesto e trabalhador receberia um salário suficiente para manter-se e a sua mulher e filhos, ao mesmo tempo que uma classe superior; enriquecida, teria tempo e meios de preservar e desenvolver a cultura e a civilização de uma nação e, recebendo da renda nacional mais do que poderia consumir, reservar todo o capital necessário para fazer a prosperidade crescer aos pulos e aos saltos”.

Era a ilusão desta utopia de papel que fazia Hoover, um dos mais graduados porta-vozes do capitalismo, proclamar, em março de 1929, ao assumir a presidência da República, que os Estados Unidos tinham, “resolvido o problema da pobreza”. Era a ilusão desta utopia de papel que permitia a Hoover tal proclamação, exatamente quando a maior das crises do capitalismo se desenvolvia e rebentava pouco depois debaixo de seus pés. E a tal ponto que, em 1933, ao deixar o governo, a estatística da Federação Americana de Trabalho revelava a existência de 13.689.000 desempregados naquele país. E o mais interessante é que o Departamento Nacional de Pesquisas Econômicas declarava que, em plena prosperidade, de 1920 a 1927, sem falar nos trabalhadores rurais, o número dos desempregados oscilou entre 1.400.000 e 4.200.000. e em 1936, Moulton, da “Brookings Institution” (instituição absolutamente insuspeita ao capitalismo nos Estados Unidos), informava, em seu livro “Renda e Progresso Econômico”, que, de 1922 a 1934, o país poderia ter produzido mais 240 bilhões de dólares do que de fato produziu. Era assim que os Estados Unidos resolviam, na preamar da glória capitalista, “o problema da pobreza”.

E ainda em 1939 à véspera da guerra, os Estados Unidos, o país mais rico do mundo, tinha 12 milhões de desempregados e na Inglaterra, que na ordem da riqueza lhe seguia, os inquéritos evidenciavam que uma quarta parte das crianças era subalimentada. A propaganda paga de um automóvel para quatro operários nos Estados Unidos, e outras do mesmo tom, não escondem a miséria em que definha e morre certa parte do proletariado norte-americano. Em romances como “Judeus sem Dinheiro” de Gould, em livros documentados, como “A América Trágica” de Dreiser, nas mensagens de Roosevelt ou nos inquéritos oficiais, o que se apura é que enorme número de norte-americanos é subalimentado e morre à falta de recursos médicos e farmacêuticos. No quadro levantado por Kreps, em 1939, no seu livro “Níveis do Bem-Estar na Vida Americana”, verifica-se que, dos 30 milhões de famílias norte-americanas, 8 milhões morreriam à fome se o governo não as socorresse, e 11 milhões lutavam contra a miséria. Isto é, quase 2/3 das famílias daquele país estavam na miséria ou na penúria. E a “National Resources Committee”, numa de suas publicações, “Rendas do Consumidor nos

Estados Unidos”, chegava à conclusão que somente treze por cento (13%) de sua população tinham um rendimento capaz de permitir a vida com um pouco de conforto, isto é, recebia 2.500 dólares ou mais, anualmente. E ainda agora acabo de ler um ensaio sobre o problema de habitação naquele país e no qual Nathan Straus, ex-diretor do Departamento Público de Construção de Casas, depois de afirmar que, e 1938 a 1941, construíram-se 170 mil habitações por aquele serviço, não obstante a guerra contra ele movida pelo capitalismo, conclui por dizer que são precisos 2 milhões de moradias decentes para os que se aglomeram no que nós chamamos “favelas”. Tudo isso demonstra que, ainda no país mais rico do mundo, o regime capitalista não pode resolver o problema da fome e da miséria.

O FIM DO CAPITALISMO

Quando, porém, um sistema de produção apresenta provas tão evidentes de que não tem mais capacidade para desenvolver em todas as suas possibilidades as forças produtoras e que os recursos que a ciência é a tecnologia fornecem, e deveriam permitir ao povo uma economia de fartura, resultam numa economia de penúria, é que as forças de produção se encontram em franco antagonismo com as relações de produção, isto é, com o regime jurídico da propriedade de seus meios. Mas o regime que leva no seu seio a força que o há de substituir não se entrega sem resistência e, ao contrário, se esvai lutando por persistir, com as armas que o seu arsenal político-jurídico lhe pode fornecer. Assim é o que o fascismo e o nazismo, alimentados pelos cofres dos grandes milionários nacionais e estrangeiros, outra coisa não foram, em seu início, que uma forma talvez a derradeira, e em grande estilo, de defesa e sobrevivência do capitalismo monopolizador e internacional em decadência. E, ainda assim, o capitalismo não prolonga a própria vida, senão de concessão em concessão, em que quase sempre se renega, e as quais, se lhe permitem distender um pouco a existência, através de crises de dispnéia e balões de oxigênio, tornam, por isto mesmo, visível e inevitável a proximidade de sua morte.

A propósito da redução da jornada de trabalho a 10 horas, na Inglaterra, e do furor com que a luta se travara, Marx em 1864, numa proclamação célebre, dizia que “a lei levantava e decidia em grande parte a questão entre a lei cega da oferta e da procura, que é toda a economia política da classe burguesa e a produção social controlada e regulada pela

previdência social, que constitui a economia da classe operária. A lei de 10 horas não foi, pois, somente um êxito prático, mas também a vitória de um princípio, porque pela primeira vez em pleno dia a economia política burguesa tinha sido batida pela economia política operária”. Mas a cada transigência ele só chega depois de resistência tenaz. Assim, em 1898, quando, ainda na Inglaterra, que é a terra-mãe das liberdades civis e políticas, se apresentou à Câmara dos Comuns o projeto que reduzia nas minas, e tão-somente nas minas, a jornada de trabalho a 8 horas, o capitalismo britânico levantou contra essa providência benfazeja a mais desabrida campanha, receoso de que a medida se estendesse a outros ramos da produção. O “Conselho Parlamentar dos Patrões”, fundado àquela época, ergueu, desde logo e nos termos mais veementes, seu protestos, através da longa e articulada declaração de princípios, em que se punham a descoberto os perigos a que o ato legislativo expunha “o espírito de tenaz independência característico da nação britânica”. E no longo rol de seus artigos, a declaração que proclamavam, no primeiro deles, “não ser incumbência nem dever do Parlamento fixar as horas de trabalho”, e, pelos números seguintes, sustentava que “o sistema de inspeção necessário para impor o cumprimento da regulação do trabalho pelo Estado seria vexatório e intolerável” e que “ninguém poderá dizer que 9 ou 10 horas de trabalho sejam fatigantes ou nocivas à saúde”, e que “a função do Estado é proteger e não restringir a liberdade do indivíduo, ajustar como quiser seu próprio contrato de trabalho”; a famosa declaração concluía por mostrar até onde poderia ser levado o absurdo da intervenção, bradando nestes termos: “A Conseqüência lógica da regulação das horas de trabalho pelo Estado é a regulação, pelo Estado, dos salários”. Esta a monstruosidade suprema, este o supremo crime contra o capitalismo, a que a lógica poderia, em suas abstrações, levar o Estado. Sob esta dedução da lógica formal, o capitalismo cuidava formular o absurdo dos absurdos, o paradoxo dos paradoxos, que se pode apresentar bem deduzido no terreno do raciocínio abstrato, mas sem realidade concreta no campo da vida.

No entanto, vinte anos depois, o que parecia um absurdo patente e irrecusável aos olhos dos patrões ingleses passava a ser, no Tratado De Versalhes, a regra da razão. E Talvez que fosse isto um dos motivos mais poderosos para que o Senado norte-americano, dominado pelos interesses da propriedade, recusasse aprovação ao tratado que Wilson selara com a sua presença, seu apoio e sua colaboração. E quando, na fortaleza central do capitalismo, o grande Roosevelt iniciou o New Deal, e a lei Wagner outorgou ao operário norte-americano garantias e direitos já reconhecidos em quase todos os países livres do mundo, a reação capitalista

desencadeou a mais violenta oposição contra o homem que o povo aclamou por quatro vezes nas urnas da eleição. Mas a tormenta passou. E, como na Inglaterra, o que era nos Estados Unidos, há menos de 10 anos, para o capitalismo embravecido, o reino do absurdo tornou-se, para o capitalismo domesticado, a regra da razão. Acontecerá o mesmo de referência à socialização dos grandes meios de produção, que já está sendo e será dentro em breve, e em todo o mundo, a regra da justiça, da igualdade e da razão.

A esta regra não chegaram, mas ainda hão de chegar, os oligarcas do lucro e do que eles chamam os seus interesses consolidados e os seus direitos adquiridos.

Ainda não há muito dizia Bevin na Câmara dos Comuns: “Se eu disser na Inglaterra que alguém ganha 2 ou 3 mil libras, é um simples dito, mas se disser que um trabalhador ganha 5 libras, parece que o mundo vai acabar”.

É o que se passa também entre nós. Quando se diz que certos industriais ganham mais de 100 mil cruzeiros por dia, ou que alguém perdeu 1 milhão de cruzeiros na vertigem da roleta, ou ganhou 2 milhões na histeria do pife-pafe, é um simples comentário que, na roda imbecil dos grã-finos, ainda serve de recomendação ou de honraria. Se, porém, nos mesmos círculos, alguém disser que um pedreiro ganha 40 cruzeiros por dia, é um deus-nos-acuda.

O PASSATEMPO DOS BALANÇOS

No entanto, um dos melhores passatempos destes últimos anos é ler os balanços de certas empresas. Porque nos destrai, nos ensina e nos edifica. Não quero, por patriotismo, por patriotice ou por patriotada, tratar das companhias nacionais, em cujos balaços há coisas maravilhosas. No reino das indústrias têxteis chegasse à magia. Vejamos, porém, apenas estes balanços: “Mappin Webb Limited” – capital Cr\$ 2.600.000,00, lucro anual..... Cr\$ 3.000.000,00; “Kodak Limited” – capital Cr\$ 2.700.000,00, lucro anual Cr\$ 6.200.000,00; “Caloric” – capital Cr\$ 14.700.000,00, lucro anual Cr\$ 30.000.000,00; “Anglo American” – capital Cr\$ 4.200.000,00, lucro anual Cr\$ 30.000.000,00; “Standard Oil” – capital Cr\$ 77.000.000,00, lucro anual Cr\$ 45.000.000,00. Mas o balanço acusa, logo em seguida, “Superavit” não distribuído – Cr\$ 150.000.000,00. E o *Monitor Mercantil* de 26 de outubro último divulgava esta lista de grandes lucros extraordinários, na qual se lia, entre outras

companhias nacionais, as seguintes estrangeiras: “Frigorífico Wilson” – Cr\$ 115.000.000,00; “Companhia Swift” – Cr\$ 300.000.000,00; “Frigorífico Anglo” – Cr\$ 67.000.000,00; “Elevadores Atlas” – Cr\$ 44.000.000,00. E a “Ligth”? A “Leopoldina” ? A “São Paulo Railway”? “A City” ? O estudo destas empresas, da formação e do aumento no seu capital, dos seus lucros e dos seus monopólios, daria lugar, às vezes, a documentados volumes sobre o capital imperialista e outras vezes a complicadas novelas policiais.

Ainda há quatro ou cinco dias, li o balanço de uma companhia que desempenha um serviço que por sua natureza é público e deveria ser nacionalizado, em que se declara a distribuição de um dividendo de 50%. E a ação de uma dessas empresas cujo valor nominal é de cinco mil cruzeiros, vende-se, quando aparece na bolsa, por 16 mil. É que no jubileu de escândalos e bandalheiras que foi a ditadura, ainda não se mediu, nem se medirá tão cedo, toda a imoralidade administrativa, protegida pelo abafadouro do DIP. Porque todos os dias surgem novas ignomínias até então desconhecidas. Pois bem, num desses dias de licenciosidade, a ditadura virou de cabeça para baixo o preço do teto. Porque este consiste em não se poder elevar a tabela fixada. Pois uma certa ordem de empresas obteve exatamente o contrário, isto é, não se poder cobrar abaixo da taxa que os magnatas arbitraram.

OS SALÁRIOS

E os salários? ficaram como o preço teto – de cabeça para baixo. Isto é, diminuíram quando se dizia que aumentavam. Não era somente a inflação desordenada que os fazia decrescer, embora nominalmente acrescidos. Era a relação porcentual, era a porcentagem do pagamento da força do trabalho no preço de venda do produto que baixava em favor do capitalista já extraordinariamente enriquecido.

Queres um exemplo?

A indústria têxtil foi uma das auferiram maiores benefícios com a inflação e, sobretudo, a guerra. Em 1938, o salário oscilava entre 12 e 15% no preço de venda do metro de tecido. No tecido de algodão barato, que se vendia a 2 cruzeiros o metro, recebia o operário 24 centavos, como salário de sua força trabalho consumida na produção. Era uma relação de 12%. Era uma porcentagem extraordinariamente baixa, de franca espoliação, pois até em 40%, em outros países, se firma a taxa do salário, no custo do produto. Veio a guerra, veio a

inflação, e os preços quadruplicados e subiram por aí afora. Ainda há pouco, uma pessoa tão insuspeita quanto a lucros extraordinários e sobre tais lucros tão abalizada, como o Sr. Lodi, afirmava que o modesto tecido “opala” quadruplicara no seu preço. Subira de 2 a 8 cruzeiros o metro. E o salário? Durante a guerra, embolsou o capitalista todo o aumento quádruplo do preço e continuou a ao operário os mesmos 24 centavos do tempo do custo de 2 cruzeiros. Os outros 6 cruzeiros, oriundos do crime da ditadura e da desgraça da guerra, o proprietários metia integralmente no seu bolso. Nada podia reclamar o proprietário. Porque o ditado de 10 de novembro proibia a greve, capitulada, então, de crime. E o patriotismo bem pago bradaria, desde logo, contra os espoliados, classificando seu protesto como sabotagem ao esforço de guerra.

E o operário engolia, estrangulado, a sua angústia. Não podia falar e por ele ninguém falou. Os que podiam falar, pois eram os donos da palavra, nada disseram. Concentravam-se nas bolas das roletas dos cassinos, ou sorriam jogando golfe nos parques dos milionários. Mas a guerra acabou. E os operários impacientaram-se. As medidas restritivas abrandavam-se. E depois de marchas e contramarchas, os patrões concordaram no aumento do salário.

Mas, se o salário era de 24 centavos por metro de tecido “opala”, quando este custava 2 cruzeiros, lógico que deveria ser de 96 centavos, quando o preço se elevava a 8 cruzeiros.

Aumentaram-se de 50%, como prova de grande generosidade dos capitalistas. O operário ganharia, assim, 36 centavos, em vez de 24, como vinha recebendo. Ganhou, de fato, o operário? Ganhou o que realmente merecia, como o pagamento de sua força de trabalho? Não! Em verdade perdeu! Perdeu, em relação ao período de ante-guerra.

Porque naquela época, recebendo 24 centavos por metro de tecido barato, vendido a 2 cruzeiros, percebia o operário 12% do preço da venda. Era nesta relação que o capitalista calculava pagar a força do trabalho, como um dos fatores do produto. Era muito baixa a porcentagem que, no regime capitalista, poderá subir até 40%. Mas, em todo o caso, entre nós, era, na espécie, de 12% a relação. Isto posto, se o metro de tecido subira de 2 a 8 cruzeiros, a porcentagem fixada de 12% obrigaria o salário a subir de 24 a 96 centavos. Mas percebendo apenas 36, a porcentagem, que era de 12, caiu a 4 1/2! Entregando 12% do preço da venda ao operário, reservada o patrão 88% para pagamento de todas as outras despesas, inclusive juros e amortização do capital imobilizado e, depois do pagamento total, embolsava o restante, que era o lucro. Ora, com o preço de venda elevado ao quádruplo, quatro vezes maior era o seu lucro, dentro da porcentagem de 88%, ao passo que os 12% restantes seriam

do trabalhador, cujo salário também deveria ser quatro vezes maior. Que fez o patrão, cujo lucro quadruplicara? Não se contentou com a quadruplicação dos 88%. Entrou a comer no prato do operário, reduzindo-lhe os 12% a 4 1/2, isto é, apossando-se de quase dois terços de sua força de trabalho, sem por isto lhe pagar coisa nenhuma. É assim que o mundo se divide entre os que têm e os que têm. Entre espoliados e espoliadores. Na indústria dos calçados a análise levaria ao mesmo resultado, ou ainda pior.

A LEI DA GREVE

Diante disso, só mesmo a lei recente que suprime a greve, sob o fundamento de regulamentá-la, poderia sufocar o grito de desespero na garganta. O pretexto para o decreto fascista, que nenhum parlamento livre nesta hora voltaria, foi o comunismo, como se o comunismo ou qualquer outro ismo pudesse fazer a greve nos lares felizes ou nos estômagos cheios! O que é certo é que os privilegiados da riqueza queriam uma lei que suprimisse a greve, cujo direito o Brasil reconhecera no ato internacional a que apusera a sua assinatura. E a lei veio. Rápida, ríspida, repressora. No entanto o governo se engana. As ditaduras morreram nos campos da Europa, inclusive a do capitalismo. A lei supressora da greve é a nova lei malaia. Não terá aplicação contra o proletariado faminto, quando este procurar naquele remédio extremo o meio de resistir e não se deixar matar à fome. O decreto, pelo seu despotismo e sobretudo pela sua boçalidade, envergonha a legislação moderna.

Mas o fato é que para o operário inerte, desprotegido e em posição humilde ante o governo, este foi todo desafio, intransigência, intrepidez. Mas, para salvar as aparências e apresentar ao mundo civilizado boa face, o governo anunciou que iria providenciar quanto a lucros excessivos e limitação ou taxaço de certos rendimentos. Mas ao contrário do operário humilde, a plutocracia arrogante aceitou o desafio. E que se vê? Projetos, anteprojetos, subprojetos. Mas a lei não sai. E se sair será embebida em água de rosas. E ante a riqueza desafiadora, que se vê? Vê-se o governo displicente, o governo complacente, o governo transigente. O governo acomodado, o governo acomodado, o governo acorado! Não se veja nestas palavras nenhum propósito ou sentimento de oposição sistemática ao atual governo. Não!

NOSSA POSIÇÃO POLÍTICA

A Esquerda Democrática não deseja combatê-lo, nem apoiá-lo. É seu dever fiscalizá-lo. E este dever a Esquerda Democrática o cumprirá, como cumpriu, para com a Pátria, o outro, o de sustentar e levar às urnas o nome de Eduardo Gomes – um grande nome de verdade, nimbado pela virtude e sulcado de raios heróicos. A sorte não lhe sorriu, numa eleição com as máquinas oficiais trabalhando contra ele em plena força e o dinheiro roubado ao Tesouro despendido numa campanha de infames calúnias e mentiras miseráveis. No entanto, do ponto de vista democrático, sua vitória foi completa. Porque foi sua atitude abnegada e intrépida, em março de 45, que tornou possível não somente a queda da ditadura, mas também a própria candidatura do seu competidor. Não fora esse homem desambicioso e bravo, jogando, como sempre, a serviço de um ideal, a sua carreira e a sua vida, e a ditadura, através de uma eleição de fãncaria, ter-se-ia perpetuado, com os seus quemistas de opereta e os trabalhistas de comédia. A Esquerda Democrática, pela voz do seu presidente, honra-se de render esta homenagem ao seu grande candidato, que é um valor moral inestimável do Brasil e cuja vida tem sido sempre uma vertical de integridade, de patriotismo e de bravura.

O NOVO GOVERNO

Mas, por isto mesmo que a esquerda Democrática não votou, nem votaria no atual presidente — principal autor do atentado de 10 de novembro — pode ela, com a mais absoluta insuspeição, proclamar que o honrado chefe da Nação foi um dos raros adeptos do “Estado Novo” que atravessou a corrupção, a depravação da ditadura, com a probidade da sua vida pública inatingida e a austeridade de sua vida privada imaculada.

Por isto mesmo peço a Deus que o inspire na humildade e não o inflame no orgulho. Permita-me o Presidente da República que eu lhe repita as palavras de Rui ao Marechal Hermes, lembrando a este o tio glorioso: “Um bom ministério o salvaria; um mau corrilho

o perderá...” A época dos governos de camarilhas, de áulicos, de bajuladores passou. Hoje, ou se governa em cena aberta, destino do governo. Nem seria governo. Quando muito governicho. Rodeados pelos mesmos farçantes, apoiadores de todos os governos, adeptos de todos os presidentes, defensores de todos os vitoriosos e apedrejadores de todos os presidentes, defensores de todos os vencidos. Sempre firmes no Catete, alguns deles, hoje macróbios, desde o presidente Rodrigues Alves, e todos eles sustentando indefectivelmente todos, os governos — reacionários ou liberais, democráticos, nem totalitários, nem conservadores, nem legitimistas, nem revolucionários. São tudo isto sucessivamente e da noite para o dia. Porque são apenas governamentalistas fervorosos, devotos fiéis do governismo. Não se iluda o honrado chefe da Nação com tais zumbaias, conselhos, elogios e bajulações. São técnicos especializados nesse ofício. Todos eles teriam forçado a porta do palácio, caso o Brigadeiro houvesse triunfado. Então redobriariam de força os seus aplausos. Porque têm por dogma não faltarem à mesa do governo. Nem sequer fazem questão da primeira. Serve-lhes a segunda, e até a terceira. E se não encontram lugar na sala, comem na copa. O que eles O que eles querem é comer. O que não querem é jejuar na oposição. Não perca tempo o Sr. Presidente da República com essa famulagem que tem formado no séquito de todas as presidências e na senzala de todas as ditaduras. Suba até o povo o seu governo, pois ele o povo está ausente. Homem do povo, volta ao seio do povo, donde saiu e assente nele o seu governo. Resgate com um governo de base popular os erros dos seus atos cometidos no passado contra a democracia, a Lei e a Liberdade. Levante os olhos para o alto, e veja no horizonte do mundo a manhã que alvorece. O regime capitalista entrou na sua fase final. O sol da socialização aparece anunciando o novo dia. As idéias socializantes dominam os espíritos. A Inglaterra socializa-se. A França vai superá-la. Os pequenos países da Europa acompanham-na. E eles eram a flor da democracia e da civilização, na Escandinávia, na Bélgica ou na Holanda, na Tchecoslováquia ou na Suíça. Nos próprios Estados Unidos as crises sucedem-se e as modificações se vão fazendo. Só no Brasil alguns reacionários não querem ver o presente e voltam-se para o passado irreversível e morto. Apegam-se, nesta hora, à Constituição de 91 e outros queriam volver a 87. Daí o perigo de uma Constituição retrógrada, inadequada às necessidades do presente e destinada, por isto mesmo, a breve duração. Devemos ter uma Constituição capaz de adaptar-se às modificações estruturais que o fim do regime capitalista impõe.

Mas, ao mesmo tempo, a democracia política firma-se no mundo com a liberdade mais ampla da manifestação do pensamento, traduzida na liberdade absoluta da palavra. Assim é garantido a quem quer que seja expandir sua opinião, por mais discordante que seja da nossa, ou mais errada nos pareça. Quando um democrata se levanta contra uma opinião, seja qual for, e pede, só por isto, o castigo do opinante, que outra coisa não fez senão usar do seu direito de opinar de acordo com o que em sua consciência julga certo, este democrata fez, sem querer, o serviço da reação, que um dia o há de amordaçar, como o avestruz que choca ovos de crocodilo, dando vida, assim, aos que o hão de devorar. Porque uma opinião, por si só, e por mais absurda que seja, pode varar todos os limites dos erros, mas não atingirá jamais nenhum dos limites do crime. E como os Estados Unidos são agora o nosso modelo, mesmo para os que tinham até há pouco a Alemanha por padrão, convém lembrar que, em plena guerra, a Suprema Corte, no caso *Baumgartner versus Estados Unidos*, modificando sua jurisprudência, falava unicamente pela voz de Frankfurter nestes termos, e em favor de um alemão naturalizado: “Uma das prerrogativas da cidadania americana é o direito de criticar homens públicos e medidas; e isto significa não somente uma respeitável e bem informada, mas também a liberdade de falar sem moderação e loucamente”.

Isto é que é liberdade de opinião, como as democracias a concebem. Mas a fórmula suprema deu-a Rui, quando, considerando esta franquia emanação divina, afirmou que Deus, concedendo ao homem a faculdade da palavra, outorgou-lhe ao mesmo tempo a liberdade de negá-los.

Por isto mesmo a Esquerda Democrática será sempre contra qualquer restrição arbitrária da liberdade, encarne-se embora esta no mais intransigente dos seus adversários, ou no mais encarniçado dos seus inimigos.

Claro, portanto, que a Esquerda Democrática se opõe ao fechamento do Partido Comunista, como de outro qualquer, enquanto se mantiver dentro da ordem e da lei. Até mesmo porque uma democracia que não permitisse a existência legal do Partido Comunista não passaria nunca de uma democracia de fachada, uma democracia de papel.

A NOVA DEMOCRACIA

Mas as liberdades asseguradas e propagadas ao mundo pela Revolução Francesa não bastam às necessidades do homem comum. A revolução burguesa já cumpriu o seu destino, criando o estado burguês, que se transforma aos nossos olhos no estado popular. A Revolução Russa, queiram ou não queiram os reacionários, criou condições para o advento das massas ao governo. Tudo quanto contra ela se tem dito ou feito, de denegrimento e de combate, nem de longe se compara com o que se falou, escreveu e praticou contra a Revolução Francesa, quando esta destruída uma velha ordem, e dos seus escombros se levantava o novo mundo. Ambas tiveram os seus “dias de flama e os seus anos de fumo”. Ambas resistiram, venceram e frutificaram. É do êxito da primeira, que permitiu, com a ascensão da burguesia, o surto do capitalismo, empreendedor e magnífico na força da sua expansão criadora, e da vitória da segunda, em cuja flama o proletariado se revigora e lida, em toda parte, por uma nova ordem — da síntese de ambas nascerá a democracia integral, com as liberdades individuais asseguradas e os privilégios da riqueza destruídos. Teremos, assim, a integração da liberdade ilimitada de crítica e combate ao governo ou ao regime, como existe na Inglaterra e não existe na Rússia, com a libertação dos privilégios das riquezas, que não existem na Rússia e existem na Inglaterra, e que asseguram desde o nascimento, à mediocridade ou à insignificância de certos ricos, uma superioridade artificial sobre as qualidades nativas de certos pobres. Em resumo: a liberdade de igual oportunidade social, sob uma condição social igual, eis a verdadeira democracia. A democracia política pouco vale se não existe a democracia social, e pouco também esta valerá se aquela se extinguir. Mas a primeira, por si só, será sempre a divisão entre explorados e exploradores, numa sociedade cuja suprema divindade pagã se chama lucro. É preciso lançar por terra o falso deus. O mundo não pode continuar dividido entre os que têm e os que não têm. O dinheiro não pode continuar a ser, como tem sido, a medida de todas as coisas, transformado de meio de troca em instrumento de poder.

O antagonismo entra as forças de produção, que a ciência e a tecnologia impelem, e as relações de produção que a propriedade privada de seus meios entrava, contradições que atingiram o seu extremo, prenunciam o esboroamento de um sistema econômico e o aparecimento do que há de ocupar o seu lugar. E como todo nascimento, por entre alguma angustia ou alguma dor. “o que se pode é abreviar ou mitigar as dores do parto”.

Por isto mesmo, a Esquerda Democrática, que se transforma em partido numa hora decisiva da História, pleiteia a socialização dos grandes meios de produção, mas gradativa e progressivamente, à proporção que as nossas condições objetivas o permitirem.

Compete, neste momento, aos capitalistas inteligentes e capazes tomarem conhecimento e compreensão da necessidade inelutável, e prepararem-se para uma adaptação a uma nova ordem. Porque o capitalista não é melhor nem pior do que nós. É tão bom quanto nós. Vive como nós, num sistema de produção que não lhe Cabe, nem lhe é possível modificar. É como o príncipe. Que culpa tem este de ter nascido assim? Pode ser ótima pessoa. Mas nasceu príncipe. Não tem que bater o malho. Os outros trabalham para ele. A sua função é vestir fardões e cortejar as damas. É do regime. Este é que é mau e por isto o povo o põe abaixo. Mas quando o rei é sábio, faz como Pedro II. Não protesta. Ou como Afonso XIII. Por si mesmo deixa o trono, em face de uma eleição. Mas os que não tem juízo ficam, como Vitor Emanuel, da Itália, Pedro da Iugoslávia, ou Jorge, da Grécia, lutando contra o destino que os rejeita. O papel dos capitalistas capazes, no Brasil, é ajudar a transformação que se aproxima, a ela se adaptar e dela participar. É reconhecer a realidade que se impõe. É dentro dela atuar. Porque é o homem que faz o seu destino, dentro das condições que ele não criou e que surgiram no processo da História.

Forma de convívio político, a democracia não se confunde com o liberalismo econômico, deturpação da liberdade, que escraviza a grande massa dos trabalhadores e o próprio povo ao pequeno grupo dos privilegiados que detêm os meios de produção. Forma de convívio político de base popular, a democracia só alcançará sua plena realização quando, popular e não oligárquica, for também, no curso de todo o seu processo, o sistema de produção sobre o qual assenta e se desenvolve a sociedade. A propriedade dos meios de produção que, outrora, assegurava ao verdadeiro produtor a propriedade do seu produto, transformou-se no regime capitalista em instrumento que o empobrece e o espolia. Era o que salientava, há poucos anos, Ickes — ministro de Roosevelt —, quando apontava como “uma das mais extraordinárias anomalias da História, que a América, terra da maioria, fosse dirigida pelos monopólios, que, por sua vez, são dirigidos por um pequeno número de acionistas”. Não via que isto é inevitável no capitalismo. Somente a socialização dos grandes meios de produção permitirá, por uma justa distribuição dos bens indispensáveis à vida, libertar os operários e a classe média das necessidades que os amesquinham e os atormentam.

O PROBLEMA AGRÁRIO

Mas entre nós o problema se complica. Cumpre destruir os restos do regime feudal que entrava o surto do nosso progresso. Somos ainda um país de aforamento, instituição do direito romano, que atingiu seu apogeu no feudalismo e contra a qual já bradava Rui, em 88, pedindo a desenfeudação da propriedade.

Ultimamente os Institutos de Advogados e as Faculdades de Direito isto reclamaram. A ditadura organizou o projeto que a extinguiu. Mas bastou que meia dúzia de potentados, que vivem de foros e laudêmios, se movesse, para que a ditadura, sempre mesureira ante os ricos, arquivasse o projeto que fizera. Mas o problema agrário, esta a grande questão que a democracia brasileira tem de resolver, atendidas as peculiaridades de cada região. Porque o nosso desenvolvimento industrial depende da prosperidade da população rural, cuja capacidade arquivista, nos seus trabalhadores, é do nível da miséria.

É sempre duvidoso argumentar com estatísticas num país como o nosso, em que o Professor Eugenio Gudín, num parecer verdadeiramente magistral, demonstrou que o cálculo da renda nacional feito pelo departamento competente estava grosseiramente errado. Mas do cotejo de várias estatísticas pode se apurar, em números redondos, a existência de 990 mil industriários; 500 mil comerciários; 210 mil empregados em transporte e cargas; 97 mil empregados em companhias de serviço por concessão; 173 mil ferroviários; 56 mil portuários e marítimos; 26 mil bancários; 22 mil estivadores. Ao todo 2 milhões de empregados urbanos, devidamente classificados, inclusive os fartamente remunerados. Outro tanto computam as estatísticas para domésticos e outros em ocupações que não classificam. Ao todo 4 milhões.

Mas a quase 9 milhões sobem os trabalhadores rurais. É a grande massa seminua e semifaminta, sem recursos para consumir e que impossibilita, assim, o desenvolvimento industrial do país. Deles não se lembram em geral os políticos porque eles não votam. E não votam porque não sabem eles ler. São dentre todos os habitantes do Brasil os mais desprotegidos. A Esquerda Democrática compromete-se a deles cuidar, por isto mesmo que quase todos os abandonaram. Por isto mesmo pleiteia o voto para os analfabetos. Para que

esta força da produção seja uma força política. E assim serão lembrados. Até mesmo porque não se pode negar o direito de votar aos que a Pátria, no dia de guerra, convoca para a obrigação de por ela morrer. A Esquerda Democrática empenhar-se-à com todas as suas forças para a solução do problema agrário, o maior e o mais premente, dentre os que estão a desafiar a capacidade dos nossos governantes.

PARTIDO DO POVO

Mas a Esquerda Democrática não é um partido de classe. É o partido do povo. Do povo, cuja imensa maioria se compõe do proletariado e da classe média, a mais numerosa e talvez a mais sofredora dentre todas. A proletarização da classe média é um fato que o Estado não pode desconhecer e sobre o qual lhe cabe providenciar. Atingida em cheio pela inflação criminosa, com que a ditadura, para se perpetuar, arruinou o país e improvisou milionários, a classe média, entre nós, proletarizou-se ainda mais do que o operariado. Porque os operários lograram uma alta dos salários, embora esta nem de longe acompanhasse a ascensão vertiginosa do custo da vida; mas os ordenados, as pensões, os montepios, os pequenos rendimentos da classe média não se modificaram, ou apenas parcamente se acresceram. As famílias da classe média, a chamada “pobreza envergonhada”, são, entre todos os necessitados, os mais sofredores. Deles se poderá dizer com Mirabeau: “Doravante os pobres e os seus males pertencem ao estado”. A Esquerda Democrática, como partido do povo, não tem uma concepção própria da vida, nem credo religioso e reconhece a cada qual o direito de seguir, nesta matéria, a sua própria consciência. Na Esquerda Democrática, cabem pessoas de todas as crenças e das filosofias mais diversas. Partido nacional, repele a direção de qualquer organização internacional, política ou religiosa, embora proclame que à soberania do Estado se sobrepõe, e a limita, a regra do direito, reguladora do convívio entre as nações. Com este programa, este objetivo e imbuída deste espírito, surge a Esquerda Democrática. Pleiteia profundas transformações na ordem social vigente. Não dissimula, neste sentido, suas opiniões nem seus propósitos. Mas pleiteia tudo isto progressivamente, sem expropriações ruinsas, e tudo dentro da Democracia, pelos processos democráticos, pelo voto livre do povo, no debate livre de todos os partidos e de todas as opiniões. E para tudo isto, para a realização da Democracia, tanto na ordem política quanto na social, a Esquerda Democrática a todos os homens do povo se dirige.

Homens e mulheres da classe média e do proletariado, uni-vos derredor do partido que é vosso, porque hasteia no seu programa a bandeira dos vossos direitos esquecidos e das vossas reivindicações menosprezadas.

Mocidade flamente da vida! Vós sois o sal da terra. A vós confia a Pátria, o seu destino e o seu futuro. Confiai em nós que vos amamos. Os homens da minha geração estão a sair pela porta da morte, olhando-vos com carinho e com esperança, a vós que entrais cantando e coroados de rosas pelo pórtico da vida preparai-vos para empunhar a bandeira que hoje desfraldamos. Vós ides ser a de um novo mundo, de uma democracia nova, gerada nas entranhas da dor. Desprezai os reacionários, os retrógrados, os retardados. Quebrai os velhos moldes carcomidos. Alijai as velhas ânforas, que elas não suportariam o fermentar do vinho novo da vida. Derrubai os falsos ídolos. Destruí os preconceitos absurdos e os privilégios caducos. Plasmai com vossas mãos vossos destinos. Formai em nossas filas, que são vossas. Enfrentai tranqüilos o futuro promissor que já alvoreja. Nada deterá a vossa marcha. A fé vos ilumina, a esperança vos acena, a vitória vos sorri.

E com tais objetivos, sob tais auspícios e sob apelos tais, declaro instalada, neste momento, senhoras e senhores, a I Convenção Nacional da Esquerda Democrática.

Fonte: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). Idéias políticas de João Mangabeira. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

ANEXO H – ULTIMA VERBA – 1963

Meus caros Jovens Colegas:

Infelizmente, não posso, como tanto desejava, estar aí ao vosso lado na solenidade de vossa formatura. Mas convosco estará a minha alma, convosco o meu coração. Como projeção de mim mesmo, meu filho, o Professor Francisco Mangabeira será o meu representante e selará, com a sua, a minha presença, em corpo e espírito, nesse ato que, ao dizer de Lopes de Castro, o grande paraninfo de minha turma, nos dias longínquos de 1897, “ao mesmo tempo vos sagra sacerdotes e vos arma cavaleiros para as pugnas sacrossantas e renhidas do Direito”.

Essa, a missão que recebeis, esse o compromisso que tomais “nesses tempos (como dizeis) em que a Pátria tanto necessita de definições”.

Quanto a vós já vos definistes, ao eleger vosso Patrono um desses velhos tenazes, invencíveis no amor aos seus ideais e ao qual os 83 anos de uma existência combatida, perpassada por injustiças, preterições e desenganos, ainda assim, não o quebraram no mínimo de suas energias, não o esmoreceram no mínimo de sua fé na vitória certa das idéias e dos objetivos, a que desde adolescente, consagrou uma vida, que decorreu no campo da luta.

Não foi nem poderia ser outro o sentido da escolha, com que me glorificais e fazeis refletir nas sombras de uma velhice declinante o intenso clarão de vossa mocidade.⁵⁵⁹

Deus vos abençoe! Não tem outras palavras o ancião para vos agradecer o halo solar com que lhes circundais a fronte encanecida.

Bem quisera falar-vos num discurso, numa ou em várias conferências, sobre as transformações econômicas e jurídicas do mundo moderno, sobretudo depois da liberação política dos povos civilizados. Bem quisera demonstrar os artifícios de que se valem o capitalismo e seus doutores, para salvar o sistema de produção que sobrevive e prolonga a sua agonia, pela renegação dos princípios que lhe deram força, justificação e grandeza. Falar-vos sobre os mitos econômicos e jurídicos que jamais existiram ou não mais existem. Todavia,

Oração aos bacharelandos pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, lida por Francisco Mangabeira, em Salvador, BA, 5-12-63.

sobre eles grandes professores, da economia política e do direito, continuam a racionar, como se a história houvesse chegado a seu termo, como se o processo histórico se tivesse encerrado com o sistema de produção capitalista, sem o qual não se poderá conceber a existência de um povo livre.

Por outro lado, o Direito que jamais se elevou, nem se poderá elevar, acima da estrutura econômica e cultural, cujas relações têm de regular, mantém conceitos e ficções correspondentes a um estágio superado da vida social. Ora, como a estrutura da sociedade se modifica, do mesmo passo se transforma o direito. Mudam assim estruturas e direito, mas o que não muda é o primado do Direito, que lhes regula as relações e lhes harmoniza os interesses em conflito. Por isso mesmo, certos conceitos, como por exemplo, o de propriedade e de pessoa jurídica, têm de ser revistos para adaptá-los às condições do mundo atual. O Direito, para solução de problemas jurídicos, peculiares a uma época, cria ficções, mas não as elimina, como na álgebra acontece a certos artifícios, no curso do processo. Ao contrário, as transforma em realidade e rotina dos tribunais as torna dogmas.

Estrutura, ficções, conceitos obsoletos não podem impedir o surto estuante da vida. Somente, por artifícios tais é possível, por exemplo, assegurar os direitos da pessoa humana a essas formidáveis sociedades anônimas, fantasiada de pessoas jurídicas, que espoliam todos os homens e todos os povos, desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Mas, sobretudo, aos dois últimos.

Já em 1921, num dos seus votos imortais, no caso *Truax versus Corrigan*, Holmes advertia contra o abuso de classificarem “um negócio” como propriedade.

Contra tudo isso tendes de lutar; e segundo vossa definição, “pela Liberdade e pela Justiça Social”. Tendes assim de lutar contra a reação e contra os reacionários, descobertos ou mascarados. Contra os que se apresentam de peito aberto, lutando pelos privilégios das classes dominantes, mas sobretudo contra os falsos apóstolos, contra os “sepulcros caídos”, que se dizem homens de esquerda ou defensores “da Justiça Social”, contando que não se lhes ameace o mínimo da riqueza que possuem e muitas vezes ilicitamente adquirida.

Dizem-se trabalhistas, socialistas e até comunista nas rodas da grã-finagem a que pertencem e que os conhece, mas se lhes tocais em qualquer dos seus interesses econômicos, tiram incontinenti a pele de cordeiro que vestiram e surgem como tigres ferozes.

O que eles querem é rol das riquezas mal ganhas, acrescerem a condenação de progressistas gratuitamente conferida, pela introdução espúria nos partidos ou grupos avançados. Dá-se hoje com as reformas de base, o que ocorre com a escravidão. Todos eram contra o cativo. Mas, no momento de tocar-lhes no interesse por meio de medidas benéficas, como supressão do tráfico, emancipação do ventre, libertação dos sexagenários ou abolição total da escravidão, eles lançavam-se contra essas providências como inoportunas e taxavam de comunistas seus defensores.

Nem o Visconde do Rio Branco, chefe do Partido Conservador, escapou a esse tratamento.

Não haja medo, portanto, meus jovens colegas, que os reacionários vos crismem de comunistas encobertos ou declarados. Para a frente, em prol dos vossos ideais! Mas, notai, não há bem mais alto na vida que a Liberdade — a liberdade de religião, a liberdade da palavra, e dos meios de suas comunicações. Mas a liberdade não é regulada pelo Direito.

Já um dos maiores liberais que passaram pela Terra declarou que “em nome da liberdade da palavra e sob sua garantia ninguém tem o direito de gritar fogo! num teatro cheio de gente”. Por outro lado, o momento mais alto da Justiça é quando abroquela com a garantia tutelar da lei um adversário odiado, para a exposição de uma idéia que o juiz detesta. Mas a liberdade política, as liberdades democráticas não bastam para libertar o homem do cativo que o oprime, graças a u sistema de produção em que o trabalho é social e o lucro individual. E quase sempre em benefício de muitos poucos e em detrimento de quase todos.

Estai atentos meus jovens amigos ao que tenho dito mais uma vez. Liberdade sem socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser. Somente, pelo consórcio do Socialismo com a Liberdade é que o homem pode atingir ao máximo da expansão da sua personalidade no meio social em que todos sejam iguais, pela abolição dos privilégios ou preconceitos da riqueza, da raça ou da religião, mas desiguais pelos dotes naturais que distinguem e qualificam cada um. Somente assim os homens serão livres. Isso é o que o sistema capitalista não pode conceber, nem muito menos dar.

O filho de rico nasce rico, como o filho do rei nasce príncipe. O primeiro não pode ser proletário, como o segundo não pode ser plebeu.

Mas tenho me alongado de sobra numa simples mensagem.

Agora, apenas um conselho: não abandoneis jamais os livros. Os que envelhecem de espírito apenas relêem, quando isso fazem. Mas os que não envelhecem lêem sempre livros novos de ciência e de literatura. Não conheço outra maneira de conservar o espírito moço e a mente e o coração sempre abertos às noivas idéias e aos novos movimentos redentores, isto não quer dizer que se deve renegar o passado, no que ele tem de bom ou de perene. Não há, no meu fraco entender, em todo o curso da história, como produção do gênio literário nada comparável à “Divina Comédia”. Mas, quem a escreveu foi, também, o autor do famoso “De Monarchia” e pode em plena Idade Média definir o Direito como “a proporção real e pessoal, que conserva e corrompida corrompe a sociedade”.

E por fim ao despedir-me de vós, meus caros jovens, repito as palavras derradeiras com que me dirigi aos paraninfados de 1994, um deles hoje vosso paraninfo: “Como se fosse vosso Pai eu vos lanço a minha bênção, e como se fosse vosso irmão, contra o meu peito, eu vos abraço”.

Fonte: LIMA, Hermes; BARBOSA, Francisco de Assis (Orgs.). Idéias políticas de João Mangabeira. Volume. III. Fundação Casa de Rui Barbosa - MEC, Rio de Janeiro, 1980.

